

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Azula Marina Couto Marinho

HOMICÍDIOS E METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL:
um estudo a partir da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Belo Horizonte

2012

Azula Marina Couto Marinho

**HOMICÍDIOS E METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL:
um estudo a partir da Região Metropolitana de Belo Horizonte**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de
Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Ciências Sociais.**

Orientadora: Dra. Luciana Teixeira de Andrade

Belo Horizonte

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M338h	<p>Marinho, Azula Marina Couto</p> <p>Homicídios e metropolização no Brasil: um estudo a partir da Região Metropolitana de Belo Horizonte / Azula Marina Couto Marinho. Belo Horizonte, 2012.</p> <p>197 f. : il.</p> <p>Orientadora: Luciana Teixeira de Andrade</p> <p>Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais</p> <p>1. Homicídio – Belo Horizonte (MG). 2. Regiões metropolitanas. 3. Urbanização. 4. Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG). I. Andrade, Luciana Teixeira de. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p> <p>SIB PUC MINAS</p> <p>CDU: 301.18(815.11)</p>
-------	---

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2086

Azula Marina Couto Marinho

HOMICÍDIOS E METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL:

um estudo a partir da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Luciana Teixeira de Andrade (Orientadora) - PUC Minas

Regina de Paula Medeiros - PUC Minas

Luis Flávio Saporì - PUC Minas

Cláudio Chaves Beato Filho - UFMG

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2012.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação representa o resultado de dois anos de trabalho e reflexão, e sua realização deve-se em primeiro lugar a bolsa de estudos e pesquisa cedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Observatório das Metrôpoles ao qual mantive vínculo através do Projeto de Pesquisa Organização Social do Território e Criminalidade Violenta (CNPq/INCT).

Após as menções institucionais, agradeço o apoio incondicional da professora Dra. Luciana Teixeira de Andrade que, desde o início da pesquisa dispôs-se ao trabalho junto a mim.

Aos demais professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, em especial à Ângela e Guilherme e a todos os colegas de curso, mestrandos e doutorandos, com os quais passei momentos inesquecíveis.

Aos pesquisadores do Observatório das Metrôpoles Flávio Freire/ Natal-RN, Dalva Souza e Najila Frattari/ Goiânia-GO, Leandro Basegio/ Porto Alegre-RS, Ana Lúcia Rodrigues/ Maringá-PR, Alexandre Diniz/ BH-MG e Clélia Lustosa/ Fortaleza-CE. À presença e contribuição honrosa dos professores Luis Flávio Saporì, Regina de Paula Medeiros e Cláudio Chaves Beato Filho, que gentilmente aceitaram participar da banca examinadora.

Agradeço ao apoio dos amigos do CRISP/UFMG Felipe Zilli, Rodrigo Alisson Fernandes, Daniela, Robson Sávio, Karina Marinho e ao Frederico Marinho que durante vários momentos acolheram minhas dúvidas e buscas por informação e esclarecimentos.

À Dorinha do Ministério da Saúde pelas orientações e aprendizados gentilmente cedidos sobre o Sistema de Informação de Mortalidade e o sítio eletrônico DATA/SUS.

Ao colega Gilberto Protásio e aos militares do SIDS/MG Tenente Gilmar, Cabo Friaça e Soldado Madeira pelo suporte informacional e operacional com dados criminais.

Aos colegas geógrafos da PUC Minas Ricardo Palhares, Bruno Durão e Rogério Santana pelos auxílios técnicos na produção de mapas e geoprocessamento de informações sociais.

Ao colega cientista social Julimar Pinto pelo suporte técnico na operação do software SPSS 15.0 e dicas de tratamento estatístico das informações. Agradeço ao pessoal do Instituto da Criança e do Adolescente (ICA) - PROEX/PUC Minas por todo apoio e incentivo desde o início do mestrado em especial Daniela Hatem, Rita de Cássia Fazzi e Lorene dos Santos. Agradeço à Roziane Michielini pelo interesse e apoio em relação a revisão e normatização textuais.

Ao pessoal da pesquisa Diagnóstico da Situação da Infância e Adolescência de Betim Sânia Campos, Vanderlei Lopes Barbosa, Andreia Santos, M^a José Gontijo Sallum, Rogério Vasconcelos, Roberta Alves, Luiz e toda a equipe de estagiárias pelos tempos cedidos e incentivos dados.

Enfim, a todas as pessoas que de alguma maneira contribuíram para o desenvolvimento do trabalho, em especial à minha esposa Fabiana e filha Clarice pelo convívio e interação que amo manter, ao papai Manoel, à vovó Rosa e tio Lúcio, aos irmãos Eduardo, Eric e Frederico às cunhadas Carol e Karina, e aos sobrinhos Gabriel e Pedro pelas alegrias, e à Zelda, Vídia, Amanda e Dagogilda por tudo o mais.

RESUMO

Os fenômenos metropolização e homicídio serão analisados a partir do estudo da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O objetivo principal é explorar as possíveis relações existentes entre os dois fenômenos mencionados, e contribuir com o debate nas ciências sociais brasileira sobre a violência letal a partir de uma perspectiva de análise regional metropolitana. Parte-se da premissa que a metropolização orientou os sentidos geográficos da expansão urbana e também interferiu na intensificação dos problemas sociais em determinadas áreas, inclusive os problemas relacionados à vitimização por homicídio como será apresentado neste trabalho. Duas fontes de dados são utilizadas para a mensuração do homicídio, as informações de mortalidade do Ministério da Saúde – SIM/MS (2011) e os dados criminais disponibilizados pelo Sistema de Informações de Defesa Social de Minas Gerais – SIDS/MG, em períodos de tempo diferentes e complementares. Sendo que, em ambas as fontes foram utilizadas informações sobre as vítimas dos homicídios. Apesar dos homicídios se concentrarem atualmente nas áreas metropolitanas os esforços para a sua compreensão são ainda escassos. É provável que tal escassez deva-se pela dificuldade empírica de relacionar o homicídio, que é um fenômeno que tem característica de ocorrência de dimensão espacial local, com a metropolização que abrange também outras escalas como a municipal, a regional, a nacional e a global. Deste modo, o presente trabalho constitui-se de um esforço de exploração e aprofundamento sobre as possíveis relações entre homicídio e metropolização no Brasil, a partir do estudo da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Palavras-chave: Homicídio. Metropolização. Urbanização. RMBH.

ABSTRACT

This thesis aims at analyzing the relations between metropolization and homicide phenomena by taking into account studies based on the metropolitan/urban area of Belo Horizonte. In other words, its main goal consists of pointing out possible relations between the aforementioned phenomena and, under the light of a metropolitan regional analysis, to contribute to the ongoing debate on the Brazilian social sciences arena regarding lethal violence. We assume that metropolization has oriented the geographical directions of urban expansion as well as interfered/intensified social problems in some areas, particularly the issues regarding the rise of violence victimization (homicide) as it will be further presented. To measure homicide rates, this study analyses two official data sources: death registers from Ministério da Saúde (Ministry of Health) – SIM/MS (2011) and criminal data made available by the Sistema de Informações de Defesa Social de Minas Gerais – SIDS/MG (information system of Minas Gerais Secretariat for Social Defense), during distinct and complementary intervals. From both sources we have withdrew information regarding homicide victims. Although homicides are currently concentrated in the metropolitan areas, few efforts have been made to understand it. This shortage is likely due to the empirical difficulty posed by the challenging of relating homicide – a space-time phenomenon – to metropolization, a phenomenon of municipal, regional, national and global dimensions. Thus, the current work is an effort to explore and strengthen the relations between these two phenomena from the study of the metropolitan/urban area of Belo Horizonte

Key words: Homicide. Metropolization. Urbanization. RMBH.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Evolução da população urbana e rural no Brasil 1940 a 2010.....	82
GRÁFICO 2 Evolução dos homicídios em Minas Gerais - 1996 - 2009	130
GRÁFICO 3 Evolução dos homicídios em Minas Gerais e RMBH - taxas por grupos de 100 mil habitantes - 1980 a 2007	131
GRÁFICO 4 Evolução dos homicídios por grupos etários das vítimas RMBH - 1998 - 2008	134
GRÁFICO 5 Comparação entre as principais causas externas de mortalidade segundo as das mortes juvenis de 15 a 24 anos /RMBH - 1998 - 2008.....	135
GRÁFICO 6 Meio utilizado para execução das vítimas de homicídios - RMBH/1998-2008	137
GRÁFICO 7 Local de ocorrência do óbito. RMBH - 1998/2008.....	139
GRÁFICO 8 Local de ocorrência do óbito feminino. RMBH – 1998/2008.	140
GRÁFICO 9 Evolução da taxa de homicídios de 1998 a 2008, Belo Horizonte, RMBH e RRMBH	141
GRÁFICO 10 Evolução da Taxas de Homicídio, RMs: Natal, Recife, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo 1998/2008.....	142
GRÁFICO 11 Prisioneiros e homicídios no estado de São Paulo (1994-2008).....	147
GRÁFICO 12 Números do sistema prisional de Minas Gerais.....	148
GRÁFICO 13 Evolução das taxas de homicídios dos sete municípios analisados .	153
GRÁFICO 14 Evolução anual da Taxa de Homicídio Municípios Agregados segundo o Grau de Integração - RMBH - 1998/2008.....	159
GRÁFICO 15 Evolução da Taxa de Homicídio Municípios com Integração Muito Alta - RMBH - 1998/2008	160
GRÁFICO 16 Evolução da Taxa de Homicídio nos Municípios com Integração Alta - RMBH - 1998/2008.....	162

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 Fluxos migratórios entre RMBH e municípios de Minas Gerais -1995-2000	103
MAPA 2 Municípios da RMBH - agregados por vetores de expansão metropolitana	110
MAPA 3 Comparação entre os fluxos migratórios RMBH 1986/1991 e 1995/200 ..	115
MAPA 4 Região Metropolitana de Belo Horizonte de Minas Gerais-.....	122
Grau de Integração dos Municípios ao Pólo	122
MAPA 5 Taxa média de homicídios por 100 mil hab./ municípios da RMBH - 1998 a 2008	152
MAPA 6 Evolução dos homicídios por vetor de expansão metropolitana	166
RMBH /1998-2003.....	166
MAPA 7 Evolução dos homicídios por vetor de expansão metropolitana	168
RMBH /2003-2008.....	168
MAPA 8 Homicídio por intensidade de Kernel RMBH- 2008.....	170
MAPA 9 Homicídio por intensidade de Kernel RMBH- 2009.....	171
MAPA 10 Homicídio por intensidade de Kernel RMBH - 2010.....	173
MAPA 11 Recorte das áreas com intensidade de homicídio - RMBH 2008/2009/2010	174

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1 Municípios da RMBH segundo ano de criação, de instalação e de incorporação à RMBH	107
--	-----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Distribuição desigual do risco: efeito cumulativo dos fatores positivos e negativos do risco da vitimização por homicídio em Minas Gerais, 2001	48
TABELA 2 Taxa de esclarecimento do crime de homicídio consumado -Belo Horizonte, 2000-2006.....	58
TABELA 3 Taxas Anuais de Crescimento Populacional (%) Brasil e Brasil Urbano - 1950/2000.	83
TABELA 4 Belo Horizonte, RRMBH e RMBH - População e taxa geométrica de crescimento (1940-2000)	101
TABELA 5 Taxas Anuais de Crescimento e Participação Relativa no Incremento Populacional, segundo Vetores de Expansão Urbana - RMBH - 1970/2000	113
TABELA 6 Razão de risco de homicídio por sexo RMBH/ 1998-2000-2002-2004-2006-2008	133
TABELA 7 Taxa de homicídio por grupo de 100 mil hab. / <i>por município de residência das vítimas</i> RMBH - 1998/2000/2002/2004/2006/ 2008.....	154
TABELA 8 Taxa de homicídio por grupo de 100 mil hab. / <i>pelo município de ocorrência dos óbitos</i> RMBH - 1998/2000/2002/2004/2006/ 2008.....	155
TABELA 9 Comparação entre o número de homicídios acumulados na década 1998/2008 por registros de município de residência da vítima e por município de ocorrência do dado de local do óbito/ hospitais e via pública.....	156
TABELA 10 Taxa média de homicídio por agregada grau de integração metropolitana/ municípios da RMBH - 2008.....	158
TABELA 11 Evolução da Taxa de homicídio, bi-anualMunicípios da RMBH - Integração Média, Baixa e Muito Baixa. 1998/2008	164

LISTA DE SIGLAS

ADA- Amigo dos Amigos
BDMG- Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais/SA
BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDI- Companhia de Distritos Industriais
CID-10- Revisão da Classificação Internacional de Doenças
CIMI- Conselho Indigenista Missionário
CRISP- Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
CRISP-UFMG- Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais
CV- Comando Vermelho
DO- Declaração de Óbito
DPN- Departamento Penitenciário Nacional
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INDI- Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OMS- Organização Mundial de Saúde
PC- Polícia Civil
PCNet- Sistema de Informatização e Gerenciamento dos Atos de Polícia Judiciária
PIB- Produto Interno Bruto
PLAMBEL- Plano de Ocupação do Solo do Aglomerado Metropolitano de Belo Horizonte
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REDS- Registro de Eventos de Defesa Social
RMBH- Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMRJ- Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SAMU- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência,
SEDS/MG- Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais
SIDS/MG- Sistema de Informações de Defesa Social de Minas Gerais
SIG's- Sistemas de Informações Geográficas
SIM- Sistema de Informações sobre Mortalidade
SIM/MS- Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde
SIPS- Percepção Social da Segurança Pública no Brasil

SIPS- Sistema de Indicadores de Percepção Social

SPSS- Statistical Package for the Social Sciences

TC- Terceiro Comando

UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	27
2 NOTAS SOBRE O HOMICÍDIO E VIOLÊNCIA NO BRASIL.....	37
2.1 Homicídio e Violência: breve apresentação de abordagens do problema no Brasil e sua interface metropolitana.....	38
2.2 Principais Fontes de Dados sobre Homicídio no Brasil	50
2.2.1 <i>O Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde</i>	<i>52</i>
2.2.1.1 <u>Algumas limitações das informações do SIM/MS.....</u>	53
2.2.3 Os dados policiais.....	55
2.2.4 <i>Comparando duas bases de dados: SIM/MS x Polícia.....</i>	<i>58</i>
2.3 Violência e crime letal nas ciências sociais brasileira.....	61
2.3.1 <i>Dinâmica social das abordagens sobre a violência, crime e homicídio nas ciências sociais brasileiras</i>	<i>61</i>
2.3.2 <i>Por que acessar a violência letal para a resolução de conflitos interpessoais?.....</i>	<i>68</i>
3 NOTAS SOBRE A METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL E NA RMBH.....	80
3.1 O processo tardio e acelerado	81
3.2 Desigualdade, segregação e pobreza urbanas.....	84
3.3 Aspectos institucionais e o problema de escala	92
3.4 A metropolização da RMBH: breve histórico comentado.....	99
3.4.1 <i>Vetores de expansão metropolitana: RMBH.....</i>	<i>108</i>
3.4.2 <i>'Grau de integração' à dinâmica metropolitana.....</i>	<i>116</i>
3.4.3 <i>Efeito metrópole e grau de integração metropolitana.....</i>	<i>123</i>
4 HOMICÍDIO E METROPOLIZAÇÃO.....	127
4.1 Retrospectivas sobre criminalidade e problemas de segurança pública nos contextos de Minas Gerais, Belo Horizonte e RMBH	127
4.1.2 <i>Análise dos homicídios na RMBH</i>	<i>132</i>
4.1.2.1 <u>Padrões dos Homicídios na RMBH</u>	132
4.1.2.1.1 Gênero e Sexo: 1º Padrão	133
4.1.2.1.2 Juventude e homicídios: 2º Padrão	134
4.1.2.1.3 Uso de Armas de fogo: 3º Padrão.....	137
4.1.2.1.4 Aumento das mortes no espaço público: 4º Padrão.....	138
4.1.2.1.5 Breve análise acerca do sobe/desce das taxas de homicídio	141
4.1.2.1.6 Concentração espacial e relações metropolitanas do homicídio: 5º Padrão	151
4.2 Homicídio e 'grau de integração' metropolitana na RMBH.....	157
4.3 Homicídio e 'vetores de expansão metropolitana' na RMBH	165
4.4 Análise do Homicídio por intensidade de Kernel na RMBH	170
5 CONSIDERAÇÕES.....	176
REFERÊNCIAS.....	182
ANEXO	196

1 INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil está entre os países com taxas de homicídios mais elevadas do planeta, a partir das recentes comparações internacionais realizadas por Waiselfisz (2010; 2011). Entretanto, essa modalidade da extrema violência criminosa não está homogeneamente distribuída no território nacional e uma das dimensões dessa distribuição é a sua concentração nas áreas metropolitanas (WAISELFISZ, 2010; CANO; SANTOS, 2001). Tais espaços representam um extenso complexo de relações sociais, estando ao mesmo tempo presentes situações e contextos contraditórios, conflituosos e incongruentes (RIBEIRO, 2004). As metrópoles são também reconhecidas como concentradoras de riquezas, em 2007, por exemplo, economia das regiões metropolitanas brasileiras representava 58% do PIB nacional e albergava 80% das sedes das maiores empresas do país, produção e difusão conhecimento científico, cultural e tecnológico. Por outro lado, no mesmo período, estima-se que um em cada quatro habitantes metropolitanos vive em condições de pobreza, e que um terço da população não dispõe de condições adequadas de saneamento básico (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2010).

Parte-se da premissa de que a situação paradoxal na qual as metrópoles brasileiras inserem-se atualmente não tem origem em causas naturais e nem é aleatória, incluindo a concentração metropolitana dos homicídios, e sim resultado de um processo de metropolização. Nesse sentido, da mesma forma que a metropolização interferiu no modo como a urbanização brasileira desenvolveu-se a partir da polarização de uma região em torno de uma grande cidade em dimensões espaciais, demográficas e econômicas, influenciou também o modo como a violência letal se distribui espacialmente. Como percebido através de Paixão e Andrade (1996) as dinâmicas da criminalidade sofreram alterações junto com a metropolização de Belo Horizonte, e segundo Andrade (2008) esse processo produz efeito sobre o modo de vida urbano.

Apesar dos homicídios se concentrarem nas áreas metropolitanas os esforços para a sua compreensão são ainda escassos. É provável que tal escassez deva-se pela dificuldade empírica de relacionar o homicídio, que é um fenômeno que tem característica de ocorrência de dimensão espacial local, com a metropolização que

diretamente abrange também outras escalas como a municipal, a regional, a nacional e a global. Deste modo, o presente trabalho constitui-se de uma tentativa de explorar e aprofundar as análises possíveis entre homicídio e metropolização no Brasil, a partir do estudo da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Nesta dissertação os fenômenos metropolização e homicídio serão analisados a partir do estudo da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O objetivo principal é explorar as possíveis relações existentes entre os dois fenômenos mencionados, e contribuir com o debate nas ciências sociais brasileira sobre a violência letal a partir de uma perspectiva de análise regional metropolitana. A metropolização orientou os sentidos geográficos da expansão urbana e também interferiu na intensificação dos problemas sociais em determinadas áreas, inclusive os problemas relacionados à vitimização por homicídio como será apresentado neste trabalho. Duas fontes de dados são utilizadas para a mensuração do homicídio, as informações de mortalidade do Ministério da Saúde - SIM/MS (BRASIL, 2011) e os dados criminais disponibilizados pelo Sistema de Informações de Defesa Social de Minas Gerais (SIDS/MG), em períodos de tempo diferentes e complementares. Sendo que, em ambas as fontes foram utilizadas informações sobre as vítimas dos homicídios. Neste sentido, buscar-se-á para Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH),

- a) identificar padrões socioespaciais de ocorrência dos homicídios;
- b) analisar, em diálogo com bibliografia especializada, as variações das taxas de homicídios identificadas entre 1998 e 2008,
- c) verificar as possíveis relações entre a distribuição socioespacial dos homicídios e a dinâmica de metropolização mostrada pelo Observatório das Metrôpoles (2004);
- d) Verificar as possíveis relações entre a distribuição socioespacial dos homicídios e a expansão metropolitana apresentada em Brito e Souza (1998),
- e) identificar, a partir das dinâmicas históricas de formação dos territórios metropolitanos, na RMBH, o modo como espaços urbanos municipais concentrados de problemas sociais e homicídios constituíram-se, e as implicações geradas pela metropolização para determinação de tais áreas.

Este estudo justifica-se tendo em vista o fato de a preocupação com o medo e a insegurança nas cidades brasileiras passou a fazer parte da rotina dos grupos sociais apesar das variações de classe social, gênero, cor, ou religião (BEATO FILHO, 2001). Apesar de não se distribuir homoganeamente no espaço interno das cidades, a criminalidade violenta gera conseqüências difusas expressas no comportamento entre grupos e indivíduos e na relação que estes estabelecem com o espaço urbano. A disseminação da sensação de medo e insegurança reflete-se na morfologia dos espaços e lugares e interfere nos padrões de sociabilidade urbana, a partir do abandono e repulsa do espaço público expresso por muros altos, cercas elétricas e alarmes, bem como pela auto-segregação das classes altas em condomínios fechados (CALDEIRA, 2000). Tal contexto, além de acentuar a segregação dos diferentes grupos sociais no espaço urbano também eleva a crença, por parte de opinião pública, nas políticas de repressão e punição como principal forma de controle e redução da violência (DAVIS, 1993; CALDEIRA, 2000).

Segundo os resultados da pesquisa Percepção Social da Segurança Pública no Brasil (SIPS) realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2010, por exemplo, quatro categorias de crimes - assassinato, assalto a mão armada, arrombamento, agressão física - foram elencadas como as mais temidas. Quanto a questão sobre o medo de ser vítima de algum dos quatro crimes mencionados, sobre o homicídio 78,6% responderam sentir “muito medo”, assalto a mão armada 73,7%, e arrombamento e agressão física foram 68,7% e 48,7% respectivamente. A SIPS também mostra que, de uma maneira geral, houve uma significativa descrença dos entrevistados em relação à atuação das instituições policiais e, que havia uma relação diretamente proporcional entre a idade do respondente e o grau de confiança na polícia. Assim, a confiança na atuação policial aumentava à medida que crescia a faixa de idade dos respondentes, enquanto que para o grupo de 18 a 24 anos 43,1% consideraram eficiente o registro as ocorrências policiais, nos com idade superior a 54 anos havia 58,9%. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2011). Embora as sensações de medo e de insegurança entre a população serem altamente sensíveis ao sensacionalismo e outros vieses do jornalismo midiático¹, bem como aos preconceitos e estigmas sociais, os órgãos da saúde e segurança registraram sim, nas últimas décadas, um

¹ Sobre a relação entre mídia e violência no Brasil, ver: (RAMOS; PAIVA, 2007).

aumento expressivo dos homicídios no país como será mostrado adiante.

Os resultados (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2011) são coerentes, pois dentre todas as modalidades e categorias de crimes, o homicídio é, sem dúvida, uma das mais preocupantes e ameaçadoras, pois destitui o ser humano da vida. Contudo, não há coerência entre a distribuição espacial do homicídio e a difusão do sentimento de medo e insegurança, pois tais sentimentos são significativos mesmo em áreas onde são baixas as taxas deste crime (BEATO FILHO, 2001). Talvez os custos sociais gerados pelos homicídios tenham relação com isso, pois, além das perdas humanas, a violência e os homicídios provocam diversos e elevados ônus à sociedade e ao Estado. Os custos vão desde ações do sistema de justiça criminal, policiamento, serviços médicos, pagamento de benefícios previdenciários à família de vítimas, seguros privados, serviços de assistência social até a desvalorização imobiliária (SILVEIRA, 2007; DIAS JÚNIOR, 2004). O somatório da dívida gerada pela violência em 1998 atingiu aproximadamente 4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (CARDIA, 1998).

Contextos sociais cujos cenários possuam conflitos políticos, tráfico de drogas, segregação social, alta densidade e heterogeneidade demográficas, processos desordenados de ocupação dos espaços urbanos, entre tantos outros, também interferem na dinâmica desse fenômeno complexo (BEATO FILHO, 2009; AIDAR, 2003). Assim, apesar de o Brasil não passar por problemas como guerrilhas e guerras civis, o país está entre os mais violentos do mundo e o problema crescente das mortes violentas faz com que o homicídio torne-se crônico. Nesse sentido, o estudo dos homicídios como forma de compreensão do problema da violência segundo Waiselfisz justifica-se, pois:

Nem toda violência, nem sequer a maior parte das agressões cotidianas, conduz necessariamente à morte de algum dos protagonistas. Porém, a morte revela, *per se*, a violência levada a seu grau extremo. Da mesma forma que a virulência de uma epidemia é indicada, freqüentemente, pela quantidade de mortes que ela causou, também a intensidade nos diversos tipos de violência guarda estreita relação com o número de mortes que provoca. (WAISELFISZ, 2004, p. 121).

Contudo, a intensificação das mortes provocadas pela violência e criminalidade urbana, de uma maneira geral, apesar de toda a gama de problemas sociais que acarreta, não produz proporcionalmente um aumento dos registros criminais nas instituições policiais e de justiça criminal. Como foi destacado em

Waiselfisz (1998, 2004) corroborando com a bibliografia especializada, são baixas as queixas prestadas à polícia por parte das vítimas de crimes como a agressão física, roubo, assédios moral etc., por outro lado, o homicídio oferece menos problemas de registro e sua mensuração dependeria menos da produção de outros recursos informacionais como as pesquisas de vitimização, por exemplo. Sobre isso, cita-se Rivero que, a partir dos resultados da pesquisa, desenvolvida por ela através do IPEA, *Segregação territorial e violência no Rio de Janeiro*, faz a seguinte consideração sobre o dado de homicídio:

[...] por ser este um tipo de manifestação da violência cuja tipificação como crime é consensual (SOARES, 2008) e cujas informações a respeito estão disponíveis e são mais facilmente quantificáveis com menor margem de erro em comparação com outros crimes [...]. (RIVERO, 2010, p.120).

Outro fator relevante, mencionado anteriormente, refere-se ao fato de as mortes violentas não estarem homogeneamente distribuídas pelo espaço, evidenciando dessa maneira uma face importante desse fenômeno a ser considerada que é a sua dimensão territorial. Se os dados das instituições, tanto da área de saúde como da segurança pública, indicam aumento da violência letal no país, também evidenciam que tal violência está superconcentrada em poucas áreas das regiões metropolitanas (WAISELFISZ, 1998). Nesse sentido, e corroborando com Ribeiro (2004), reconhece-se que a compreensão da violência letal não está dissociada dos processos sociais e históricos de constituição dos territórios urbanos e metropolitanos.

[...] As nossas metrópoles, seu tamanho, suas desigualdades, suas favelas e periferias, sua violência, são consequências necessárias da histórica disjunção entre economia, sociedade e território, que caracteriza a nossa expansão periférica na economia-mundo capitalista. (RIBEIRO, 2004, p.13).

Desta forma, o presente estudo consiste num esforço, cujo objetivo é de contribuir para a compreensão da violência letal também a partir da sua dimensão metropolitana. Não se trata da proposição de um descarte das outras perspectivas analíticas existentes sobre o fenômeno do homicídio, que serão apresentadas ao longo do presente trabalho, e sim promover um debate entre elas e junto a isso apresentar possíveis relações que a dimensão metropolitana exerce socialmente sobre o homicídio. Deste modo, não se pretende elencar um fator como único

determinante do homicídio, reconhece-se que se trata de um fenômeno complexo/multicausal. E que, a relevância da abordagem metropolitana aqui proposta sustenta-se justamente pelo reconhecimento de tal complexidade e à escassez de estudos existentes no Brasil dedicados a exploração dos homicídios a partir do fenômeno metropolitano.

Duas fontes de dados foram utilizadas para a apreensão do homicídio na RMBH, o SIM/MS e o SIDS/MG, sendo que primeira refere-se a informações coletadas pela Saúde e a segunda dados policiais. Tais fontes de dados possuem naturezas e conteúdos distintos, como será detalhadamente apresentado em uma seção do Capítulo 1 dedicada à apresentação e comparação das fontes de dados de homicídios no Brasil e na RMBH.

Os dados extraídos do SIM/MS (BRASIL, 2011) correspondem ao período de 1998 a 2008, sendo o homicídio categorizado a partir de registros de mortalidade por causas externas decorrentes de agressões referentes códigos “X85 até Y09”, intencionais ou não, de acordo com a 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10). A respeito do recorte temporal realizado, de 1998 a 2008, consideramos dois fatores fundamentais:

- a) os registros a partir de 1998 já eram categorizados pela atual classificação internacional de doenças a CID-10;
- b) 2008 foi a última atualização feita no armazém de dados do SIM/MS (BRASIL, 2011) durante o período de realização da presente pesquisa.

Nesse sentido, de acordo com Peres (2004, p.25), corroborando com Castro, Assunção e Durante (2003) os dados de homicídios do SIM/MS categorizados pela CID - 10 estão mais consistentes, no que diz respeito às mortes derivadas de violências e, em relação a CID- 09 houve diminuição de casos sub-notificados, geralmente classificados como sendo mortes de causas indefinidas. Além da melhora na categorização, através da CID-10, de acordo com literatura especializada, dentre todos os tipos de crimes existentes na sociedade, de uma maneira geral, o homicídio é um dos que possuem menos problemas de sub-notificação. Tal condição se deve tanto pelo alto grau de gravidade social percebida neste tipo de crime, como pela dificuldade de desaparecimento do corpo da vítima, o que favorece pelo menos a identificação da existência do fato homicídio.

Os dados disponibilizados pelo SIDS/MG correspondem ao período de 2008, 2009 e 2010 e são produtos do novo sistema informatizado de coleta e armazenamento de informações denominado Registro de Eventos de Defesa Social (REDS). Nesse novo sistema de integração de informações policiais o lançamento das ocorrências pode ser feito via web (pela Internet), independentemente da instituição ou local de registro. Tais dados são classificados como homicídios de acordo com o artigo 121 do Código Penal Brasileiro que define homicídio simples - ou o *caput* deste artigo - como “matar alguém”, e distingue o homicídio culposo e o homicídio doloso². No caso das informações utilizadas do SIDS/MG, é importante ressaltar que as análises consideraram os homicídios em geral agregados sem diferenciação sobre intencionalidade, inclusive porque tais dados são registros de ocorrência, ou seja, não constituem o resultado final de investigações. A escolha do período trienal 2008-2009-2010 deu-se pelos seguintes motivos:

- a) tratava-se do período trienal mais recente a ser extraído do armazém de dados do SIDS/MG no momento da pesquisa;
- b) a partir de 2008 havia cobertura do REDS para os 34 municípios que compõem a RMBH;
- c) esse período, complementa temporalmente as análises feitas com os dados da Saúde que cobriram os anos de 1998 até 2008.

Sobre os tratamentos estatísticos aplicados aos dados, ressalta-se que foram distintos entre as duas fontes utilizadas. Com os dados do SIM/MS (BRASIL, 2011) foram produzidas taxas de homicídios por grupos de 100 mil habitantes através do SPSS -15, Programa de Análise Estatística (Statistical Package for the Social Sciences, tais taxas serão espacializadas através do MapInfo Professional 8.5. A taxa de homicídios representa um relevante indicador da criminalidade e da violência urbanas justamente por se tratar de um crime contra a vida, pois reflete a condição de risco social extrema de determinados grupos da população (BEATO FILHO, 2001). Através do cálculo da taxa é possível identificar as áreas, nas quais, o risco de morte por homicídio é maior ou menor, permitindo comparar a intensidade do

² De acordo com tal distinção, o homicídio do tipo culposo é decorrente de imprudência, negligência ou imperícia e doloso nos casos em que o agente deliberadamente produziu a morte de outro ser humano.

fenômeno entre os diferentes contextos do território metropolitano ao longo do período de tempo considerado no presente estudo, de 1998 até 2008. As taxas por 100 mil habitantes são produzidas pela seguinte equação básica:

$$X / Y * 100000 \quad \text{SENDQ QUE:} \quad (1)$$

X= Nº DE EVENTOS;
Y= Nº DE POPULAÇÃO.

Os dados populacionais utilizados na produção das taxas correspondem ao censo demográfico de 2000 e as projeções intercensitárias calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponíveis no sítio eletrônico do SIM/MS (BRASIL, 2011). As taxas também foram produzidas segundo grupos etários e sexo das vítimas de homicídios. Além das taxas, também foram utilizadas nas análises dos dados do SIM/MS (BRASIL, 2011) as variações dos casos a partir do número absoluto de registros e por variáveis como sexo, idade, local de ocorrência do óbito, município de ocorrência e de residência das vítimas. Os dados do SIM/MS (BRASIL, 2011) possuem representação espacial e a escala máxima de desagregação corresponde ao município metropolitano, ou seja, não oferece nível de análise em escala intra-municipal. Ademais, a utilização de taxas por grupos de 100 mil habitantes, em casos de municípios com população muito pequena, por exemplo, 10.000 pessoas, gera inflação sobre o risco de vitimização expresso pela taxa. Nestes casos um único evento pode gerar uma variação muito significativa sobre a taxa, sem com isso representar empiricamente um aumento na mesma proporção sobre o risco de vitimização por homicídio.

A análise metropolitana do homicídio considerará a categorização homogênea dos territórios municipais segundo critérios comuns que possuam frente ao processo de metropolização, assim tais espaços serão considerados como “áreas homogêneas” de acordo com o nível de interação e de participação no processo de expansão da RMBH. Segundo Neves et. al área homogênea representa uma síntese que permite “[...] integrar os resultados obtidos numa perspectiva de organização funcional do espaço a uma adequada *escala de análise*.” (NEVES et. al., 2008, p.13) Além disso, Neves et. al., reconhecem que:

Estas áreas homogêneas constituem uma simplificação, que, tendo um elevado valor interpretativo e sintético, não excluem, uma relativa

diversidade interna, decorrente da sobreposição espacial de diversos modelos de avaliação de aptidões e/ou restrições. (NEVES et. al., 2008, p.13).

Para definição das áreas homogêneas, segundo suas características metropolitanas, se dará a partir de dois instrumentos de análise já existentes sobre a metropolização que serão detalhadamente apresentados no Capítulo 3:

- a) 'grau de integração' municipal à dinâmica metropolitana, segundo a definição feita pelo Observatório das Metrópoles (2004);
- b) os sete vetores de expansão metropolitana da RMBH definidos por Brito e Souza (1998).

A relevância de tais instrumentos para a análise dos homicídios está no fato de se tratarem de indicadores que sintetizam de maneira distinta aspectos marcantes do fenômeno da metropolização como abordado na bibliografia especializada, ou seja, a partir da utilização destes indicadores criar-se-ão agrupamentos de municípios conforme as interações metropolitanas existentes entre eles. O objetivo é de utilizar as contribuições relevantes e existentes na bibliografia para a definição dos territórios segundo padrões espaciais relacionados à metropolização, e assim realizar as análises exploratórias sobre a distribuição espacial dos homicídios no contexto da RMBH partindo da premissa de que o homicídio não ocorre de forma aleatória no interior do território da RM.

Diferentemente dos dados fornecidos pelo Ministério da Saúde, as informações coletadas no SIDS/MG oferecem as coordenadas geográficas - latitude e longitude -, de cada registro de homicídio. Tal informação possibilita o georreferenciamento dos registros e assim, a realização de análises intramunicipais. Deste modo, optou-se para as informações coletadas no SIDS/MG a aplicação da metodologia do estimador de intensidade de Kernel, sendo que os dados foram utilizados em números absolutos possibilitando a identificação geográfica das áreas com maior intensidade de registros de homicídios. Nesse sentido, estimar a intensidade de um padrão de pontos é como realizar o cálculo da densidade de probabilidade bivariada. O software CrimeStat utiliza como função bivariada para obter uma estimativa da intensidade do padrão de pontos. Como visto em Carneiro e Santos o estimador de Kernel gera uma grade em que cada célula

representa o valor da intensidade, densidade e razão entre atributos. O resultado será uma medida de influência das amostras na célula. A área de influência dentro da qual os eventos contribuem para o cálculo da intensidade é um círculo de raio t com centro em s . Desta forma são calculadas as distâncias de cada ponto s aos eventos observados que estiverem dentro da região de influência limitada pela distância t . Tais distâncias interferem no cálculo da intensidade estimada no ponto s (CARNEIRO; SANTOS, 2003). Como raio t optou-se pela distância de 180 metros, após vários testes com raios de 150m, 155m, 160m, 165m e 175m, considerou-se que o primeiro raio mencionado oferecia melhor visualização espacial do fenômeno homicídio.

Esta metodologia envolve a aplicação de técnicas estatísticas e de geoprocessamento através de ferramentas computacionais dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG's) e produz a junção de pontos geográficos e traça a partir deles um raio geométrico com a distribuição espacial da intensidade do fenômeno. Tais aplicações foram realizadas através do uso dos softwares CrimeStat e MapInfo Professional 8.5, e nesse sentido, a seguinte apresentação do cálculo estatístico tem tom ilustrativo, pois é o próprio software quem realiza automaticamente tais cálculos. Conforme a sucinta descrição feita por Nogueira et al., (2009, p.301), por exemplo, o método pode ser apresentado da seguinte forma, “[...] se s representa uma localização qualquer numa região R e $s^1...s$ são as localizações do n eventos observados, então $\hat{\lambda}_\tau$ é estimada por:”.

(2)

$$\hat{\lambda}_\tau(s) = \frac{1}{\delta(s)} \sum_{i=1}^n \frac{1}{\tau^2} k\left(\frac{(s-s_i)}{\tau}\right)$$

Quanto às interpretações sobre a localização espacial identificada, tanto na análise regional, sub-regional, municipal e intra-municipal fundamentaram-se nas premissas da bibliografia apresentada nos capítulos 1 e 2 que tratam do homicídio e da metropolização respectivamente. Ou seja, não foi definida a *priori* uma ou outra hipótese analítica para as considerações acerca da distribuição espacial dos homicídios, corroborando com a premissa metodológica de Becker (1997) de que o desenvolvimento da pesquisa é quem orientará tais escolhas por parte do

pesquisador. Contudo, as especificidades sociais e geográficas sobre a expansão metropolitana de Belo Horizonte e suas interações empíricas decorrentes da metropolização entre os municípios foram consideradas segundo premissas de Brito e Souza (1998) e do Observatório das Metrôpoles (2004), respectivamente.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos. O primeiro compreende a Introdução, em que foi delimitado os objetivos propostos.

O segundo apresenta um panorama sobre o homicídio e violência a partir do repertório recente da produção bibliográfica brasileira. Além disso, traz considerações acerca das duas principais fontes de dados utilizadas na confecção dos estudos sobre o tema da violência letal: os dados da Saúde e os dados policiais. Por fim, apresenta algumas das hipóteses explicativas para o recente aumento da violência letal notada na sociedade brasileira contemporânea.

O terceiro capítulo dedica-se ao tema da metropolização e urbanização brasileira, apresentando como tal processo tardio, acelerado, precipitado e concentrado em determinadas áreas impactou o modo de vida urbano e a formatação das áreas metropolitanas. Neste capítulo são apresentados os conceitos 'grau de integração' desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles (2004), os 'vetores de expansão metropolitana' de Souza e Brito (1998), e o 'efeito metrôpole' a partir de Andrade (2008), sendo que todos foram utilizados como indicadores da metropolização na análise dos homicídios. Há também outros aspectos apresentados sobre o fenômeno metropolitano como a institucionalização política das RM's, a desigualdade, a segregação e a pobreza urbana.

O quarto capítulo traz uma análise breve sobre a evolução da criminalidade urbana e problemas de insegurança pública nos contextos estadual, belorizontino e metropolitano. Em seguida, apresenta-se os resultados diretos da pesquisa como os padrões socioespaciais do homicídio identificados através dos dados do SIM/MS (BRASIL, 2011); análises como: as variações das taxas durante o período de 1998 até 2008; a distribuição dos homicídios pelas áreas mais afetadas pela metropolização da RMBH conforme identificam o Observatório das Metrôpoles (2004) e Brito e Souza (1998) e segundo a aplicação do estimador de intensidade de Kernel³. E por fim, no quinto capítulo, as considerações acerca do trabalho realizado.

2 NOTAS SOBRE O HOMICÍDIO E VIOLÊNCIA NO BRASIL

³ LILLE VAL, FRANCE, 2011.

O objetivo deste capítulo é apresentar o homicídio e a violência como fenômenos sociais dinâmicos, complexos e sensíveis as mudanças de contextos históricos e sociais que, portanto, não apresentam padrões permanentes de ocorrência, muito menos conservam um único significado ou representação social ao longo do tempo. Tal apresentação, abrangente e ao mesmo tempo panorâmica, é útil para a proposta de análise dos homicídios a partir da metropolização, pois traz elementos para a reflexão acerca das mudanças nos padrões de ocorrência e de percepção da violência letal e subsidiará a análise na RMBH, considerando as transformações sociais promovidas pela urbanização decorrente da metropolização.

2.1 Homicídio e Violência: breve apresentação de abordagens do problema no Brasil e sua interface metropolitana

A determinação dos grupos mais vitimados pelas mortes violentas também conta com o modo pelo qual o território se configura, nesse sentido, reconhece-se que as transformações de natureza espacial interferem na configuração social da violência (RIBEIRO, 2004). Diversos são os contextos sociais e geográficos brasileiros marcados por históricos de homicídios e outras violências como os sertões, as fronteiras agrícolas, os garimpos, os seringais e atualmente, o ambiente urbano metropolitano (ZALUAR, 1997; SOARES; GUINDANI, 2007). Portanto, reconhece-se que hoje no Brasil, há coexistência de diversos contextos sociais conflituosos e geradores de mortes violentas. Dentre eles destacam-se alguns como os agrários relacionados às áreas de expansão da fronteira agrícola do Mato Grosso do Sul que registrou 56% dos homicídios de indígenas no Brasil entre 2003 e 2009, segundo o Conselho Indigenista Missionário (2010) e, de acordo com Loureiro e Guimarães (2011) em 2010 523 trabalhadores rurais foram mortos no Pará. Contudo, o que se destaca é que nos ambientes urbanos metropolitanos há, atualmente, maior concentração de homicídios. Nesse sentido corrobora-se com Soares e Guindani acerca da diversidade de contextos socioespaciais nos quais há intensidade de conflitos violentos e mortes no Brasil contemporâneo:

Várias são as matrizes da criminalidade e suas manifestações variam conforme as regiões do país e dos estados. O Brasil é tão diverso, que nenhuma generalização se sustenta. A sociedade brasileira, por sua complexidade, não admite simplificações. Em São Paulo, a maioria dos homicídios dolosos encerra conflitos inter-pessoais, cujo desfecho seria

menos grave não houvesse tamanha disponibilidade de armas de fogo. No Espírito Santo e no Nordeste, o assassinato a soldo ainda prevalece, alimentando a indústria da morte, cujo negócio envolve pistoleiros profissionais, que agem individualmente ou se reúnem em «grupos de extermínio», dos quais, com frequência, participam policiais. (SOARES; GUINDANI, 2007, p.208).

É possível identificarmos hoje, como mencionado anteriormente, uma coexistência tanto de mortes violentas em contextos agrícolas e rurais como em grandes centros urbanos, no entanto, o ambiente urbano, sobretudo o metropolitano, concentra hoje a maior parcela dos homicídios registrados no país (WAISELFSZ, 2011). Deste modo, a dimensão espacial, no sentido da organização social do território, implica também na reconfiguração dos conflitos letais e das principais causas ou motivações das violências interpessoais. Com isso, reconhece-se o território como um elemento relevante para a compreensão da maneira pela qual a violência sedimenta-se nas relações sociais no Brasil, ou seja, o modo como o espaço tem sido apropriado e territorializado pelos diversos grupos a partir das disputas, tensões e interações sociais.

A situação atual brasileira, em relação ao número de homicídios, segundo uma comparação internacional⁴ para o período de 2003 a 2007⁵, apresentada por Waiselfisz (2010), mostra que, entre 91 países o Brasil era o sexto mais violento, com a taxa de 25,8 homicídios por 100 mil habitantes. A sua frente estavam El Salvador (50,1), Colômbia (45,4), Guatemala (34,5), Ilhas Virgens (EUA) (31,9) e Venezuela (30,1). Menos violento que o Brasil, com taxa um pouco menor a Rússia com taxa de 20,2 homicídios. Ressalta-se a dimensão regional do problema, pois, entre os sete países mais violentos havia predominantemente representantes da América Latina e Central. Tal grupo dos sete países com taxas acima de 20 homicídios por 100 mil corresponde a 7,7% do universo de 91 países analisados por Waiselfisz (2010). Os Estados Unidos da América ocupava a vigésima sétima posição com taxa de 6 homicídios por 100 mil habitantes. Como ele, ou seja, com taxas abaixo de 10 homicídios por 100 mil habitantes, havia um grupo de 73 países. E, com taxas abaixo de cinco homicídios um grupo de 58 países. Com índices

⁴ O nome e as taxas de homicídios de cada um dos 91 países podem ser encontrados na publicação organizada por Waiselfisz (2010).

⁵ O critério utilizado por Waiselfisz (2010) na comparação entre os países considerou dados disponíveis para anos do período de 2003 até 2007, isso se deve, de acordo com a leitura de Cano e Santos (2001, p.82) ao fato de que poucos países informarem sistematicamente dados criminais e de saúde às organizações internacionais.

abaixo de 1 homicídio por 100 mil habitantes um grupo de 21 países, com predominância quase absoluta de países da Europa e da Ásia (WASELFISZ, 2010). A comparação apresentada mostra a violência extrema, expressa pelos homicídios, como um problema atual no Brasil e que não está disseminado com a mesma proporção entre os 91 países considerados, mas concentrado em um grupo restrito de países, com destaque o nosso.

A magnitude do problema com seus custos humanos e econômicos diretos e indiretos levou, nos últimos anos, a um aumento da produção de estudos e pesquisas sobre os homicídios no Brasil e, dentre eles, destacam-se: a série de mapas da violência e outros estudos sobre homicídios organizados por Waiselfisz (1998; 2004; 2006; 2008; 2010; 2011); Cruz e Batitucci (2007); Soares (2008); Cano e Santos (2001)_apresentados nos parágrafos seguintes.

As análises feitas por Waiselfisz (1998; 2004; 2006; 2008; 2010; 2011) fundamentam-se em uma única fonte de dados, os registros de óbitos das secretarias de saúde, em função da confiabilidade e da padronização dos registros. Nas comparações internacionais ele recorre aos dados computados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) pelas mesmas razões. De um modo geral, os trabalhos de Waiselfisz apresentam análises mais descritivas e exploratórias, e são úteis tanto para a identificação dos espaços mais violentos como do perfil sócio-econômico das vítimas de homicídios no Brasil. Três pontos são cruciais e, portanto, reiterados nas suas análises sobre os padrões dos homicídios no país:

- a) a expressiva vitimização dos homens jovens não brancos (pretos e pardos);
- b) a tendência de estabilização das taxas nas capitais e do aumento dos homicídios nas cidades médias a partir de 1999;
- c) a concentração das mortes violentas em áreas metropolitanas.

Sobre esse último ponto, por exemplo, Waiselfisz (2010), mostra que em 2007, 10 regiões metropolitanas (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória) acumularam 45% (21.451) do total de homicídios registrados no Brasil (47.707 vítimas) segundo os registros do SIM/MS. Ressalta-se que, para a escolha dessas 10 RMs Waiselfisz considerou as nove “criadas ao longo da década de 1970, agregando também a região metropolitana de Vitória, que, por ser mais recente, apresenta um interesse

específico quando se trata de analisar a violência letal no país.” (WAISELFISZ, 2010, p. 15). Nota-se que, com exceção de Vitória, a seleção priorizou os critérios institucionais e não a maior incidência de homicídios, tanto que nesse grupo temos situações bastante diferenciadas como São Paulo em um extremo com 19,1 homicídios por 100 mil habitantes em 2007 e Recife com 72,6.

Em relação à tendência de estabilização das taxas nas capitais e de crescimento das taxas nas cidades médias destacada por Waiselfisz (2004; 2008; 2010), faremos alguns breves comentários. Primeiro que, a tendência de estabilização das taxas nas capitais é preocupante, pois exceto por Palmas com taxa de 12,8 homicídios para cada grupo de cem mil habitantes, São Paulo com taxa de 19,1 e Florianópolis com 19,5, as taxas das demais 24 capitais incluindo Brasília permanecem em patamares muito elevados e superiores a média nacional de 25,8 homicídios por 100 mil habitantes. Continuando, em uma comparação entre as capitais entre as taxas de homicídio de 1997 e de 2007 mostrou-se que das 11 capitais que tiveram redução nas taxas de homicídios, em 9 delas a queda ultrapassou 15% (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória Cuiabá, Campo Grande, Recife, Rio Branco, Macapá e Boa Vista) e que duas registraram queda inferior como Brasília e Manaus, com 5,9 e 7,8, respectivamente. As demais 16 capitais apresentaram crescimento das taxas de homicídio superior a 15%. Dos municípios sede de cidades médias onde crescem os homicídios, muitos deles integram áreas metropolitanas como Betim, Contagem, Belford Roxo, Ananindeua entre muitos outros, logo, evidencia novamente a centralidade da questão metropolitana dos homicídios no Brasil. Ou seja, a desconcentração dos homicídios defendida por Waiselfisz (2004; 2008; 2010) poderia ser concebida também como um processo de metropolização da violência letal no país. Além disso, se o crescimento hoje é maior nos municípios não-metropolitanos, as taxas de homicídios metropolitanas são mais altas.

Soares (2008) realiza uma análise sobre o homicídio em perspectiva histórica e comparada, no Brasil e no mundo, utilizando diversas abordagens teóricas e metodológicas. O autor correlaciona os homicídios com variáveis econômicas, culturais, demográficas e sociais, abordando temas como urbanização, metropolização, migrações, densidade, gênero, idade, cor/raça, religião e desenvolvimento econômico. Além disso, discute sobre as fontes de dados

disponíveis, as teorias e metodologias mais comuns nas abordagens sobre a violência letal.

Assim, em Soares percebe-se um alerta sobre o perigo de se pensar a violência no Brasil enquanto um fenômeno moderno e contemporâneo como se, somente depois da urbanização e industrialização ela se apresentasse de fato como problema social. Tal alerta gera algumas inquietações, expressas por perguntas como: o que mudou então? O Brasil está ou não mais violento? Talvez, a resposta para as questões perpassa tanto por dimensões geográficas tal como “onde?”, como por históricas “quando?” e sociais “com quem?”. (SOARES, 2008).

Nesse sentido, Soares não descarta a influência dos processos de urbanização e industrialização para a compreensão do problema da violência letal, mas alerta sobre a necessidade de cautela nas análises que tendem a explicá-la como consequência unívoca de tais fatores. O autor reconhece o crescimento anual dos homicídios no Brasil, entre as décadas de 1990 e de 2000, mas identifica que ano a ano varia-se pouco o número de mortos por violência. (SOARES, 2008).

A dinâmica identificada por Soares atesta sua tese de que o problema esteja bem incrustado nas relações sociais no país e que, portanto, não se trataria de um fenômeno atual. Apesar dessa constatação, (SOARES, 2008), apenas na década de 1970 as ciências sociais brasileira dedicaram atenção ao tema da violência (ZALUAR, 1999). Partindo ainda das considerações de Soares supõe-se que, o que tenha mudado seja o modo como tal problema tem sido apreendido socialmente. E, neste caso, alguns fatores, acentuados nas últimas décadas, podem ter contribuído como o adensamento gerado pela urbanização, a expansão dos acessos e meios de informação, a redemocratização política que possibilita entre outras coisas a publicização dos dados sobre homicídios, dentre outros. (SOARES, 2008).

No Brasil nos anos de 1990 a 2000, por exemplo, o aumento do acesso as armas de fogo parece ter gerado um efeito significativo sobre as taxas de homicídios, entretanto, a presença *per se* dessas armas não implica aumento dos homicídios como o caso norte americano mostra (SOARES, 2008). Sobre a influência das armas de fogo, no estudo de Peres, por exemplo, nota-se que o incremento de mortes por armas de fogo no país foi expressivo entre 1990 e 2001, mas outros fatores também foram considerados relevantes para o estudo das mortes como gênero, idade, cor/raça e espaço urbano. (PERES, 2004).

Nesse mesmo sentido, Soares reconhece que a *composição* dos homicídios no Brasil, durante a virada do último milênio teve como principais componentes as variáveis gênero, idade, presença de armas de fogo, estado civil, sem com isso propor relações causais e sim uma apresentação da *composição* dos homicídios em um determinado espaço-tempo. (SOARES, 2008, p. 40).

Ao analisar correlações possíveis entre a variável renda média e as taxas de homicídios, por exemplo, Soares encontra baixa correlação, exceto nas áreas metropolitanas. Outro fator analisado pelo autor de dimensão econômica é a taxa de desemprego, que teria mais relação com crimes contra o patrimônio do que com homicídios. Tal autor aponta para um quadro complexo para nosso país, no qual os indicadores sociais como escolarização, renda média, taxa de empregos, queda da mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida crescem juntamente às taxas de homicídios. (SOARES, 2008, p. 54).

É também relevante ressaltar que as estatísticas como as taxas médias que medem renda e emprego escondem muitos aspectos da realidade social e de alguma forma mascaram o grau extremo de desigualdade social existente no Brasil. Contudo, como o próprio Soares coloca, a desigualdade pode crescer junto com a diminuição das taxas de homicídios como no caso da Colômbia e, que no Brasil ainda não é clara a correlação entre desigualdade e homicídios, ressaltando a complexidade do fenômeno. Outra dimensão relevante para o presente estudo, também identificada por Soares é a concentração metropolitana dos homicídios no interior dos territórios municipais metropolitanos, contudo o autor não corrobora com a correlação direta entre tais espaços e a incidência das mortes violentas. (SOARES, 2008, p. 55).

Deste modo, em Soares reconhece-se o homicídio como um fenômeno dinâmico e que, portanto, não poderia ser enquadrado rigidamente por nenhum conjunto de variáveis ou teoria sociológica, pois suas variações e *composição* são sensíveis aos tempos, aos espaços sociais e aos contextos políticos e geográficos dos países. (SOARES, 2008, p. 37).

Assim, percebe-se que, em períodos e contextos diversos, determinados fatores podem ter mais ou menos peso sobre as taxas de homicídios e que, no Brasil contemporâneo a constituição dos territórios decorrente da metropolização imbricada a outros fatores pode ser significativa para elucidação da concentração

socioespacial dos homicídios no país. Enfim, Soares esforça-se para demonstrar que os anseios por respostas simples, objetivas e permanentes sobre quais seriam as variáveis chave para explicação dos homicídios no Brasil, e nos países em geral, não são sustentáveis, pois são sensíveis aos contextos socioespaciais e históricos dinâmicos. Ressalta-se que, em um contexto de extrema desigualdade social e de violência, como ocorre no Brasil, a produção de estudos voltados para a compreensão dos efeitos das desigualdades sobre a incidência de crimes e de mortes violentas é bastante significativa. (SOARES, 2008).

Em Cano e Santos, nota-se um esforço para analisar a influência da pobreza e da desigualdade sobre os homicídios, e para isso, realizam-se diversas comparações entre as unidades federativas brasileiras e entre municípios do estado do Rio de Janeiro balizando-se pelas seguintes questões: a pobreza, no Brasil, gera violência? Em nosso país, a desigualdade social e as diferenças de rendimento médio mensal familiar têm alguma influência sobre os homicídios? Cano e Santos também indagam se a urbanização brasileira contribui ou não para os índices de letalidade e, por fim, discutem sobre até que ponto a qualidade dos dados e informações disponíveis pode interferir nas respostas às perguntas suscitadas anteriormente. Ressalta-se que a fonte de dados, sobre as mortes por homicídio, utilizada por Cano e Santos são as certidões de óbitos processadas pelo Ministério da Saúde. (CANO; SANTOS, 2001).

Ao comparar as unidades federadas, a partir dos óbitos registrados em 1997, à primeira vista, Cano e Santos evidenciam que as altas taxas de homicídio não estão contidas nos estados mais pobres, geralmente localizados nas regiões norte e nordeste, com exceção de Pernambuco. (CANO; SANTOS, 2001, p. 53). Sendo que, no período analisado pelos autores a região sudeste abrigava dois dos três estados com maior gravidade do problema, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Contudo, Cano e Santos consideram que as baixas cifras dos estados com maiores índices de pobreza sejam conseqüência de problemas de cobertura, “[...] uma vez que, os estados menos desenvolvidos tendem a ter um número mais alto de municipalidades com informações deficientes (‘irregulares’) sobre mortalidade, ou seja, com uma proporção considerável de mortes não registradas.” (CANO; SANTOS, 2001, p. 55).

Dentre os estados brasileiros com piores níveis de notificação de óbitos estão, via secretarias de saúde, o Maranhão e o Piauí. Contudo, para Cano e Santos com exceção dos dois últimos estados mencionados as notificações incompletas não são

suficientes para justificar as razões pelas quais os estados mais pobres apresentariam taxas mais baixas de homicídios, pois, as mortes provocadas por outras causas apresentaram diferentes padrões geográficos. Assim, a análise das taxas de suicídio por estado, por exemplo, mostrou que os estados da região sul são mais atingidos por esse tipo de violência, como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O que Cano e Santos não descartam é a hipótese de que haja correlação entre nível de completude das notificações e grau de desenvolvimento. (CANO; SANTOS, 2001, p.58).

Para explorar as possíveis correlações entre homicídios e renda e desigualdade no Brasil, Cano e Santos utilizam os registros de óbitos de 1991 devido aos dados do Censo disponíveis na época serem do mesmo ano e, ressalta-se que comparativamente as taxas de homicídios dos estados variaram pouco de 1991 até 1997. (CANO; SANTOS, 2001). Vários índices que medem desenvolvimento foram testados exploratoriamente pelos autores como situação econômica, dados de educação, desigualdade (L de Theil⁶) e níveis de urbanização. Dentre todos os índices de desenvolvimento testados na comparação entre os estados, o índice “percentagem residente em municipalidades de mais de cem mil habitantes” foi o que apresentou mais correlação com os homicídios (CANO e SANTOS, 2001, p.62). Em síntese, eles não identificam correlações claras entre homicídios e renda e desigualdade, ao utilizar como unidade de análise os estados. É a urbanização que parece ter forte influência. Foram os estados mais urbanizados, tanto os ricos como os pobres, que detiveram as mais altas taxas de homicídios no período considerado por Cano e Santos (2001).

Quanto às suas análises municipais, Cano e Santos consideraram somente às do estado fluminense, também com dados do ano de 1991, e assim encontraram os seguintes resultados. Sobre a variável renda *per capita* média encontrou-se a existência de taxas de homicídios reduzidas em municipalidades com níveis de renda variados, porém, quase todos os municípios com taxas altas de homicídios tinham renda *per capita* média relativamente alta. Contudo, quando o percentual da

⁶ O índice *L de Theil* mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. É o logaritmo da razão entre as médias, aritmética e geométrica, das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo. Para seu cálculo, excluem-se do universo os indivíduos com renda domiciliar per capita nula. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2011).

população urbana municipal é considerado, renda e educação tornam-se pouco significativos e a urbanização mostrou-se novamente /estatisticamente mais impactante sobre as taxas de homicídios, quando comparada às municipalidades rurais (CANO; SANTOS, 2001, p. 73). Quanto à análise sobre a desigualdade, através da L de Theil, também apresentou um efeito ameno comparada à taxa de urbanização. Tais resultados, segundo os autores não devem ser automaticamente extrapolados para outros municípios brasileiros, pois, poderiam ser decorrentes de peculiaridades da realidade regional e social fluminense. (CANO; SANTOS, 2001).

Quando a análise é enfocada na escala intra-municipal Cano e Santos identificam correlação entre renda e homicídios, todas as áreas que tinham taxas elevadas de mortes violentas eram pobres, mas nem toda área pobre era violenta, por outro lado, das áreas com renda *per capita* média ou relativamente alta nenhuma teve taxa elevada de homicídio. Nesse sentido, atestam que “[...] as relações entre variáveis podem não ser as mesmas quando medidas em níveis diferentes”. (CANO; SANTOS, 2001, p. 84). Assim, de volta à análise sobre o interior das grandes cidades, os autores não reconhecem na *pobreza urbana* um fator único determinante da violência, porém, quando imbricada a uma série de outros fatores como urbanização rápida sem serviços sociais, falta de controle social e anonimato, desigualdade, ausência de oportunidades para a juventude etc, ela pode ser considerada relevante.

Quanto ao tamanho da unidade de análise espacial, quanto menor for maior seria a representatividade da renda média, por outro lado, “[...] a desigualdade é concebida em relação a outrem e assim, a determinação da unidade de análise torna-se crítica.” (CANO; SANTOS, 2001, p.85). A partir disso, reconhece-se a dificuldade de apreensão mais concisa de qual fator seja mais ou menos impactante sobre as taxas de homicídios, expondo assim sua complexidade, na qual, não se pode facilmente ser enquadrada unicamente por esquemas ou fatores estatisticamente elaborados.

Em Batitucci e Cruz encontra-se uma coleção de artigos reunidos e selecionados a partir de um seminário ocorrido em maio de 2005, intitulado como *Homicídios - perspectivas e experiências de políticas públicas*, realizado na cidade de Belo Horizonte e organizado pelos autores através do apoio institucional da Fundação João Pinheiro. (BATITUCCI; CRUZ, 2007). Ressalta-se que nem todos os artigos presentes na obra desses autores abordavam diretamente o tema dos

homicídios no Brasil, assim, serão comentados somente os artigos considerados por mim, como mais adequados para compor a presente seção da dissertação aqui proposta. Deste modo, os artigos que tratavam de políticas de segurança não serão comentados aqui. Serão brevemente apresentados e discutidos, de maneira entrelaçada, os trabalhos de Santos (2007), Soares, Batitucci e Ribeiro (2007), Peres (2004), Beato Filho e Marinho (2007). Contudo, iniciarei pelos últimos citados, Beato Filho e Marinho (2007), por oferecerem uma análise mais ampla dos homicídios no Brasil através da proposição de alguns padrões regionais para o fenômeno a partir da análise feita com dados do SIM/MS referentes ao período de 1980 a 2002.

De acordo com Beato Filho e Marinho, até o início da década de 1980 havia uma grande concentração de homicídios nas regiões Norte, Oeste e Centro-Oeste, notadamente em Mato Grosso, Roraima e Pará. No decorrer dos anos 80 e transição para a década de 1990, os autores identificam uma dinâmica de crescente “deslocamento” ou acúmulo dos homicídios em sentido às principais regiões metropolitanas do país como Rio de Janeiro e São Paulo e, a partir de meados dos anos 90 para outras RM's como a de Curitiba, Belo Horizonte e outras das regiões Sul e Sudeste. (BEATO FILHO; MARINHO, 2007, p. 179). Além da análise regional, eles apresentam, através de números absolutos, o crescimento exorbitante das mortes ocasionadas pelo uso de armas de fogo e reconhecem que a entrada maciça de armas de fogo durante meados da década de 1980 foi responsável pelo aumento dos homicídios na década seguinte. Se no início do período analisado por Beato Filho e Marinho as mortes ocasionadas por uso de armas de fogo representavam 45% do total de homicídios, em 2004 essa proporção foi de 77%. Os autores também evidenciam a vitimização expressiva de jovens com idade entre 15 e 24 anos do sexo masculino sendo que, em 2002, a taxa por 100 mil habitantes para tal grupo era de 58,7 no país, e para o conjunto de cidades com população acima de 200 mil habitantes a taxa correspondia a 103,4. (BEATO FILHO; MARINHO, 2007, p. 183; 187).

Como foi mostrado em (BEATO FILHO; MARINHO, 2007; CANO; SANTOS, 2001; SOARES, 2008) alguns fatores, quando agrupados, aumentariam o risco de morte por homicídios, expresso através das taxas por grupos de 100 mil habitantes, como sexo, idade, presença de arma de fogo e ambiente de pobreza urbana. Nesse

mesmo sentido Soares, Batitucci e Ribeiro (2007) enfatizam o peso de determinados fatores sobre as taxas de homicídios, além dos supramencionados, inseriram nas análises variáveis como raça/cor e estado civil, também através de dados do SIM/MS sobre os anos de 1997 a 2001 registrados para Minas Gerais. Uma apresentação breve sintetiza os principais resultados e evidências demonstradas em Soares, Batitucci e Ribeiro (2007, p.102).

Tabela 1 - Distribuição desigual do risco: efeito cumulativo dos fatores positivos e negativos do risco da vitimização por homicídio em Minas Gerais, 2001

Discriminação	Fatores positivos (diminuem o risco)	Fatores negativos (aumentam o risco)
Gênero	2,61	23,64
Gênero e estado civil	1,84	34,83
Gênero, estado civil e idade	0,38	66,09
Gênero, estado civil, idade e raça/cor	0,00	92,86

Fonte: Adaptado de SOARES; BATITUCCI; RIBEIRO (2008, p.102).

Acredita-se que, se Soares, Batitucci e Ribeiro tivessem também inserido, na Tabela 1, o fator de risco “residente em área metropolitana” e outro que pudesse indicar o *status* socioeconômico da vítima, se observaria um agravamento ainda maior do risco de vitimização por homicídio acumulado na coluna “fatores negativos”. (SOARES; BATITUCCI; RIBEIRO, 2008). Contudo, em meio a todos os fatores reconhece-se, a partir do conjunto de contribuições bibliográficas vistas até aqui, um peso relevante sobre o fator “idade”. Sobre esse fator especificamente, no estudo de Santos, nota-se uma ênfase no problema do aumento da vitimização juvenil no país, discutido a partir da presença de alguns fatores macro-estruturais como as desiguais e diversas situações de risco - naturais, tradicionais ou fabricadas - e como podem interferir na mortalidade dos jovens e até mesmo instituir um determinado perfil social da vítima. (SANTOS, 2007).

Inicialmente, com dados de mortalidade do SIM/MS, Santos compara o crescimento das taxas de homicídios entre a população jovem (18 a 24 anos) e não jovem, para as décadas de 1980, 1990 e 2000, e revela uma estabilidade das taxas da população não jovem e um aumento geométrico das taxas juvenis. O autor utiliza o caso de São Paulo como exemplo e identifica que a violência letal concentrava-se nas periferias urbanas, o que torna ainda mais dramática a vida em tais regiões paulistanas.. Nesse sentido, Santos relaciona o aumento da vitimização juvenil com fatores estruturantes da sociedade brasileira como a modernidade tardia que, provocaria, segundo ele, tanto o aumento das desigualdades e segregação social como diminuição do acesso ao mercado formal de trabalho por parte dos jovens. Não será aprofundada nessa seção a reflexão proposta por Santos, o que se pretendeu foi mostrar brevemente os pontos considerados mais relevantes pelo autor, para expor, apresentar, explorar e analisar a questão dos homicídios, com foco sobre a juventude. (SANTOS, 2007).

No caso do estudo de Peres (2004), realizado também com dados do SIM/MS, os fatores de risco como juventude, presença de armas de fogo, sexo e área de residência (periferia urbana e metropolitana) da vítima também são considerados relevantes para caracterização dos homicídios e são apresentadas pela autora através de evoluções históricas de taxas entre 1991 e 2000. Peres alerta para o problema da identificação dos “grupos de risco” de homicídio, como foi feita com a epidemia da HIV/Aids no Brasil na produção de políticas públicas focalizadas, como um risco a mais pois, reproduz rótulos como o de “indivíduos perigosos” sobre determinados grupos sociais. Portanto, Peres apresenta dados de evolução dos homicídios e discute a necessidade de formulação de estratégias eficazes para o enfrentamento de tal situação. (PERES, 2004).

Algumas luzes já foram lançadas sobre esse árduo caminho como a identificação do perfil das vítimas preferenciais, dos espaços e ambientes sociais nos quais são mais freqüentes, como Soares Filho et al., em *Análise da mortalidade por homicídios no Brasil*, identificam que, em 2003, no país “[...]aproximadamente 60% dos homicídios (30.841) ocorreram em Áreas Metropolitanas.” Além disso, a presença de armas de fogo questões como gênero, idade e raça/cor. Contudo outras perspectivas e abordagens sobre a violência e como ela tem sido cada vez mais letal, serão apresentadas nas seções seguintes, mas antes disso, serão discutidas

as duas fontes de dados mais utilizadas para os estudos sobre homicídios no Brasil: o SIM/MS e os Registros Policiais. (SOARES FILHO et al., 2007, p.11).

2.2 Principais fontes de dados sobre homicídio no Brasil

Antes de realizar as análises dos homicídios na RMBH que serão apresentadas nas seções de encerramento do presente trabalho, um passo relevante é a apresentação das principais fontes de dados utilizadas para o desenvolvimento de estudos sobre o tema. Nesse sentido, pretende-se proporcionar ao leitor uma percepção sobre os limites e possibilidades, notadas durante o desenvolvimento da presente pesquisa e através do aporte bibliográfico, oferecidas pelos dados disponíveis através das fontes existentes hoje no país.

No Brasil, duas são as fontes principais de informações para as pesquisas sobre homicídios, os registros do Ministério da Saúde e os registros das polícias militar e civil, sendo que a primeira é alimentado através das declarações de óbito e o segundo pelo boletim de ocorrência e pelo inquérito policial. Ambas as fontes apresentam limites e possibilidades de uso, e para a discussão sobre a validade e confiabilidade desses dados recorreremos: a (CANO, 1997; CANO; SANTOS, 2001; WASELFISZ, 2010; BATITUCCI; CRUZ, 2007; PERES, 2004; SOARES FILHO ET AL., 2007; LIMA 2008). Além dos autores mencionados buscou-se amparo em manuais do Ministério da Saúde como o Manual de Procedimentos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (BRASIL, 2001) e observações feitas em visitas à sede do Ministério da Saúde em Belo Horizonte. Tais visitas ocorreram entre janeiro e fevereiro de 2010, nas quais foi levantada uma base com micro-dados de informações de saúde para o período de 2005 até 2007⁷, e também conversas informais com uma funcionária do ministério, uma pessoa solícita e que possui largo entendimento sobre o processamento das bases de dados de mortalidade do Ministério da Saúde de Minas Gerais.

De um modo geral, considera-se que dentre as diversas dificuldades e desafios enfrentados pelos estudos voltados para a compreensão de fenômenos

⁷ As informações referentes aos anos anteriores, de 1998 a 2004, foram disponibilizadas pelo Observatório das Metrópoles, através da sua equipe de pesquisadores de Natal/RN, por meio da minha participação na pesquisa Organização social do território e criminalidade violenta, desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles/INCT/CNPq. Os dados de 2008 foram levantados através do sítio eletrônico do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde. (BRASIL, 2011).

como crime e violência letal no Brasil destaca-se a escassez de dados consistentes e capazes de oferecer comparações sólidas entre as UF's e municípios (CANO; SANTOS, 2001; LIMA, 2008; BEATO FILHO, 2009; MISSE, 2006; ADORNO 2006). É importante ressaltar que tal situação não é exclusiva dos órgãos de segurança pública, que nos últimos anos têm apresentado esforços significativos nesse sentido, mas decorre da ausência de uma cultura ou tradição, em nosso país, de cuidado com o preenchimento, armazenamento e padronização de informações e não um mero descaso (MISSE; VARGAS, 2007). Além disso, Paixão e Andrade reconhecem o crime como uma “[...] construção social dos males coletivos congelada nos códigos penais [...]” e que são representados pelas taxas de criminalidade que também são resultado de interações burocráticas. (PAIXÃO; ANDRADE, 1996, p. 109). Há também, segundo os autores, uma baixa disposição das vítimas em registrar queixa sobre determinados tipos de crimes como furto, roubo, violência sexual, agressões, entre outros. Nesse sentido, não haveria como supor que o número de crimes registrados corresponda ao total de crimes ocorridos. Assim, a história social do crime, em Belo Horizonte, por exemplo, é marcada pela dificuldade de se produzir estatísticas precisas em função da descontinuidade dos dados e dos critérios classificatórios empregados (PAIXÃO; ANDRADE, 1996).

Ao analisar a qualidade das informações sobre homicídios, ao longo das últimas décadas, Soares afirma que “[...] a confiabilidade dos dados, é claro, pode variar por estado e de ano a ano, mas a longo prazo aumentou a confiabilidade.” (SOARES, 2008, p. 127). Nesse sentido, os esforços para a melhoria da qualidade informacional através da institucionalização de práticas como construção e manutenção de armazéns de dados dependeriam tanto do reconhecimento da importância estratégica atribuída à informação por parte dos gestores públicos e agentes de segurança pública, como das inovações tecnológicas aplicadas. Sobre esse último aspecto, das inovações das tecnologias de informação, apesar de a literatura sociológica sobre crime e violência fazer referência indireta a eles ao comparar a qualidade do dado em função dos níveis de urbanização das áreas, não se encontra considerações específicas acerca do impacto gerado pelos avanços recentes das tecnologias da informação sobre a qualidade e disponibilidade dos dados. Ressalta-se que, não há intenção e nem pretensão, nesta seção textual, de produzir apologia aos avanços tecnológicos informacional, nem de defender a

ingênua e reducionista tese de que bastariam boas informações para compreensão de fenômenos complexos como o crime e violência letal nas sociedades modernas contemporâneas. Corrobora-se assim, (MISSE; VARGAS, 2007; LIMA, 2008; ADORNO, 2006) dentre muitos outros especialistas, de que existem muitos outros fatores imbricados no processo de produção das informações desde a percepção subjetiva dos sujeitos que preenchem os registros, até dimensões de natureza política, burocrática e organizacional que interferem na qualidade dos dados.

No caso das informações sobre homicídios, por exemplo, observa-se na última década, para o caso do SIM/MS e nos últimos anos, para o caso da PMMG, um cuidado diferenciado em relação à coleta e armazenamento desses dados. Atualmente, os estudos sobre homicídios tem se balizado por essas duas fontes principais de informações, os registros policiais e o Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), cada uma apresentando determinadas vantagens e limitações. Enfim, o que se pretende é apresentar uma discussão sobre as duas principais fontes de informação utilizadas nos estudos sobre homicídios em geral, problematizando os limites e as possibilidades analíticas identificadas em cada uma delas a partir da experiência do presente estudo e da contribuição da literatura especializada utilizada.

2.2.1 O Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde

A implantação do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), em 1975, interferiu diretamente nos procedimentos destinados ao controle da qualidade das informações de saúde. Antes de 1975, por exemplo, existia mais de 40 tipos diferentes de declaração de óbito no Brasil (BRASIL, 2011). Assim, a partir do SIM/MS estabeleceu-se um modelo único de Declaração de Óbito (DO) fundamentado em um padrão internacional de classificação de doenças e de causas mortes recomendado pela OMS. As informações foram, ao longo do tempo, depuradas por mudanças na classificação de doenças e causas morte, de 1979 até 1995 a categorização das informações foi orientada pela 9ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças - CID9. A partir de 1996 adotou-se a 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças- CID10. Castro, Assunção e Durante reconhecem que a partir de 1996 os dados de homicídios do SIM/MS, categorizados pela CID - 10 estão mais consistentes. No que diz respeito às mortes derivadas de

violências, percebe-se que homicídios eram sub-notificados e categorizados como sendo mortes de causas indefinidas pela CID- 09. Assim, além da melhora na categorização, através da CID-10, de acordo com literatura especializada, dentre todos os tipos de crimes existentes na sociedade, de uma maneira geral, o homicídio é um dos que possuem menos problemas de sub-notificação. Tal condição se deve tanto pelo alto grau de gravidade social percebida neste tipo de crime, como pela dificuldade de desaparecimento do corpo da vítima, o que favorece pelo menos a identificação da existência do fato homicídio. (CASTRO, ASSUNÇÃO; DURANTE, 2003).

Enfim, considera-se a criação do SIM/MS como um importante avanço para o país tanto na captação de dados de mortalidade, que se tornou mais abrangente e confiável, de modo a tornarem-se úteis tanto para subsidiar as diversas esferas de gestão na saúde pública, como para a produção de estudos e pesquisas sociais. (BRASIL, 2011).

2.2.1.1 Algumas limitações das informações do SIM/MS

Dentre as limitações impostas pelos dados coletados e sistematizados pelo SIM/MS destacam-se alguns problemas relativos ao preenchimento da DO. Dentre eles, por exemplo, os casos que envolvem corpos em decomposição ou de pessoas sem documentação ou contato com parentes e amigos impossibilitam o preenchimento completo da DO. Outro problema, levantado por Cano e Santos, que depende mais das condições sociais existentes como ambiente rural ou urbano que da característica da morte em si, são os casos de mortes registradas sem a informação sobre a natureza ou causa de morte, denominadas de mortes mal definidas⁸. Os municípios mais urbanizados apresentam menos problemas de morte mal definidas (CANO; SANTOS, 2001, p. 29). Por outro lado, os autores reconhecem que apenas poucas das mortes classificadas como mal definidas resultam de causas externas, nesse sentido, elas não representariam uma ameaça séria às comparações das taxas de homicídio. (CANO; SANTOS, 2001, p. 30).

Nos casos de áreas cuja proporção de mortes por causas externas de

⁸ Tais mortes classificadas como indefinidas correspondem ao capítulo XVI da CID-9 e ao capítulo XVIII da CID-10.

intenção não determinada, nas quais os médicos não determinam se a causa foi homicídio, acidente ou suicídio, for proporcionalmente alta, significa uma baixa qualidade do processamento de dados (CANO; SANTOS, 2001). Para a superação parcial de tal situação, cujo objetivo seja a comparação entre as taxas de unidades federativas, recomenda-se adicionar ao total de homicídios metade das mortes de causas externas de intenção não determinada cujo instrumento utilizado seja faca ou arma de fogo (LOZANO, 1997). Além disso, há casos nos quais as mortes simplesmente não são registradas em função da precariedade dos serviços públicos de saúde municipais como foi apresentado anteriormente em Cano e Santos (2001). Reconhece-se, portanto, que a ausência de DO como o preenchimento incompleto ou inconsistente da mesma constituem-se em problema tanto para a gestão das políticas públicas de saúde quanto para os estudos sobre a temática da violência letal.

Outras duas hipóteses são levantadas a partir do presente trabalho, sobre a incompletude ou inconsistência de determinadas informações disponibilizados nas bases de dados do SIM/MS (BRASIL, 2011). Tais hipóteses partem tanto da leitura do Manual de procedimento do sistema de informações sobre mortalidade de 2001, como das visitas ao Ministério Saúde em Belo Horizonte.

A primeira se baseia na possibilidade de que a quantidade pequena de informações tidas como obrigatórias ou essenciais interfere na qualidade do registro do óbito, ou seja, somente duas informações são consideradas como “indispensáveis” na DO: o ano do óbito e o tipo. As demais informações, categorizadas como “essenciais” e “secundárias” pelo SIM (BRASIL, 2011), podem ter sua declaração facilmente omitida devido ao fato de não serem consideradas como “indispensáveis”.

Nesse sentido, algumas informações como escolaridade e cor da pele, por exemplo, podem ter seus baixos níveis de preenchimento, como ocorre atualmente nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do país, devido a essa baixa exigência de registro. Na RMBH, por exemplo, as informações sobre escolaridade e cor apresentam níveis de preenchimento satisfatórios somente a partir de 1999. Entre as informações tidas como “essenciais” estão: sexo, idade, município de ocorrência, município de residência, causa básica e tipo de violência, estas são as mais utilizadas em estudos de mortalidade, e na RMBH possuem preenchimento satisfatório. No caso dos registros de mortes decorrentes de agressões, as

informações classificadas como “secundárias”⁹ são as mais deficitárias: ocupação habitual, naturalidade (unidade federada ou país), grau de instrução. Sobre os dados sobre raça/cor há outra ressalva, pois tal informação é preenchida subjetivamente pelo médico legista ou de plantão e não segue, portanto, critérios únicos nem os utilizados pelo IBGE na realização do Censo, que opta pela auto-declaração.

A segunda hipótese é de que nem todas as informações passíveis de preenchimento da DO são exigidas das secretarias municipais pelo Ministério da Saúde, pois nem todas são necessárias para a produção dos indicadores de saúde municipais, estaduais e nacionais. Assim, mesmo no caso da RMBH, que não possui uma estrutura precária de equipamentos de saúde, nas bases de dados disponibilizadas pelo Ministério da Saúde havia alto grau de inconsistência de determinadas informações do “tipo secundárias” como, por exemplo, bairro de residência e ocupação. (BRASIL, 2011).

Zaluar aponta, por exemplo, a existência de óbitos, dos quais, muitas vezes decorrentes de execuções envolvendo policiais, não são classificados pelos médicos como homicídio para evitarem conflitos ou problemas com os próprios policiais envolvidos na entrega do(s) cadáver (s). Ou, mesmo quando o cadáver já chega ao médico do Instituto Médico Legal (IML) ou hospital com uma ficha policial de registro da causa de morte com informações vagas e imprecisas, sem acrescer de investigação preliminar, dificilmente o médico irá contrariar o registro policial. (ZALUAR, 1996).

2.2.3 Os dados policiais

Quanto aos dados policiais produzidos no Brasil, em geral, ressalta-se não haver uma iniciativa de padronização do registro como é feita pelo Ministério da Saúde, através da declaração de óbito única, em escala nacional, ou mesmo regional no interior do território das unidades federadas. Assim, cada uma das polícias estaduais, militar e civil, possui critérios distintos tanto para o levantamento como registro das informações criminais e isso impossibilita a utilização desses dados para a realização de comparações, por exemplo, entre UF's distintas, daí a maior utilização de dados da saúde por muitos estudos sobre homicídios em casos

⁹ No caso de óbitos fetais outras informações são consideradas. Sobre tal questão ver: Carvalho (1997).

esse. A característica comum entre os dados produzidos pelas polícias é a utilização da mesma referência para a classificação dos crimes que é o Código Penal, contudo, as interpretações das cenas e circunstâncias criminais serão feitas tanto por aspectos subjetivos sujeitos como por institucionais e burocráticos das corporações. Apesar disso, os dados policiais são úteis para o desenvolvimento de estudos sobre a criminalidade como será apresentado a seguir e, a debate aqui terá como foco dados produzidos pelas polícias Civil e Militar do estado de Minas Gerais. (BRASIL, 2011).

A Polícia Militar de Minas Gerais tem feito esforços significativos para organizar suas criminais. Segundo Paixão e Andrade, desde 1985, a instituição passou a produzir relatórios uniformes e sistemáticos sobre as ocorrências em Minas Gerais. (PAIXÃO; ANDRADE, 1996). Recentemente, desde 2003, as informações e registros criminais da PMMG passam por um processo modernização através da implantação de um novo sistema informatizado de coleta e armazenamento de dados denominado de REDS. Nesse novo sistema de integração de informações policiais o lançamento das ocorrências pode ser feito via web (pela Internet), independentemente da instituição ou local de registro. O REDS institui um sistema de padronização dos formulários dos registros de ocorrências policiais e possibilita a identificação e o envio automático à autoridade policial competente para a investigação do fato, assim oferece a produção de estatísticas criminais em escala estadual sobre uma única fonte de dados (ROCHA, BARRETO JUNIOR; GONTIJO, 2010). Reconhece-se como relevante tal iniciativa, realizada pela Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS/MG), através do REDS, e que, ações como ainda essa são raras entre as demais polícias estaduais brasileiras. Ressalta-se que atualmente o REDS ainda está em fase de implantação e a meta da SEDS/MG é atingir todos os 853 municípios mineiros. Os 34 municípios que compõe a RMBH são cobertos pelo REDS, e para o presente estudo foram levantados dados de homicídios referentes aos anos de 2008, 2008 e 2010 que serão apresentados nas seções finais de apresentação dos resultados, análises e considerações.

Na Polícia Civil (PC) está sendo também implementado o Sistema de Informatização e Gerenciamento dos Atos de Polícia Judiciária (PCNet), que possibilitará o gerenciamento dos procedimentos de investigação nas unidades policiais, a ideia é de oferecer maior agilidade no tratamento das informações. Ressalta-se que tais sistemas, PCNet e REDS, mesmo que em fase de implantação

e testes, representam esforços significativos para a melhoria da qualidade de informação produzida pelas polícias. Embora, reconheça-se que, mesmo que tais sistemas venham a operar conforme prevê seus projetos originais, não seriam suficientes para encerrar completamente os problemas relacionados à qualidade dos registros criminais devido aos vieses e limites que envolvem o trabalho rotineiro das instituições policiais, bem como a baixa investigação e resolução dos casos (ROCHA, BARRETO JUNIOR; GONTIJO, 2010). Ressalta-se que não será aprofundada aqui a política de gestão de informações instituída pela SEDS/MG, apenas realizar-se-á sua apresentação sucinta.

Sobre os limites e problemas mencionados, ressalta-se que entre os registros de homicídios feitos pela PMMG, ainda há sub-registros nos casos de morte tardia que são computadas como homicídio tentado, sendo que, as informações sobre homicídios mais completas estão nos armazéns de dados da polícia judiciária. Essa última é responsável pelas investigações e acompanhamento dos casos, por isso faz o registro de homicídios, cujas mortes não ocorreram no momento da agressão. De um modo geral, em relação aos homicídios, os dados policiais apresentam informações sobre as vítimas, pois na maioria das vezes não se localizam os autores. Apesar disso, através do depoimento de testemunhas é possível levantar informações a respeito do autor e dos prováveis motivos que orientaram sua ação. Nesse sentido, as pesquisas voltadas para a compreensão e a identificação das motivações sociais predominantes em determinados crimes, tem como fonte principal os inquéritos policiais. Para superar possíveis vieses, os pesquisadores geralmente buscam outras fontes e instrumentos de coleta de informações como entrevistas em profundidade, anotações e observações em campo, registros fotográficos, imagens aéreas e de satélite, entre outros. Como mencionado anteriormente, a qualidade das informações policiais bem como dos dados da saúde é relativa à situação dessas respectivas instancias em seus estados de origem. Em Minas Gerais nota-se que, nos últimos anos esforços significativos, por parte das instituições policiais, foram realizados para a melhoria da produção de informações criminais. Entretanto, as polícias mineiras não superaram completamente os desafios que envolvem a produção de informações criminais de boa qualidade como visto em Vargas et al. (2010).

A abordagem sobre dados policiais feita pela pesquisa “O inquérito policial: uma pesquisa empírica” referente ao campo realizado em Belo Horizonte/MG, teve como foco os inquéritos de homicídios. (VARGAS et al., 2010). Segundo os autores ainda são proporcionalmente baixos os números de crimes letais registrados que tornam-se objetos de investigação policial, menos de 20%, geralmente os homicídios cujo autor é pego em flagrante desencadeiam investigações e instauração de processo judicial. Assim, grande parte das informações criminais presentes nos inquéritos de homicídios fundamenta-se no depoimento de prováveis testemunhas, sem haver confronto de tais informações com o depoimento dos autores. Por outro lado, dos homicídios que são investigados, nota-se crescimento das taxas de esclarecimento dos crimes na cidade de Belo Horizonte, conforme mostra a tabela seguinte:

Tabela 2 - Taxa de esclarecimento do crime de homicídio consumado -Belo Horizonte, 2000-2006

Ano	Ocorrências	Inquéritos remetidos à Justiça	Taxa de esclarecimento
2000	669	59	8,82
2001	676	81	11,98
2002	856	281	32,83
2003	1.175	150	12,77
2004	1.227	91	7,42
2005	1.027	163	15,87
2006	759	330	43,48

Fontes: Adaptação de SAPORI, 2007; VARGAS, 2010.

Nota: Os dados de 2006 compreendem os meses de janeiro a junho.

2.2.4 Comparando duas bases de dados: SIM/MS x Polícia

Segundo Cano e Santos os níveis de “[...] padronização e a qualidade do processamento de dados na polícia são, em geral, mais baixos do que os da área de saúde”. (CANO; SANTOS, 2001, p. 24). Além disso, até mesmo em relação ao acesso público às informações, há pelo SIM/MS um acesso livre via internet

enquanto que as instituições policiais são mais fechadas, talvez seja uma herança perversa do período militar quaisquer arquivos eram trancados a “sete chaves”, tudo era tratado como *top-secret*. Considerando essa situação, não há dúvidas de que o acesso público aos dados criminais produzidos pelas policiais e pelo sistema de justiça seja dificultado. Corrobora-se com Peres de que, no Brasil, devido à baixa confiabilidade, ausência de padronização e difícil acesso aos dados produzidos pelas polícias estaduais, o SIM/MS representa uma alternativa adequada, com consistência e grau de padronização suficiente para a comparabilidade entre as UF's, RM's e municípios nacionais, (PERES, 2004) mas considerando é claro, as orientações anteriormente mencionadas por Cano e Santos (2001). Há também outro ponto a ser considerado que, de acordo com Peres (2004), em acordo com Castro, Assunção e Durante (2003), a partir de 1996 os dados de agressões, categorizadas como homicídios, do SIM/MS através da CID - 10 apresentam menos problemas de registro observados na diminuição da proporção de mortes por causas externas de intenção não determinada.

Castro, Assunção e Durante realizam uma comparação entre os dados do SIM/MS e os da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), para o período de 1979 a 1998, e concluem que, para as cidades com menos de 100 mil habitantes os registros de homicídios da polícia são mais completos. Embora possam ser incluídos indevidamente óbitos de homicídios cometidos em municípios vizinhos como os óbitos por arma branca e de fogo de intenção indeterminada. (CASTRO; ASSUNÇÃO; DURANTE, 2003). O sub-registro da PMMG pode ocorrer também em função das mortes hospitalares tardias, que não são mais acompanhadas pela PMMG como já mencionado. Já os municípios com população superior a 100 mil habitantes os óbitos, por município de ocorrência, registrados pelo SIM/MS teriam segundo Castro, Assunção e Durante (2003) registro 20% superior ao da PMMG. Este fato deve-se tanto à melhor qualidade do registro de causa básica de mortalidade no atestado de óbito como pela maior capacidade do SIM/MS de recuperar os óbitos ocorridos tardiamente.

Contudo, os esforços e investimentos na melhoria da qualidade dos dados, tanto por parte do SIM/MS (BRASIL, 2011) quanto das polícias como no caso de Minas Gerais, não implica em uma evolução contínua e garantida sobre a produção e disseminação das informações criminais. Em 2011, o Anuário Brasileiro de

Segurança Pública identificou retrocessos na qualidade das informações criminais, incluindo os dados de homicídios, divulgadas sobre Minas Gerais e Rio de Janeiro como expressa os trechos seguintes:

Algumas Unidades da Federação mantiveram-se estáveis, como Paraná e São Paulo. Entretanto, há um grupo que chama atenção pela piora de cenário e agora estão entre os Estados que precisam investir urgentemente na melhoria dos seus dados. Entre estes, três compõem a Região Sudeste do país - Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro - e oscilaram negativamente, sendo agora classificados como Estados com informações precárias em termos de qualidade e fidedignidade.

No caso de Minas Gerais, os dados que têm sido publicados nas edições anteriores do *Anuário* e informados ao MJ correspondem a uma média de 74% daqueles oficialmente publicados pelo governo mineiro. Há um descompasso de fontes que precisa ser equacionado e que compromete os fortes investimentos realizados pelo governo de Minas, nos últimos anos, na organização do seu sistema de justiça e defesa social. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2011, p.9).

Nesse sentido, sobre a recente queda da taxa de homicídio carioca apresentadas atualmente pelas grandes mídias, por exemplo, corrobora-se com a hipótese colocada por Cerqueira (2010) de haja comprometimento significativo da qualidade dos dados que indicaram tal queda. Segundo os registros do SIM/MS (BRASIL, 2011), vê-se no caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) que os óbitos registrados como mal definidos em 2008, corresponderam a 20,5%, uma cifra bastante elevada e que contraria os registros anteriores que apresentavam em média 7,5% de óbitos registrados como mal definidos. Além de problemas relacionados à qualidade dos registros há também problemas de omissão, em casos de estados como Amapá, Santa Catarina e Espírito Santo que apenas 15,5%, 31,7% e 59% de suas áreas cobertas pelas polícias respectivamente repassaram as informações sobre homicídios à Secretária Nacional de Segurança Pública (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2011). Em Minas Gerais, por exemplo, em 2008 a SEDS iniciou um programa de publicização dos dados de homicídios georreferenciados para Belo Horizonte, em 2010 esse programa foi extinto e atualmente não estão mais acessíveis os dados mensais de 2008, 2009 e início de 2010.

Enfim, a qualidade e o acesso aos dados de segurança pública, como no caso dos homicídios, permanecem como problema e implica em desafios e limites aos estudos dedicados a tal tema. Essa situação não significa ausência de melhoras

e de esforços existentes, mas que ainda, apesar do regime político democrático instaurado no país após 1988, não há garantias efetivas sobre o acesso universal aos dados criminais. Atribui-se que parte dessa situação deva-se à própria natureza de tais dados, pois nem sempre a publicização dos mesmos pode significar em benefícios políticos para governos e autoridades políticas. Nesse sentido, a produção e a divulgação destes dados continuam sofrendo oscilações de qualidade e omissão, apesar da relevância de tais informações para o desenvolvimento dos estudos e análises que contribuem para superação dos problemas que elas próprias expressam.

2.3 Violência e crime letal nas ciências sociais brasileira

Além da importância do esforço em apresentar as fontes de dados, seus limites e possibilidades, e assim poder utilizá-las de modo mais adequado e coerente, é também relevante avaliar como os temas homicídio e violência são apresentados nas diferentes abordagens presentes nas ciências sociais brasileiras. Desta forma, uma parte significativa do debate travado nas ciências sociais brasileiras sobre os fenômenos da criminalidade letal e da violência serão apresentadas nesta seção. O objetivo é de mostrar como as representações sobre tais fenômenos, construídas pelos cientistas sociais brasileiros são sensíveis aos paradigmas dominantes em determinados contextos históricos e sociais. Tal apresentação propõe expor a diversidade de hipóteses explicativas para os fenômenos sociais homicídio e violência, expressando a complexidade desse debate e mostrando como é dinâmica a construção do conhecimento a respeito de tais temas.

2.3.1 Dinâmica social das abordagens sobre a violência, crime e homicídio nas ciências sociais brasileiras

Neste item, a produção desse panorama se fundamentará principalmente no artigo de Zaluar produzido em 1999, intitulado de *Violência e Crime*¹⁰, no qual, a

¹⁰ O artigo integrou o Projeto da Anpocs *O que ler nas ciências sociais brasileira (1970-1995)* que gerou uma série de três volumes, o texto de Alba Zaluar foi registrado no Volume 1 da coleção que reuniu artigos feitos por antropólogos, mas não se resumia a discussões puramente antropológicas

autora realiza uma síntese de 397 referências, produzidas nas ciências sociais brasileira, abrangendo o período de 1974 a 1998. Em seu balanço, Zaluar (1999) realiza uma discussão substantiva dos moldes teóricos e conceitos subjacentes aos estudos investigados e propicia um texto síntese que expõe como contextos históricos, sociais e políticos interferiam no olhar sobre a violência e o crime ao longo do período de tempo considerado. Vale ressaltar que outros três importantes trabalhos também tiveram como objetivo a realização de um balanço sobre a produção brasileira dos temas da criminalidade e da violência, são eles: (ADORNO 1993; LIMA, MISSE; MIRANDA, 2000; BARREIRA; ADORNO, 2010) avaliando suas tendências teóricas, conceituais e metodológicas. O primeiro destes balanços foi realizado por Adorno (1993), abordando 264 referências, e cobre o período de 1972 a 1993. O levantamento feito por Lima, Misse e Miranda (2000) cobriu o período de 1970 a 2000 e teve como fonte os Grupos de Pesquisa do CNPq. Assim, Lima, Misse e Miranda (2000) levantaram 35 linhas de pesquisa, 450 pesquisadores registrados, 52 grupos de pesquisa no campo “segurança pública e criminalidade”, a maioria das ciências sociais, num total de 1.166 referências consultadas. Ressalta-se que os trabalhos de Adorno (1993) e de Lima, Misse e Miranda (2000) sobrepõem-se ao período analisado Zaluar (1999) e por isso, há muitas referências semelhantes e também o contexto histórico, social e político coberto pelos trabalhos é basicamente o mesmo.

Barreira e Adorno (2010) realizam um balanço mais recente, de 2000 a 2010, sua pesquisa bibliográfica teve como fonte fundamental a produção científica dos principais pesquisadores na área de estudos sobre violência disponíveis na Plataforma Lattes em junho de 2010. Tal levantamento incluiu livros, capítulos de livros artigos, trabalhos apresentados em eventos e demais produções bibliográficas. Barreira e Adorno não mencionam a quantidade exata de referências consideradas, mas por se tratar de um período no qual a adesão ao tema da violência é muito mais expressiva, por parte dos pesquisadores em geral, imagina-se ser bastante extenso o volume de trabalhos analisados.

Inicia-se, então, destacando que apesar de, a violência estar a bastante enraizada nas relações sociais no Brasil, das mais diversas e impensadas maneiras,

pois, diversos autores sociólogos são discutidos por Alba. Para a seleção das 397 referências a autora utilizou também como fonte de consulta o *Urbadata* (Banco de Dados sobre o Brasil Urbano) sediado até então no extinto IUPERJ.

o interesse sociológico no país, por tal temática, e principalmente por sua expressão letal é recente. Segundo, Misse (1995), por exemplo, datam do início da década de 1970 os primeiros trabalhos dedicados as temáticas mencionadas:

- a) uma pesquisa financiada pelo Ministério da Justiça do extinto Estado da Guanabara em 1973 discutindo os primeiros dados sobre delinqüência juvenil no Estado;
- b) em Minas Gerais, Antônio Luis Paixão discute, a partir de séries históricas da criminalidade em MG, teorias da criminalidade cunhadas nos Estados Unidos;
- c) Edmundo Campos Coelho, no final da década de 1970, inicia estudos seriados discutindo a relação entre pobreza e o crescimento da criminalidade.

Até então, além de escassos, os estudos sobre a violência e os homicídios concentravam-se mais entre historiadores, geralmente orientados por abordagens colonialistas ou escravagistas. Havia também outros profissionais como juristas e médicos que também dedicavam atenção às temáticas da violência e do crime. Somente no final da década de 1990, através de uma iniciativa do Ministério da Justiça, quando o problema das mortes violentas e outros crimes são reconhecidos nacional e socialmente, cientistas sociais são convidados a integrar a equipe do Ministério da Justiça (ZALUAR, 1999 p.29). Para se ter uma ideia sobre o reconhecimento tardio da violência e das mortes violentas enquanto problema social mais amplo, a primeira pesquisa com dados de vitimização¹¹ feita no Brasil data da década de 1990, e foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1990). Em tal pesquisa buscou-se investigar a incidência de crimes junto à população e também os níveis de confiança nas instituições de controle social.

De volta à produção sociológica brasileira, ressalta-se que diversos fatores sociais e históricos ajudaram a moldar o entendimento dos cientistas sociais sobre os temas em foco, e isso ajuda a entender o baixo crédito ou *status* que a criminalidade e a violência tinham, de um modo geral, enquanto um tema de interesse. Do ponto de vista histórico, entre a década de 1970 e 1980, era marcante nas abordagens sobre a violência uma percepção de que quando partia da ação de

¹¹ Para maiores informações ver: (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1988).

populares era vista como benéfica, mesmo se intraclasse, e quando a violência era produzida por agentes estatais era vista como perigosa (ZALUAR, 1999). Em parte, tal forma de abordagem da violência foi enviesada pelo contexto político da época, regime ditatorial, e por outro lado, pelas correntes de pensamento sociológico mais presentes na episteme dos cientistas sociais brasileiros. Nesse sentido, a percepção de que a violência popular era algo bom e positivo tinha inspiração no pensamento marxista revolucionário, pois era reconhecida como um meio legítimo de as classes trabalhadoras atingirem a tão sonhada revolução socialista. Contudo, Zaluar não intenciona julgo ingênuo sobre as abordagens marxistas, pois reconhece que a fusão entre “[...] Marx/ Foucault pode ter germinado alguns híbridos estranhos aos olhos dos que repelem o ecletismo teórico, mas teve, sem dúvida, eficácia explicativa naqueles mecanismos de poder estatal e poder disciplinar mais evidentes.” (ZALUAR, 1999, p. 17). Nesse sentido, longe de cair em ciladas ensejadas pela percepção anacrônica, é interessante reconhecer como as percepções acerca da realidade social são sensíveis aos contextos políticos e a passagem do tempo de tais regimes e outras transformações sociais.

A explicação para a violência e crime no Brasil tinha então dois vieses predominantes: a extrema desigualdade social e a ineficiência e abuso de poder das instituições estatais designadas à execução da justiça e a manutenção da ordem pública. Quanto ao último item mencionado, da ineficiência das instituições estatais, por exemplo, nos estudos sobre linchamentos defendia-se a ideia de que a falta de acesso aos meios jurídicos pela população pobre ensejava o cometimento de tal violência (ZALUAR, 1999, p.32).

O estabelecimento de uma democracia burocratizada, entre outros fatores como a queda dos regimes socialistas regido pela antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), levou os estudiosos, sobre o crime e a violência, a considerarem outras dimensões e esferas analíticas como o racionalismo e a modernidade (ZALUAR, 1999, p.17). Nesse sentido, entra em foco o estudo da dimensão organizacional das instituições estatais diretamente relacionadas com o controle da violência como “Sistema Penal”, “Funcionamento da Justiça” e “Polícias”, bem como, a própria “privatização dos meios para de garantir a segurança urbana” que passam a ser relacionados ao crescimento do crime no país (ZALUAR, 1999, p. 23). Outros direcionavam o foco de seus estudos para a violência e corrupção policial, sem com isso descartar fatores como pobreza e contexto urbano, em tom de

denúncia predominantemente, afim de, combaterem um tipo de crime cujas vítimas mais freqüentes eram os grupos mais destituídos (ADORNO, 1993; PAIXÃO; BEATO FILHO, 1997). Além disso, estudos também direcionados a contar as vítimas de homicídios no Brasil, que evidenciavam o jovem pobre como sua vítima preferencial, destacavam a questão socioespacial envolvida na geografia de tais crimes. Provavelmente o interesse dos cientistas sociais pela compreensão da violência e dos homicídios tenha também relação com a sua manifestação urbana aliada ao aumento da sensação de insegurança advindo do crescimento das taxas de criminalidade, bem como pela maior disponibilidade de informações sobre mortalidade a partir de 1979 através do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde.

Apesar da diversificação das abordagens, as esferas da vida social como a miséria nos grandes centros urbanos, o pequeno poder de consumo dos salários e ausência de investimentos sólidos na educação e na saúde, dentre muitos outros, permaneceram como muito significativas na explicação da violência no país. Contudo, tal permanência trazia junto o terrível perigo epistemológico determinista de associação entre pobreza e crime. Mesmo que a violência fosse interpretada como sinônimo de ação benéfica, de caráter político, na qual os pobres dariam visibilidade pública a sua condição na sociedade, acabava contribuindo para a produção do estigma de classe violenta ou perigosa aos pobres. Assim, afirmar associação entre pobreza e criminalidade ou pobreza e violência, seja da forma que for, leva a um claro viés que reforça a discriminação contra os pobres, tanto no imaginário da população como nas instituições encarregadas de reprimir os comportamentos considerados criminosos. E, segundo Zaluar, é interessante notar que, apesar da imensa desigualdade social brasileira, é relativamente pequeno o número de jovens pobres que se enveredam para o crime ou que são violentos. (ZALUAR, 1999).

Prosseguindo em Zaluar, reconhece-se que, na conturbada transição dos anos oitenta para os anos noventa, atravessada por uma série de fatores políticos, sociais e históricos, a globalização também foi marcante na configuração social da violência no Brasil, tornando o problema ainda mais complexo. (ZALUAR, 1999). Nesse sentido, nos anos de 1990, era possível vermos

[...] a imagem do menino favelado com uma AR-15 ou metralhadora UZI na mão, [...], com um boné inspirado no movimento negro da América do Norte, ouvindo música *funk*, cheirando cocaína produzida na Colômbia, ansiando por tênis Nike [...]. (ZALUAR, 1996, p.55).

A globalização aparece como um processo inevitável, no qual reflete mudanças profundas nas interações sociais e que transcendem a esfera local ou nacional, trazendo novas formas de expressão e de percepção sobre os fenômenos do crime e da violência.

Nesse sentido, o aumento da criminalidade violenta observado na década de 1990 trouxe para o debate vários modelos teóricos explicativos como:

- a) o da *naturalidade da transgressão* que fundamentava na ideia do crime enquanto ação política, tendo em vista que a desordem e o conflito são constitutivos da vida social;
- b) o da *lógica de acumulação capitalista* que explicaria os crimes tendo em vista as suas determinações socioeconômicas;
- c) *teoria do homem racional* que visava a melhoria do registro dos delitos por parte das instituições policiais, para se produzir meios mais eficazes para enfrentá-los (ZALUAR, 1999).

Outra dimensão relevante identificada em Zaluar é a tentativa de explicação do crescimento da criminalidade e da violência como resultado da ineficácia, ineficiência, seletividade e violência praticadas pelas instituições encarregadas pela manutenção da segurança pública. Dentre os diversos enfoques institucionalistas chamam à atenção aqueles focados no problema da ação violenta das polícias (ações policiais ilegais e violentas); em violências instituídas pelo Sistema Prisional (as sanções ilegais aplicadas que não estão previstas na Lei de Execução Penal de 1984/ escola do crime); a própria legislação penal pela criminalização do consumo de drogas ilícitas, entre outras. O enfoque institucional evidencia as mazelas do sistema punitivo formal brasileiro e como elas poderiam estar contribuindo para o agravamento da violência e das mortes violentas registradas ao longo dos anos 90 do século passado. (ZALUAR, 1999, p. 84).

No balanço dos estudos mais recentes, de 2000 até 2010, Barreira e Adorno não identificam mudanças substanciais, contudo reconhecem que é

[...] forte a inclinação para compreender mudanças no perfil da criminalidade e violência, em especial aquelas emergentes de formas organizadas com grande participação popular e também de indivíduos procedentes dos estratos socioeconômicos de renda média e elevada. (BARREIRA; ADORNO, 2010, p. 335).

Em relação à colocação de Barreira e Adorno citada, há então algumas mudanças que envolvem também as novas modalidades de crimes, conseqüência também da globalização, como *ciber* crimes, homofobia, crimes raciais, entre outros, porém o autor identifica algumas permanências. Dentre os problemas e desafios remanescentes, Barreira e Adorno destacam que “[...] o controle democrático da violência permanece como um dos mais graves desafios às políticas governamentais.”. (BARREIRA; ADORNO, 2010, p. 335). Aliado a tal problema, os homicídios e toda sua complexa e diversa teia de fatores imbricados como as armas de fogo, a juventude de/em risco, o tráfico de drogas, o crime organizado, as questões passionais, etc., mesmo com as quedas recentes das taxas vistas nos Estado de São Paulo e Rio de Janeiro¹².

Retomando a revisão histórica bibliográfica, dentre os avanços identificados por Barreira e Adorno (2010), destacam-se os estudos institucionais sobre inquéritos policiais coordenados por (MISSE et al., 2010); estudos metodológicos sobre o fluxo de informação do sistema de justiça criminal e sobre a estrutura do sistema de justiça (RIBEIRO, 2010; ADORNO; PASINATO 2007); estudos sobre o crime organizado (SALLA; MESQUITA NETO, 2007; CANO, 2009). E por fim, Barreira e Adorno (2010) analisam as relações entre pesquisadores e governos na produção de políticas públicas de segurança, vistas nessa última década, problematizando o ambíguo papel da academia na produção das políticas, ora como mentora, ora como legitimadora.

Em suma, tentou-se mostrar como a produção acadêmica desenvolveu-se no Brasil ao longo das últimas três décadas, com diferentes abordagens sobre a violência e sobre o crime, e como o homicídio permanece ainda como um problema e desafio social significativo. No sentido de compreender as causas da magnitude e dos padrões espaciais dos homicídios, principalmente nos cenários urbanos das metrópoles brasileiras. No tópico seguinte, algumas abordagens serão apresentadas

¹² Sobre as quedas das taxas de homicídios do Rio de Janeiro e também de outros Estados deve-se considerar as colocações anteriores apresentadas a partir de Cerqueira (2010) e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2011).

e discutidas com maior profundidade, com objetivo de analisar as teses sobre as causas determinantes do crescimento dos homicídios no Brasil e assim, subsidiar a análise aqui proposta para a RMBH.

2.3.2 Por que acessar a violência letal para a resolução de conflitos interpessoais?

Um dos maiores desafios para os estudos da violência é a explicação para os homicídios. Não se afirma aqui a inexistência de consensos ou teorias, ou que sejam insatisfatórias, mas que, de uma maneira geral, relativamente são poucas as proposições/ teses voltadas diretamente para a explicação do aumento do uso da violência letal em nossa sociedade. Tal escassez deve-se, em grande parte, à complexidade que envolve o fenômeno homicídio. Deste modo levantam-se questões como: o que estaria motivando a escolha pela eliminação do outro na resolução de conflitos interpessoais? Sabe-se que, em muitas das vezes, o motivo alegado ou presente nos registros de homicídios pode ser interpretado como importante para os autores dos crimes, mas por outro lado, reconhece-se que muitas das mortes decorrem de motivos aparentemente banais e faz prevalecer uma sensação de que *mata-se por muito pouco/morre-se por quase nada*. Sabe-se também que os tais motivos variam no tempo e no espaço, há determinados espaços em que o tráfico de drogas assume uma dimensão mais violenta, ou que, em determinados lugares a polícia é mais violenta e mata mais facilmente os “suspeitos”, assim por diante. Para se ter uma ideia dessa última menção, Soares e Guindani (2007) mostram que a polícia carioca, em 2003, matou 1.195 pessoas, em 2004 foram 984, em 2005 1.087 pessoas e até o 1º semestre de 2006 foram 520 pessoas executadas por policiais, geralmente jovens negros e moradores de favelas. Contudo, sabemos que presença de: polícia, tráfico de drogas, arma de fogo, pessoas jovens, pobreza, baixo IDH, desigualdade social alta, segregação socioespacial, ser solteiro, sexo masculino, entre outros fatores *per se* não determina os homicídios. Nesse sentido, serão apresentadas e discutidas algumas abordagens que representam esforços relevantes para tentar ou ajudar a responder a complexa questão da face letal da violência urbana brasileira.

Anteriormente, mostrou-se que o crescimento dos homicídios no Brasil na virada do século XX para o XXI não foi homogêneo entre as faixas etárias nem entre

os espaços urbanos, ou seja, as mortes entre jovens tiveram um impacto visível sobre a taxa global registrada para o país. Viu-se também que tais mortes juvenis concentraram-se em determinados espaços constituintes de áreas metropolitanas e que a maioria maciça dos jovens assassinados eram do sexo masculino residentes em periferias urbanas e que, além disso, a arma de fogo foi amplamente utilizada como instrumento na consumação dessas mortes.

Sobre a violência e sua dimensão letal, Zaluar identificou, através da etnografia feita com bandidos jovens, o aspecto compulsivo da repetição do ato criminoso e que as mortes eram ocasionadas por motivos comerciais ou por conta de rixas infantis, ou por “[...] um simples olhar atravessado, ou por uma simples desconfiança de traição.” (ZALUAR, 2004, p. 258). A autora não se refere somente a jovens pobres, mas de todos os estratos sociais, que incorporariam práticas que os tornavam predadores do próximo. Não se trataria, portanto, de aceitar o preceito liberal de que cada indivíduo é capaz de fazer escolhas racionais livre dos constrangimentos sociais e dos hábitos e aspirações internalizadas. Nesse sentido, Zaluar aponta para diversos e concorrentes processos de socialização, instituídos principalmente nos períodos de transição da adolescência e da juventude, que criariam *etos* ou hábitos violentos e que fariam a articulação entre o indivíduo e o social. As gangues e quadrilhas de traficantes seriam os grupos ou instituições responsáveis pelo processo desse tipo de socialização violenta. A autora identifica que “[...] os jovens pobres atraídos pelas quadrilhas de traficantes que constituíam uma pequena minoria em suas vizinhanças e que teriam uma característica pessoal e interna: a *disposição para matar*.” (ZALUAR, 2004, p.64).

A participação nas quadrilhas criminosas teria forte relação com a construção de um tipo de identidade masculina, na qual a expressão da virilidade se daria por meio de demonstrações de força através de atos violentos. A violência deixaria, portanto, de ser um fim e se tornaria um meio pelo qual os jovens expressariam sua virilidade perante o outro. Tal violência estaria associada à adesão há alguns elementos ou recursos simbólicos como o uso de arma de fogo, o dinheiro no bolso, a conquista de mulheres, o enfrentamento da morte, o que permitiu Zaluar (2004, p. 366) relacionar a violência a um *etos de masculinidade*, que posteriormente foi substituído pelo *etos guerreiro* adotado pela autora a partir de Elias (1990). Percebe-se que a escolha de Zaluar (2004) pela ideia de *etos guerreiro* tem relação com o

fato de a virilidade estar associada a um tipo de violência imbricada nas atividades criminosas. Nesse sentido, a própria participação na quadrilha criminosa significaria a adesão do sujeito a uma série de regras rigorosas que proibiriam a traição e o desvio de quaisquer recursos e, além disso, a entrada e a permanência na quadrilha dependeriam de um esforço grande dos jovens para arcar com os compromissos assumidos. A autora mostra que muitos aderem às quadrilhas para quitar dívidas ou se sentirem mais fortes perante os inimigos “criados”, ou seja, a participação na quadrilha assume um custo alto, na qual o jovem se vê forçado a bancá-lo, gerando um círculo vicioso que eles próprios denominaram de “condomínio do diabo” (ZALUAR, 1994). A quadrilha então passa a ser uma *agência socializadora*, na qual:

[...] Como agência de socialização, a quadrilha parece cumprir uma função sem par. É nela que os jovens iniciados podem passar por um ritual (de fogo) em que provam a sua audácia ou disposição para matar, desafiam o medo da morte e da prisão, enfrentam o perigo maior que pessoas dessa classe social podem enfrentar. (ZALUAR, 1994, p.143).

Percebe-se que, em relação aos homicídios, tal situação provocaria tanto a maior exposição dos jovens ao risco de morte, seja em confrontos com a polícia ou com outras quadrilhas rivais, como maior propensão de cometimento do crime letal, seja por um simples olhar atravessado ou por qualquer outro motivo que fira sua virilidade guerreira. Ressalta-se que, não há aí uma correlação entre violência e pobreza, desigualdade, exclusão, exploração ou dominação e sim a identificação de um processo pelo qual, há a internalização de *habitus* ou práticas violentas que informam os diferentes cursos da ação. Há também identificação de que as atividades relacionadas com a organização do crime, em torno do tráfico de drogas, são fundamentais para o estabelecimento dos ritos que irão instaurar a construção desse *etos guerreiro* entre os jovens envolvidos nas quadrilhas.

Se Zaluar (1994; 1999) destaca a instauração de comportamentos predatórios, entre jovens, como uma forma de expressão de um *etos* específico à violência, Soares (2005) nota que os conflitos entre as juventudes perpassam também por outras dimensões da condição juvenil marginal. O autor, então, tenta mostrar que esses jovens, que são alvo das mortes e da violência policial, são também sujeitos socialmente invisíveis. Essa invisibilidade social se quebraria somente, segundo a percepção dos jovens afligidos por ela, quando estivessem de porte de uma arma de fogo e assim seriam notados pelos outros membros da

sociedade mais ampla como “sujeitos”. Essa invisibilidade pode ser entendida também como decorrência da elevada segregação socioespacial conjugada com situações de extrema privação econômica nas quais tais jovens vivem, sendo que muitos passam a maior parte das suas vidas sem sair de suas comunidades.

O que chama a atenção na abordagem de Soares, além das denúncias que o autor faz sobre as políticas de extermínio praticadas pela polícia sobre os jovens pobres, é que a violência recrudescida é então notada também como meio de aquisição de visibilidade social juvenis. O autor chama a atenção para o modo perverso no qual, muitos jovens são conduzidos a experiências violentas, seja como vítima ou como autor. Dessa forma, no cenário urbano metropolitano contemporâneo o anonimato parece ter sua face mais extrema para alguns grupos sociais como jovens moradores de periferias pobres ou favelas. (SOARES, 2005).

O reconhecimento de que há um ingrediente que tornam mais violentas as sociabilidades e mais letais os conflitos interpessoais, nas investigações de Silva (2008a) levou-o a formulação do conceito de “sociabilidade violenta”, que seria uma tentativa de compreender um tipo de resolução de conflito que em muitos casos conduz ao extermínio do outro. Aqueles que se valem da *sociabilidade violenta* se impõem sobre o outro por meio do uso da força física, o que faz com que a força não seja apenas um meio para a obtenção de interesses, mas princípio da ação. É justamente isso que faz da *sociabilidade violenta* uma forma de poder, e, portanto, uma ordem social. Ainda que restrita a um grupo específico, aos criminosos, ela, ao se configurar como uma ordem social acaba por atingir um grupo muito mais amplo, como o daqueles que são obrigados a partilharem seu lugar de moradia na mesma vizinhança que os criminosos, geralmente as periferias empobrecidas e favelas. Nessa ordem haveria pouco espaço para os princípios éticos ou morais uma vez que o outro, com o qual o conflito poderia em princípio ser negociado, é objetificado. Mas entre esses dois pólos, os criminosos que impõem a sua ordem e os que a ela são obrigados a se submeterem, há, nas palavras do próprio Silva:

[...] uma imensa nebulosa de situações intermediárias que devem ser consideradas, mas segundo creio, ainda não são bem compreendidas. Elas ligam-se, de um lado, ao fato de que é preciso ‘aprender a ser agente’: não se nasce ‘portador’ da sociabilidade violenta [...]. (SILVA, 2008b, p. 42-3).

Esse aprender a ser, apesar de estar tão diretamente relacionado aos jovens, como colocado por Machado Silva (2008b), corrobora com a ideia do *etos guerreiro* defendida por Zaluar (2004), à medida que em ambos os conceitos a truculência na violência é aprendida através de interações sociais via adesão de valores e sentidos da conduta. Contudo, em Silva o aprendizado e internalização da violência enquanto princípio da ação não estaria vinculado ao envolvimento direto em quadrilhas criminosas. A *sociabilidade violenta* é apreendida socialmente, indiferente ao envolvimento em atividades criminosas. Nesse sentido, Silva reconhece também as grandes cidades como *lócus* do padrão de tal sociabilidade em formação, segundo ele,

[...] trata-se justamente daquilo que confere especificidade histórica à violência contemporânea nas grandes cidades, tornando-a um objeto sociológico singular e um problema social muito mais complexo e profundo do que sua apreensão atual faz crer. (MACHADO SILVA, 1999, p.117).

A abordagem de Michel Misse (2008b) reconhece, no Brasil, a existência de um processo de incriminação dos indivíduos enviesado pela desigualdade social, no qual a construção social feita pelos agentes de polícia, do tipo suspeito e incriminável, esbarra em questões relacionadas ao local de moradia, cor, idade e gênero. Tal processo de incriminação apesar de ser executado diretamente pelas forças policiais não estaria restrito a elas, teria uma dimensão social mais ampla. Quanto à ação policial, nesse sentido, coube em grande maioria dos casos, à própria polícia, no país, definir sobre o destino a dar às acusações e às incriminações, mesmo que por caminhos extra-legais como a execução sumária de determinados suspeitos incriminados. Tal situação provocaria um distanciamento entre as instituições da justiça formal e as classes sociais desfavorecidas que, por sua vez, tem menos recursos simbólicos e materiais de acesso à justiça.

Dando continuidade a essa perspectiva, completa Misse, argumentando que “[...] as classes sociais excluídas desses recursos tendem a ser as que menos recorrem à polícia e à justiça e, ao mesmo tempo, a se tornarem o principal universo da desconfiança e da repressão policiais”. (MISSE, 2008b, p. 132). O que Misse (2008b; 2008a) leva a entender é que, o distanciamento em relação ao sistema de justiça moderno por grupos e classes em desvantagem social, e a incriminação sofrida por eles, faz com que, quando estiverem envolvidos mesmo como suspeitos, outras formas de resolução dos conflitos serão instituídas paralelamente aos

mecanismos formais existentes. Reconhece-se, portanto, que haveria um descontrole por parte do Estado moderno sobre o uso da violência dirigido aos grupos e classes em desvantagem social, mesmo quando essa violência fosse exercida por agentes representantes da ordem pública legal como as polícias. Misse (2008b) identifica que, os jovens, principalmente àqueles residentes em áreas empobrecidas do Rio de Janeiro, são mais vulneráveis a sujeição criminal e por isso teriam uma relação ainda mais tensa e conflituosa com a polícia e as instituições do sistema de justiça criminal.

Dessa forma, Misse (2008b) coloca que, a partir de sua experiência no contexto carioca, no Brasil prevalece o estabelecimento de meios privados de resolução de conflitos sobre os meios legais, isso também entre as classes médias e dominantes. Sendo que essas últimas, quando na posição de acusado, optam pela estratégia do “bom advogado” utilizando dos mecanismos jurídicos e legais existentes na legislação que permitem escapar da penalização criminal. Contudo, o que é de interesse aqui é que, esse prevalectimento dos meios privados sobre os públicos na resolução dos conflitos interpessoais faz da violência um recurso altamente demandado e indiferente às preconizações das leis e normas jurídicas existentes para mediação das relações sociais conflitantes. Corroborando a essa consideração, de como os meios jurídicos e legais constituem-se como mecanismos percebidos como distantes ou pouco eficazes, associado ao incremento das armas Misse coloca que:

Assim como a « delação » substitui a denúncia, no âmbito moral, a « eficácia » da justiça privada substitui os procedimentos racionais-legais, no âmbito da sensibilidade jurídica. Linchamentos, chacinas e acertos de conta privados, contratação de jagunços, pistoleiros ou sicários, criação de grupos de extermínio por policiais e expoliciais (« esquadrões da morte ») ou pequenos comerciantes e empresários (« polícia mineira »), apelo à pena de morte como panacéia para todos os males, tudo isso não aparece de uma hora para outra, leva muito tempo social para acumular-se, dinamiza-se em alguns ciclos e ganha maior capacidade e abrangência de produzir vítimas em outros, graças ao incremento tecnológico das armas. (MISSE, 2008b p. 133).

Nessa linha, percebe-se como Misse (2008b) reconhece nas interações micro-sociais, no contexto mais amplo brasileiro, os caminhos pelos quais a violência e sua face letal encontram espaços e legitimação entre os grupos das diversas classes sociais, de forma paralela e, parcialmente independente, aos controles de

representantes diretos da ordem jurídica e legal do Estado no Brasil. Outro ponto relevante evidenciado por Misse (2008a) é que, apesar de, não existir uma relação causal entre pobreza e violência, há entretanto, na construção das representações sociais de quem são os “sujeitos” incrimináveis uma relação clara com a pobreza urbana. Assim, Misse afirma que “[...] O recurso à astúcia ou à força, nas relações interindividuais, mobilizam uma seleção social dos crimes que devem preferencialmente ser perseguidos. Sua associação com a pobreza urbana completa o processo.” (MISSE, 2008a, p. 140).

Outras teses relevantes que explicam os homicídios no Brasil partem de premissas cunhadas na sociologia norte-americana e focam-se em aspectos ecológicos e organizacionais relacionados às dinâmicas e formas de estruturação das atividades criminosas, principalmente àquelas relacionadas ao tráfico de drogas. Em pesquisa recente Saporì e Medeiros (2010) buscaram compreender quais impactos possíveis o tráfico e o consumo de *crack* teriam tanto sobre a saúde como a segurança pública, tendo como campo a cidade de Belo Horizonte.

Dentre os diversos fatores identificados nos resultados alcançados pela pesquisa sobre o *crack*, há uma tese desenvolvida por Saporì et al., (2010) que aborda diretamente o fenômeno da violência letal a partir da dinâmica das atividades sociais criminosas relacionadas ao tráfico e consumo de tal droga ilícita. Ressalta-se que os autores utilizaram como base para orientação da análise, principalmente, as contribuições teóricas de Goldstein (1985) e Blumstein (1995). De Goldstein (1985) a premissa que reconhece a existência de dinâmicas violentas inerentes ao tráfico de drogas e que são expressas através do conceito de “violência sistêmica”- disputas territoriais, acertos de contas, afirmação de códigos conduta internos entre membros de uma quadrilha, entre outros. Da obra de Blumstein (1995), apreendem o conceito de “efeito de desorganização da comunidade” e apresentam-no da seguinte forma:

[...] maneiras pelas quais as normas e padrões de conduta característicos do tráfico de drogas acabam por influenciar as atitudes e comportamentos de outros indivíduos que não tem envolvimento direto com a venda ou consumo de droga. A resolução violenta de conflitos do cotidiano tende a incorporar o recurso à violência física, fomentando um contexto social hobbesiano. (SAPORÌ et al., 2010, p. 40).

Nesse sentido, Saporì et al., (2010) reconhecem nas estruturas, através das quais se desenvolve o mercado de drogas ilícitas, uma plasticidade dinâmica

significativa expressa tanto pela flexibilidade na composição dos papéis como pela diversidade de relações sociais envolvidas nas redes de traficantes e usuários. As redes seriam então compostas por pontos conectados por nós, contudo, devido à dinâmica que o tráfico de drogas assume, os nós podem vir a adquirir também autonomia relativa assumindo um papel de centralidade, a partir de conexões exclusivas a outros pontos que possui exclusividade de vínculo e acesso, tais nós são denominados pelos autores como *hiperlink*.

Assim, Sapori et al., (2010) destacam a questão da complexidade de relações sociais envolvidas no tráfico de drogas e que, sua morfologia organizacional não é rígida devido à presença dos *hiperlinks* que assumem múltiplos papéis: tanto de nó na rede original, da qual tem acesso à mercadoria (drogas ilícitas) e como empreendedor (onde comercializa). Essa dinâmica aumenta a intensidade das interações e as possibilidades de conflitos gerados, principalmente em casos de *hiperlinks* que apresentem problemas nas relações comerciais internas à rede, problemas estes, derivados de descontrole sobre seu próprio consumo como dívidas não quitadas, depreciação da qualidade ou alteração das quantidades repassadas em função da necessidade de aumento do próprio consumo.

Em relação à presença do *crack* no contexto da rede de tráfico na RMBH, Sapori et al., (2010) reconhecem que o aumento da emergência de conflitos proporcionados pela integração dessa substância atribui-se à combinação entre dois fatores fundamentais:

- a) às características intrínsecas da droga como baixo custo econômico e alto grau de compulsividade decorrente de seu efeito farmacológico que gera um imediatismo do consumo que ocorre geralmente no próprio local de comercialização ou próximo a ele;
- b) predominância da presença de um perfil vendedor/usuário composto por “[...] indivíduos pobres, sem capital social que lhes permita inserções em rede mais amplas.” (SAPORI et al., 2010, p.72).

Nesse sentido, a baixa capacidade de empreendimento por parte do vendedor/usuário decorrente de suas relações sociais restritas a poucas pessoas geralmente pobres como seu próprio perfil econômico, aliado ao efeito compulsivo

de consumo aumenta o risco de falência e endividamento, gerando desprestígio e situações de conflito perante o(s) fornecedor(res). Para quitarem as dívidas com quem comprou o *crack*, muitos vendedores-usuários optam pelo cometimento de outros crimes como o roubo principalmente. Segundo Sapori et al., (2010) outra situação geradora de conflitos, ocasionadas pelo *crack* se dá pela alta rentabilidade das bocas, gerando também conflitos por disputa de bocas, principalmente aquelas territorialmente próximas e que se reconheçam como concorrentes. Esse tipo de conflito assume dimensões trágicas, pois envolvem diretamente diversos vendedores locais, das bocas que se reconhecem enquanto rivais, descritos por Sapori et al., (2010, p75) como “guerra”, alcançando assim um potencial enorme para o desfecho de homicídios.

Desta maneira, Sapori et al., (2010) reconhecem que a violência é inerente às redes de comercialização de drogas ilícitas, contudo, nas redes de comércio de *crack* a violência assume formas territoriais mais significativas que concentram situações de conflito imbricadas como as que foram mencionadas anteriormente. Os autores também identificam que, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o tráfico de *crack* até 2004 sofreu pouca interferência qualificada das instancias governamentais de repressão criminal como à violência envolvida em sua dinâmica de bocas. Após 2004, Sapori et al., (2010) colocam a hipótese de que a interferência das forças repressivas estatais teria possibilitado uma reorganização desse tráfico que buscou evitar ao máximo o cometimento de homicídios com intenção de não atrair a presença das polícias nos locais de comercialização da droga. Em suma, em Sapori e Medeiros (2010) e Sapori et al., (2010) se encontra considerações relevantes acerca da incidência de homicídios através da análise de estruturas organizacionais do tráfico de drogas a partir da interferência do *crack*, considerando os impactos da desigualdade social sobre o fenômeno no ambiente metropolitano de Belo Horizonte. Sendo que os homicídios decorreriam de questões socioeconômicas e farmacológicas associadas tanto à natureza ilegal do tráfico como pela violência inerente a ele.

Em Belo Horizonte, através do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o professor Cláudio Beato Filho coordenou diversas pesquisas focadas na temática dos homicídios. Destaca-se como um produto destes trabalhos a criação, em 2002, do Programa Controle de Homicídios, posteriormente denominado de Fica

Vivo¹³. Tal Programa propõe ações preventivas, através da articulação entre membros da comunidade local, na qual é implantado, junto à instituições como a Polícia Militar e a Secretaria de Estado de Defesa Social, e tem como público alvo os adolescentes e jovens com idade entre 12 e 24 anos residentes em áreas com taxas elevadas de homicídios. Cita-se o Fica-Vivo por reconhecê-lo como um produto de pesquisas e que sintetiza com isso o entendimento produzido pelo CRISP sobre os homicídios. O primeiro aspecto relevante para a implantação do Fica-Vivo foi a identificação dos espaços com super-concentração do fenômeno, ou seja, dos “conglomerados de homicídios”. Assim, num sentido semelhante, ao apresentado por Saporì et al., (2010), fundamentando-se também em premissas de Goldstein (1985), Beato Filho (2001) reconhece na estruturação das atividades criminosas relacionadas ao tráfico de drogas, em determinados espaços como alguns aglomerados de favelas, a *violência sistêmica* como a matriz principal dos homicídios de homens jovens principalmente, em tais espaços.

Outra teoria que fundamenta as análises e estudos feitos pelo CRISP é a “teoria da desorganização social” cunhada a partir da obra *Juvenile Delinquency and Urban Areas* de Shaw e Mckay (1942). Segundo suas premissas, fatores como o baixo status econômico e ocupacional, taxas elevadas de desemprego, elevada rotatividade da população residencial e a heterogeneidade étnica conduziriam uma vizinhança, bairro ou comunidade a um estado de desorganização social (SHAW; MCKAY, 1942). Nesse sentido, a presença de tais fatores, reunidos numa mesma vizinhança, produziria um ambiente urbano no qual a capacidade de *coesão social*¹⁴ estaria comprometida, diminuindo a capacidade de controle social sobre os jovens, propiciando com isso a ocorrência de sociabilidades juvenis violentas. Os autores também consideram aspectos da estrutura física dos espaços urbanos como fator determinante da concentração da criminalidade em Chicago, as áreas degradadas produziam ambientes mais favoráveis às práticas delitivas, segundo a percepção destes autores.

Beato Filho, ao analisar os determinantes da criminalidade em Minas Gerais, há uma diferenciação sobre o padrão do homicídio segundo o grau de desenvolvimento urbano dos territórios.

¹³ Mais informações e detalhes, sobre o Programa Fica Vivo, ver: Silveira et. al (2010).

¹⁴ O termo coesão social aqui é reconhecido a partir de Durkheim (1960, p. 45-73).

Assim, será possível lançar a hipótese de que as regiões do estado pouco desenvolvidas têm altas taxas de homicídio em virtude de preferências determinadas por valores oriundos de códigos tradicionais de honra e da valorização da mediação violenta de conflitos entre membros de um mesmo grupo, bem como da pequena possibilidade de punição. (BEATO FILHO, 2003, p.9).

Assim, Beato Filho (2003) corrobora com tese de que a criminalidade, no caso aqui tratado o homicídio, tem um padrão de ocorrência sensível às variáveis ambientais como o nível de desenvolvimento urbano. Deste modo, fatores como a própria estruturação das atividades criminosas (no caso o tráfico de drogas) associadas ao papel e à ação cumprida pelas instituições públicas responsáveis pela garantia da segurança pública junto ao ambiente social de determinados espaços seriam relevantes para a compreensão da concentração dos homicídios em áreas específicas.

E nesse sentido é que a proposta do Programa Fica-Fivo se estrutura, envolvendo tanto atores institucionais em interação com agentes da comunidade local, intervindo no ambiente através da criação de núcleos, ou seja, compreendendo o homicídio como um fenômeno social multi-causal com dimensões ecológicas. A relevância desse Programa sobre a dinâmica criminal do homicídio se deu pela constatação da redução de 47,0% dos homicídios verificada seis meses após sua implantação no Morro das Pedras. Em função desse resultado e de seu baixo custo comparado às ações repressivas estatais, o Programa foi institucionalizado como política pública preventiva pelo governo do Estado de Minas Gerais. A partir de 2003 o Programa se expandiu e foi implantado noutras áreas da capital com concentração de homicídios (favelas Pedreira Prado Lopes, Alto Vera Cruz, Cabana e Ribeiro de Abreu em dezembro de 2004, março de 2005, abril de 2005 e junho de 2005, respectivamente) e, posteriormente em áreas com problemas de criminalidade semelhantes, localizadas nos municípios metropolitanos como o aglomerado Jardim Teresópolis em Betim (SILVEIRA, et al., 2010).

Enfim, o esforço empreendido a partir da revisão dos estudos e pesquisas das ciências sociais no Brasil, foi de identificar as principais explicações contemporâneas sobre a magnitude dos homicídios na sociedade brasileira. Vimos que fatores como a condição juvenil associada ao modo como se inserem tanto em determinados contextos de pobreza como em atividades criminosas nas grandes cidades e metrópoles brasileiras, aliado a tradições punitivas de incriminação dos pobres,

produzem interações sociais nas quais a violência tem sido adotada como um recurso para orientação de condutas e ações e homicídios. Nesse sentido, o emprego da violência e a própria eliminação do “outro” não estariam restritas às situações de resolução de conflitos e tensões sociais nas sociabilidades e interações, mas seriam elementos constitutivos da identidade de indivíduos e grupos, e também das próprias relações sociais de uma forma mais ampla. Enfim, não se pretende aqui apresentar a política pública envolvida no Fica-Vivo, esse não é foco da análise proposta, e sim, apresentá-lo como fator relevante para a compreensão do entendimento do fenômeno homicídio proposto por Beato Filho (2001) através do CRISP-UFMG.

Enfim, o conjunto de hipóteses apresentadas pela bibliografia brasileira para explicar o homicídio apresenta diferentes fatores, situações e contextos sociais nos quais a violência seria acessada como recurso para resolução de conflitos e, conseqüentemente a consumação de mortes. A diversidade de explicações apresentadas pelos autores supracitados expõe a complexidade do fenômeno e mostra a necessidade e importância de continuar-se a estudá-lo e explorá-lo frente às possibilidades possíveis de análise. Nesse sentido, reitera-se a relevância do esforço de análise metropolitana de tal fenômeno, como o presente trabalho propõe.

3 NOTAS SOBRE A METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL E NA RMBH

Apresentar-se-á um panorama sobre a expansão e a efetividade do fenômeno da metropolização no Brasil, abordando as características que mais marcaram esse processo como o tardio e acelerado processo de industrialização e como a modernização brasileira implicou numa urbanização tardia e precipitada que tendeu a super-concentrar as atividades econômicas, equipamentos e serviços, consumo e problemas urbanos em determinados territórios. Abordando assim, a partir da bibliografia especializada, os fatores que conformaram a morfologia dos territórios urbanos como a expansão das periferias metropolitanas, a segregação socioespacial, a pobreza urbana e outras características marcantes das metrópoles no país. Tal apresentação será útil para a compreensão e análise da expansão metropolitana de Belo Horizonte e conseqüentemente proporcionará subsídios para a análise final dos homicídios na RMBH.

Durante a maior parte de sua história, o Brasil foi um país predominantemente agrário. Somente nas últimas décadas do século XX, experimenta uma condição plenamente urbana. Tal condição não foi alcançada por um desenvolvimento homogêneo de áreas urbanas, espraiado em seu território, mas marcado pelo crescimento e expansão de determinadas áreas que posteriormente foram reconhecidas como metropolitanas. Não é de se estranhar que tais áreas se localizariam predominantemente ao leste do território nacional, ou seja, em cidades banhadas pelo oceano atlântico, nosso principal corredor de acesso aos países europeus, seja nossa ex-metrópole colonial, sejam os demais países do velho continente com os quais mantivemos relações de dependência econômica e de inspiração cultural (SANTOS, 2005).

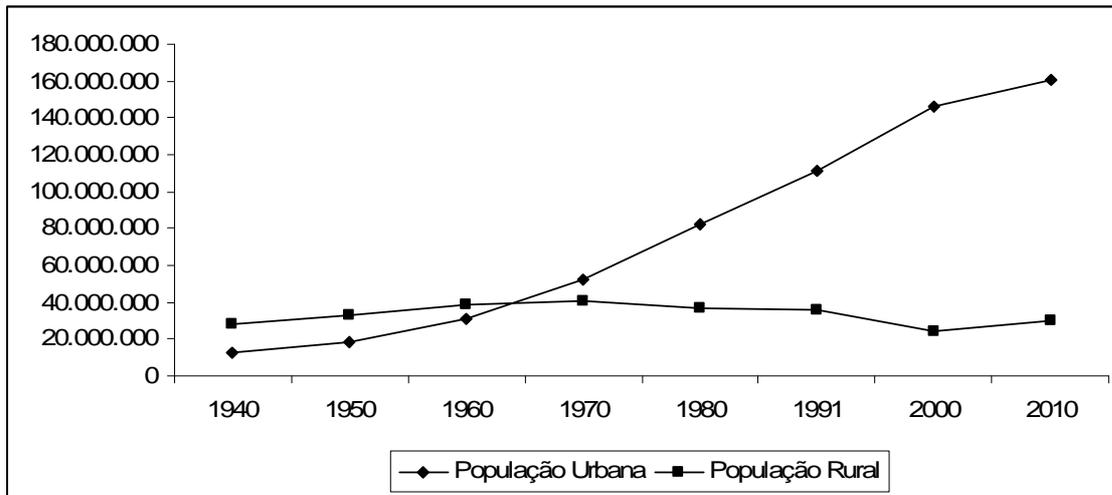
É importante aludir que não será apresentado aqui um estudo detalhado do processo de urbanização e metropolização brasileira. A intenção é de contextualizar, em parte, é claro, o fenômeno metropolitano, destacando algumas de suas facetas e relevância para a produção social do espaço brasileiro a partir do processo pelo qual a urbanização ocorreu. Tal esforço justifica-se pela necessária elucidação sobre o caso da RMBH, que será abordado com mais profundidade no capítulo posterior.

3.1 O processo tardio e acelerado

Uma característica marcante sobre a expansão e a efetividade do fenômeno da metropolização no Brasil é sua constituição como consequência de um tardio e acelerado processo de industrialização e de modernização dos sistemas produtivos urbanos e agrários. Como a modernização brasileira implicou numa urbanização tardia e precipitada, tendeu a super-concentrar as atividades econômicas, equipamentos urbanos, consumo e serviços em determinados territórios (SANTOS, 2005). A consolidação urbana desses tais territórios teve relação com a “vocaçãõ” que determinados espaços apresentavam para a ascensão metropolitana. Essa “vocaçãõ” pode ser entendida como a presença de um conjunto de fatores como uma localização geográfica estratégica, presença de uma estrutura urbana anterior já consolidada ou de elites dispostas a investir na economia industrial, existência de um mercado consumidor minimamente estruturado ou de uma rede de comércio consolidada, ou mesmo por ser cidade sede de capital estadual ou nacional, entre muitos outros fatores. Deste modo, a concentração espacial e social do fenômeno urbano, expressa pela extensão e continuidade do espaço construído, consolida-se pela formação de uma mancha urbana sobre uma determinada área, tal configuração espacial retrata a geografia social desse processo. (SANTOS, 2005).

No Brasil, a “urbanização pretérita” como reconhecida por Santos (2005), foi centrada inicialmente em algumas regiões do país, a Sudeste principalmente, e foi responsável por uma transposição demográfica abrupta do espaço rural para o urbano. Pelo gráfico seguinte, através de dados censitários de 1940 até 2010, é possível mostrar como foi recente e precipitado esse processo de transição demográfica.

Gráfico 1 - Evolução da população urbana e rural no Brasil 1940 a 2010



Fontes: Elaborado pelo autor.

Nota: Censos Demográficos 1940-1950-1960-1970-1980-1991-2000-2010/ IBGE (2011).

Durante a passagem dos anos 60 e 70, do século passado, há, pela primeira vez na história do Brasil, população residente em área urbana numericamente superior ao contingente populacional das áreas rurais. Ressalta-se que, corroborando com Santos (2005), essa transição rápida da população para os ambientes urbanos não significou uma inserção plena na vida urbana. Pelo contrário, as áreas metropolitanas brasileiras foram e ainda são marcadas por sustentarem contradições sociais e situações perversas de inserção, de parte significativa da população, no ambiente urbano.

Sobre as desigualdades sociais dos grandes centros urbanos, percebidas a partir de uma escala de análise nacional, pode-se afirmar que, elas refletem, em alguma medida, o desequilíbrio significativo entre as macroeconomias regionais do país. Desde os tempos anteriores, sejam nos ciclos da cana, do ouro ou da borracha, as principais e mais intensas correntes migratórias do país expressavam essa situação de desigualdade de desempenho e desenvolvimento da economia interna das grandes regiões geográficas das quais emigravam. Para Brito e Souza “[...], as migrações internas, frutos dos desequilíbrios econômicos e sociais nas regiões de origem, acabavam por reproduzi-los nas regiões de destino”. (BRITO; SOUZA, 2005, p. 49). Logo, o crescimento urbano no século XX foi também induzido pela existência desse desequilíbrio macro-regional. Por meio de uma breve análise comparativa das taxas anuais de crescimento da populacional, em percentuais, do Brasil e do Brasil- Urbano, mostra-se como foi intenso e representativo o

crescimento da população urbana no país.

Tabela 3 Taxas Anuais de Crescimento Populacional (%) Brasil e Brasil Urbano - 1950/2000.

Unidade	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Brasil	3,0	2,9	2,6	1,9	1,6
Brasil-Urbano	5,5	5,0	4,4	3,0	2,4

Fonte: Adaptado Caetano de RIGOTTI (2008, p.24).

A tendência à concentração populacional nos grandes aglomerados metropolitanos, nos anos de 1970 e 1980, apresenta-se como resultado do fluxo migratório verificado em tal período. Em 1970, o Brasil apresentava uma população de 93 milhões de habitantes e, aproximadamente um terço residia em municípios pertencentes às aglomerações metropolitanas. Se considerarmos a população urbana somente, essa proporção chegava a quase 50%. Assim, se somente no final da década de 1960 que a população urbana superou a rural, corrobora-se com Brito e Souza de que “[...] pode-se afirmar que a transformação urbana no Brasil foi tão acelerada que fez coincidir, no tempo, a urbanização e a metropolização”. (BRITO; SOUZA, 2005, p. 50). De acordo com Santos (2005) diversos fatores induziram a precipitada concentração populacional nas áreas urbanas, muitos deles relacionam-se à criação de infra-estruturas viárias como a implementação de estradas de ferro, rodovias, melhorias das instalações portos, aeroportos, como também pela ampliação dos meios e sistemas de comunicação. Assim, a instauração de espaços urbanos robustos e com forte presença e influencia regional viabilizaram-se também pela concentração dos investimentos em infra-estruturas urbanas e tecnológicas que potencializam a fluidez de pessoas e de mercadorias no território. É claro que outros fatores induziram o crescimento da população urbana nos períodos destacados como as dinâmicas demográficas relacionadas à fecundidade e à mortalidade.

Segundo Caetano e Rigotti o crescimento demográfico das principais regiões metropolitanas brasileiras, entre 1950 e 1970, foi determinado, além da interferência

do fluxo migratório rural-urbano, pela diferença entre uma tendência de decrescente mortalidade e altas taxas de fecundidade. Destaca-se o declínio significativo da mortalidade no país notada pelo acréscimo de 10 anos na esperança de vida ao nascer, entre as décadas de 1940 e 1960, passando de 44,9 (em 1940) para 52,2 anos em 1970 (CAETANO; RIGOTTI, 2008). Além disso, nesse mesmo período, a taxa de fecundidade permaneceu estável, e alta comparada ao momento atual de 1,8, em torno de 6 filhos por casal. Outra característica marcante já mencionada sobre esse processo, evidenciada em Caetano e Rigotti foi à super-concentração da população urbana em municípios com contingente demográfico entre 100.000 e 500.000 mil habitantes, em 1970 esses municípios detinham 1/3 da população urbana do país. Enfim, motivada tanto por intensos movimentos migratórios como pela diminuição da mortalidade e a manutenção de um nível relativamente alto de fecundidade, a urbanização brasileira se confunde com a explosão demográfica ocorrida nos grandes centros urbanos do país. (CAETANO; RIGOTTI, 2008).

3.2 Desigualdade, segregação e pobreza urbanas

Em meio ao turbilhão que a urbanização brasileira representou, enquanto um processo acelerado, abrupto e precipitado, a conformação dos espaços urbanos dos grandes centros demonstra o despreparo e a incapacidade destes espaços para receber e acolher em suas economias o enorme contingente populacional. Tal contexto contribuiu para o agravamento das situações de extrema desigualdade social, que teve relação com o tipo de inserção urbana perversa, que foi “reservada” a um expressivo contingente da população urbana. Maricato destaca bem, como a urbanização alterou inclusive, as representações sobre o próprio urbano, se até certo tempo de nossa história ele simbolizava modernização e desenvolvimento, depois ele passou a representar quase que o inverso.

Na década de 1940, quando apenas 31% da população brasileira eram urbanos, as cidades eram vistas como o lado moderno e avançado de um país predominantemente agrário e atrasado. [...] No início do século XXI, quando 82% da população do país são urbanos, a imagem das cidades, especialmente das metrópoles, se apresenta bastante diversa daquela de 60 anos antes. Violência, enchentes, poluição do ar, poluição das águas, favelas, desmoronamentos, infância abandonada, etc.etc. (MARICATO, 2003b, p. 78).

Obviamente os problemas elencados por Maricato não são novidades exclusivas do urbano brasileiro, mas nele, tais problemas assumem, pela primeira vez na história do país, magnitude e intensidade nunca vistas antes, principalmente nos ambientes urbanos de caráter metropolitano. A partir das considerações de Maricato (2003b), aborda-se a questão das desigualdades sociais que se entranharam ao processo de urbanização e que ainda permanecem como seu principal desafio. Considerar-se aqui a desigualdade social não como algo restrito à dimensão econômica, mas algo mais profundo e que se refere tanto às diferenças de acesso a determinados bens urbanos como de exposição a determinados riscos sociais. Ou seja, essa desigualdade, mencionada aqui, produz tanto um distanciamento social entre grupos e classes, entre bens urbanos e pobreza, como uma aproximação entre pobreza e vulnerabilidade, essa última no sentido de maior exposição às situações de risco social inclusive a vitimização por violência:

A capacidade de proteção está relacionada ao estilo de vida das vítimas. Indivíduos que têm maior capacidade de se resguardar, evitando contato com possíveis agressores, têm menor probabilidade de serem vitimados. Por exemplo, indivíduos que andam de carro em vez de ônibus têm maior capacidade de proteção porque diminuem a possibilidade de contato com os agressores. Do mesmo modo, aqueles que contratam segurança privada diminuem a probabilidade de serem vítimas de crime. (BEATO FILHO; PEIXOTO; ANDRADE, 2004, p. 76).

Ressalta-se não haver aqui concordância com a equivocada associação entre crime e pobreza, e sim que a pobreza pode acentuar o nível de exposição dos indivíduos a situações de risco de violência, inclusive de homicídio (CANO SANTOS, 2001; MISSE, 2008b; BEATO FILHO; PEIXOTO; ANDRADE, 2004). É prudente ressaltar também que a pobreza e a desigualdade não podem ser entendidas somente como um resultado do processo de urbanização, mas que tal processo contribuiu, e muito, para a produção dos contextos agudos de pobreza e desigualdade sociais urbanas. Sobre a pobreza urbana corrobora-se com a definição de seja “[...] um fenômeno multidimensional gerado por diversos processos sociais, os quais estão ligados à inserção social e econômica dos indivíduos.” (MARQUES, 2010, p.27).

Uma das características marcantes da pobreza urbana são os seus espaços de moradia nas cidades. A produção de tais espaços de pobreza não é aleatória, nem sua distribuição no espaço interno das cidades. O acesso aos bens urbanos de

boa qualidade não foi concebido como direito e sim como mecanismo de diferenciação social. Nesse sentido adota-se a interpretação de Caldeira sobre esse processo, de que “[...] as regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação e separação.” (CALDEIRA, 2000, p. 211). O problema, num contexto de extrema desigualdade como o de nosso país, é que essas regras de diferenciação mencionadas a partir de Caldeira (2000) resultam na produção de um problema habitacional agudo e expressivo nas metrópoles brasileiras. No ano de 2000, 1/5 do total da população residente em três grandes metrópoles brasileiras - São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte -, moravam em favelas, em Fortaleza e Salvador 1/3, e em Recife 40% da população é favelada (MARICATO, 2003b). Corroborar-se com Maricato (2003b) de que a ocupação ilegal de áreas e loteamentos, como no caso das favelas, não se daria por um desejo das populações que ocuparam essas áreas em afrontar a lei, mas sim como resultado da falta de opções adequadas para a escolha do local de moradia.

O loteamento ilegal e a favela são as alternativas mais comuns de moradia da maior parte da população urbana de renda baixa e média baixa. Foi a “solução” que o desenvolvimento urbano, no Brasil, deu para grande parte dos moradores das grandes cidades. (MARICATO, 2003b, p. 80).

A questão habitacional além de incluir uma gama de outros problemas - como a carência de infra-estrutura urbana básica, precariedade dos serviços públicos e do sistema de transporte, estigmatização como espaço social da pobreza e da violência, exposição maior aos riscos de desabamento e inundações, entre outros - relaciona-se à questão do distanciamento físico e social entre classes sociais distintas. Com isso, pode-se afirmar que a morfologia urbana instaurou novos padrões de configuração da desigualdade social. Um padrão de ocupação social do espaço bastante significativo do urbano metropolitano brasileiro é segregação social e espacial entre grupos e classes sociais. Antes de abordar esse último tema mencionado, uma ressalva. Reitero não ser objetivo, do presente trabalho, esgotar a discussão sobre os temas favela, déficit habitacional, políticas públicas urbanas, segregação etc., mas sim realizar um breve diálogo com bibliografia para traçar um panorama da urbanização e ocupação urbana no Brasil metropolitano que subsidiará a análise sobre a RMBH.

Caldeira em seu estudo sobre crime, segregação e cidadania na cidade de São Paulo, identifica ao longo do século XX três formas distintas de expressão da segregação social. A primeira delas expressou-se mais do final do século XIX até a década de 1940 e se caracterizou por uma diferenciação de tipos de moradia aglutinados numa pequena área urbana. Sendo que os cortiços representavam o principal tipo de moradia de grupos populares de baixa renda que residiam na área urbana das grandes cidades, geralmente essa área limitava-se ao centro histórico original. (CALDEIRA, 2000).

A segunda forma predominou no período que vai da década de 1940 a 1980, fundada na dicotomia centro-periferia, marcada pelo fim dos cortiços, num movimento de revalorização imobiliária e reformas urbanas de modernização da área central e de expansão espraiada de bairros periféricos. Tal movimento produziu uma separação ou uma demarcação espacial mais profunda entre os diferentes grupos sociais por longas distâncias físicas ou simbólicas como ocorrem em Belo Horizonte com os aglomerados de favelas incrustados entre bairros de classe média. De um modo geral, as classes médias e altas residiam em bairros próximos às áreas centrais com boa infra-estrutura e oferta de serviços, enquanto as classes de menor renda em bairros precários, favelas ou em periferias distantes. (CALDEIRA, 2000).

E uma terceira forma de expressão da segregação urbana, mais recente, vista a partir da década de 1990, é denominada por Caldeira de “enclaves fortificados”. Esses enclaves seriam os espaços privatizados, monitorados e fechados destinados à moradia, lazer, estudo e trabalho de indivíduos e famílias pertencentes às classes médias e altas. Chama a atenção sobre esse terceiro momento da segregação, identificado pela autora, a questão do medo da violência como retóricas legitimadoras desse afastamento voluntário, justificando a escolha das classes médias e altas em constituir esses espaços fortificados distantes da área central e das demais periferias urbanas empobrecidas. Para Caldeira) “[...] esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os *marginalizados* e os sem-teto”. (CALDEIRA, 2000, p. 211).

Vale ressaltar que as metrópoles brasileiras experimentam ao mesmo tempo todos os três tipos de segregação urbana elencados por Caldeira (2000), no entanto, há momentos em que um tipo se sobrepõe aos demais, e é isso que cada um dos três períodos representa. Para a compreensão dos processos de urbanização e de

metropolização todos esses três processos são relevantes, mas o segundo por ter sido mais extenso e ter abrangido maiores parcelas da população ainda é mais representativo sobre a produção social do espaço urbano, principalmente o espaço metropolitano. Isso porque, nas metrópoles, esse efeito de separação e diferenciação centro-periferia assume um peso relativamente alto na produção e expansão das periferias urbanas empobrecidas, num movimento de dentro para fora, ou seja, do núcleo metropolitano sobre os demais territórios de outras municipalidades.

Quanto ao problema proporcionado pela combinação entre concentração espacial da pobreza e segregação, reconhece-se que as situações de privação social tornam-se mais agudas quando acompanhadas de segregação social. A intensificação dos efeitos gerados pela concentração de pobreza numa determinada área, é percebida quando há o distanciamento social de tal área com outras em melhor situação socioeconômica. Entende-se por segregação social no espaço, em acordo com Marques, “[...] como a separação de grupos sociais em áreas relativamente homogêneas e distantes entre si no território da cidade”. (MARQUES, 2010, p. 31). Num contexto de desigualdade como o brasileiro, o distanciamento social e as relações segregadas são acentuados, por exemplo, pela ausência de um sistema de transporte de massas eficiente e universalmente acessível.

Essa carência de mobilidade é facilmente identificável pelos precários serviços e infra-estrutura e transportes, destinados ao atendimento de um volume expressivo de pessoas que realizam cotidianamente longos trajetos metropolitanos relacionados a atividades laborais ou estudantis principalmente. Para elucidar em parte essa questão comparar-se-á a estrutura metroviária de nossa maior metrópole, a cidade de São Paulo, que possuía 11.253.503 habitantes em 2010, com a de outras cidades e metrópoles mundiais. São Paulo oferta, atualmente, 5 linhas de metrô distribuídas em 93 estações, enquanto a cidade de Nova York oferece 24 linhas e 468 estações ofertadas para uma população residente de pouco mais de 8 milhões de pessoas. É claro que, ao tratar-se de metrópoles globais, tanto em São Paulo como em Nova York, a demanda pelo sistema metroviário não se limita ao uso feito pelos habitantes dessas duas grandes cidades. Essa precariedade de transporte coletivo fica ainda mais evidente quando percebemos que a estrutura metroviária de Belo Horizonte, que em 2010 tinha uma população de 2.375.444 pessoas, é de uma linha de metrô com 21 estações. Em Lille cuja a população em

2010 era de 226.815 pessoas, cidade pólo de uma das maiores aglomerações urbanas localizada ao norte da França, oferece-se duas linhas de metro com 61 estações.

A escolha da comparação metroviária¹⁵ se deve pelo fato de se tratar, atualmente, de um dos mais eficientes sistemas de transportes urbano existente. Deste modo, considera-se que o nível de presença de um sistema metroviário interfere significativamente sobre a mobilidade urbana e a qualidade de vida e, a qualidade do urbano depende em grande medida da fluidez dos grupos sociais no espaço. Nesse sentido, em acordo com Marques (2010) reconhece-se que não é só a segregação que gera o acesso desigual, mas ao mesmo tempo, a desigualdade de acesso produz segregação. Como já mencionado, a urbanização tardia e precipita, no Brasil, produziu ambientes urbanos com elevados níveis de precariedade dos sistemas de transportes e habitação e tal condição contribui para reprodução das situações de desigualdade, acentuando os efeitos negativos da segregação social sobre os grupos em situação de pobreza. Contudo, segregação deve ser entendida como fenômeno distinto de pobreza, como foi apresentado por Caldeira (2000) os “enclaves fortificados” constituem-se em segregação de grupos de classes sociais médias e altas.

Como visto até aqui, muitos fatores interferiram na consolidação dos padrões de ocupação das grandes cidades e na expansão metropolitana. As políticas públicas habitacionais e urbanas e mesmo a ausência de ambas, a desigualdade de acesso a educação de boa qualidade e ao emprego, a dinâmica especulativa do mercado de terras e imobiliário, entre muitos outros. Destacar-se-á as interferências da dinâmica do mercado de terras e especulação imobiliária, pois foi, segundo indica a bibliografia, um dos principais determinantes sobre a produção de áreas segregadas, no que se refere ao isolamento parcial, tanto de classes empobrecidas como de médias e altas, no ambiente urbano. No caso de São Paulo, nossa maior metrópole, Caldeira (2000) chama a atenção para o modo como a especulação imobiliária encontrou na expansão do sistema de transporte público baseado em ônibus um filão para o parcelamento de áreas mais distantes e, ao mesmo tempo a reserva de áreas intermediárias, para a espera de valorização imobiliária. Nas palavras de Caldeira, essa relação fica mais clara:

¹⁵ Sobre a relevância dos sistemas de transporte sobre o desenvolvimento urbano e integração social do território Ver: Vasconcelos (2000).

O principal agente da expansão dos serviços de ônibus não foi o governo, mas empresários particulares, a maioria dos quais também eram especuladores imobiliários. [...] Ele tornou possível vender lotes *no meio do mato* e ajudou a criar um tipo peculiar de espaço urbano no qual áreas ocupadas e vazias intercalavam-se aleatoriamente por áreas vastas. Não havia nenhum planejamento prévio e as regiões ocupadas eram aquelas nas quais os especuladores tinham decidido investir. Sua estratégia era deixar áreas vazias no meio das ocupadas para que fossem colocadas no mercado mais tarde por preços mais altos. [...] A urbanização da periferia foi deixada principalmente para a iniciativa privada, com pouco controle ou ajuda das autoridades governamentais até a década de 1970. (CALDEIRA, 2000, p.219-220).

No sentido de em numa sociedade de capitalista uma maior acessibilidade refletir diretamente numa maior valorização fundiária, Kowarick descreve este como um padrão predominante de ocupação do solo das áreas metropolitanas brasileiras semelhantemente à descrição de Caldeira (2000) para São Paulo.

A especulação imobiliária [...] adotou um método, próprio, para parcelar a terra da cidade. Tal método consistia (e consiste) no seguinte: o novo loteamento nunca era feito em continuidade imediata ao anterior, já provido de serviços públicos. Ao contrário, entre o novo loteamento e o último já equipado, deixava-se uma área de terra vazia, sem lotear. Completado o novo loteamento, a linha de ônibus que o serviria seria, necessariamente, um prolongamento a partir do último centro equipado. Quando estendida, a linha de ônibus passa pela área não loteada, trazendo-lhe imediata valorização. (KOWARICK, 1979, p. 33).

Essa associação de interesses privados e o poder que determinados grupos de interesse tiveram na definição da localização dos acessos aos bens coletivos, por esquemas de especulação imobiliária, não foi uma exclusividade da metropolização paulistana. O intenso parcelamento do solo sem qualquer planejamento urbano e cidadão, como visto em Kowarick (1979), consistiu numa tendência relativamente comum em processos distintos de expansão metropolitana de diversos centros urbanos brasileiros como, por exemplo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

Ressalta-se então, que a segregação proporcionada pela expansão metropolitana, orientada por parcelamentos espalhados ao longo dos territórios municipais, não significou isolamento social entre grupos e classes, mesmo quando pensada a partir das situações de pobreza não trataria de exclusão social, e sim da constituição de áreas homogêneas empobrecidas.

Tal configuração espacial contribuiu para que as relações entre classes fossem ainda mais diferenciadas, mas não determinou a exclusão, em seu sentido absoluto, de nenhuma classe. Aliás, considera-se que o uso do termo “exclusão

social” é bastante problemático, pois, em sociedade os indivíduos e grupos, por mais pobres ou miseráveis que sejam, e por mais segregados que estejam, estão incluídos na vida urbana, mesmo que de formas precárias e perversas. Ressalta-se assim o caráter dinâmico da vida urbana metropolitana, mesmo em um contexto favorável à perpetração das desigualdades, como o nosso, os indivíduos e grupos interagem-se de formas diversas e variadas independente da classe social.

A segregação gera um isolamento parcial, capaz fazer com que as interações sociais entre os indivíduos adquiram um viés de classe e de local de moradia (MARQUES, 2010). Corrobora-se, portanto, com premissas de Silva (2008), de que a segregação, deve ser percebida tanto como uma forma de isolamento social parcial entre classes, como um modo integração precária e perversa à vida urbana que produz efeitos de perpetração das situações de desigualdade social. Deste modo, os termos pobreza e segregação nos ambientes urbanos não são interpretados aqui como exclusão social, mas como formas de interação e inserção na vida urbana. Sendo que a pobreza quando combinada à segregação, pode acentuar ainda mais um tipo de inserção social desvantajosa do ponto de vista econômico, material e simbólico (MARQUES, 2010). O acesso aos bens sociais e serviços, num contexto de desigualdade como o nosso, vai ser mais ou menos facilitado também em função do local de moradia, não pelo espaço em si, mas pela dimensão social que ele assume. Santos dramatiza bem, com justa razão, essa dimensão espacial da vida social:

Cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, freqüência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. (SANTOS, 1987, p. 81).

Enfim, essas características trágicas que a urbanização assumiu, acentua-se pela segregação social e a intensa e significativa pobreza, favorecem a perpetração da extrema desigualdade e parecem inerentes ao processo de urbanização brasileira. Contudo, como foi visto através da bibliografia abordada, não se pode correr o risco naturalizar esse processo. Diferentes atores, como os investidores

privados imobiliários, a pequenez do Estado e das forças públicas ante as conseqüências de um processo que congrega de forma imbricada os traços e heranças mais diversas de nossa história, dentre muitos outros agentes participaram e participam da construção social do urbano, das formas mais variadas possíveis. Tentou-se então elencar algumas características que interferiram de forma expressiva nesse processo, de uma maneira geral, constituindo em padrões mais aparentes de organização social dos territórios urbanos, que posteriormente passaram a assumir formas complexas de metropolização.

Outro aspecto relevante refere-se justamente à delimitação conceitual e empírica do fenômeno metropolitano, visto que, num país como o nosso, de dimensões continentais e com diversidades culturais regionais tão agudas, tal empreendimento é de suma importância para quaisquer análises que envolvem a dimensão metropolitana. A seção seguinte, trata-se justamente de um esforço de delimitação desse fenômeno, pois somente dessa maneira a análise sobre os homicídios na Região metropolitana de Belo Horizonte poderá ter um mínimo de consistência teórica e empírica e assim, de credibilidade acadêmica e relevância social.

3.3 Aspectos institucionais e o problema de escala

O processo de institucionalização, apesar de ser responsável pela nomeação formal das RM's, segundo a bibliografia especializada, apresenta falhas ou problemas de natureza política e histórica que interferem sobre sua capacidade de gestão, e mesmo de reconhecimento institucional das regiões metropolitanas. Nesse sentido, será apresentado a seguir, um debate sobre a dimensão institucional das RM's, a partir de dois momentos histórico- políticos, antes e pós 1988. Esse debate é importante para clarear a opção feita por determinados instrumentos de análise sobre a metropolização que serão apresentados em tópicos posteriores, 'grau de integração' e 'vetores de expansão', á medida que a dimensão institucional se mostra insuficiente e parcialmente inadequada para a apreensão do fenômeno metropolitano. Assim, a análise dos homicídios na RMBH ficaria comprometida tendo somente como referência a dimensão institucional, ou seja, os municípios que integram institucionalmente a RM, como será apresentado adiante.

Logo, essa seção fundamentar-se-á na seguinte questão: a partir de qual escala, um território pode ser considerado como metropolitano? Essa pergunta traz consigo uma série de problemas conceituais e empíricos relacionados à questão metropolitana no Brasil. O problema escalar não se refere somente a uma dimensão estritamente geográfica, mas aos conteúdos social, econômico, político e históricos imbricados na produção das geografias metropolitanas brasileiras. Para dar resposta a questão colocada, sem a pretensão de esgotar as possibilidades de análise e reflexão propostas por ela, como mencionado será primeiramente abordada à dimensão institucional das regiões metropolitanas. Tal dimensão diz respeito ao reconhecimento político e aos processos de institucionalização de determinadas áreas, compostas por vários municípios, como metropolitanas. Esse aspecto institucional implica em diversas questões relevantes sobre a problemática metropolitana, como se mostrará na análise seguinte.

A partir de Davidovich (2004) considera-se que a institucionalização das regiões metropolitanas no Brasil teve dois momentos distintos e fundamentais. O primeiro tem relação com a política nacional de desenvolvimento urbano relacionada à expansão e consolidação da produção industrial e ao estabelecimento das metrópoles como *locus* desse processo. No contexto de regime político ditatorial havia uma centralização federal das decisões políticas dessa natureza e, em 1973 pela Lei Complementar nº. 14 foram criadas, institucionalmente, oito RM's no país: São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e; Rio de Janeiro (sendo que essa última foi institucionalizada em 1974, pela junção dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara). Ressalta-se que a criação dessas entidades, pelo regime autoritário da época, também foi motivada pelo projeto geopolítico de integração do território nacional e de desenvolvimento econômico fundamentado na consolidação de uma sociedade predominantemente urbana (DAVIDOVICH, 2004).

De acordo com Davidovich “[...] o planejamento altamente centralizado impôs um modelo de gestão tecnocrático e padronizado, indistintamente, a todas as regiões.” (DAVIDOVICH, 2004, p. 198). Essa característica, da centralização e planejamento regional indiferente às especificidades de cada RM, constitui a principal marca desse primeiro momento de institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras. Muitos outros aspectos envolvem esse primeiro momento,

contudo a crise fiscal decorrente da crise econômica do final da década de 1970, que se estendeu por toda a década posterior teve peso significativo nesse processo. Desta forma, a crise nacional traduzia-se, em grande medida, numa crise metropolitana manifestada na deterioração do ambiente construído, precariedade dos serviços e da infra-estrutura urbana (DAVIDOVICH, 2004).

O segundo momento é marcado pelo processo de redemocratização, que trouxe mudanças significativas, através da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), como a descentralização do poder de criação e de intervenção política e administrativa sobre as RMs, além da autonomia política municipal. A partir de então coube às unidades federadas a decisão política sobre a institucionalização de suas áreas metropolitanas e os municípios constituem-se em entes da federação com autonomia política. Tal mudança implicou em um crescente processo de institucionalização de novas RM's e de ampliação das nove anteriores, a de Belo Horizonte é um caso emblemático, pois possuía em 1974 um total de 14 municípios e, atualmente é composta por 34. Vale ressaltar que, com a nova Constituinte, essa expansão também ocorreu em função do surgimento de novos municípios, geralmente decorrente de desmembramentos e emancipação política de antigas áreas distritais (ANDRADE, 2009).

Assim, no primeiro momento havia forte centralização das decisões e gestão das RM's, além disso, havia instrumentos e mecanismos pouco eficientes destinados à gestão política e administrativa das regiões metropolitanas. E, com a crise econômica havia ainda menos recursos disponíveis para gerir os problemas metropolitanos emergidos do contexto de urbanização tardia, concentrada, intensa e precipitada. No segundo, houve um forte movimento de descentralização que desvinculou totalmente a questão metropolitana da esfera federal. Tal mudança trouxe a possibilidade de aproximar a gestão das RM's para suas unidades federadas, por outro lado, não foi criado pela nova Constituição/1988 nenhum mecanismo que institua modelos ou estabeleça compromissos das unidades federadas, nem por parte dos municípios, com a gestão dessas áreas (DAVIDOVICH, 2004). Enfim, em ambos os momentos, foram pífias as iniciativas voltadas para a gestão política, econômica e administrativa desses espaços regionais. Essa ingerência é notada de diversas maneiras como pela falta de padronização e de critérios, entre as unidades federadas, para a definição dessas áreas, e a inexistência de políticas e órgãos de cooperação municipal e estadual

destinados ao enfrentamento problemas e questões metropolitanas, inclusive os relacionados à violência. Tal situação, como Faria e Machado (2009) ressaltam, só faz crescer os desafios metropolitanos à medida que as RM's são compostas por municípios em situações urbanas e metropolitanas bastante díspares, dificultando ainda mais o estabelecimento de mecanismos de gestão política e cooperação social e urbana. Ressalta-se que não será aprofundada a problemática da carência de instrumentos políticos para a gestão política¹⁶ dos territórios metropolitanos, que persiste desde 1973 até o período atual, pós 1988, como Moura, Delgado e Deschamps assinalaram:

[...] diante da inexistência de critérios definidos pela Constituição Federal ou por normas específicas que traduzam conceitualmente as novas categorias espaciais a serem instituídas pelos estados e instruem demarcações e classificações regionais, a maior autonomia adquirida para promover a regionalização vem induzindo, inevitavelmente a distorções no âmbito da hierarquização dessas categorias. (MOURA; DELGADO; DESCHAMPS 2003, p. 38)

Moura, Delgado e Deschamps também problematizam a falta de clareza generalizada, por parte dos agentes políticos sobre o fenômeno metropolitano, “[...] que compreensão o legislador tem quanto ao fenômeno metropolitano e à metropolização?”. (MOURA; DELGADO; DESCHAMPS 2003, p. 38). Tal fenômeno deveria ser apreendido como processo, a partir de sua dinâmica, ou seja, da análise do conjunto de relações sócio-espaciais que o conformam. Nesse sentido, corrobora-se com Moura, Delgado e Deschamps (2003), de que a metropolização não poderia simplesmente ser apreendida de forma predefinida pela legislação. Um olhar mais atento aos processos que produzem tal fenômeno seria fundamental para sua apreensão. Logo, o *status* de metrópole a ser atribuído a um território deve ter, apesar da falta de padronizações institucionais, relação com os processos social, econômico, político, histórico e geográfico imbricados, existentes em um determinado espaço e que impulsionam neste, e a partir deste, um intenso e denso processo de urbanização. Colocada tais questões, pode-se afirmar que, no caso brasileiro, um dos primeiros desafios, para abordar o fenômeno metropolitano, diz respeito à identificação empírica de determinadas características sociais e econômicas, associadas à urbanização que possam diferenciar a metrópole e os

¹⁶ Sobre essa dimensão específica do problema metropolitano, ver: (DAVIDOVICH, 2004; MOURA, 2004; FARIA; MACHADO, 2009).

municípios efetivamente metropolitanos de outras cidades e áreas urbanas.

Nesse sentido, entre os elementos fundamentais para a constituição de uma metrópole está a presença de uma urbanização intensa sobre territórios municipais conjugada à permanência de um elevado fluxo de mercadorias e pessoas sobre uma ativa rede urbana (SANTOS, 2005). Evidenciando, por tanto, a necessidade de eleição de fatores que definiriam, a partir da metrópole, quais seriam municípios metropolitanos ou não em uma dada região. Uma premissa valiosa, encontrada em Santos (2005), é a de incluir no conceito de metrópole a noção de região como algo intrínseco a ele.

Assim, partindo dessa premissa, reconhece-se que a metrópole, apesar de possuir certa autonomia e exercer forte influência sobre outros espaços, não deve ser apreendida isoladamente sem considerar a escala regional, ou seja, a ideia de metrópole não poderia ser desvinculada da ideia de região. Nesse caso, apesar de se referir a uma cidade polarizadora ou núcleo urbano, a constituição de seu *status* dependeria da existência de interações intensas e permanentes entre municípios diversos, principalmente os fronteiriços. Há então, claramente o estabelecimento da ideia de “região urbana”, contudo, metrópole não se reduz à “região urbana”. Considerar-se aqui, em termos de análise, que a demarcação da escala regional apresenta-se como necessária e fundamental para o entendimento do fenômeno metropolitano, à medida que nenhuma grande cidade ou espaço urbano moderno existiu de forma autônoma plena e geograficamente isolada. Pelo contrário as metrópoles são, antes de tudo, produtos de interações entre espaços urbanos ou não, envolvendo municipalidades diversas e relações inter-regionais e, em alguns casos, nacionais e mundiais.

De tal modo, como em Santos (2005), problematiza-se a questão escalar, reconhecendo não ser uma tarefa simples a definição sobre qual tamanho e a partir de qual estrutura urbana um território poderia ser apreendido como metropolitano. Um primeiro passo rumo a essa delimitação seria, então, a eleição das características metropolitanas e em seguida, identificar a existência de relações consideradas como metropolitanas num território. Sobre isso, em Santos identifica-se a seguinte definição:

[...] O caso das regiões metropolitanas é o exemplo limite. São áreas onde diversas “cidades” interagem com grande frequência e intensidade, a partir de uma interdependência funcional baseada na unidade das infra-estruturas

urbanas e nas possibilidades que esse fato acarreta para uma divisão do trabalho bem mais acentuada que em outras áreas. (SANTOS, 2005, p.75).

Como em Santos vê-se que a partir da identificação de uma “região urbana” é que podemos chegar à identificação das “áreas metropolitanas” e, conseqüentemente, a identificação de suas municipalidades. Ressalta-se que a resposta para tal questão não seria meramente quantitativa, pois “[...] as diferenças de desenvolvimento regional também terão influência sobre a definição do fenômeno.” (SANTOS, 2005, p.75). Num sentido de preocupação semelhante à de Santos (2005), desde o fim da década de 1960, o IBGE vêm realizando esforços para a identificação e hierarquização de áreas e centros urbanos no país. No relatório da pesquisa, *Regiões de Influência das Cidades - 2007*, realizada pelo IBGE, na seção de metodologia, há uma síntese de estudos anteriores, realizados por esse mesmo órgão, voltados para a identificação de áreas urbanas de porte regional no território brasileiro. Citarei aqui o título e a data de lançamento dos resultados de alguns desses estudos, com intuito de apresentar um panorama desses trabalhos do IBGE que foram focados diretamente na identificação de centralidades e hierarquias da rede urbana brasileira.

Em 1967, foi divulgado o *Esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados*; em 1972 o IBGE publicou o estudo *A Divisão do Brasil em regiões funcionais urbana*; em 1978 *Regiões de Influências das cidades*, sendo que está última pesquisa rendeu desdobramentos e novas versões em 1987, 1993 e 2007 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007, p. 131). Duas questões relevantes surgidas dos estudos anteriores são destacadas pelo IBGE e serão mencionadas a seguir. A primeira questão decorre do estudo de 1978 e refere-se ao papel desempenhado pelo Estado como agente na promoção da ascensão hierárquica das capitais estaduais, que implicaria diretamente na morfologia das redes urbanas nas Unidades da Federação. A segunda questão, suscitada em 1993, trata de uma relativa dissociação que se estabelece entre a hierarquia dos bens e serviços oferecidos e a hierarquia urbana, sendo que funções de nível elevado sejam encontradas em centros de hierarquia mais baixa. Alguns exemplos sobre essa última questão abordada podem ser ilustrados em casos como os dos municípios de Ribeirão Preto/SP, de Nova Lima/MG, de Santarém/PA, de Dourados/MS, entre outros (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007).

O estudo *Regiões de Influência das Cidades - 2007* é, então, continuidade dos estudos anteriores de 1978, 1987 e 1993, uma atualização da caracterização das áreas e regiões urbanas brasileiras, com objetivo de subsidiar ações do Estado e também a produção de outros estudos urbanos. Quanto à hierarquia urbana identificada em 2007 pelo IBGE, há as seguintes classificações: Metrôpoles, Capital Regional, Centro sub-regional, Centro de Zona, e Centro Local. Cada uma dessas classificações significa uma tentativa de expressar os diferentes níveis de influência regional exercida por conjuntos de cidades brasileiras. Interessa aqui para o presente trabalho, como já mencionado anteriormente, somente a primeira classificação que se refere aos espaços metropolitanos. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007).

O termo metrópole, demarcado pelo IBGE, se referiu a doze centros urbanos regionais considerados como principais áreas de influência do país, que foram diferenciados em três níveis hierárquicos: *Grande Metrópole Nacional* (São Paulo, que correspondia ao maior conjunto urbano do país, com 19,5 milhões de hab.); *Metrópole Nacional* (Rio de Janeiro e Brasília, com 11,8 milhões e 3,8 milhões de habitantes respectivamente); *Metrópole* (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Salvador). Neste último conjunto, Belo Horizonte era a metrópole com maior número de habitantes, 5,1 milhões de pessoas, segundo as estimativas feitas pelo IBGE para o ano de 2007. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007).

Além, do fator demográfico o IBGE considerou também, para a elaboração das definições das hierarquias urbanas, aspectos econômicos como a participação no PIB nacional, renda média per capita, e outros relacionados à infra-estrutura de saúde, de educação, das relações comerciais, de conexões aéreas e rodoviárias, da presença de redes televisivas e de acesso a internet. Nesse sentido, a ideia de metrópole faz referência à existência de uma rede urbana, na qual há um intercâmbio intenso de fluxos de pessoas e de mercadorias regido majoritariamente por um núcleo ou pólo urbano central. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007).

Apesar de transcenderem o território municipal, as unidades regionais metropolitanas institucionalizadas no país ainda são delimitadas de maneira imprecisa. Assim, os estudos feitos pelo IBGE direcionados à identificação de regiões e núcleos metropolitanos, apesar de toda a relevância que apresentam para

a identificação dos territórios metropolitanos, não são considerados na determinação institucional de criação dessas áreas. Fato este visto, anteriormente, por exemplo, pelas considerações de Moura, Delgado e Deschamps (2003) e Faria e Machado (2009).

De um modo geral, as decisões políticas de institucionalização das RM's e de ampliação dessas áreas metropolitanas, em muitos aspectos contradizerem completamente as orientações produzidas por pesquisas urbanas, como as feitas pelo IBGE. Corroborando com Faria e Machado (2009) reconhece-se que falta tanto interesse quanto expertise política por parte dos governantes para poderem tratar adequadamente a problemática metropolitana. Além do mais, como ressaltado em Faria e Machado (2009), as escolhas equivocadas sobre a demarcação política e geográfica das regiões metropolitanas antecedem e ultrapassam a Constituição 1988, gerando um alto grau de artificialismo das mesmas. Como exemplo desse artificialismo, citou-se a atual composição Região Metropolitana de Belo Horizonte que conta com 34 municípios, sendo que muitos deles são basicamente rurais e se interagem pouco com o núcleo e demais municípios metropolitanos, ou seja, de metropolitanos possuem apenas um título formal, mas oco. Assim, para os interesses de um estudo como o apresentado aqui, pelo presente autor, a abordagem do fenômeno metropolitano deve estar ciente dos limites gerados pelo artificialismo, como destacado por Faria e Machado (2009), que tornam problemáticas tanto a definição como a gestão política dos então institucionalizados territórios metropolitanos.

3.4 A metropolização da RMBH: breve histórico comentado

Segundo Andrade o processo de metropolização da Região de Belo Horizonte tem sua gênese na década de 1940, a partir de intervenções públicas que possibilitaram a expansão urbana e sua conurbação com municípios limítrofes, ou seja, tal processo antecede e muito a institucionalização das RM's pela Lei Complementar de 1973. (ANDRADE, 2009). Vale ressaltar também que a expansão urbana de Belo Horizonte tem relação com um projeto anterior envolvendo regionalmente Minas Gerais, pois desde o seu surgimento tal cidade foi projetada com objetivo de polarizar a economia mineira, que tinha como característica um alto

grau de dispersão (SOUZA, 2008). De acordo com Souza (2008) uma importante consequência da dispersão econômica mineira era a perda de população, via correntes migratórias, para o estado de São Paulo, e a polarização através de Belo Horizonte geraria dentro Minas uma área de atração demográfica capaz de reter população e dinamizar a economia do estado.

Retomando o contexto da década de 1940, destacam-se alguns eventos como relevantes para a expansão metropolitana de Belo Horizonte:

- a) a inauguração da Cidade Industrial em Contagem (1946) ao oeste da Capital;
- b) a implantação do complexo turístico da Lagoa da Pampulha e cidade universitária ao norte;
- c) a criação de um pólo industrial na região de Santa Luzia e Vespasiano, também ao norte da capital.

Tais eventos constituem-se como marcos da consolidação de dois importantes vetores da expansão metropolitana: Norte e Oeste. A expansão ao oeste via Cidade Industrial (perpassando as áreas do Carlos Prates, Calafate e Gameleira, via Av. Amazonas e Contorno) induziu o crescimento econômico de outros municípios cortados pela BR -381, que conecta Belo Horizonte a São Paulo, como Contagem e Betim. A expansão ao norte, viabilizada pela implantação da Avenida Presidente Antônio Carlos que ligava o centro de Belo Horizonte a Pampulha e à Cidade Universitária, induziu a ocupação de áreas adjacentes a Pampulha e uma conurbação futura a outros municípios como Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano. O vetor norte também foi impulsionado pelo pólo industrial, de menor efervescência que o de Contagem, na região de Santa Luzia e Vespasiano (ANDRADE, 2009; SOUZA, 2008).

Pode-se afirmar que, durante essa década e nas posteriores, de 1950 e 1960, o município de Belo Horizonte cresceu em todas as direções impulsionando o processo de metropolização. Tal processo foi dinamizado por um significativo aumento das atividades industriais - impulsionadas pela criação da CEMIG em 1952, políticas de isenção de impostos e de infra-estrutura -, bem como pelo crescimento demográfico, destacando-se a expansão periférica, de menor renda ao norte, e a industrial ao oeste (ANDRADE, 2009; SOUZA, 2008). O crescimento demográfico de 1950 a 1980 sustentou-se tanto por saldos migratórios positivos, como por queda da

mortalidade e taxas elevadas de fecundidade. A tabela seguinte, extraída de Souza (2008, p.61), produzida a partir dos censos demográficos realizados de 1940 ao ano 2000, ilustra bem esse processo de expansão demográfica metropolitana, comparando a dinâmica de Belo Horizonte com a da RMBH e com a do conjunto dos demais municípios metropolitanos (RRMBH).

Tabela 4 - Belo Horizonte, RRMBH e RMBH - População e taxa geométrica de crescimento (1940-2000)

Período	População			Taxa de Crescimento			Participação Relativa		
	BH	RRMBH	RMBH	BH	RRMBH	RMBH	BH	RRMBH	RMBH
1.940	211.377	157.407	368.784						
1.950	352.724	170.195	522.919	5,25	0,78	3,55	91,70	8,30	100,00
1.960	693.328	237.955	931.283	6,99	3,41	5,94	83,41	16,59	100,00
1.970	1.235.030	484.460	1.719.490	5,94	7,37	6,32	68,73	31,27	100,00
1.980	1.780.855	895.537	2.676.392	3,73	6,34	4,52	57,04	42,96	100,00
1.991	2.020.161	1.502.746	3.522.907	1,15	4,82	2,53	28,27	71,73	100,00
2.000	2.238.526	2.119.645	4.358.171	1,17	3,97	2,44	26,14	73,86	100,00

Fonte: Souza (2008, p.61). * RRMBH: conjunto dos municípios metropolitanos/sem BH.

Se, entre 1940 e 1950, o ritmo médio anual de crescimento da RRMBH, ou seja, dos municípios metropolitanos sem contar Belo Horizonte, era inferior a 1%, nas décadas seguintes vê-se um crescimento significativo, sendo que de 1950 a 1960 foi de 3,41% e, de 1960 a 1970 o maior de toda a sua história, cerca de, 7,37%. É justamente nesse último período mencionado que a taxa crescimento demográfico da RRMBH ultrapassa os níveis de Belo Horizonte, que correspondia a 5,94% nesse mesmo período, e desde então os municípios metropolitanos tem tido um ritmo médio anual superior ao do município pólo da RMBH.

Ressalta-se que a expansão demográfica dos municípios metropolitanos não foi acompanhada pela oferta de serviços e de infra-estrutura urbana adequada. A situação de carência de serviços e infra-estrutura urbana básica não era exclusiva dos municípios metropolitanos, durante a década de 1950, aproximadamente 47% da população residente no município de Belo Horizonte vivia em condições subumanas, ou seja, em carência de serviços de abastecimento de água, esgoto,

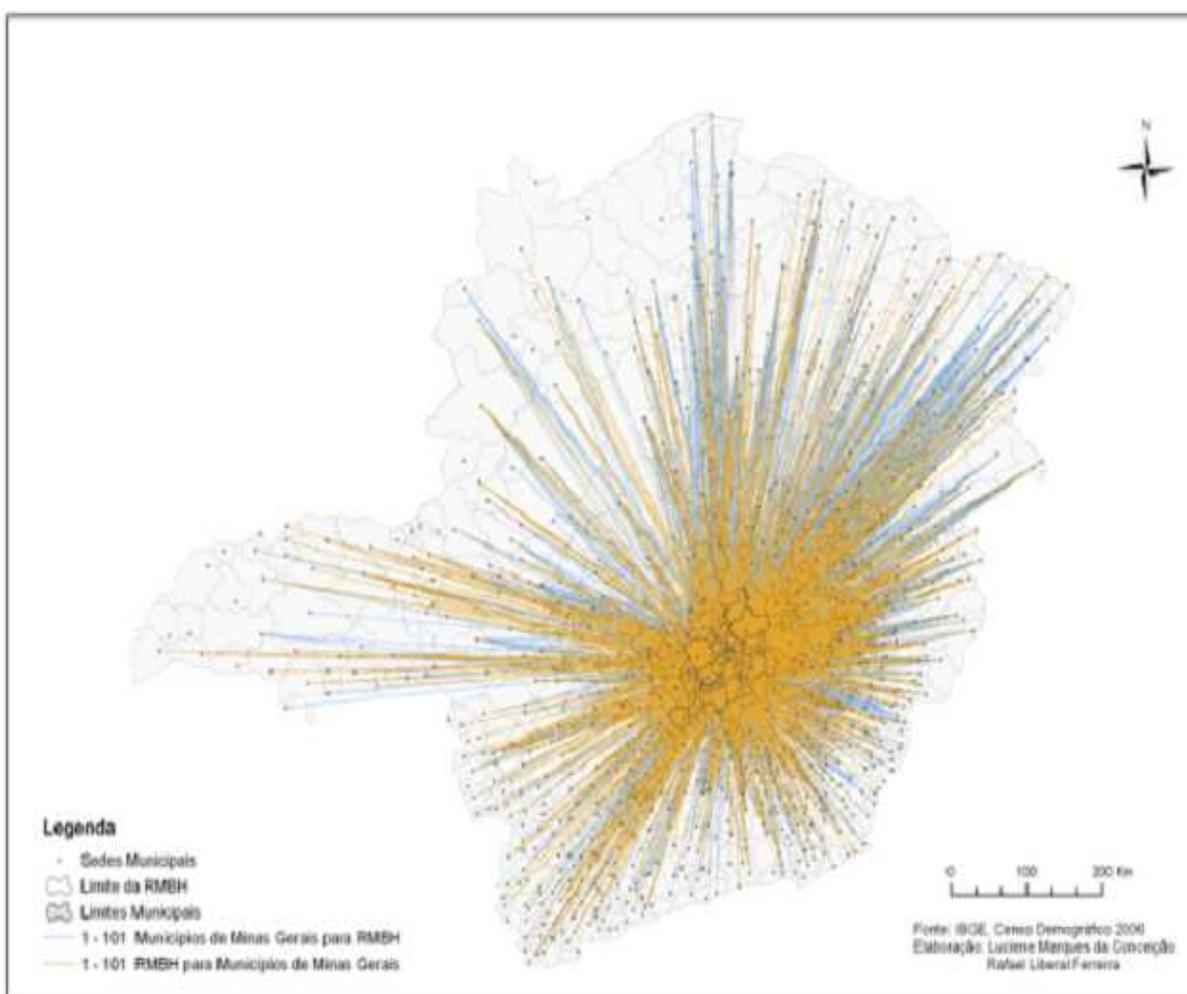
educação e assistência médica (PLANO DE OCUPAÇÃO DO SOLO DO AGLOMERADO METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE, 1979;1987). A área central de Belo Horizonte é que concentrava a infra-estrutura urbana e econômica, bem como parte dos equipamentos públicos e de serviços como os médicos e hospitalares existentes, deste modo, junto à conurbação cresceu também a intensidade dos movimentos pendulares em direção ao centro da capital. Além disso, Belo Horizonte concentrava os equipamentos culturais e educacionais, as estruturas de transporte como uma grande estação rodoviária, aeroporto e também as oportunidades de emprego. Nesse sentido corrobora-se com Caldeira (2000) sobre a predominância histórica de um movimento de expansão metropolitana fundamentado na dicotomia centro-periferia. Sendo o centro a referência simbólica do urbano e do moderno e também o espaço de concentração dos serviços e infra-estrutura, enquanto que as periferias expandidas a partir dele representavam o inverso.

Durante a década de 1960, o governo estadual realizou uma série de iniciativas para intensificação do processo de industrialização por meio de incentivos institucionais via Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), INDI e CDI, além de políticas de incentivo fiscal e a abertura à entrada de capital estrangeiro (SOUZA, 2008). Tais políticas produziram efeitos significativos sobre a economia de Belo Horizonte e dos municípios metropolitanos. Destacam-se alguns dos principais produtos gerados por essas políticas por municípios. Em Betim, a instalação da Refinaria Gabriel Passos, ainda na década de 1960, e do Distrito Industrial Paulo Camilo e da FIAT Automóveis na década de 1970. Em Contagem, a implantação do Centro Industrial de Contagem, também nos anos 70, houve também transformações no setor terciário da região que se ampliou e se modernizou com a instalação do CEASA e MAKRO. Tais transformações foram fundamentais para a consolidação da região oeste como pólo industrial metropolitano. Na direção norte implantou-se o distrito industrial de Santa Luzia, na década de 1970, alterando suas características sócio-econômicas, além da exploração de calcário em Vespasiano, Lagoa Santa e Pedro Leopoldo. Na direção sul, as atividades mineradoras intensificaram-se nos municípios de Nova Lima e Ibirité (SOUZA, 2008; ANDRADE, 2009). Nesse contexto, visto a partir da década de 1960, a RMBH estabelece-se como centro econômico do Estado de Minas Gerais. E, como visto em Souza (2008), em tal período, Belo Horizonte passa a exercer, de fato, o papel de polarizadora da

economia mineira.

O mapa seguinte, extraído de Caetano e Rigotti (2008), apresenta os fluxos migratórios entre RMBH e municípios do interior de Minas Gerais em um período posterior 1995/2000 e, exemplifica bem a polarização que a RM exerce no Estado. Assim, quase que a totalidade dos municípios mineiros se articula, em alguma medida à Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Mapa 1 Fluxos migratórios entre RMBH e municípios de Minas Gerais -1995-2000



Fonte: CAETANO; RIGOTTI (2008, p.36).

No caso da polarização exercida por Belo Horizonte entre os municípios metropolitanos, Simões et al., chamam a atenção para a acentuada concentração do setor de serviços na capital, tanto na quantidade como na oferta diferenciada dos

mesmos. Desde os serviços públicos de maior complexidade, saúde, educação, até os serviços prestados diretamente por pessoas como assessorias técnicas de diversos ramos profissionais. (SIMÕES et al., 2008). Em 2002, por exemplo, comparando a estrutura bancária, a partir da quantidade de estabelecimentos, entre a capital e os municípios de seu entorno (Contagem, Ibirité, Brumadinho, Nova Lima, Raposos, Sabará, Santa Luzia, Confins, Vespasiano, Lagoa Santa, São José da Lapa, Pedro Leopoldo e Ribeirão das Neves) 78,19% dos equipamentos bancários localizavam-se na capital e, 21, 81% nos municípios do entorno (SIMÕES et al., 2008). Sobre o tipo de inserção laboral verificada no setor terciário na cidade de Belo Horizonte, formal ou informal, no ano 2000, 40% dos trabalhadores desse setor possuíam vínculos informais.

Ao analisarem o grau de informalidade no setor de serviços em Belo Horizonte, desagregados em níveis como serviços pessoais e de ensino e saúde, serviços distributivos e serviços produtivos, Simões et al., (2008) encontram respectivamente, 50%, 40% e 35% inseridos no setor informal da economia. Se Belo Horizonte polariza os setores de serviços na RMBH e também os de outros níveis como o político, administrativo e outros serviços públicos de alta complexidade como tribunais, os demais municípios metropolitanos desenvolveram-se economicamente a partir de setores primários e secundários. Segundo Simões et al., “[...] o terciário seria então responsável por uma distribuição hierárquica das cidades, uma vez que os centros orientados para os serviços apresentariam tendência de maior crescimento que aqueles orientado para a produção e o consumo”. (SIMÕES et al., 2008, p. 147). Tal distribuição das atividades econômicas na RMBH, não difere muito do encontrado em outras RM's brasileiras e não ocorre aleatoriamente. Fatores como preço da terra, distância em relação à capital, a distribuição geográfica dos sistemas de transportes e eixos viários como as rodovias estaduais e federais e linhas férreas determinam em parte a localização e a qualidade das funções econômicas desempenhadas pelos municípios metropolitanos.

Assim, Simões et al., (2008) chamam a atenção também para o fato de que os setores produtivos tendem a atrair mais população, mas sua capacidade de absorção de mão-de-obra é relativamente baixa e muitas vezes restrita em função da necessidade de trabalhadores especializados. Isso explica o *boom* demográfico metropolitano dos 1970 até 1990. Um exemplo por ser visto em Betim, cuja ocupação do aglomerado de favelas Jardim Teresópolis, ao lado da fábrica da FIAT,

está fortemente relacionada à presença da empresa italiana. (BRITO; SOUZA, 1998; 2005).

Nesse sentido, o crescimento das atividades econômicas não implicou em qualidade de vida urbana e os problemas sociais agravam-se. A carência de infraestrutura e serviços urbanos generalizava-se nas periferias metropolitanas, produzindo uma crise urbana de proporções nunca antes vistas. Se Estado produziu políticas de incentivo a indústria, pouco contribuiu para a garantia de condições mínimas de habitação e oferta de serviços às populações de menor renda. O Estado não foi somente omisso em relação à produção de políticas urbanas e habitacionais adequadas, mas favoreceu a ação inescrupulosa da especulação imobiliária sobre a expansão periférica metropolitana.

[...] O binômio Estado/incorporadores imobiliários produziu uma estrutura metropolitana segregada, onde, ao lado da produção periférica de loteamentos populares, ocorre a intensificação do mercado de moradia para as categorias dirigentes, nas áreas mais centrais, em processo de crescente auto-segregação destas categorias. [...] Estado e mercado imobiliário vem reproduzindo a dinâmica centro-periferia na Região Metropolitana de Belo Horizonte. (MENDONÇA, 2003, p.3-4).

A década de 1970 é marcada também pelo processo de institucionalização, por parte do governo federal, da RMBH enquanto uma entre as nove RM's institucionalizadas. Como apresentado anteriormente, através de Davidovich (2004) e Faria e Machado (2009), este representou o primeiro período do processo de institucionalização das RM's, sendo que, o segundo ocorreu após a redemocratização política em 1988. Em 1989 a Constituição Estadual passa então a regulamentar a estrutura institucional e administrativa, bem como a criação de regiões metropolitanas dentro do território estadual mineiro. Deste modo, novos municípios foram inseridos à RMBH, por meio de leis estaduais. Como mencionado anteriormente, em 1974, eram 14 o total de municípios: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano. Os municípios de Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé e Mateus Leme foram integrados em 1989. No ano de 1993, em decorrência de processos de emancipação, Juatuba (emancipado de Mateus Leme) e São José da Lapa (emancipado de Vespasiano) também adquiriram o título de metropolitano (ANDRADE, 2009). Dois anos depois, em 1995,

outros quatro distritos também se emanciparam e passaram a integrar a região metropolitana: Mário Campos e Sarzedo (oriundos de Ibirité), Confins (de Lagoa Santa) e São Joaquim de Bicas (de Igarapé). Pouco tempo depois, em 1997, Florestal e Rio Manso passam a integrar a RMBH. No ano de 1999 outros seis municípios são incorporados: Baldim, Capim Branco, Itabirito, Itaguara, Matozinhos e Nova União. No ano posterior, 2000, mais dois municípios são incorporados ao conjunto metropolitano: Jaboticatubas e Taquaraçu de Minas. Neste mesmo ano Itabirito foi excluído da RM. Em 2002, o último município a ser integrado a RM foi Itatiaiuçu, e a região atingiu a atual composição com 34 municípios (ANDRADE, 2009). O quadro seguinte, extraído de Andrade (2009), apresenta os municípios metropolitanos segundo o ano de criação, de instalação e de incorporação à RMBH.

Quadro 1 - Municípios da RMBH segundo ano de criação, de instalação e de incorporação à RMBH

Nº	Nome do Município	Ano de Criação	Ano de Instalação	Ano de Incorporação à RMBH
1	Baldim	1948	1948	1999
2	Belo Horizonte	1893	1897	1974
3	Betim	1938	1938	1974
4	Brumadinho	1938	1938	1989
5	Caeté	1714	1840	1974
6	Capim Branco	1953	1953	1999
7	Confins	1995	1997	1995
8	Contagem	1911	1948	1974
9	Esmeraldas	1901	1901	1989
10	Florestal	1962	1962	1997
11	Ibirité	1962	1962	1974
12	Igarapé	1962	1962	1989
13	Itaguara	1943	1943	1999
14	Itatiaiuçu	-	-	2002
15	Jaboticatubas	1938	1938	2000
16	Juatuba	1992	1993	1993
17	Lagoa Santa	1938	1938	1974
18	Mário Campos	1995	1997	1995
19	Mateus Leme	1938	1938	1989
20	Matozinhos	1943	1943	1999
21	Nova Lima	1891	1891	1974
22	Nova União	1962	1987	1999
23	Pedro Leopoldo	1923	1923	1974
24	Raposos	1948	1948	1974
25	Ribeirão das Neves	1953	1953	1974
26	Rio Acima	1948	1948	1974
27	Rio Manso	1962	1962	1997
28	Sabará	1711	1711	1974
29	Santa Luzia	1847	1856	1974
30	São Joaquim de Bicas	1995	1997	1995
31	São José da Lapa	1992	1993	1993
32	Sarzedo	1995	1997	1995
33	Taquaraçu de Minas	1962	1962	2000
34	Vespasiano	1948	1948	1974

Fonte: ANDRADE (2009, p. 4).

Quanto à atual formação da RMBH, percebe-se claramente uma presença mais significativa, no contexto demográfico e econômico metropolitano, de determinados municípios localizados ao norte e oeste principalmente de BH, ao longo das áreas de influência que conformaram os dois principais eixos da expansão metropolitana: Oeste e Norte. Em seguida serão explorados outros aspectos históricos e analíticos relacionadas a essa expansão.

3.4.1 Vetores de expansão metropolitana: RMBH

A bibliografia especializada sobre a expansão da RMBH reconhece também que a expansão demográfica metropolitana orientou-se pela distribuição geográfica dos principais corredores viários metropolitanos, ao longo dos quais houve expressivos parcelamentos de terras. Tanto as avenidas que conectam as regiões intra-municipais de Belo Horizonte como as avenidas Pres. Antônio Carlos, Cristiano Machado, Amazonas e Via-expressa como as rodovias federais BR-381, 040 e 262, e as estaduais MG-010, 020 e 323 exerceram esse papel de indução sobre a ocupação socioespacial. Uma das maneiras mais completas de delimitação das áreas geográficas pelas quais a expansão metropolitana da RMBH ocorreu foi elaborada por Brito e Souza (1998) e, constitui-se da definição de áreas (conjunto de municípios) denominadas como vetores da expansão metropolitana. Brito e Souza (1998) definem sete vetores de expansão, que serão apresentados em seguida, e segundo Souza (2008) tais vetores constituem-se como uma das principais referências disponíveis para o desenvolvimento de estudos focados nas dinâmicas demográfica, econômica e socioespacial da RMBH.

A construção e a definição dos sete vetores de expansão por Brito e Souza (1998) levaram em consideração basicamente os seguintes fatores: a proximidade espacial entre os municípios, suas características demográficas e sócio-econômicas, incluindo as direções geográficas pelas quais a metropolização desenvolveu-se. Deste modo, os municípios foram agrupados por áreas, que compõem os vetores de expansão, em função da semelhança que apresentaram a partir da análise dos fatores mencionados da seguinte maneira:

- a) *Vetor 1. Belo Horizonte*, o núcleo da RMBH;
- b) *Vetor 2. Oeste*: Contagem, Betim, Ibirité, Sarzedo e Mário Campos;

- c) *Vetor 3. Norte Central:* Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano e São José da Lapa;
- d) *Vetor 4. Norte:* Confins, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Baldim, Jaboticatubas, Nova União, Taquaraçu de Minas, Matozinhos e Capim Branco;
- e) *Vetor 5. Leste:* Sabará e Caeté;
- f) *Vetor 6. Sul:* Nova Lima, Brumadinho, Raposos, Rio Acima, Rio Manso, Itaguara e Itatiaiuçu;
- g) *Vetor 7. Sudoeste:* Mateus Leme, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Juatuba, Florestal e Esmeraldas.

O Mapa seguinte representa cartograficamente os sete vetores de expansão metropolitana.

vetor Norte tem como principais municípios: Pedro Leopoldo e Lagoa Santa.

Ressalta-se que o município de Ribeirão das Neves, no vetor Norte Central, antes do adensamento metropolitano, tinha 87% de seu território ocupado por grandes propriedades caracterizadas pela baixa produtividade agrária. Tal contexto, associado à proximidade deste município ao de Belo Horizonte propiciou, segundo Costa (2004), um intenso parcelamento de terras para assentamentos populares e representou uma alternativa econômica atraente para os grandes proprietários fundiários de Ribeirão das Neves. Desta maneira, foram os loteamentos populares que – independente da possibilidade de crescimento de oferta de empregos, infraestrutura ou serviços - impulsionaram o intenso crescimento demográfico em Ribeirão das Neves desde a década de 1960 até os dias atuais (COSTA, 2004). Como já mencionado, os outros municípios, Santa Luzia e Vespasiano, situados no vetor Norte Central, devido a estímulos governamentais por meio da criação de distrito industrial, contavam com condições mais favoráveis para a instalação de plantas industriais. Contudo, o crescimento industrial em tais municípios ficou muito aquém do ocorrido no vetor Oeste.

Segundo Brito e Souza, impulsionado pela “[...] predominância demográfica de Ribeirão das Neves e suas altas taxas de crescimento demográfico, o vetor Norte Central acabou se tornando um verdadeiro pólo de atração de pobreza”. (BRITO; SOUZA, 2005, p. 56).

Os municípios de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo, situados no vetor Norte, tiveram seu crescimento demográfico vinculado à criação de algumas indústrias de cimento e derivados, além da base da aeronáutica situada no primeiro (COSTA, 2004). Lagoa Santa também se distingue como uma área de sítios para a classe média e alta e atualmente uma expansão de condomínios fechados. Outro elemento relevante para a RMBH foi construção do aeroporto de Confins, nos anos 80, atual Aeroporto Internacional Tancredo Neves. Contudo, Brito e Souza (2005) atestam que a interação demográfica do vetor Norte com o pólo da RMBH é bastante inferior à do vetor Norte Central.

O vetor Leste, composto por Caeté e Sabará, apresenta uma importância demográfica menor que a dos dois vetores apresentados anteriormente, e sua expansão também foi marcada pela ocupação da população de baixa renda. Ressalta-se que a expansão demográfica de Sabará, como a dos demais municípios

dos vetores já mencionados, partiu de loteamentos mais próximos a capital mineira conectados por eixos viários como a Avenida José Candido da Silveira, ou seja, distante de seu centro histórico original (BRITO; SOUZA, 1998). Sobre o crescimento do vetor Sudoeste, segundo os autores deveu-se tanto à interação com Belo Horizonte como também com o vetor Oeste através de Betim e Contagem principalmente. Sobre o vetor Sul destaca-se um tipo diferenciado de expansão com a constituição de periferias urbanas ocupadas por bairros de classes médias e altas e a proliferação de condomínios fechados, principalmente em direção ao município de Nova Lima. Alguns investimentos como a construção do BH Shopping, na década de 70, a ampliação da Avenida Nossa Senhora do Carmo e da BR-040, além da localização geográfica próxima aos bairros centrais, produziram uma ocupação com loteamentos destinados pelo mercado especulativo imobiliário às classes médias e altas. Vale ressaltar que o preço do solo, orientou a ocupação dos vetores em geral, seja pelas classes populares como pelas classes altas e médias, e produziu em larga escala um efeito de intensificação da segregação socioespacial na RMBH.

Os indicadores demográficos são significativos para mostrarem a dinâmica desses vetores entre 1970 e 2000, como apresenta a tabela seguinte.

Tabela 5 - Taxas Anuais de Crescimento e Participação Relativa no Incremento Populacional, segundo Vetores de Expansão Urbana - RMBH - 1970/2000

	Taxas de Crescimento Anual			Participação Relativa (%)		
	1970/80	1980/91	1991/00	1970/80	1980/91	1991/00
RMBH	4,52	2,51	2,43	100	100	100
Belo Horizonte	3,73	1,15	1,17	57,04	28,54	26,26
Oeste	9,15	5,29	3,93	24,67	36,80	34,80
Norte-Central	12,36	7,48	5,12	10,95	21,98	22,44
Norte	2,36	2,68	2,75	2,11	3,92	4,24
Leste	3,04	2,39	2,41	2,56	3,36	3,46
Sul	1,05	1,65	2,01	0,94	2,12	2,49
Sudoeste	3,54	3,69	5,66	1,73	3,28	6,31

Fonte: Adaptado de Brito e Souza (2005, p.57).

Observa-se que, desde os anos de 1970, o crescimento demográfico do vetor Norte Central foi mais intenso, seguido pelo vetor Oeste. Posteriormente, nas décadas seguintes vê-se em ambos uma tendência de desaceleração. Outros vetores, como Sul e Sudoeste, cuja expansão tem sido mais recente, mantiveram tendência de crescimento mesmo que numa proporção muito menor. Nota-se também, uma inversão espacial do crescimento populacional de Belo Horizonte, que tende a uma estagnação demográfica, comparadamente aos demais municípios da RMBH. Assim, afirma-se que a expansão demográfica e urbana decorrente da metropolização não atingiu, nem atinge homoganeamente os municípios considerados institucionalmente como metropolitanos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), havia na RMBH, em 2000, dois municípios com população urbana inferior a 50%, sendo Nova União (26,3%) e Taquaraçu de Minas (39,5%). Neste mesmo ano, houve municípios que tiveram acréscimo de população rural como, por exemplo, Matozinhos (3,6) e Lagoa Santa (3,6). Apesar de breves, tais informações provocam reflexões acerca do artificialismo que envolve a atual composição da RMBH como colocado por Faria e Machado (2009). Evidenciando, desta forma, a necessidade de criação de

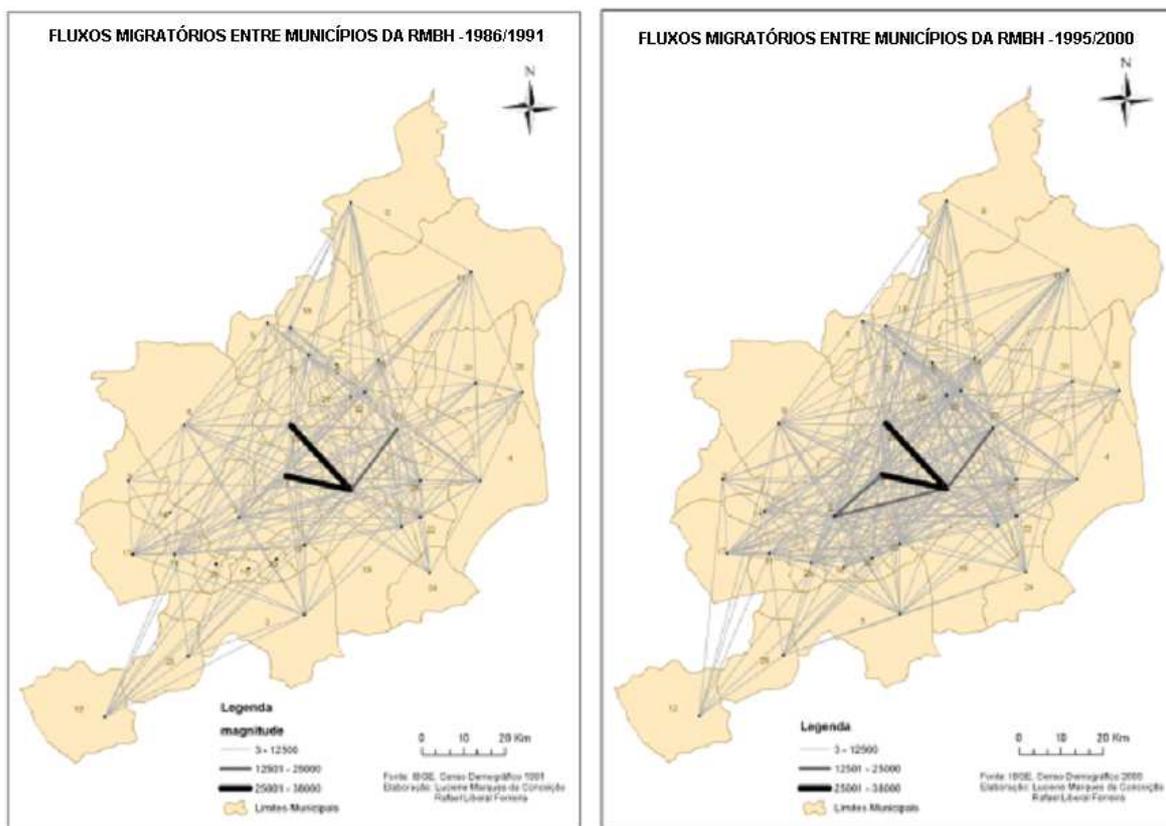
indicadores capazes de representar significativamente a dinâmica metropolitana, com objetivo de identificar os municípios que efetivamente possam ser considerados como metropolitanos. Ressalta-se, contudo, que a função agrária desempenhada por determinados municípios representa algo importante do ponto de vista do abastecimento de alimentos para os espaços com maiores níveis de urbanização. Contudo, a mera função de abastecedor agrícola não faz de um município um espaço estritamente metropolitano, pois, o exercício de tal função não implicaria necessariamente em interferência significativa da metropolização sobre a organização da vida social em tais municípios (MOURA; DELGADO; DESCHAMPS, 2003).

A partir do conjunto de informações já apresentadas, compreende-se que a metropolização representa um fenômeno dinâmico correspondente tanto à dinâmica de fluxos como à densidade dos mesmos. Como exemplo prático dessa dinâmica sobre a organização da vida social nos territórios municipais envolvidos, faz-se referência, por exemplo, às migrações de data fixa¹⁷. Em relação à população residente em 2000, alguns municípios tiveram uma proporção significativa de habitantes que não residiam no mesmo, cinco anos antes da data do Censo Demográfico de 2000. Destacam-se os casos dos municípios mais populosos como Betim, Ibirité (vetor Oeste), Ribeirão das Neves e Vespasiano (vetor Norte Central), com respectivos 18%, 18%, 22% e 19% de população residente composta por imigrantes de data fixa. Ressalta-se que a principal origem dessas migrações foram municípios da própria RMBH (ANDRADE, 2009).

O conjunto de mapas seguintes apresenta os fluxos migratórios entre municípios da RMBH, entre dois períodos, 1986 a 1991 e 1995 a 2000. É notável a intensificação desses fluxos no segundo período, envolvendo principalmente os seguintes municípios, além do Pólo, expandidos ao norte e oeste principalmente: Belo Horizonte- Ribeirão das Neves; Belo Horizonte-Contagem; Belo Horizonte-Santa Luzia; Belo Horizonte- Betim; Contagem-Betim (CAETANO; RIGOTTI, 2008; BRITO; SOUZA, 2005).

¹⁷ Refere-se ao número de imigrantes de 5 anos e mais de idade, que realizou migração no período 1995-2000.

Mapa 3 Comparação entre os fluxos migratórios RMBH 1986/1991 e 1995/2000



Fonte: Adaptado de CAETANO; RIGOTTI (2008, p.38-39).

A intensidade da dinâmica dos fluxos migratórios também pode ser explicada a partir de Andrade (2009) que identificou em 2000 que, 18% dos habitantes da RMBH com 15 anos ou mais trabalhavam ou estudavam em outro município. Dentre estes, 66,1% tinham como destino do deslocamento a cidade de Belo Horizonte. De acordo com a autora os municípios com maior porcentagem de pessoas que realizavam movimentos pendulares, no ano de 2000, foram Ibirité (54%), Ribeirão das Neves (53,3%), Sabará (48,2%) e Santa Luzia (47,2%). Sobre os deslocamentos cuja direção do movimento era Belo Horizonte, os maiores percentuais identificados por Andrade (2009) foram nos municípios de Sabará (90,5%), Santa Luzia (89,1%), Vespasiano e Ribeirão das Neves (85,6% em ambos), Nova Lima (82,6%) e Contagem (80%). Ressalta-se que todos esses 6 municípios mencionados são limítrofes ao pólo metropolitano. Ibirité, apesar de também ser fronteiro e de registrar a maior taxa de movimento pendular (54%) entre os 34 municípios metropolitanos, não está entre os 6 com que tiveram maiores taxas de

movimento pendular em direção à Belo Horizonte. Sobre tal fato Andrade considera que seja “[...] provável que Contagem e Betim, que também fazem fronteira com Ibirité, constituam também como subpolos de atração.” (ANDRADE, 2009, 59). Assim, explica-se em parte o destino dos movimentos pendulares partidos de Ibirité.

Do mesmo modo que a ocupação e constituição social do território metropolitano da RMBH não seja fruto de um evento aleatório e espontâneo, e sim resultado de um complexo processo de metropolização, considera-se que em relação à violência letal não seja diferente. Da mesma maneira que a metropolização implicou numa redistribuição espacial da desigualdade social, entendida aqui, não somente pelo viés econômico - no sentido de desigualdade de acesso aos bens materiais e simbólicos proporcionados pelo ambiente urbano e metropolitano -, mas de exposição aos riscos sociais decorrentes desse processo, também interferiu na distribuição socioespacial do risco de vitimização por violência.

Nesse sentido, ressalta-se a relevância que os 7 vetores de expansão representam enquanto instrumentos de análise sobre a expansão do homicídio, considerando a própria expansão demográfica e as transformações dela decorrentes no contexto socioespacial da RMBH. Contudo, não é possível identificar, somente através de tais vetores, os níveis distintos de participação individual dos municípios na dinâmica metropolitana. Desta forma, outro instrumento será também utilizado para a análise metropolitana dos homicídios, será o indicador ‘grau de integração’ criado pelo do Observatório das Metrôpoles (2004) que, oferece em nível municipal uma hierarquização sobre a participação de cada município na dinâmica metropolitana conforme está apresentado na seção seguinte.

3.4.2 ‘Grau de integração’ à dinâmica metropolitana

Neste tópico será apresentado o indicador ‘grau de integração’ que corresponde ao principal produto alcançado pela pesquisa Análise das regiões metropolitanas do Brasil: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias do Observatório das Metrôpoles (2004), e que também será utilizado aqui como instrumento de análise da metropolização sobre os homicídios na RMBH. A pesquisa feita Observatório das Metrôpoles (2004) teve como objetivo a identificação de tipologias urbanas brasileiras que se constituíssem efetivamente como metropolitanas e, incluiu dados sobre a RMBH. Desta maneira, os municípios foram

hierarquizados conforme 'grau de integração' que apresentavam à dinâmica metropolitana e, dependendo do 'grau' o município poderia, empiricamente, não ser considerado como metropolitano. Tal iniciativa partiu de uma demanda do Ministério das Cidades, pois as RM's se expandiram e se multiplicaram no território nacional através dos processos de institucionalização, sem haver clareza a cerca da natureza metropolitana de tais espaços, além da ausência de mecanismos de gestão e controle de tais territórios através de políticas metropolitanas. Ressalta-se que, ainda hoje, praticamente não há gestão nem política metropolitana na RMBH (FARIA; MACHADO, 2009).

A pesquisa organizada pelo Observatório das Metrôpoles (2004) foi focada nos 471 municípios, unidade de análise da pesquisa, que compunham as 26 regiões metropolitanas oficialmente instituídas naquele período, e duas regiões integradas de desenvolvimento (RIDE). A diversificação dos arranjos regionais metropolitanos e dos processos de institucionalização e gestão desses espaços no interior do território nacional traz desafios relativos à minimização das desigualdades sociais, ao desenvolvimento social e econômico e à governança. A superação de tais desafios estaria condicionada a produção de conhecimento sobre as regiões urbanas, no sentido de identificação das áreas com efetivas relações metropolitanas estabelecidas. Nesse sentido, o estudo desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles (2004) partiu de premissas, necessárias para a identificação e classificação dos territórios metropolitanos, considerados a partir da presença e intensidade de diferentes variáveis que pudessem representar tais "espaços urbanos". Estes últimos foram classificados como "[...] conjuntos representativos da concentração espacial do fenômeno urbano, definidos pela continuidade e extensão do espaço construído." (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004, p.8). Assim, tal conceito traz a ideia da mancha urbana, que se sobrepõe ao território de diversos municípios, envolvendo complementaridade funcional, fluxos intermunicipais e integração socioeconômica. Deste modo, há implicitamente, inerente a existência da mancha, uma escala regional de interações socioespaciais. Para a definição das metrôpoles adotou-se o seguinte conceito.

Considera-se metrópole, a cidade principal de uma aglomeração, destacando-se pelo tamanho populacional e econômico, desempenho de funções complexas e diversificadas, e relações econômicas com várias outras aglomerações, funcionando como um centro de comando e

coordenação de uma rede urbana. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, p. 8, 2004).

A definição de metrópole adotada pelo Observatório das Metrópoles (2004) corrobora com a ideia de Santos (2005), de reconhecer esse espaço a partir de um conjunto de interações intermunicipais que implica na ideia de região. Nesse sentido, para a hierarquização dos espaços urbanos, diferentemente dos esforços do IPEA (2002) e Moura, Delgado e Deschamps (2003) que se fundamentam na análise de indicadores dos centros urbanos principais, o Observatório das Metrópoles considerou também indicadores dos municípios integrantes dos espaços aglomerados, partindo do seguinte pressuposto.

[...] a definição da hierarquia se fez com base no pressuposto de que a natureza metropolitana das aglomerações está associada a níveis elevados de concentração de população e atividades, particularmente as de maior complexidade, e ao exercício de centralidade que transcende a região. Portanto, os indicadores selecionados para esta definição deveriam espelhar as condições de concentração e centralidade. Dessa forma, buscou-se informações sobre o volume populacional e de atividades, os fluxos que se dirigem à metrópole e a oferta de bens e serviços mais raros e avançados, característicos da “nova economia”. Procurou-se selecionar indicadores representativos das diferentes faces da importância daquele nó na rede urbana. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004, p.9).

Com isso a identificação dos espaços estritamente metropolitanos brasileiros, ordenada por meio da hierarquização urbana, considerou como fundamental a presença e a intensidade dos seguintes fatores: contingente populacional em 2004, número de agências bancárias e total de operações bancárias e financeiras para o ano de 2003, massa de rendimento mensal em 2000, total de empregos formais e atividades de ponta em 2003, total de sedes das 500 maiores empresas do país em 2004. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004). Através de análise fatorial¹⁸, desse conjunto de variáveis, os grandes espaços urbanos brasileiros foram classificados por seis categorias hierárquicas distintas, numa escala decrescente de 1 a 6. Na categoria 1, com maior nível hierárquico São Paulo, na 2 Rio de Janeiro, na 3 as RM's de Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Salvador, Recife e Fortaleza. Essas três primeiras categorias representam as RM's com maior representatividade nacional, segundo os resultados produzidos pelo Observatório

¹⁸ A análise fatorial mostra as relações internas de um conjunto de variáveis com o objetivo de identificar um menor número de fatores, independentes e linearmente relacionados às variáveis, que apresentaram aproximadamente o mesmo total de informações expresso pelas variáveis originais (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004, p.27).

das Metr6poles (2004) via an6lise fatorial. Prosseguindo, as RM's de Manaus, Campinas, Vit6ria, Goi6nia, Bel6m e Florian6polis na categoria 4, na 5 Natal, Londrina, S6o Lu6s, Macei6, Jo6o Pessoa, Baixada Santista, Norte/Nordeste Catarinense, Vale do Itaja6, Maring6, as aglomera66es de Aracaj6, Cuiab6 e Teresina. E na sexta categoria as RM's de Foz do Itaja6, Vale do A6o, Carbon6fera e Tubar6o, al6m de Macap6, Rio Branco, Palmas e Boa Vista.

Reconhece-se que os resultados da hierarquiza66o dos grandes espa6os urbanos brasileiros alcan6ados pelo Observat6rio (2004) se assemelham 6s classifica66es realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estat6stica (2007), contudo, em n6vel intra-regional h6 diferen6as. A principal diferen6a consiste na produ66o de um indicador, o 'grau de integra66o' metropolitana, para identifica66o dos munic6pios que efetivamente fossem metropolitanos nas aglomera66es identificadas. Ressalta-se que essa 6ltima contribui66o trazida pelo Observat6rio das Metr6poles (2004) 6 fundamental na delimita66o do fen6meno de metropoliza66o que ser6 relacionada 6 an6lise dos homic6dios na RMBH. Assim, a classifica66o dos munic6pios, segundo a integra66o na din6mica da aglomera66o, verificada tanto pela presen6a como intensidade de determinados fen6menos caracterizaria ent6o um determinado n6vel ou grau de metropoliza66o expresso pelo indicador sint6tico "grau de integra66o metropolitana" que ser6 detalhadamente descrito em seguida. A din6mica da aglomera66o, identificada considerou prioritariamente a quest6o do adensamento de fluxos econ6micos e populacionais, afim de, chegar-se ao estabelecimento de tipologias municipais metropolitanas por meio das diferen6as de n6vel de integra66o junto 6 aglomera66o urbana.

Deste modo, o 'grau de integra66o' foi mensurado considerando os seguintes indicativos:

- a) taxas de m6dia geom6trica de crescimento populacional (1991-2000);
- b) ii) densidade demogr6fica;
- c) iii) contingente de pessoas que realizam movimento pendular/ mobilidade di6ria da popula66o, pela dissocia66o entre local de trabalho e local de moradia;
- d) iv) propor66o de emprego n6o agr6cola.

Para an6lise das vari6veis selecionadas e constru66o das tipologias, o

Observatório das Metrôpoles (2004) fez uso de dois métodos estatísticos: análise fatorial por componentes principais e análise de agrupamento. Não será apresentado aqui, detalhadamente, o tratamento estatístico realizado pelo Observatório das Metrôpoles (2004), para isso recomenda-se uma consulta direta a essa fonte. A utilização do método de análise fatorial permitiu a construção do indicador através de um menor número de fatores envolvidos, ou seja, uma parcimônia, linearmente relacionados às variáveis selecionadas, e independentes, as relações internas expressas por um conjunto de variáveis.

A partir das tipologias e classificações realizadas o Observatório das Metrôpoles (2004), com objetivo de classificar os municípios em tipos homogêneos, segundo a intensidade e presença identificada a partir da análise fatorial das variáveis mencionadas, produziu seis níveis distintos de integração metropolitana. O primeiro considerou os municípios polarizadores da dinâmica de aglomeração, reconhecidos como “Pólo”. Em seguida os municípios cujas relações metropolitanas, com o município “Pólo” e demais municípios da aglomeração, eram mais intensas, classificados como sendo de “Muito Alta” o grau de integração. Nesse mesmo sentido, em lógica escalar, as demais tipologias “Alta”, “Média”, “Baixa” e “Muito Baixa” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004). Assim, de acordo com essa tipologia os municípios cuja integração à dinâmica de aglomeração urbana fosse classificada como “Baixa” ou “Muito Baixa” não seriam considerados efetivamente metropolitanos. Entre os municípios classificados como “Muito Alto” e “Alto” uma característica marcante é o fato de possuírem áreas que serviram à expansão metropolitana, e com isso, integraram com mais intensidade as relações decorrentes desse processo. As áreas de expansão metropolitana correspondem aos territórios municipais, geralmente municípios limítrofes ao “Pólo” que recebem infra-estruturas capazes de complementar ou fomentar o desenvolvimento econômico regional, ou mesmo, por oferecer terras relativamente a baixo custo financeiro.

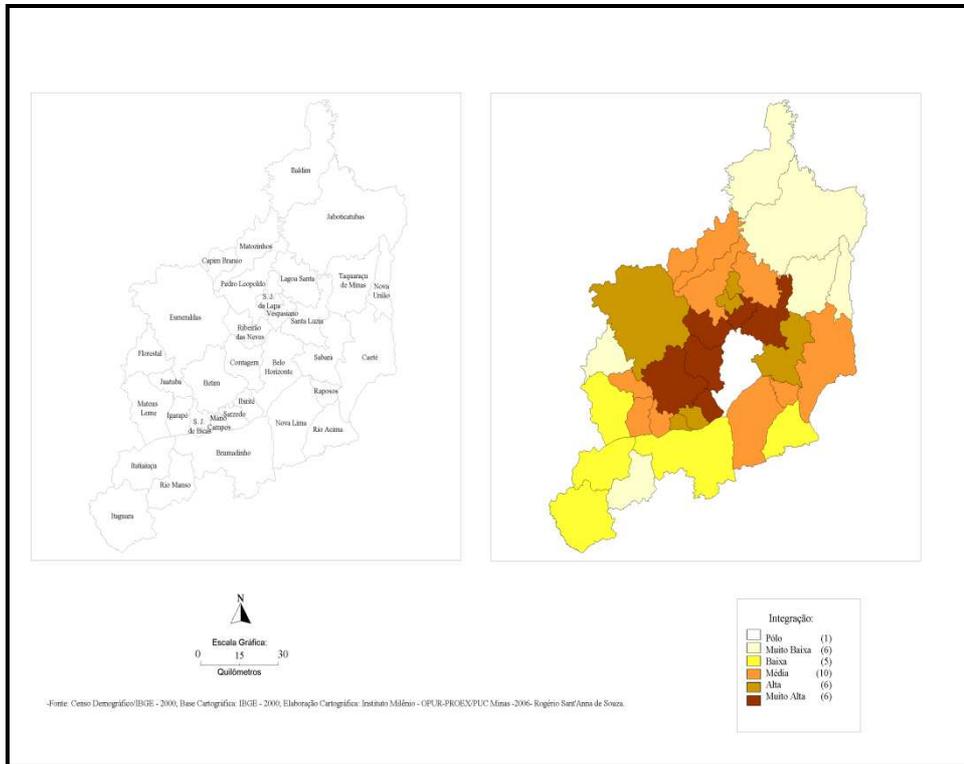
A hierarquização dos municípios da RMBH, segundo o ‘grau de integração’ em relação à dinâmica metropolitana distribui-se da seguinte forma:

- a) *Pólo*: Belo Horizonte;
- b) *Muito Alta*: Betim, Contagem, Ibirité, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano;

- c) *Alta*: Confins, Esmeraldas, Mário Campos Sabará, Sarzedo, São José da Lapa;
- d) *Média*: Caeté, Capim Branco, Igarapé, Juatuba, Lagoa Santa, Matozinhos, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, São Joaquim de Bicas;
- e) *Baixa*: Brumadinho, Itaguara, Itatiaiuçu, Mateus Leme, Rio Acima;
- f) *Muito Baixa*: Baldim, Florestal, Jaboticatubas, Nova União, Rio Manso, Taquaraçu de Minas. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004).

O Mapa seguinte, produzido pelo Observatório das Metrôpoles (2004) e Andrade (2009), possibilita uma melhor visualização do território metropolitano, segundo o 'grau de integração' dos municípios.

Mapa 4 - Região Metropolitana de Belo Horizonte de Minas Gerais- Grau de Integração dos Municípios ao Pólo



Fontes: Adaptado de OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2004); ANDRADE (2009, p.21).

Percebe-se que, o 'grau de integração' vai de encontro à questão colocada por Moura, Delgado e Deschamps (2003) de que a identificação dos espaços metropolitanos deve basear-se em variáveis que explicam e que expõe o processo de metropolização em movimento, ou seja, na sua dinâmica territorial existente. Além disso, corrobora com a superação de desafios colocados pela literatura especializada sobre a produção do urbano e do metropolitano no Brasil, como o artificialismo institucional que é bastante significativo nas RM's brasileiras. Ressalta-se que, tal artificialismo compromete as análises sobre a problemática metropolitana, à medida que sugere como metropolitanos municípios que empiricamente não possuem representatividade e participação na dinâmica metropolitana das RM's. (FARIA; MACHADO 2009; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004).

3.4.3 Efeito metrópole e grau de integração metropolitana

Um conceito interessante, e que complementa a análise teórica sobre a metropolização, num sentido de compreensão de outros fenômenos a partir dela, como pretende o presente trabalho, por exemplo, através da análise dos homicídios, consiste na ideia de 'efeito metrópole'. A bibliografia que aborda diretamente o conceito 'efeito metrópole' é relativamente curta, resumiu-se a dois trabalhos encontrados. O de Ribeiro e Koslinsk (2009), que faz uma análise sobre o 'efeito metrópole' sobre o acesso as oportunidades educacionais nos municípios, em âmbito nacional. E, o de Andrade (2008) que consiste em reflexões sobre o 'efeito metrópole' na cultura política a partir de premissas de Louis Wirth. Nota-se que, em ambos os trabalhos, não há uma definição explícita ou direta conceituando o termo 'efeito metrópole'. Nesse sentido, o efeito metrópole será apresentado aqui, a partir de descrições e análises sobre os trabalhos de Ribeiro e Koslinsk (2009) e Andrade (2008).

Começando em Ribeiro e Koslinsk (2009), os autores explicam o 'efeito metrópole' sobre o acesso às oportunidades educacionais a partir dos resultados escolares de municípios brasileiros que integram regiões metropolitanas e daqueles que estão fora da dinâmica metropolitana. Foram considerados somente municípios com mais de 50.000 habitantes, localizados nos estados que contém os quinze maiores aglomerados urbanos do país, sendo que o 'grau de integração' foi utilizado para diferenciar os municípios que integram ou não as RM's. E como indicadores para tratar das oportunidades educacionais os dados da Prova Brasil (2005) e do Censo Escolar 2005 (INEP/MEC) agregados no nível do município.

Os autores utilizam um estoque extra de variáveis explicativas relacionadas aos seguintes aspectos sociais e econômicos dos municípios como PIB per capita, renda per capita e índice de condição social; taxa de homicídios; taxa de municipalização do ensino fundamental e de atendimento à pré-escola. Nesse sentido, os resultados das estatísticas realizadas, tanto das variáveis sócio-econômicas municipais quanto das educacionais, foram balizadas pelo critério: municípios integrados e municípios não integrados às RM's selecionadas. Nesse sentido, interessa para o presente trabalho, menos uma demonstração minuciosa da pesquisa de Ribeiro e Koslinsk (2008), e sim demonstrar que o 'grau de integração'

foi utilizado pelos autores como balizador central da análise do ‘efeito metrópole’ sobre o acesso às oportunidades educacionais. Todas as análises, seja com os dados educacionais ou sócio-econômicos para verificação do ‘efeito metrópole’, tinham como controle os municípios não metropolitanos definidos pela ‘grau de integração’ que apresentavam.

Num sentido diferente, com análises mais qualitativas, Andrade (2008) apresenta um conjunto de premissas de Louis Wirth¹⁹ que descrevem dimensões metropolitanas na produção de um modo de vida estritamente urbano. Não se trata de considerações a cerca do ambiente urbano enquanto um meio meramente físico, mas de uma dimensão urbanística da vida social que se estende para além da cidade, perpassando outros municípios e inclusive os ambientes rurais. Nesse sentido, nota-se uma ênfase sobre as formas de organização da vida social fundamentadas nas relações cotidianas mediadas pelo urbano metropolitano. Mas do que se trataria então essa dimensão urbana metropolitana? Trata-se, segundo Andrade “[...] de uma questão de grau e de intensidade.” (ANDRADE, 2008, p. 2). Do grau e a intensidade de três características fundamentais como *tamanho*, *densidade* e *heterogeneidade* presentes ao mesmo tempo em uma cidade e que, proporcionariam a produção de sociabilidades urbanas metropolitanas.

De acordo com Andrade (2008), em relação ao *tamanho* parte-se da premissa que grandes escalas populacionais levariam a uma maior diferenciação individual, levando a um enfraquecimento de laços sociais. Logo, o indivíduo habitante de uma grande cidade dependeria de mais pessoas para a satisfação de suas necessidades, mas dependeria menos de determinadas pessoas para isso. Essa impessoalidade das relações sociais seria então um efeito inevitável da escala demográfica, do *tamanho* da população residente no ambiente urbano. Entretanto, para que haja esse efeito o território urbano deveria estar densamente povoado, essa *densidade* aumentaria o fluxo de trocas simbólicas e materiais, e intensificaria os mecanismos de diferenciação social entre indivíduos. Sobre a *densidade* Andrade acrescenta o seguinte:

¹⁹ Para o desenvolvimento da análise sobre os homicídios na RMBH, no sentido de apreensão, tanto conceitual quanto empírica da metropolização, interessa as interpretações de Andrade (2008) a partir da obra de Louis Wirth *O urbanismo como modo de vida*. Isso não significa a ausência de acesso direto, de minha parte, à Louis Wirth, mas o reconhecimento de que a elaboração do que foi considerado como ‘efeito metrópole’ parte da tradução conceitual realizada por Andrade (2008) a partir da obra mencionada.

[...] A diferenciação e a multiplicidade de modos de vida tendem a produzir uma maior tolerância às diferenças. O diferente, que numa pequena cidade pode ser visto como estranho ou exótico, na grande cidade se mistura a outros diferentes, podendo mesmo passar despercebido. A maior tolerância, ou perspectiva relativista, resulta também de uma significativa diminuição dos controles pessoais, substituídos por controles formais. Na vida urbana o semáforo regula o trânsito de carros e de pedestres e o relógio disciplina os encontros e o funcionamento das instituições. (ANDRADE, 2008, p. 5).

Percebe-se, portanto, nas relações metropolitanas uma significativa substituição dos mecanismos de controle pessoais pelos formais, à medida que os laços tornam-se mais fracos e as sociabilidades mais fluidas e menos personificadas. Em meio ao *tamanho* e à *densidade*, interage-se a dimensão da *heterogeneidade* que confere, no modo de vida urbano metropolitano, ao indivíduo a necessidade de maior flexibilização no desempenho de diferentes e diversos papéis sociais. A *heterogeneidade* tem reflexos também na morfologia do espaço urbano, que passa adquirir formas variadas e torna-se mais suscetível a sofrer mudanças de formas, funções e significados. A *heterogeneidade* é também responsável por diversificação de grupos sociais com interesses e intenções das mais diversas possíveis.

Mas, como os interesses são diversos, há uma multiplicidade de associações, com objetivos também muito distintos. E não são os interesses econômicos, ou a classe social, a principal referência para essas organizações, o que dá margem à constituição de organizações com padrões muitas vezes contraditórios e incongruentes. (ANDRADE, 2008, p. 7).

Enfim, na metrópole há ao mesmo tempo, diminuição dos controles pessoais e uma proliferação de papéis sociais e de associações com interesses e objetivos tão diversos quanto incongruentes. Essa riqueza e complexidade de fatores que incidem intensamente sobre as relações sociais, de forma dinâmica, re-significando os sentidos das ações e interações sociais, relaciona-se com a dimensão metropolitana da vida cotidiana. Essa dimensão não é facilmente apreendida por indicadores ou variações ou conceitos. Assim, ao utilizar o 'grau de integração' que congrega indicadores relacionados à densidade, fluxos de pessoas e mercadorias, entre muitos outros já mencionados, reconhece-se a limitação que essa escolha envolve, frente à diversidade social inesgotável envolvida na metrópole. Contudo, como esforço analítico, com objetivo de identificar o 'efeito metrópole' sobre os homicídios, o 'grau de integração' contribui para a identificação dos municípios da

RMBH, que apresentam relações metropolitanas mais intensas ou não. Deste modo pressupõe-se que a metropolização dos homicídios possa ser explorada tanto a partir dos espaços classificados segundo o 'grau de integração' Observatório das Metrôpoles (2004), quanto pelos vetores de expansão definidos por Brito e Souza (1998).

4 HOMICÍDIO E METROPOLIZAÇÃO

Neste capítulo serão apresentados os produtos diretos da presente pesquisa como os padrões sociais e espaciais identificados, as análises correlacionadas entre o homicídio e metropolização e ao final as considerações. Para melhor entendimento dos períodos históricos recortados para a análise dos homicídios na RMBH, de 1998 a 2008 e de 2008 a 2010, uma breve retrospectiva acerca da criminalidade violenta e dos principais problemas de segurança pública nos contextos estadual, belorizontino e metropolitano será apresentada inicialmente.

4.1 Retrospectivas sobre criminalidade e problemas de segurança pública nos contextos de Minas Gerais, Belo Horizonte e RMBH

Como foi mencionado, nesta seção apresentar-se-á uma recapitulação histórica sobre a criminalidade e os problemas relacionados à segurança pública nos contextos estadual, metropolitano e belorizontino e, de maneira alternada sobre cada um deles. Tal retrospectiva, estruturada através do acesso a diferentes fontes bibliográficas, é panorâmica, ou seja, breve. Contudo, através dela é possível identificar, pelos tempos históricos e por meio de um diálogo com o conteúdo dos capítulos anteriores, que a qualidade dos problemas relacionados à segurança e que eram classificados como crime, se transformou junto com cidade, à medida que a urbanização e a metropolização se intensificaram. Deste modo, se em 1930, na cidade de Belo Horizonte, o problema da criminalidade urbana concentrava-se em comportamentos caracterizados como “desordem” (embriaguez, vadiagem, prostituição), segundo Paixão e Andrade (1996), na virada do século XX para o XXI são os homicídios e outros crimes violentos.

Inicialmente, apesar de moderna e com *status* de capital, Belo Horizonte ainda possuía um “ar provinciano”, uma população relativamente pequena e havia, portanto, uma preocupação maior com a presença de forasteiros, “[...] aventureiros, vadios e gatunos.” (PAIXÃO E ANDRADE, 1996, p.110). O período posterior à década de 1930, até 1960, é marcado por um crescimento notável das médias de crimes (exceto os crimes violentos até 1950), contudo, os crimes de maior incidência eram as lesões corporais e o furto. A partir da década de 1960, período em que a

metropolização consolidava-se enquanto um processo de transformação intensa da vida urbana, o homicídio passa a ser o terceiro tipo de crime mais presente nas ocorrências, e em 1970 o roubo passa a ser o quarto crime violento contra a pessoa mais cometido segundo os registros policiais. Obviamente, muitos crimes não são reportados à polícia pelas vítimas como furto e roubo de objetos de menor valor e agressões, deste modo os registros policiais não expressam com exatidão a quantidade de crimes, mas são úteis para a identificação de padrões e tendências criminosas (PAIXÃO; BEATO FILHO, 1997).

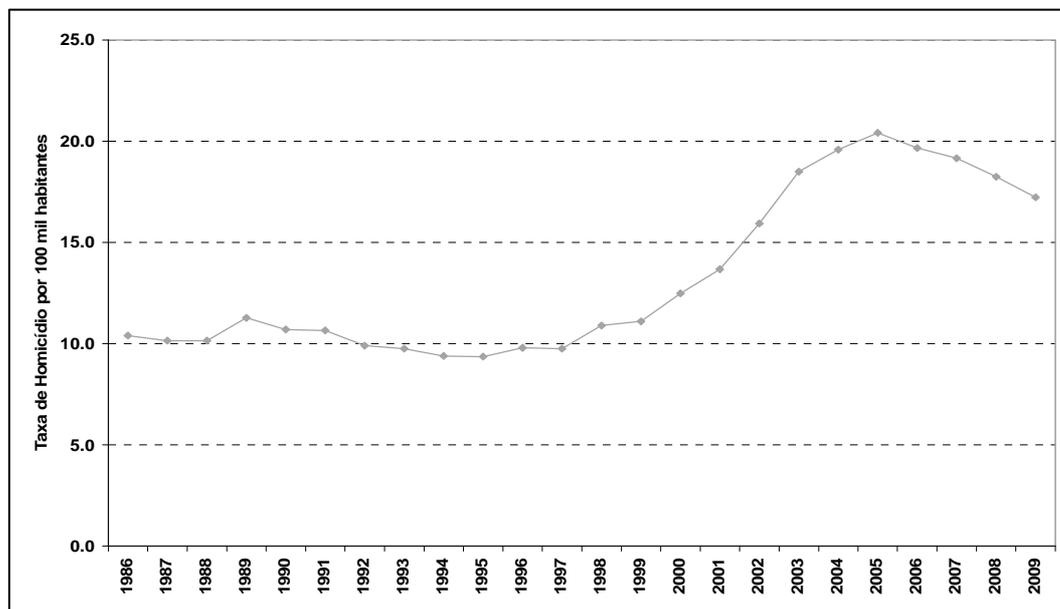
Em Andrade (2009), a metropolização produz não só um ambiente urbano em si, mas altera os modos de vida, intensificando as interações sociais e trazendo com isso novos sentidos para as ações dos indivíduos em sociedade. Desta maneira, as mudanças nos padrões de criminalidade também seriam sensíveis a essas transformações decorrentes da urbanização e metropolização da vida social. Segundo Beato Filho (2003), no caso dos homicídios a proximidade geográfica entre autor e vítima é um elemento crucial para a análise. O homicídio trata-se de um tipo de crime que ocorre predominantemente entre pessoas que possuem algum tipo de relacionamento anterior e que compartilham espaços comuns.

Retomando a retrospectiva proposta, na primeira metade da década de 1980 “[...] o aumento da média diária de roubos foi 112,3% na região metropolitana de Belo Horizonte, contra 44,7% na do Rio.” Ou ainda “Em números absolutos a criminalidade violenta cresceu 103,4% na região metropolitana de Belo Horizonte... contra 28,0%, na do Rio de Janeiro e 33,4% na de São Paulo.” (PAIXÃO; ANDRADE, 1996, p.111). Assim, o aumento dos roubos se vincula ao crescimento da área urbana, nesse caso em escala metropolitana, bem como outros tipos de crime como “[...] estupros e agressões graves são mais típicos de cidades maiores.” (BEATO FILHO, 1998, p.10). Já a segunda metade da década de 1980 não reproduz o mesmo crescimento vertiginoso dos homicídios, nem dos crimes violentos, contudo, na capital mantêm-se uma tendência de crescimento dos homicídios. Nesse sentido Paixão e Andrade afirmam que “[...] na década de 1980, a criminalidade violenta atingiu patamares inéditos e muito elevados em Belo Horizonte: o comportamento das taxas de homicídios diz tudo -mata-se hoje cada vez mais em Belo Horizonte.”. (PAIXÃO; ANDRADE, 1996, p. 117). Sobre as taxas de homicídio, é relevante destacar que do ponto de vista metodológico ela constitui-se como um bom indicador da violência e da criminalidade violenta, à medida que

sua sub-notificação é menor. No caso dos outros tipos de crimes violentos como roubo, estupro e agressões há “[...] uma sólida indisposição das vítimas de registrarem queixa a polícia.” (PAIXÃO; ANDRADE, 1996, p.117).

Como mencionado anteriormente, há uma indisposição ou desinteresse por parte das vítimas em reportar às autoridades legais determinados crimes. Nesse sentido, Paixão e Beato Filho (1997) reconhecem que o aumento da criminalidade notada nos registros policiais expressa apenas uma parcela dos crimes, pois grande parte deles não é reportada a polícia. Segundo estes autores, dos crimes ocorridos contra o patrimônio, em média, 30% das vítimas recorrem à polícia, exceto bens como carro (66%), motos e outros veículos (43%) e eletrodomésticos (58%). Quanto, aos casos de agressões, Paixão e Beato Filho (1997) indicam que, em 1998 segundo as questões levantadas sobre segurança pública pela PNAD-IBGE, 67% das vítimas não recorreram à polícia. Neste caso, o fato de o agressor ser parente próximo ou pessoa conhecida foram os principais motivos pelo qual as vítimas evitavam a interferência policial. Tal constatação preocupa, pois indica que o significativo crescimento da violência vista nos registros policiais ou da Saúde, possibilita mais a identificação de tendências que uma mensuração precisa do fenômeno. Reitera-se que as agressões como os homicídios, envolvem na maioria dos casos, pessoas que já possuíam algum tipo de vínculo ou relação pessoal (PAIXÃO; BEATO FILHO, 1997).

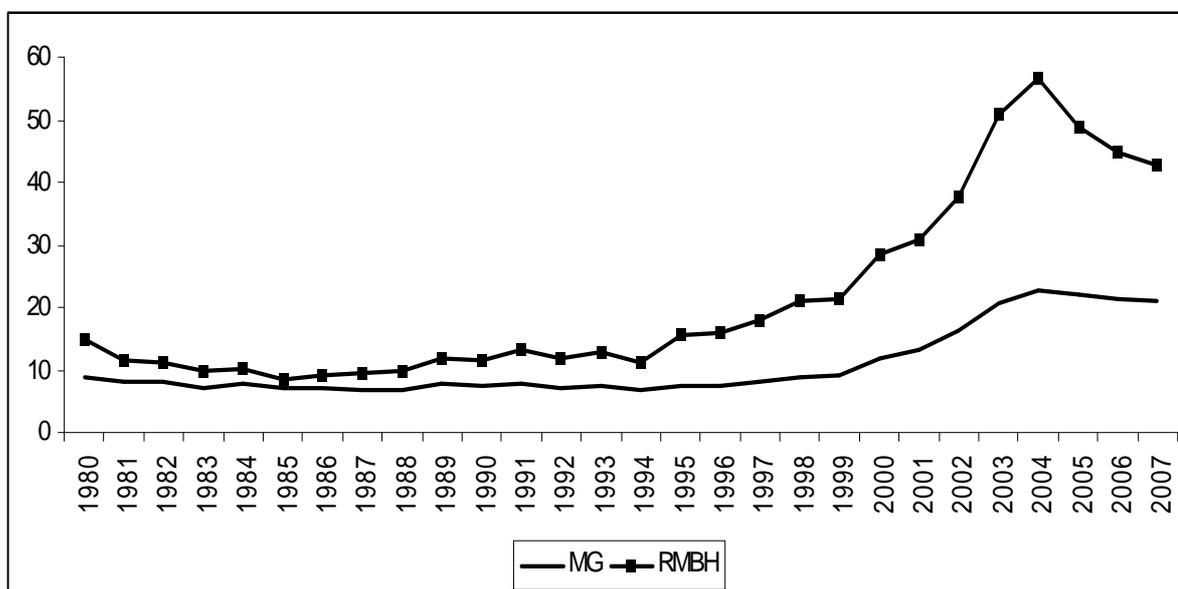
Retomando, a retrospectiva sobre a evolução da criminalidade violenta, nota-se que, em Minas Gerais, a partir de dados de homicídios derivados de ocorrências policiais, para o período de 1986 até 2009, também houve tendência de aumento deste crime. Se até o ano 2000 havia certa estabilidade da taxa de homicídios do Estado, nos seguintes a taxa cresce abruptamente e tende novamente a uma estabilização em patamares elevados como apresenta o gráfico seguinte.

Gráfico 2 - Evolução dos homicídios em Minas Gerais - 1996 - 2009

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2010.

Deste modo, a virada do século XX para o XXI foi marcada também pelo aumento das taxas de homicídios em Minas Gerais, contudo, diferentemente de como ocorreu na RMBH, às taxas estaduais apresentaram variações menores. Como os homicídios na região metropolitana representavam em torno de 50%, em média, ao longo dos últimos dez anos da série analisada no gráfico supracitado, conclui-se que a participação da RMBH na média estadual tem sido significativa. A seguir, apresentamos uma comparação entre a evolução dos homicídios no Estado e na Região Metropolitana de Belo Horizonte através de dados Saúde, referentes ao período de 1996 até 2004, na qual identificamos uma significativa concentração do risco de morte por violência na região metropolitana.

Gráfico 3 - Evolução dos homicídios em Minas Gerais e RMBH - taxas por grupos de 100 mil habitantes - 1980 a 2007



Fontes: SIM/MS, 2011. Observatório das Metrôpoles/ INCT-CNPq. Elaborado pelo autor.

As taxas de homicídios na RMBH foram, em todos os anos da série apresentada, superiores às taxas de Minas Gerais. Em 2007, por exemplo, mais da metade dos homicídios registrados pelo SIM/MS (BRASIL, 2011) em Minas Gerais ocorreram na RMBH, embora a região metropolitana abrigasse nesse período aproximadamente $\frac{1}{4}$ da população residente no estado. Tal tendência se mantém até o momento atual. Segundo o último Censo Demográfico feito pelo IBGE, no ano de 2010, 4.883.970 pessoas residiam na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o que representa 24,9% do total de habitantes do Estado de Minas Gerais que possuía 19.597.330 pessoas.

Comparada à década anterior (2000) cuja população da RMBH era de 4.357.942 pessoas, observamos um crescimento demográfico de 12,1% em 2010, enquanto no Estado cresceu 9,5%. Por outro lado, quando observamos os dados sobre a violência letal identificamos que em 1998 a taxa de homicídio metropolitana por grupo de 100 mil habitantes era de 21,1 e em 2008 de 38,4, ou seja, cresceu 81,9% na década. Minas Gerais registrou em 1998 taxa de homicídios de 8,8 por grupos de 100 mil habitantes e em 2008 de 19,5, o que corresponde a um crescimento de 107%. Apesar do maior crescimento no estado, as taxas

metropolitanas são bem mais elevadas e os homicídios ocorridos em territórios metropolitanos representaram 49,9% dos casos em 2008 registrados pelo SIM/MS (BRASIL, 2011) no Estado. Quando observamos toda a série histórica, somando os homicídios registrados em Minas Gerais de 1998 até 2008, um total de 35.115 pessoas assassinadas, 56,3% residiam em municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (correspondente a 19.778 assassinatos).

Enfim, esses dados mostram que a violência homicida apesar de também existir no interior do Estado, ainda está concentrada no ambiente metropolitano. Além disso, mostram também que o aumento da violência não tem uma relação direta com o crescimento da população, mas por outro lado, nas áreas mais urbanizadas e adensadas como a RMBH houve tanto a concentração como o crescimento mais expressivo dos homicídios.

4.1.2 Análise dos homicídios na RMBH

Nesta seção propõe-se uma análise dos homicídios na RMBH a partir da apresentação dos padrões e regularidades identificadas sobre este fenômeno e também, sobre as significativas variações verificadas na taxa de homicídio por 100 mil habitantes, durante o período de 1998 até 2008, por meio do diálogo junto à bibliografia especializada. Como foi abordada na seção que apresenta a metodologia da presente pesquisa, a escolha de tal período de tempo deve-se por dois fatores: i) 1998 ser um ano no qual os dados do SIM/MS já eram categorizados pela CID-10; ii) 2008 era o ano da última atualização da base de dados do SIM/MS, durante o período de realização da presente pesquisa. Ressalta-se, que nesta seção, será apresentada uma parte significativa dos resultados alcançados pela presente pesquisa sobre os homicídios e a metropolização da RMBH.

4.1.2.1 Padrões dos Homicídios na RMBH

A partir dos dados do SIM/MS (BRASIL, 2011), inicialmente, foi possível identificar para a RMBH, durante o período de tempo considerado de 1998 até 2008, alguns padrões de ocorrência dos homicídios. Tais padrões relacionam-se tanto ao perfil social das vítimas, que não difere daquele encontrado por outros

estudiosos que se detiveram sobre outros contextos urbanos brasileiros como, por exemplo, Cano e Santos (2001), Soares (2008), Waiselfisz, (2011), Batitucci e Cruz (2007), Beato Filho (2001). Quanto às variáveis sexo e idade das vítimas, a vitimização ocorreu predominantemente com homens cuja idade corresponde a faixa da juventude. Outras variáveis também foram identificadas como relevantes como o uso de armas de fogo e a via pública como o local de ocorrência do óbito. Sobre o primeiro padrão que configura o perfil social das vítimas, “o sexo”, identifica-se, entre os anos da série histórica analisada, algumas variações expressivas na razão de risco entre homens e mulheres residentes na RMBH.

4.1.2.1.1 Gênero e Sexo: 1º Padrão

Tabela 6 - Razão de risco de homicídio por sexo RMBH/ 1998-2000-2002-2004-2006-2008

	MULHERES ASSASSINADAS	HOMENS ASSASSINADOS
1998	1	08
2000	1	09
2002	1	14
2004	1	13
2006	1	11
2008	1	12

Fontes: Elaborado pelo autor.

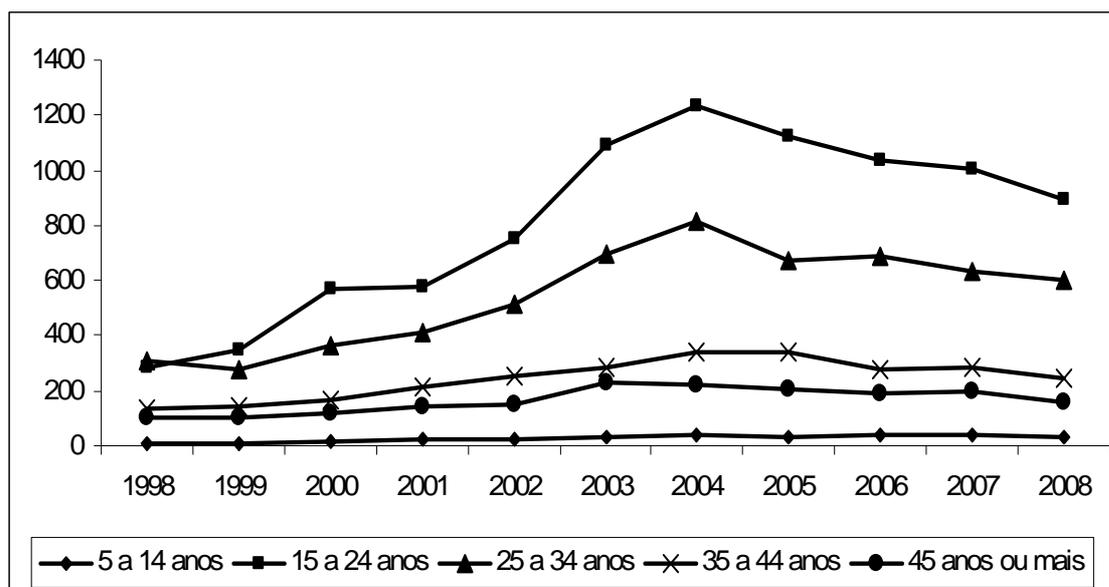
Nota: Censos Demográficos 2000-2010 IBGE (2011). SIM/MS (BRASIL, 2011).

Ao longo do tempo considerado, com intervalos bi-anuais, o risco de homens serem assassinados em relação às mulheres em 1998 era 7 vezes maior, em 2002 a diferença era de 14 homens para cada mulher assassinada. Nos anos seguintes essa diferença permanece alta, fechando em 2008 com 12 homicídios masculinos para cada homicídio feminino. Nesse sentido, identificamos que 91,9% de todos os homicídios registrados na RMBH durante 1998 até 2008 ocorreram com pessoas do sexo masculino, e que 8,1% das vítimas eram do sexo feminino. Como já mencionado, na bibliografia especializada as pesquisas apontam tal padrão como amplamente consolidado e corrobora com a ideia de masculinização da violência letal, como defendida, por exemplo, por Zaluar (2004).

O segundo padrão identificado sobre o perfil social das vítimas relaciona-se com a idade. Na RMBH, visto também no Brasil, como bem apresenta a série de estudos sobre homicídios organizados por Waiselfisz (1998; 2004; 2006; 2008; 2010; 2011), houve super-concentração dos assassinatos envolvendo pessoas jovens com faixa etária de 15 a 24 anos. O Gráfico seguinte apresenta as diferenças entre faixas etárias através do número de registros de homicídios realizados pelo SIM/MS (BRASIL, 2011) ao longo do período de tempo considerado.

4.1.2.1.2 Juventude e homicídios: 2º Padrão

Gráfico 4 - Evolução dos homicídios por grupos etários das vítimas RMBH - 1998 - 2008



Fontes: Elaborado pelo autor.

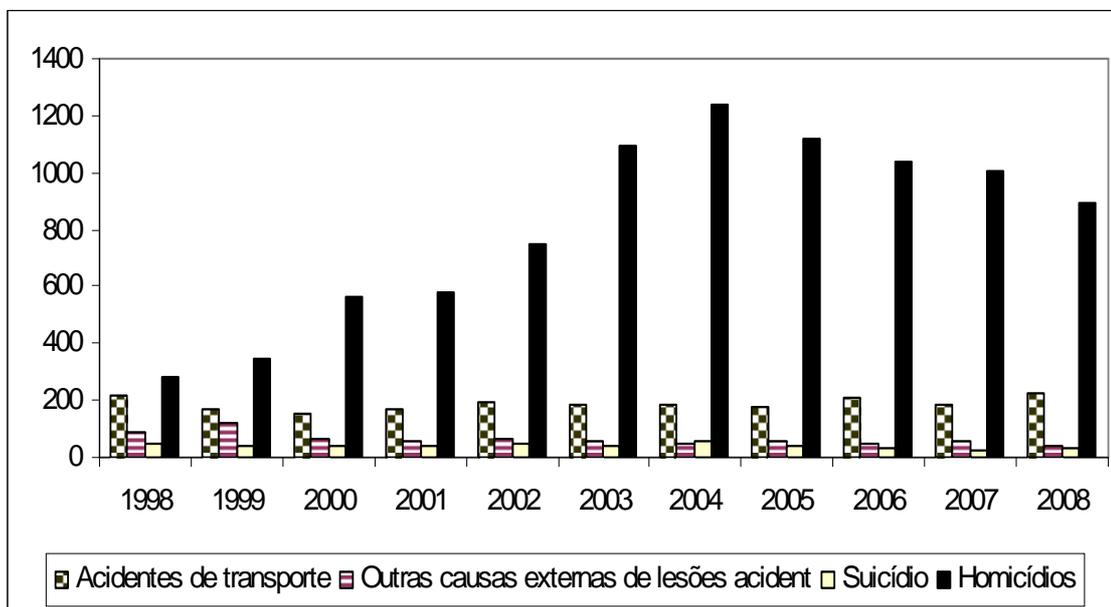
Nota: Censos Demográficos 2000-2010 IBGE (2011). SIM/MS (BRASIL, 2011).

No primeiro ano da série histórica apresentada os homicídios na faixa de 15 a 24 anos igualavam-se aos vistos na faixa etária de 25 a 34 anos, e em ambas as faixas a quantidade de casos era inferior a 400. No decorrer dos anos, o aumento do número de registros de óbitos decorrentes de agressões pode ser visto em todas as faixas etárias, contudo houve diferenças significativas entre elas. Enquanto a evolução da linha correspondente a faixa dos 5 aos 14 anos foi mínima, quase que nula, na faixa etária posterior, de 15 a 24 anos o número de casos em 2004, foi mais

de 4 vezes maior que os registrados em 1998. Uma tendência similar ocorreu também na faixa etária de 25 a 34 anos, porém com intensidade menor. O que gráfico indica, é um aumento abrupto dos homicídios na passagem da faixa de 5 a 14 anos para a de 15 a 24 anos, relacionada ao momento da transição entre adolescência e juventude. Os dados do SIM/MS (BRASIL, 2011) não são suficientes para inferir sobre os motivos pelos quais a resolução de conflitos sociais e interpessoais entre os jovens, ou envolvendo jovens, tem resultado em tanta letalidade quando comparada às demais faixas etárias.

O gráfico seguinte apresenta uma comparação entre diferentes tipos de registros de óbitos por causas externas, incluindo homicídios, específicos para a faixa etária de 15 a 24 anos. E através de tal comparação será possível notar que o crescimento dos homicídios na RMBH na década analisada, teve uma relação evidente com o aumento das mortes juvenis.

Gráfico 5 - Comparação entre as principais causas externas de mortalidade segundo as das mortes juvenis de 15 a 24 anos /RMBH - 1998 - 2008



Fontes: Elaborado pelo autor.

Nota: Censos Demográficos 2000-2010 IBGE (2011). SIM/MS (BRASIL, 2011).

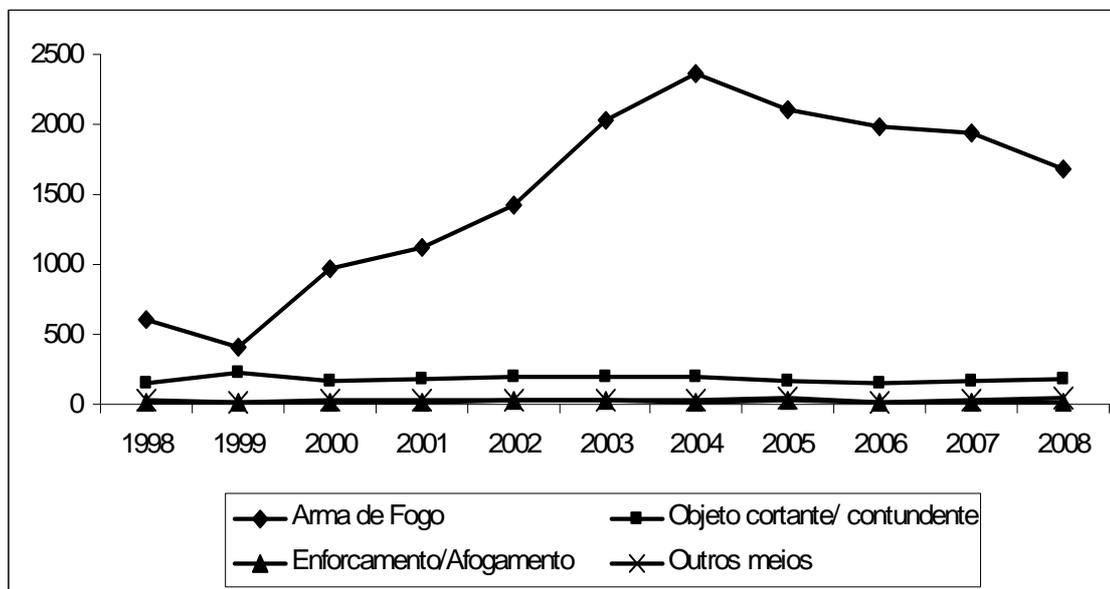
Em 1998 os acidentes de transporte, com 215 casos, tinham uma proporção de registros pouco menor que a dos homicídios com 282 casos, ressalta-se que ambas representaram as duas principais causas externas de mortalidade juvenil

durante todo o período analisado. O suicídio e o conjunto de outras causas externas de lesões acidentais (inclui afogamentos, envenenamentos, quedas, entre outras) tiveram em 1998, 46 e 90 casos registrados respectivamente. A partir de 1999 é possível identificar, até 2004, um distanciamento crescente e constante da coluna referente ao número de homicídios em relação às demais colunas referentes às outras causas externas de mortalidade. Em 2004 foram registrados 1236 casos de homicídios juvenis, versus 185 casos de óbitos por acidentes de transporte, 54 de suicídios e 52 de outras causas externas de lesões acidentais.

A partir de 2004 vê-se uma tendência de recuo do número de homicídios juvenis, sendo em 2008 registrados 896 casos. Nas demais causas externas de mortalidade houve pouca variação dos casos nesse período. De toda forma, mesmo com a queda vista a partir de 2005, a coluna representativa do homicídio equivale a mais que o triplo da de acidentes de transporte. Sobre o aumento da vitimização juvenil por homicídio, ele coincide com outro evento relevante que foi o aumento das mortes ocasionadas pelo uso de armas de fogo. Dentre os principais meios utilizados para consumação dos homicídios, registrados pelo Sistema de Saúde, a arma de fogo foi o que teve maior peso sobre o aumento da mortalidade decorrente de violência. SIM/MS (BRASIL, 2011).

4.1.2.1.3 Uso de Armas de fogo: 3º Padrão

Gráfico 6 - Meio utilizado para execução das vítimas de homicídios - RMBH/1998-2008



Fontes: Elaborado pelo autor.

Nota: Censos Demográficos 2000-2010 IBGE (2011). SIM/MS (BRASIL, 2011).

A categoria “armas de fogo” utilizada para aqui na análise dos homicídios representa a agregação dos registros das variáveis X93 (agressão/disparo por arma de fogo de menor calibre), X94 (agressão/ disparo por arma de fogo de maior calibre) e X95 (agressão/disparo por outra arma de fogo/não especificada). A guisa de esclarecimento informa-se que os registros por arma de maior calibre não são significativos, o peso maior está nas não especificadas e nas de menor calibre respectivamente. Tal dado mostra que as armas de menor porte, por terem custo econômico menor são as mais acessíveis e por isso, mais utilizadas. Contudo, quanto às armas de fogo, a literatura mostra que a presença em si dessas armas não produz altas taxas de letalidade (BEATO FILHO; MARINHO, 2007). Diversos casos confirmam essa tese, como Galvão mostra, por exemplo, que em 1996 na Argentina havia armas de fogo em 29,5% dos domicílios e na África do Sul em 12,4%, por outro lado, as taxas de homicídios por 100 mil habitantes argentinas eram 17 vezes menores que as taxas sul-africanas, com 3,8 e 64,4 respectivamente. (GALVÃO, 2009, p. 13). Segundo Phebo, o Brasil, em 2002, foi o país com maior número de mortes por arma de fogo no mundo, 38.088 (trinta e oito mil e oitenta e

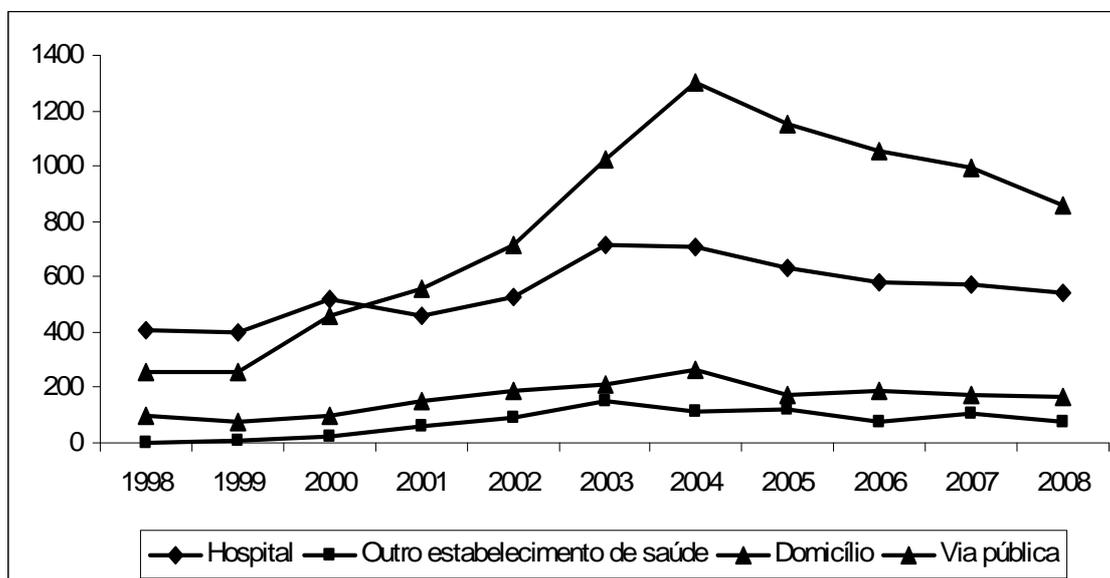
oito). Na Região Metropolitana de Belo Horizonte a participação das armas de fogo nas mortes pode ser observada através do número crescente de óbitos provocados pelo seu uso. (PHEBO, 2005, p. 15).

Cresceu na RMBH o uso de arma de fogo no cometimento dos homicídios a partir de 1999, continuamente até 2004. Após esse último ano o número de registros de mortes decorrentes de agressões consumadas por armas de fogo tendeu a queda. Embora, permaneça significativa na RMBH a diferença, entre os anos inicial e final da série, em relação à quantidade de óbito ocasionado por agressão, com uso de arma de fogo, 601 casos em 1998 e 1685 casos em 2008. Comparando esse gráfico ao que apresentou as mortes por grupos etários, identifica-se na linha referente aos óbitos consumados via arma de fogo apresentou a mesma tendência evolutiva da faixa etária de “15 a 24 anos”. Assim, como aponta a bibliografia, nota-se na RMBH uma relação entre as mortes causadas por armas com os homicídios juvenis.

4.1.2.1.4 Aumento das mortes no espaço público: 4º Padrão

Há uma concentração de mortes ocorridas em vias públicas nesse início de século. As mortes ocorridas nas vias públicas refletem ao mesmo tempo um aumento na letalidade dos conflitos interpessoais, mas também a dimensão pública desses conflitos e contribuem para a difusão de sentimentos de medo e repulsa aos espaços públicos. O próximo gráfico apresenta a evolução das mortes decorrentes de assassinatos em diferentes espaços como via pública, residência, hospital e outros estabelecimentos de saúde.

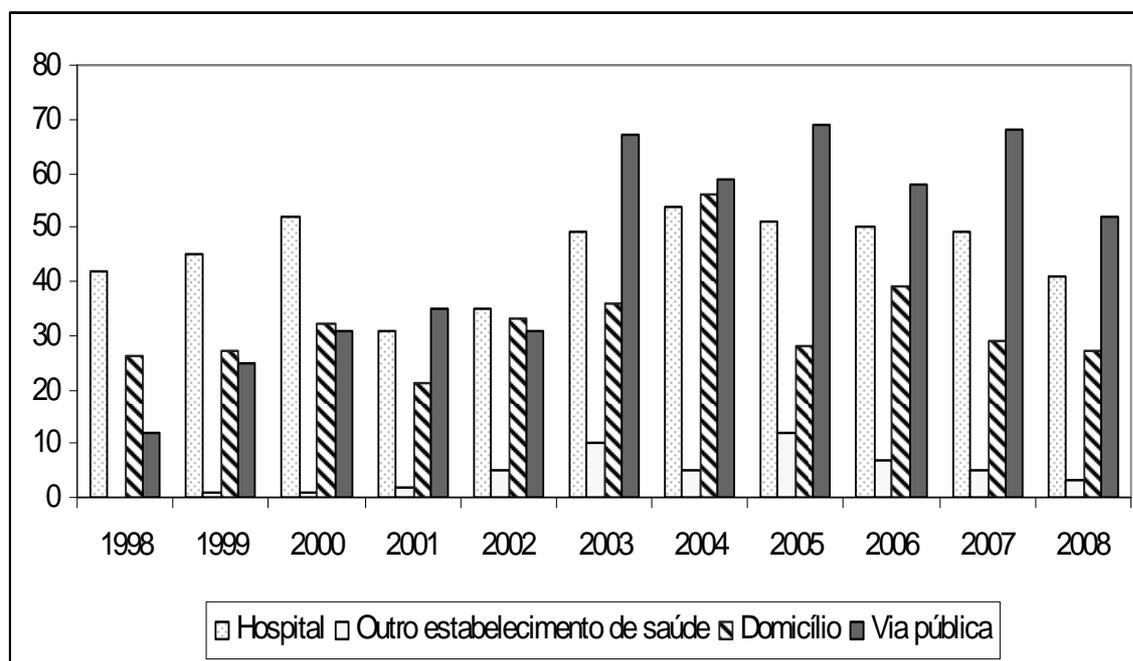
Na RMBH, 19.778 pessoas foram assassinadas de 1998 a 2008. Destas, 43,6% (8622) faleceram em via pública, 30,5% (6047) em hospital, 8,5% (1687) em domicílio. Essa preponderância das mortes em lugares públicos também já foi verificada na cidade de Nova York. De 4.468 homicídios ocorridos nessa cidade em 1990 e 1991, 50,1% ocorreram em lugares públicos (ruas e outros espaços públicos) e 19,3% nos domicílios. A arma de fogo foi a causa de 49,6% dos homicídios ocorridos nos domicílios e 80,3% dos ocorridos nas ruas (TARDIFF et. al, 1995). Na RMBH, em 2004, ano do ápice dos registros de homicídios, a arma de fogo foi responsável por 92,1% dos ocorridos em vias públicas e por 38,8% dos casos ocorridos em domicílios.

Gráfico 7 - Local de ocorrência do óbito. RMBH - 1998/2008

Fontes: Elaborado pelo autor.

Nota: Censos Demográficos 2000-2010 IBGE (2011). SIM/MS (BRASIL, 2011).

Apesar de não termos dados e informações padronizadas sobre o atendimento pré-hospitalar, corroboramos com Phebo (2005) ao presumir que, devido à letalidade decorrente do uso das armas de fogo os óbitos ocorrem, cada vez mais, antes que a vítima chegue ao hospital. Isso, mesmo se levarmos em conta a maior rapidez nos atendimentos de urgências depois da implantação, pelo Ministério da Saúde, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) em 2003. De um modo geral em todos esses espaços - hospitais, outros estabelecimentos de saúde, via pública e domicílio - houve predominância de mortes de pessoas do sexo masculino, em 2004 por exemplo, a vitimização masculina correspondeu a 94,2%. Quando se analisa as mortes do sexo feminino separadamente notamos que o domicílio foi o local no qual o percentual de pessoas do sexo feminino teve maior vitimização, comparado proporcionalmente às demais categorias espaciais.

Gráfico 8 - Local de ocorrência do óbito feminino. RMBH – 1998/2008.

Fontes: Elaborado pelo autor.

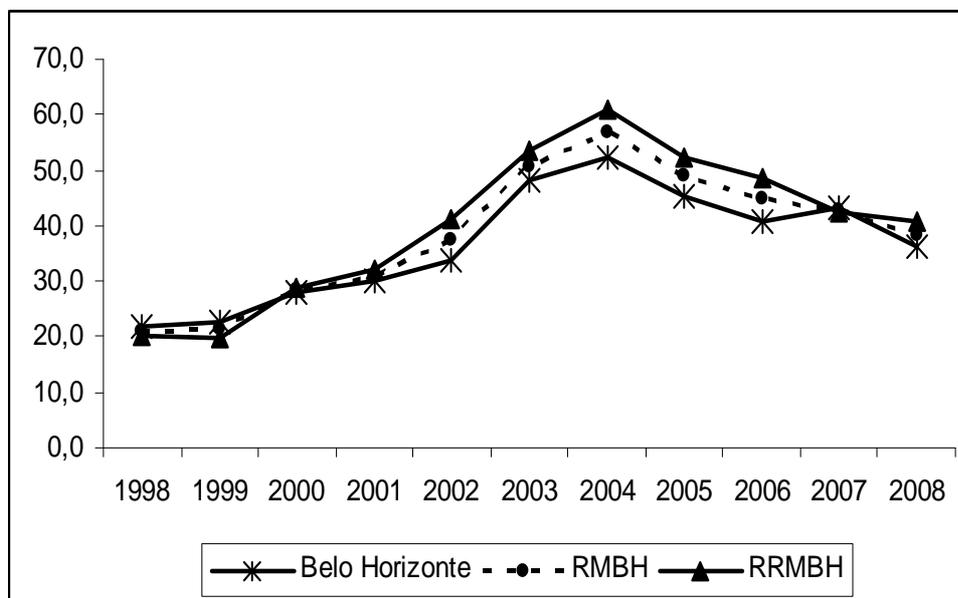
Nota: Censos Demográficos 2000-2010 IBGE (2011). SIM/MS (BRASIL, 2011).

Entre as mulheres notamos também o aumento das mortes em via pública, porém a linha referente à categoria domicílio foi bastante expressiva comparada à correspondente no gráfico 8 que mostrou o dado agregado por sexo. Quando adentramos mais nesse dado do domicílio identificamos que em toda a série histórica apresentada aqui os percentuais de vítimas do sexo feminino variou pouco no que se refere as diferenças etárias, entre faixas de 15 a 24 anos com as de 25 a 34 anos, 89 e 94 vítimas, respectivamente. Tal dado evidencia sobre o local onde os homicídios cujas mulheres são vítimas ocorre e indiretamente informa que, possivelmente, parte dessas mortes pode decorrer de violências cometidas por pessoas que compartilham o mesmo domicílio que elas.

Os dados, até aqui, demonstraram coerência com as tendências vistas, para o Brasil e contexto metropolitano mais amplo, por meio da bibliografia especializada. Além disso, eles também mostram uma tendência de crescimento até 2004 e queda após esse período. Nesse sentido, antes de apresentarmos o 5º padrão identificado a partir da análise dos homicídios na RMBH, serão apresentadas algumas considerações sobre as variações, o sobe /desce, notadas nas taxas ao longo do período de tempo considerado.

4.1.2.1.5 Breve análise acerca do sobe/desce das taxas de homicídio

Gráfico 9 - Evolução da taxa de homicídios de 1998 a 2008, Belo Horizonte, RMBH e RRGBH



Fontes: Elaborado pelo autor.

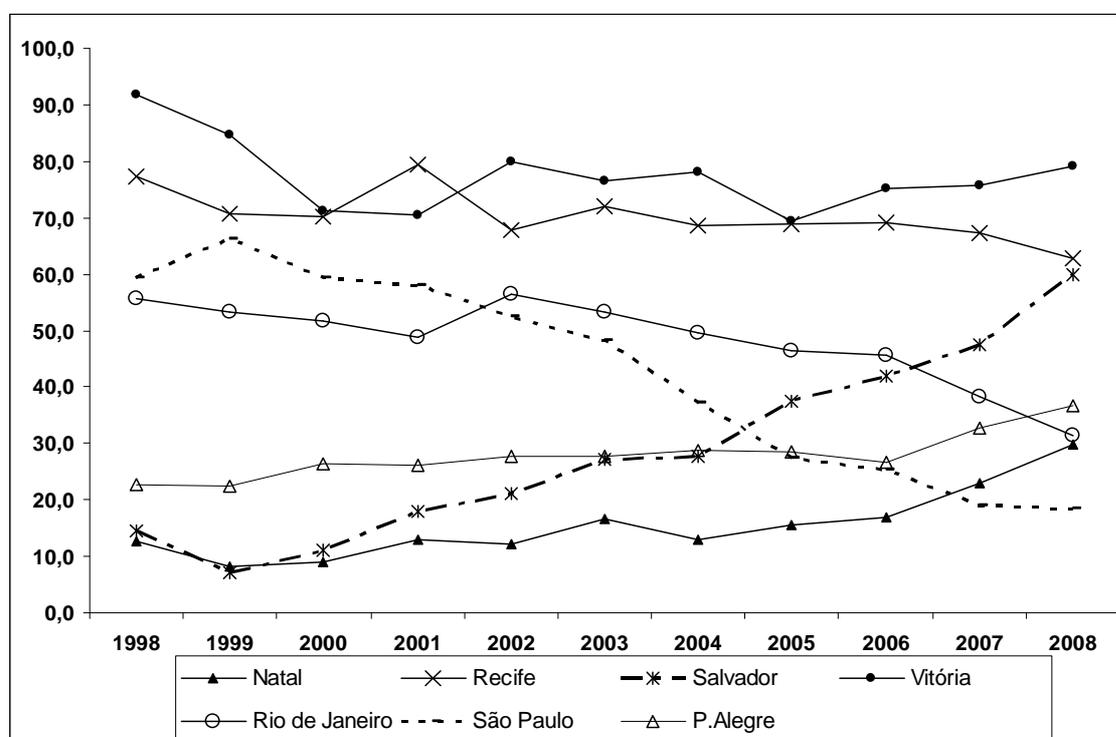
Nota: Censos Demográficos 2000-2010 IBGE (2011). SIM/MS (BRASIL, 2011).

*Conjunto dos municípios metropolitanos sem Belo Horizonte.

Durante todo o período, tanto para o município de Belo Horizonte, como para a RRGBH e RMBH, as taxas de homicídios apresentaram crescimento até 2004, e queda a partir desse ano até o fim da série. Nesse sentido, consideramos dois momentos distintos. O primeiro, de 1998 até 2004, é caracterizado por um constante e significativo crescimento das taxas de homicídios. O segundo momento corresponde ao período de 2004 até 2008, no qual observamos uma tendência de queda constante.

A variação das taxas observadas na RMBH difere-se das de outras RM's como Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia como apresenta o seguinte gráfico.

Gráfico 10 - Evolução da Taxas de Homicídio, RMs: Natal, Recife, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo 1998/2008.



Fontes: Elaborado pelo autor.

Nota: Censos Demográficos 2000-2010 IBGE (2011). SIM/MS (BRASIL, 2011).

Como visto através do exemplo pelo gráfico, nenhuma outra RM, das que foram apresentadas, tiveram uma evolução da taxa semelhante à RMBH, marcada por dois momentos distintos e contrários, um de ascensão contínua e outro de queda. Diversos fatores imbricados e concorrentes estão relacionados a esses dois momentos evolutivos dos homicídios na RMBH, entretanto somente alguns, considerados como mais relevantes a partir da bibliografia, serão discutidos na presente análise: arma de fogo, tráfico de drogas, juventude e políticas de segurança pública.

Primeiro período:

Iniciaremos com a análise do período no qual os homicídios crescem anualmente de forma abrupta, de 1998 a 2004. Desta maneira, um fator presente na bibliografia da RMBH e de Belo Horizonte é a influência do tráfico de drogas sobre o

aumento dos homicídios. Diversos estudos apontaram para essa relação, em Sapori et al., (2010), por exemplo, considera-se que o aumento dos homicídios na RMBH e BH foi também provocado pela chegada do *crack* ao mercado de drogas ilícitas. Segundo esses autores o preço mais baixo dessa droga aliado ao seu efeito farmacológico responsável por um alto grau de dependência e compulsão alterou substantivamente as relações de venda e consumo de drogas, provocando mais conflitos e conseqüentemente mais mortes.

Corroborando com a perspectiva de Beato Filho e Zilli (2011) de que o modo como as atividades criminosas se estruturam pode interferir nos níveis de violência provocados por elas, Sapori et al., (2010) identificam mudanças nas estruturas das redes de tráfico de drogas que provocaram mudanças nas relações entre usuários e traficantes e entre os próprios traficantes. Tais mudanças estariam relacionadas principalmente ao aumento dos casos de dívidas não pagas por usuários como as disputas pelas bocas, estas últimas caracterizavam-se como guerras entre grupos rivais e geravam, segundo os autores, muitas mortes. Goertzel e Kuhn (2007, p. 407), por exemplo, corroboram com essa hipótese: “[...] Pode ser que a explosão de homicídios tenha chegado mais tarde no Brasil que nos Estados Unidos por causa da epidemia de *crack*, que veio mais tarde.”

Na cidade de Belo Horizonte, por exemplo, como Beato Filho (2001) mostraram os homicídios se concentraram em determinadas favelas que foram identificadas pelos autores como conglomerados de homicídios. Além disso, Beato Filho (2001) como Nascimento (2004) identificam uma expressiva participação juvenil na vitimização e nas relações criminosas envolvendo o tráfico de drogas. Juntamente com a inserção da cocaína e outras atividades ilegais como o tráfico de arma de fogo, tornaram mais virulentos os conflitos sociais em determinadas favelas cariocas, provocando assim maior visibilidade social da criminalidade letal nas favelas. (SALLES; LUND, 1999; NASCIMENTO, 2004). Assim, em perspectiva semelhante à de Sapori et al., (2010), Dowdney ao tratar a questão do comércio de drogas na cidade do Rio de Janeiro, sob uma perspectiva histórica, identifica uma relação do aumento da violência letal com uso de armas e fogo, sobretudo nas favelas, à presença da cocaína no mercado de drogas.

A rentabilidade da cocaína resultou na militarização excessiva dos grupos armados, para controlar e defender bocas e, mais tarde, as comunidades

onde se localizavam. Apesar do dinheiro gerado pela venda da droga ter se tornado uma importante fonte de renda, que estimula o desenvolvimento econômico local dentro das comunidades de favelas, a ampla maioria do lucro não circula na comunidade e vai para o *dono da boca e os matutos*, que geralmente vivem fora da favela. (DOWDNEY, 2003, p.26).

Como Saporì et al., (2010) identificam em Belo Horizonte, Salles e Lund (1999) percebem na cidade do Rio de Janeiro, durante a década de 1990, que o confronto direto entre grupos de traficantes pela disputa de “bocas” ou com a polícia assumia, em muitos casos, a dimensão de guerrilha urbana. Ressalta-se que em BH não há disputas territoriais com dimensões semelhantes às do Rio de Janeiro na qual há, entre as favelas, territorialização por facções criminosas concorrentes - Comando Vermelho (CV), Amigo dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando (TC) -, além das milícias envolvendo policiais e ex-policiais. Deste modo, nota-se um consenso, entre os autores supracitados, sobre a hipótese de aumento dos homicídios após a inserção de determinadas drogas ilícitas nas relações envolvidas no tráfico de drogas.

Outras hipóteses relacionam o aumento dos homicídios à pulverização e plasticidade que o comércio ilegal de drogas assume nas favelas, sendo capaz de reestruturar-se mais facilmente que as forças de repressão (polícia), além disso, a própria geografia sinuosa e labiríntica destes espaços dificulta a ação policial. A plasticidade comentada é notada pelo aumento da divisão das funções e atividades relacionadas ao tráfico de drogas desde fogueteiros, olheiros, vendedores, aviãozinho, etc, além da fácil reposição de mão-de-obra e, segundo Dowdney (2003) tal contexto teria forte relação com o aumento da participação de crianças e adolescentes nestas atividades. O aumento da participação infanto-juvenil em atividades criminosas é visto como um fator que contribui para a elevação do número de homicídios entre jovens com idade entre 14 e 25 anos²⁰ residentes em áreas urbanas empobrecidas (BEATO FILHO; PEIXOTO; ANDRADE, 2004). Nesse sentido, o aumento dos homicídios relacionar-se-ia à vitimização juvenil. Como foi apresentado, estudos diversos sobre o tema mostram que os homicídios têm jovens como vítimas preferenciais, essa questão pode ser explicada tanto pelo

²⁰ Em 2004, de acordo com pesquisas e estatísticas organizadas pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime, os crimes violentos se concentram nas vilas e favelas dos grandes centros urbanos e grande parcela das vítimas são pessoas com idades entre 15 e 24 anos, pobres e de cor de pele preta. No Brasil, grande parte dos homicídios juvenis está atribuída aos conflitos decorrentes do tráfico de drogas (UNODCCP, 2004; NASCIMENTO, 2004).

envolvimento juvenil com atividades criminosas como pela própria condição juvenil. Soares, sintetiza essa questão [...] “no concernente à associação entre gênero masculino e homicídio, e entre juventude e homicídio, ela é confirmada em todas as sociedades e épocas para as quais há dados minimamente confiáveis.” (SOARES, 2008, p. 22).

Em relação à condição juvenil: os jovens, menos passíveis a doenças, tendem a morrer mais por causas outras, as chamadas causas externas, entre as quais, o homicídio. Contudo, essa exposição maior ou menor dos jovens aos riscos sociais, inclusive de vitimização por violência e de envolvimento com a criminalidade, teriam relação também com outros aspectos relacionados às condições familiares e de vizinhança. No estudo de Silva (2009) realizado em Belo Horizonte, os homicídios se concentraram em áreas empobrecidas, cuja presença do Estado é menor bem como a capacidade de controle social informal sobre os jovens é reduzida, tanto por parte da vizinhança quanto dos familiares. Com isso, crianças, adolescentes e jovens estariam mais disponíveis aos aliciadores, principalmente os relacionados ao tráfico de drogas.

Nesse sentido, reconhecemos que a chegada de determinadas drogas causariam possíveis impactos sobre as relações entre traficantes/usuários/polícias envolvidas no tráfico de drogas, aumentando de diversas maneiras os conflitos e consequentemente a busca por armas de fogo, inclusive por pessoas não relacionadas ao tráfico de drogas como Saporì et al., (2010) apontam. Por outro lado, aumento dos homicídios na RMBH pode estar associado a interações entre outras dimensões da vida social presentes na década de 1990 e detectadas por outros autores em outras grandes cidades brasileiras. Tais como os impactos da globalização nas atividades criminosas apontado por Zaluar (1996), a incapacidade do aparelho estatal em dar respostas menos violentas ou agressivas aos comportamentos criminosos de determinadas parcelas da sociedade ou mesmo por um aumento da sensação de invisibilidade social por parte dos jovens nesse novo cenário como aponta Soares (2005). Além disso, o viés social no processo de incriminação mencionado por Misse (2008b) associado aos limites que os dados policiais apresentam, mostra a necessidade de cautela em aceitar como preponderante a hipótese sobre impacto do tráfico de drogas no aumento dos homicídios na RMBH. Há também outro complicador, como já mencionado a partir

de Vargas et al., (2010) em Belo Horizonte que é a baixa capacidade investigativa das polícias, o que dificulta ainda mais o conhecimento sobre as causas dos homicídios.

Segundo Período:

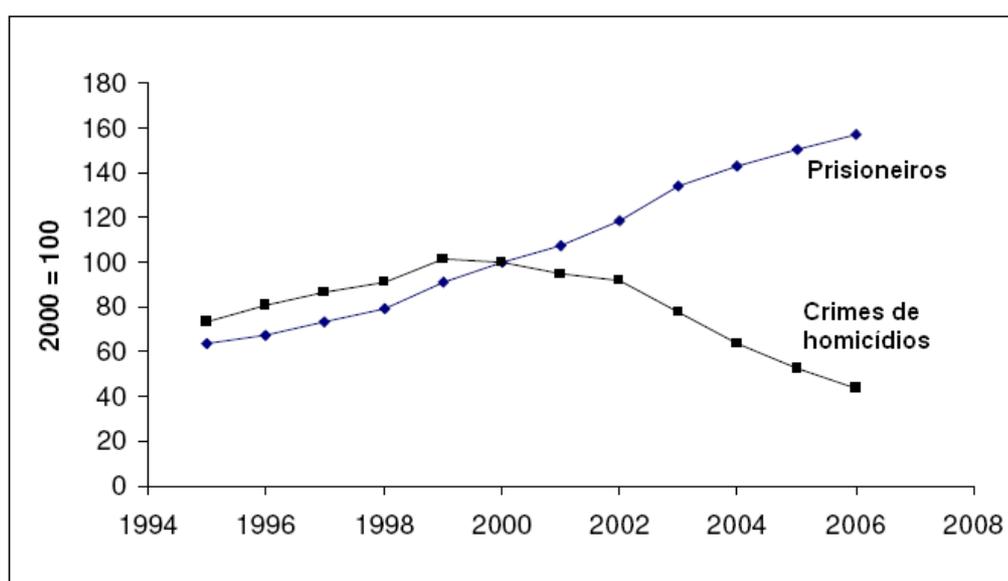
O segundo momento foi marcado pela queda das taxas em patamares menores que o crescimento ocorrido no período anterior, o que faz com que Belo Horizonte, apesar da queda, apresente hoje uma taxa de homicídios mais elevada que Rio de Janeiro e São Paulo. Em relação a esse momento, destacar-se-ão duas hipóteses explicativas consideradas mais relevantes na bibliografia abordada como a interferência das políticas públicas de segurança bem como a influência da reestruturação das atividades criminosas. Em primeiro lugar citar-se-á abordagens sobre o impacto de políticas públicas específicas como a expansão do sistema penitenciário, modernização policial e o programa de prevenção de homicídios Fica-Vivo. Abordar-se-á inicialmente as considerações acerca das políticas de cunho mais repressivo.

Nos últimos anos observou-se uma expansão significativa do sistema penitenciário no Brasil e também em alguns Estados como São Paulo e Minas Gerais. Nos últimos 15 anos, houve no país um aumento significativo no número de pessoas aprisionadas. Em 1995, eram 148 mil presos e, em 2007, 419 mil, um crescimento relativo de 183,1%. Se convertermos esse número em taxas, verificamos o valor de 95 presos para cada grupo de 100 mil habitantes em 1995 e 227 em 2007 (BRASIL, 2010b). Com esses números, o Brasil posiciona-se como a oitava maior população prisional do mundo (BRASIL, 2010a).

Em Minas Gerais, havia 35.121 pessoas retidas no sistema prisional em 2009, uma taxa de 231,4 por cada 100 mil habitantes. A população prisional se constitui em 93,5% homens e 6,5% mulheres. Sendo 31,6% de presos categorizados como brancos, 21,8% como negros, 44,2% como pardos, 1,9% como amarelos e, outros 3,7% categorizados como pertencentes a outras raças/cores. Quanto ao grau de instrução, 72,8% tinham ensino fundamental incompleto e apenas 0,3% tinham ensino superior completo ou pós-graduação. Quanto à idade, 59,6% do total tinham entre 18 e 29 anos. O perfil social predominante no sistema prisional é semelhante ao das vítimas de homicídio, contudo os dados do Departamento Penitenciário

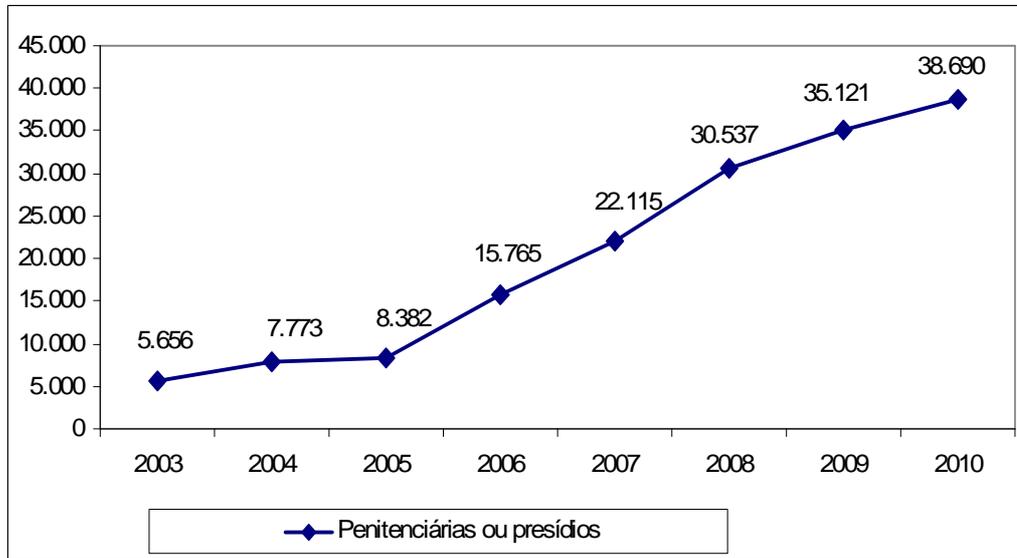
Nacional (BRASIL, 2010b) não possibilitam a análise aprofundada dessa relação. De toda forma, alguns autores como Goertzel e Kuhn (2007) corroboram com hipótese de que a expansão prisional geraria um possível impacto sobre os homicídios ao retirar do convívio social os “indivíduos perigosos”. Os autores, atribuem o declínio das taxas de homicídios no estado de São Paulo à essa expansão, que também expressaria a melhora na qualidade da ação repressiva policial.

Gráfico 11 - Prisioneiros e homicídios no estado de São Paulo (1994-2008)



Fonte: Adaptado GOERTZEL; KUHN (2007).

Possivelmente, a curto prazo os investimentos em políticas repressivas, como a prisional tradicional, por exemplo, podem produzir declínio da criminalidade. Mas por quanto tempo, e a qual custo? Aí reside o problema. Ressalta-se, que não iremos aprofundar nesse debate que é bastante amplo, a intenção é de apresentar o dado da expansão prisional e um exemplo bibliográfico que corrobora com a tese sobre o impacto causado por essa expansão na queda da taxa de homicídios. O gráfico seguinte representa a ampliação do número de condenados no sistema prisional de Minas Gerais nos últimos sete anos.

Gráfico 12 - Números do sistema prisional de Minas Gerais

Fonte: Adaptação de BRASIL (2010b).

Em 2003, como se mostrou acima, havia 5.666 encarcerados no sistema prisional estadual; já em abril de 2010, eles eram 38.690, o que significa um aumento superior a 300% no número de vagas (BRASIL, 2010b). Com isso, o total de pessoas presas em cadeias e delegacias de polícia diminuiu em 42,7%. Devido à superlotação, a criação de mais vagas constituiu-se em uma medida necessária à acomodação e à garantia de um tratamento com mínimo de dignidade, necessário à reintegração social dos condenados.

Tanto em São Paulo como em Minas Gerais, a ampliação da população prisional parece ter sido consequência também de um aumento no investimento nas polícias, voltado principalmente às ações repressivas. Nesse sentido, notamos que em Goertzel e Kuhn (2007) a diminuição do número de crimes também dependeria do sucesso das ações policiais, ou seja, de investimentos tanto na estrutura quanto no efetivo da polícia. Em Minas Gerais, por exemplo, tais investimentos acompanharam a ampliação do sistema carcerário. Em 2003, havia 36.768 policiais militares no estado e, 2010 em torno de 50 mil. Por outro lado, em relação ao número de efetivo, como visto em Paixão e Beato Filho (1997) e em Cerqueira (2010) que se dedicou por três décadas à análise da evolução da taxa de homicídios no país, não há relação direta entre número de policiais e a dinâmica das taxas de criminalidade.

Como exemplo, a própria Região Sul do Brasil, que possui os menores efetivos policiais *per capita* e, apesar disso, ostenta a segunda taxa mais baixa de crime em geral do país. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2011). É claro que, além de número razoável de efetivo, a modernização policial como vista em Minas por meio de políticas de integração entre civis e militares, oferta de qualificação como curso de pós-graduação lato-senso oferecido pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP-UFMG), melhorias de infra-estrutura e salariais nos últimos anos reforçam as expectativas de resultados sobre a redução da criminalidade. No entanto, não será aprofundada essa questão, pois não é o objetivo do presente trabalho, apenas uma breve menção foi realizada com intuito de contextualizar as hipóteses dos autores mencionados.

Assim, é provável que a política de repressão qualificada leve a um arrefecimento na criminalidade, mas ele poderá ser temporário se não houver esforços da mesma intensidade voltados para a prevenção do crime em geral e principalmente do homicídio. Reconhece-se nesse sentido que sucesso das políticas repressivas é limitado, pois, além do problema da reincidência, não tratam o crime como algo passível de ser evitado e, além disso, são bastante onerosas para a sociedade. Desta forma, a queda dos homicídios vista na RMBH a partir de 2004 pode também estar relacionada à implantação de programas preventivos como o Fica-Vivo, criado em 2002, na cidade de Belo Horizonte. O aglomerado de favelas Morro das Pedras, pioneiro na recepção deste Programa, teve queda de 47% dos homicídios seis meses após sua implementação e Silveira et. al., (2010) atribuem esse fato ao Fica-Vivo. A partir de 2003 o Programa se expandiu e foi implantado noutras áreas da capital com concentração de homicídios (favelas Pedreira Prado Lopes, Alto Vera Cruz, Cabana e Ribeiro de Abreu em dezembro de 2004, março de 2005, abril de 2005 e junho de 2005, respectivamente) e, posteriormente em áreas com problemas de criminalidade semelhantes localizadas noutros municípios metropolitanos como, por exemplo, o aglomerado Jardim Teresópolis em Betim (SILVEIRA, et al., 2010).

Silveira et al., (2010) consideraram, numa comparação entre locais violentos com e sem o Fica-Vivo, que a presença do Programa teve impacto negativo sobre os homicídios, ou seja, contribuiu para diminuição de sua incidência. A hipótese vista

pelos autores é relevante pois o Programa focaliza o público jovem de áreas concentradoras de casos de homicídios, sendo assim os bons resultados divulgados por avaliações feitas pelo Crisp/UFMG fariam dele um fator a ser considerado nessa análise. Tal hipótese, de que as políticas públicas impactaram a queda dos homicídios, pode ser apreendida como resultado da junção das políticas repressivas e preventivas, apresentadas para Belo Horizonte e RMBH, neste período.

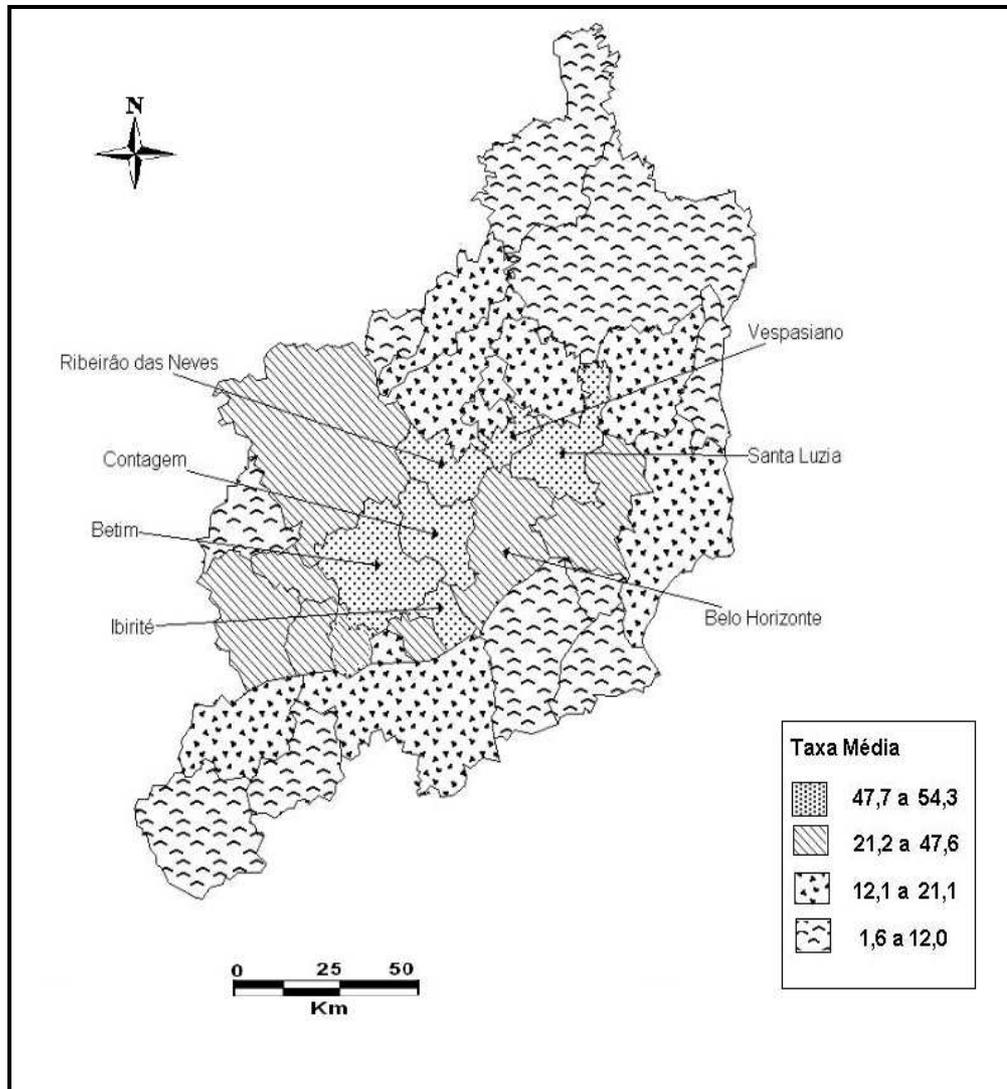
Outro fator que pode ter provocado queda dos homicídios a partir de 2004, colocado por Saporì et al., (2010) refere-se a própria re-estruturação das atividades e relações envolvidas com o tráfico de drogas, no sentido de os criminosos realizarem esforços para evitarem o homicídio próximo aos locais de comercialização de drogas - as bocas. Outros autores, como Beato e Zilli (2011), corroboram com a perspectiva de que o modo como se estruturam as atividades criminosas pode impactar significativamente no comportamento das taxas de homicídios, e que essa estruturação é sensível tanto aos códigos morais e de conduta das atividades criminosas como por interferência das ações do Estado. Num outro sentido, Feltran (2010, p.56) apresenta uma hipótese de que “[...] dispositivos de regulação interna ao “mundo do crime” seriam os fatores explicativos centrais da queda da taxa de homicídio em São Paulo, notável nos anos 2000, e reivindicada publicamente por governos e polícias”. (FELTRAN, 2010, p. 56). A queda dos homicídios resultaria menos da implementação de políticas públicas como é o caso do encarceramento e mais de mudanças internas e reguladas pelos próprios grupos criminosos, parte deles encarcerada.

Assim, vimos através da bibliografia a queda da taxa de homicídios na RMBH pode estar associada às interações entre Políticas Públicas e re-organizações das atividades, ou seja, tanto aos resultados das ações do Estado como ao modo como as atividades criminosas respondem a essa ação. No caso de São Paulo notamos uma dicotomia, uma hipótese que atribui a queda dos homicídios estritamente às políticas públicas e outra, como no caso de Feltran (2010), a reorganização das atividades criminosas.

4.1.2.1.6 Concentração espacial e relações metropolitanas do homicídio: 5º Padrão

A concentração espacial constitui um padrão significativo de ocorrência do homicídio como visto no Capítulo 2, por exemplo, em Waiselfisz (2011) em escala mundial há concentração em determinados países como o Brasil, Guatemala e Venezuela e, no interior do território nacional em determinadas regiões metropolitanas e cidades. No caso brasileiro a concentração nas áreas metropolitanas é significativa. Em 2007 apenas 10 RM's forma responsáveis por 47% dos homicídios registrados pelo SIM/MS (BRASIL, 2011). A partir da premissa apresentada através de Beato Filho (2003) de que geralmente vítima e ofensor compartilham espaços comum de convivência, reconhece-se que a exploração do fenômeno homicídio necessita de análises espaciais em escalas que possam representar a dimensão local. Assim, quando aproximamos a “lupa” de nosso objeto identificamos com maior precisão os espaços nos quais ocorre sua manifestação social mais intensa. O mapa seguinte oferece uma primeira visualização da intensidade média dos homicídios, a partir da escala de análise municipal, registrados pelo SIM/MS (BRASIL, 2011), no período de 1998 a 2008, em municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

**Mapa 5 - Taxa média de homicídios por 100 mil hab./ municípios da RMBH
- 1998 a 2008**



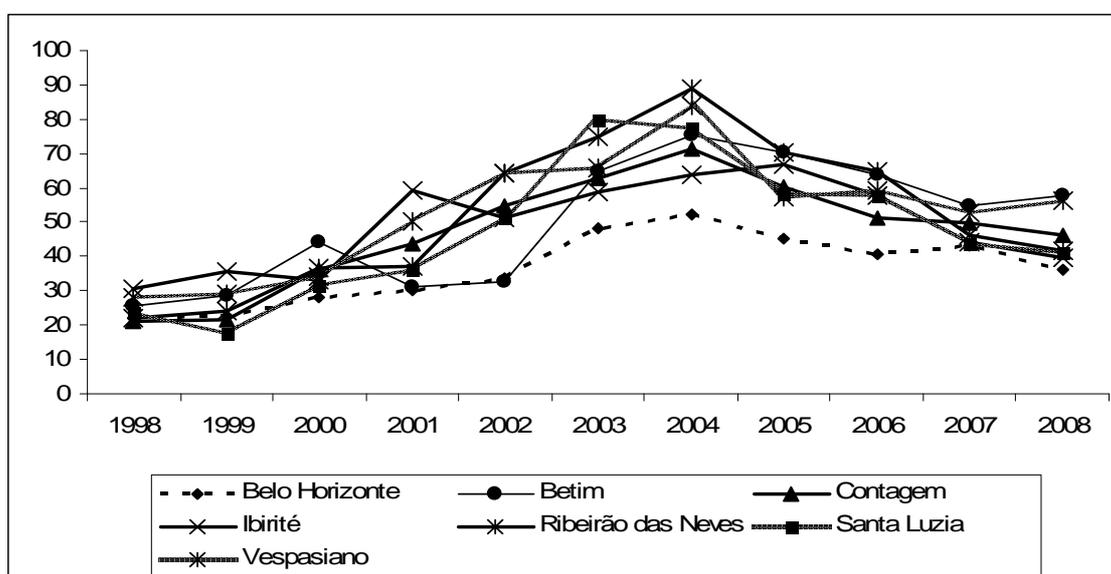
Fontes: Elaborado pelo autor.

Nota: Censos Demográficos 2000-2010 IBGE (2011). SIM/MS (BRASIL, 2011).

A legenda, no mapa acima, apresenta quatro intervalos distintos, sendo que cada um representa uma faixa distinta de risco de morte por homicídio. Deste modo, é possível identificar em quais áreas da região metropolitana havia municípios com maior ou menor risco de vitimização por assassinato, a cada 100 mil habitantes, de acordo com os intervalos mencionados. Os municípios com taxas mais elevadas, pertencentes aos intervalos “47,7 a 54,3” e “21,2 a 47,6”, concentram-se ao norte, oeste e sudoeste da capital Belo Horizonte e constituem áreas cuja ocupação teve forte relação com a expansão metropolitana mencionada no Capítulo 3. Dentre os

territórios municipais mais violentos destacam-se sete que tiveram taxas médias mais elevadas como Contagem, Betim, Ibirité, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano e Belo Horizonte. Os mesmos sete municípios concentraram 93% de todos os homicídios registrados pelo Ministério da Saúde na RMBH durante todo o período de 1998 até 2008. Tais espaços são também os que mais se integram a dinâmica de metropolização segundo o Observatório das Metrôpoles (2004), já mencionado no Capítulo 2, que hierarquizou no país os territórios segundo o 'grau de integração' que possuíam à dinâmica metropolitana das aglomerações urbanas.

Gráfico 13 - Evolução das taxas de homicídios dos sete municípios analisados



Fontes: Elaborado pelo autor.

Nota: Censos Demográficos 2000-2010 IBGE (2011). SIM/MS (BRASIL, 2011).

A linha pontilhada representa as variações da taxa anual de Belo Horizonte, e esta ocupou uma área menor no gráfico em relação às demais, esse dado corrobora com a representação cartográfica mostrada anteriormente, de que o risco de morte ocasionado por violência, entre 1998 e 2008, foi maior para as pessoas residentes em determinados municípios metropolitanos como: Betim, Contagem, Ibirité, Santa Luzia, Vespasiano e Ribeirão das Neves. Esse dado poder ser compreendido como uma expressão empírica da metropolização dos homicídios na RMBH. Outro dado útil que o SIM/MS (BRASIL, 2011) oferece para caracterização metropolitana do homicídio é justamente a diferenciação geográfica entre os registros por município

de residência da vítima e por município de ocorrência do óbito, apresentado em seguida.

Tabela 7 - Taxa de homicídio por grupo de 100 mil hab. / por município de residência das vítimas RMBH - 1998/2000/2002/2004/2006/ 2008

ÁREA	1998	2000	2002	2004	2006	2008
Belo Horizonte (Pólo)	30,4	28,2	33,9	52,3	40,6	36,1
Betim	34,7	44,0	32,5	75,2	63,6	58,0
Contagem	29,4	36,4	55,0	71,3	51,2	46,0
Ibirité	41,9	33,1	51,2	63,7	57,3	39,9
Ribeirão das Neves	30,0	36,5	64,4	89,0	64,7	41,5
Santa Luzia	32,2	31,9	51,3	77,5	57,8	41,3
Vespasiano	38,3	34,0	64,3	84,1	59,5	56,2
<i>Taxa agregada dos 6 municípios</i>	23,7	37,0	51,5	75,9	58,2	47,9
Taxa da RMBH	28,9	28,5	37,6	56,7	44,7	38,4

Fontes: Elaborado pelo autor.

Nota: Censos Demográficos 2000-2010 IBGE (2011). SIM/MS (BRASIL, 2011).

Tabela 8 - Taxa de homicídio por grupo de 100 mil hab. / pelo município de ocorrência dos óbitos RMBH - 1998/2000/2002/2004/2006/ 2008

ÁREA	1998	2000	2002	2004	2006	2008
Belo Horizonte (Pólo)	34,5	34,8	42,9	64,7	49,0	41,9
Betim	35,6	38,2	32,2	84,6	70,0	65,9
Contagem	28,8	38,8	51,7	65,2	49,9	40,1
Ibirité	43,1	15,8	46,3	51,5	53,6	38,0
Ribeirão das Neves	16,5	17,4	55,1	63,8	51,1	37,3
Santa Luzia	25,4	16,2	42,6	62,3	46,4	37,4
Vespasiano	21,3	14,4	31,6	43,2	31,8	46,2
<i>Taxa agregada dos 6 municípios</i>	21,0	29,0	45,5	66,4	53,6	45,4
Taxa da RMBH	29,4	28,8	39,5	58,7	46,4	40,0

Fontes: Elaborado pelo autor.

Nota: Censos Demográficos 2000-2010 IBGE (2011). SIM/MS (BRASIL, 2011).

De um modo geral, os estudos sobre homicídios fundamentados em informações do Ministério da Saúde produzem taxas a partir do dado do município de residência das vítimas, isso por haver um consenso na literatura de que vítimas e ofensores não são, na maioria dos casos, estranhos entre si. Assim, corroborando com Beato Filho (2003), reconhece-se que a agressão que geralmente ocasiona morte ocorre em um espaço relativamente próximo ao local de residência da vítima e por isso, tal dado refletiria melhor as áreas onde o risco de homicídio deve ser mensurado. No caso da análise metropolitana explorada aqui a comparação entre os dados de óbitos por município de ocorrência da morte e por município de residência da vítima é relevante, pois, expressa um pouco mais sobre a dimensão metropolitana dos homicídios como será apresentado em seguida.

A Tabela 7, com taxas calculadas por domicílio de residência da vítima, mostra que a partir de 2000 (com exceção de Betim em 2002) o risco de vitimização por homicídio dos seis municípios metropolitanos considerado superam o do Pólo até fim da série.. Ao compararmos as duas Tabelas (7 e 8) notamos diferenças entre as taxas, em cada uma delas. Em Belo Horizonte as taxas por “município de ocorrência” foram superiores às por “município de residência” ao longo de todo o

período considerado. A hipótese mais corrente para esse caso é a da maior oferta de serviços de saúde no município pólo da região metropolitana. Ao observar a Tabela 8 vê-se que a partir de 2002 a taxa agregada dos seis municípios supera a de Belo Horizonte. O crescimento das taxas por município de ocorrência pode ter relação com o uso de arma de fogo que ocasiona aumento das mortes em via pública. Assim, as vítimas morrem antes mesmo de receber o serviço hospitalar que, de um modo geral, concentra-se no município Pólo.

Tabela 9 - Comparação entre o número de homicídios acumulados na década 1998/2008 por registros de município de residência da vítima e por município de ocorrência do dado de local do óbito/ hospitais e via pública

	Município de Residência	Município de Ocorrência	Município de Residência	Município de Ocorrência
	Hospital		Via Pública	
Belo Horizonte	3285	4901	4069	4277
Betim	515	564	858	927
Contagem	752	562	1366	1342
Ibirité	200	53	399	400
Ribeirão das Neves	489	93	768	751
Santa Luzia	229	17	449	424
Vespasiano	185	0	189	164

Fontes: Elaborado pelo autor.

Nota: Censos Demográficos 2000-2010 IBGE (2011). SIM/MS (BRASIL, 2011).

O caso de Belo Horizonte e, em menor escala o de Betim, ilustram uma dimensão do problema dos registros de homicídios nas regiões metropolitanas. Aqueles municípios com maior estrutura de saúde tendem a ter um número maior de registros por município de ocorrência do que de residência. Do total de mortes decorrentes de agressões registradas em hospitais do município de Belo Horizonte, de 1998 até 2008, (4901 pessoas assassinadas), 32,9% delas, eram pessoas que residiam em outro município, inclusive não metropolitano. O caso de Vespasiano é exemplar, dos 185 habitantes assassinados, de 1998 até 2008, cujo óbito ocorreu em hospital nenhum foi em estabelecimento sediado no próprio município, justamente por sua inexistência. Em casos como este, os registros pelo local de

ocorrência, se farão em Belo Horizonte e em menor escala em outros municípios com hospitais equipados com atendimento de urgências.

Os registros de óbitos ocorridos em vias públicas mostram outra realidade. Tomando novamente o caso de Belo Horizonte, há uma diferença a favor do município de ocorrência, ou seja, de todas as pessoas que morreram nas vias públicas de Belo Horizonte, uma pequena porcentagem, 4,9%, não residia no município. Em relação às mortes nos hospitais, a diferença a favor de Belo Horizonte é bem menor. No caso de Betim 7,4 não residiam no município e em Ibirité, apenas 1% não residia no município (0,25). Nos demais quatro municípios, 13% não residiam em Vespasiano, 5,5% em Santa Luzia, 2,2 em Ribeirão das Neves e 1,7 em Contagem. Tem muito dado e pouca análise e conclusão a respeito da dimensão metropolitana anunciada.

4.2 Homicídio e ‘grau de integração’ metropolitana na RMBH

No caso da análise das taxas de homicídios da RMBH a partir de seu contexto metropolitano, ou seja, considerando seus 34 municípios, que conformam um universo extremamente diversificado, será utilizado aqui o indicador ‘grau de integração’, já mencionado no Capítulo 2, como um recurso de análise espacial para as relações metropolitanas. Nesse sentido, os municípios serão analisados tanto por agrupamentos sub-regionais como individualmente em função dos níveis de intensidade de suas relações metropolitanas segundo: densidade demográfica, taxa média de crescimento populacional 1991-2000, contingente e proporção de pessoas que realizam movimento pendular, proporção de empregos agrícolas e não agrícolas e a presença de funções específicas à circulação de pessoas e mercadorias como a localização de portos e aeroportos e a capacidade de geração de renda pela economia local (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004). Desta forma os espaços serão considerados como “áreas homogêneas” em função do ‘grau de integração’ metropolitana, considerando a premissa de Neves et al., (2008) de que a categorização dos territórios a partir da seleção de características determinadas contribui para a análise espacial de fenômenos sociais/ geográficos como, por exemplo, o homicídio.

Desta maneira, analisar-se-á o comportamento das taxas de homicídios a partir de tais áreas, no sentido de identificar se suas variações e graus de intensidade sofreram ou não mudanças em função da hierarquia das relações metropolitanas presentes nos territórios da RMBH. A Tabela seguinte apresenta uma primeira análise dos homicídios na RMBH a partir da agregação das taxas de homicídios por municípios, ou seja, áreas homogêneas segundo o 'grau de integração' metropolitana.

Tabela 10 - Taxa média de homicídio por agregada grau de integração metropolitana/ municípios da RMBH - 2008

GRAU DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	TAXA DE HOMICÍDIOS
Pólo	Belo Horizonte	36,1
Muito Alta	Betim, Contagem, Ibité, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano	47,3
Alta	Confins, Esmeraldas, Mário Campos Sabará, Sarzedo, São José da Lapa	29,4
Média	Caeté, Capim Branco, Igarapé, Juatuba, Lagoa Santa, Matozinhos, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, São Joaquim de Bicas	21,5
Baixa	Brumadinho, Itaguara, Itatiaiuçu, Mateus Leme, Rio Acima	15,4
Muito Baixa	Baldim, Florestal, Jaboticatubas, Nova União, Rio Manso, Taquaraçu de Minas	10,9

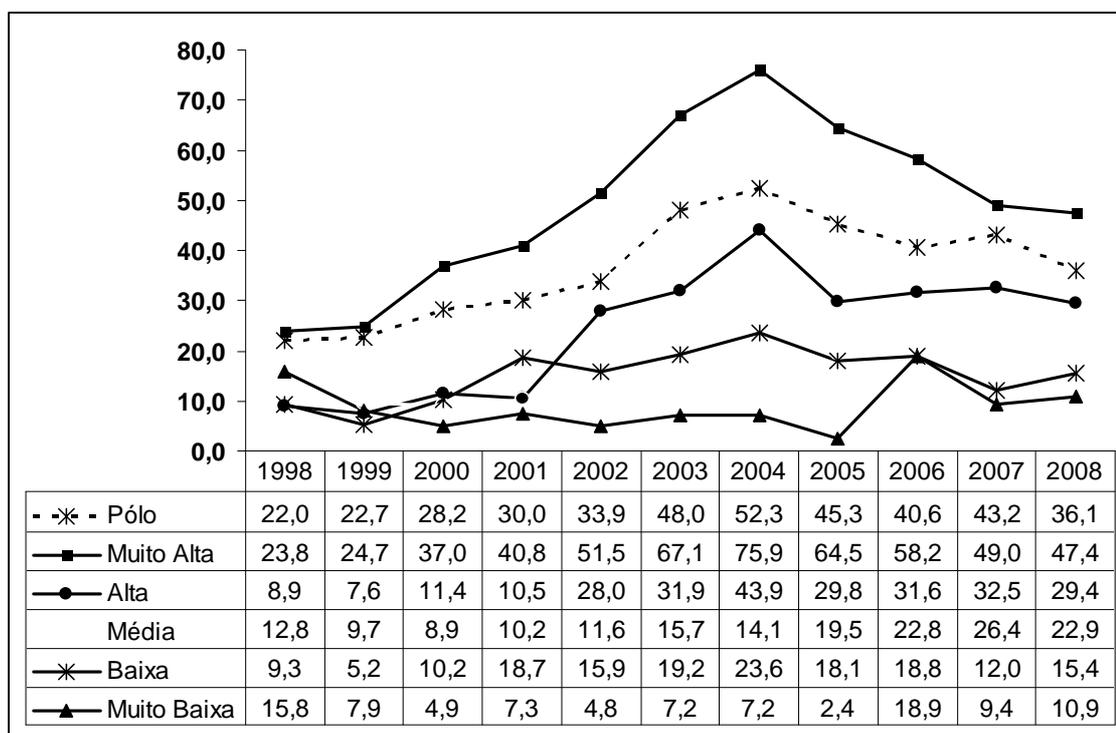
Fontes: Elaborado pelo autor.

Nota: Censos Demográficos 2000-2010 IBGE (2011). SIM/MS (BRASIL, 2011). OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2004).

Esta primeira análise feita a partir da taxa média de homicídios, por áreas agregadas segundo o 'grau de integração' dos municípios à dinâmica metropolitana, considerou todos os casos registrados pelo SIM/MS (BRASIL, 2011) de 1998 até 2008, e mostra a existência de alguma relação entre a metropolização e o homicídio. Tal evidência sustenta-se pelo fato de o risco de vitimização por homicídios ter sido mais intenso à medida que o nível de integração metropolitana das áreas cresce.

Como foi apresentado em Caldeira (2000), Brito e Souza (1998; 2005) e Andrade (2009), por exemplo, a formação dos territórios metropolitanos não foi resultado de um evento natural ou aleatório. Nesse sentido, reconhece-se que a localização espacial dos fenômenos sociais também não seja aleatória e que, no contexto metropolitano tais fenômenos terão sua geografia influenciada pelos processos de ocupação, uso do solo urbano e interações sociais promovidas pela metropolização. Chama a atenção também o fato de que a taxa média de 47,3 encontrada para conjunto de áreas caracterizadas por nível de integração Muito Alta, foi 31% maior em relação a taxa do município Pólo de 36,1 homicídios por grupo de 100 habitantes. Deste modo, o risco de vitimização por homicídio foi mais elevado para as pessoas residentes em Betim, Contagem, Ibirité, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano, que para os habitantes dos demais municípios da RMBH. Para melhor identificação dessa situação, em seguida será apresentada a evolução anual das taxas de homicídios agregadas pelos municípios metropolitanos segundo o grau de integração.

**Gráfico 14 - Evolução anual da Taxa de Homicídio
Municípios Agregados segundo o Grau de Integração - RMBH - 1998/2008**

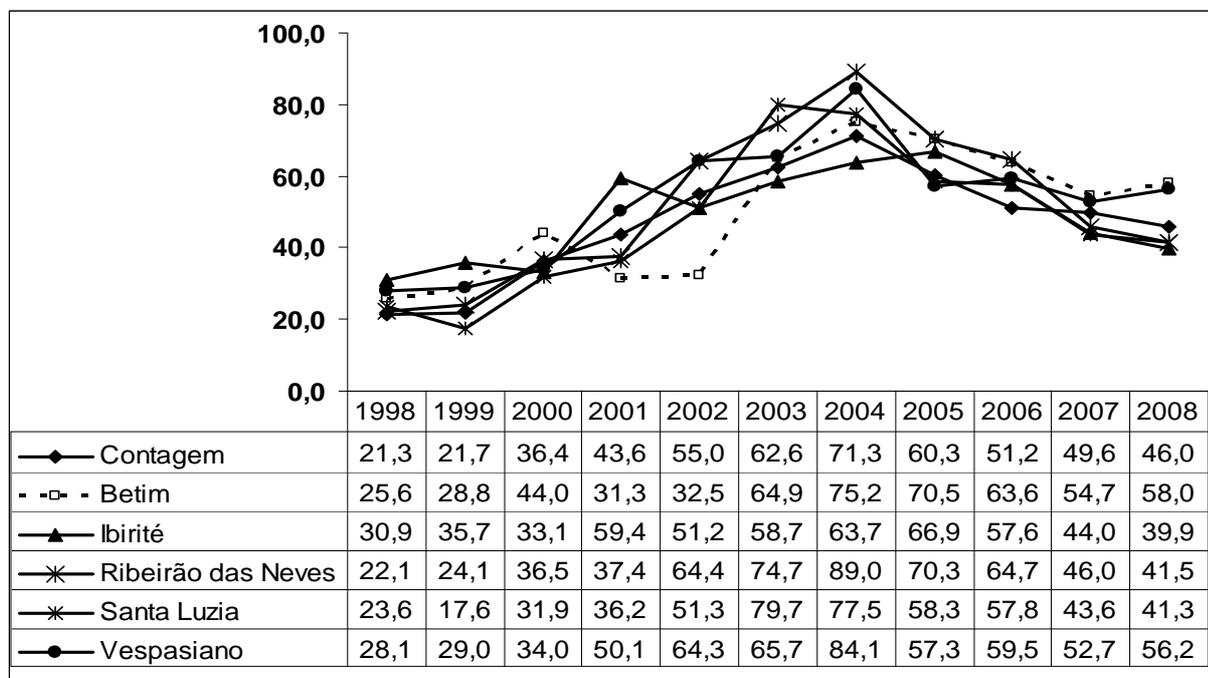


Fontes: Elaborado pelo autor.

Nota: Censos Demográficos 2000-2010 IBGE (2011). SIM/MS (BRASIL, 2011).

Até 1999 a diferença entre as taxas de homicídios das áreas correspondentes à agregação dos municípios com grau de integração Muito Alta e Pólo eram relativamente pequenas, cerca de 1,8 homicídios para grupo de 100 mil habitantes. Ao longo da série essa diferença cresce e atinge, em 2004, cerca de 23,6 homicídios para grupo de 100 mil habitantes. Considerando todo o conjunto de taxas analisadas, nota-se que ao final da série histórica analisada, comparando ao ano inicial, houve um aumento geral das taxas exceto para o conjunto de municípios de Muito Baixa integração. Nas áreas com grau de integração Alta e Muito Alta esse crescimento foi superior a 100% do valor da taxa calculada para o ano de 1999, nas de Média integração foi de 78,9% e no Pólo 64,1%. As análises seguintes serão desagregadas por municípios e organizadas segundo o grau de integração. A seguir, o gráfico apresenta a evolução das taxas de homicídio entre os municípios da RMBH cujo grau de integração foi classificado como Muito Alta pelo Observatório das Metrôpoles (2004).

**Gráfico 15 - Evolução da Taxa de Homicídio
Municípios com Integração Muito Alta - RMBH - 1998/2008**



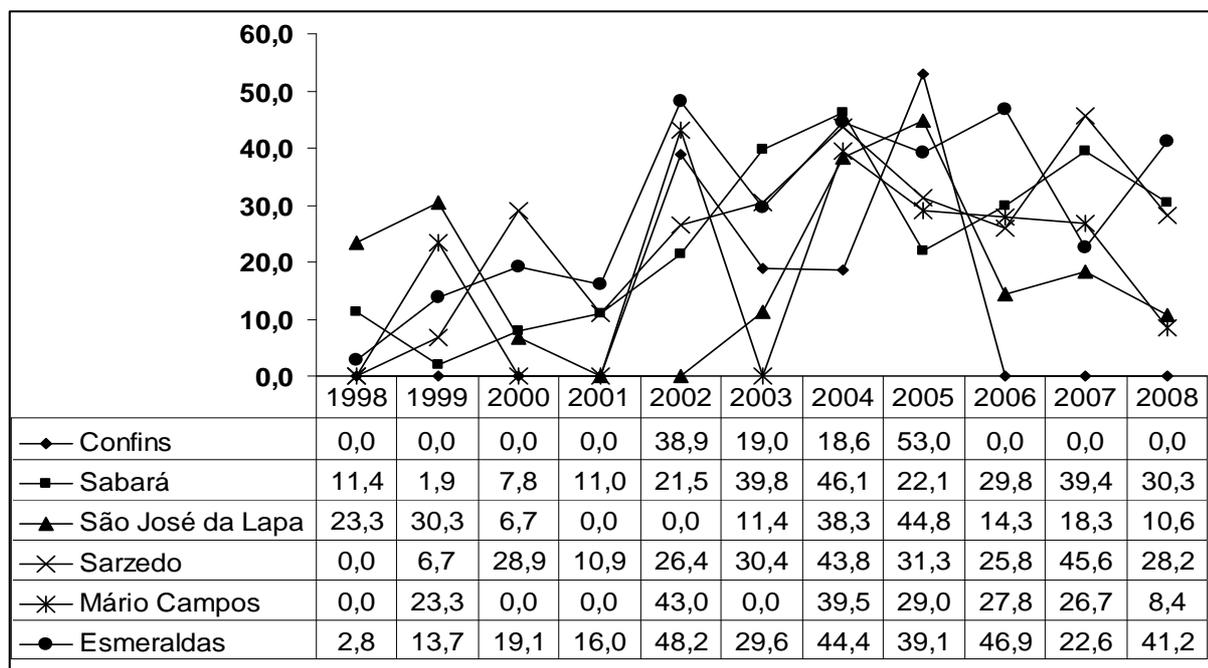
Fontes: Elaborado pelo autor.

Nota: Censos Demográficos 2000-2010 IBGE (2011). SIM/MS (BRASIL, 2011).

Comparando as taxas de homicídio calculadas para o ano inicial da série, 1999, com as de 2008, nota-se que houve aumento das taxas em todos os municípios de Muito Alta integração metropolitana. Em Betim, Contagem e Vespasiano a diferença das taxas do início e término da série foi mais expressiva e representou aumento de 126,6%, 116% e 100% respectivamente. Nos demais municípios essa diferença foi de 87,8% em Ribeirão das Neves, 75% em Santa Luzia e 29,1% em Ibirité. Ressalta-se que tais municípios localizam-se justamente ao norte e ao oeste da capital mineira, nos sentidos geográficos nos quais a expansão metropolitana ocorreu. Segundo Brito e Souza (1998) e Andrade (2009) tais espaços foram mais atingidos pelos investimentos estatais que desencadearam o processo de metropolização na RMBH como, já mencionadas, a Cidade Industrial ao oeste, a Pampulha, a Cidade Universitária e o Pólo Industrial ao norte. Outra característica relevante sobre o modo como a metropolização atingiu e determinou a ocupação sócio-demográfica em tais municípios, é que tal ocupação representou, de maneira geral, mais uma extensão da periferia urbana de Belo Horizonte que um crescimento interno motivado por forças endógenas da economia de tais territórios. Tal afirmação corrobora com os achados de Caldeira (2001) em São Paulo e de Brito e Souza (1998) na RMBH, reconhecendo que a expansão demográfica metropolitana caracteriza-se pela proliferação de periferias urbanas de baixa renda, precárias urbanisticamente, com níveis baixos de escolarização e quase que totalmente dependentes da infra-estrutura e serviços do município Pólo. Praticamente todo o processo de ocupação na RMBH, nos municípios mais afetados pela metropolização, ocorreu com predominância de interesses do capital imobiliário e indiferença do poder público. Tal combinação, gerou, entre outras coisas, perpetuação das situações e contextos de desigualdade de acesso aos bens materiais e simbólicos bem como de exposição social às situações de violência, acentuadas pela segregação socioespacial e precariedade dos sistemas públicos de transporte (BRITO; SOUZA, 2005; ANDRADE, 2009).

Entre os municípios classificados com grau de integração Alta - Confins, Esmeraldas, Mário Campos, Sabará, Sarzedo, São José da Lapa - a evolução das taxas de homicídios apresentou dinâmica diferente das dos municípios de Muito Alta integração metropolitana, como mostra o gráfico seguinte.

Gráfico 16 - Evolução da Taxa de Homicídio nos Municípios com Integração Alta - RMBH - 1998/2008



Fontes: Elaborado pelo autor.

Nota: Censos Demográficos 2000-2010 IBGE (2011). SIM/MS (BRASIL, 2011).

Primeiramente nota-se que os homicídios não representaram uma tendência constante e crescente para o conjunto dos municípios com integração Alta, comparadamente às taxas dos municípios de integração Muito Alta que, além disso, atingiram níveis mais elevados de risco de vitimização por assassinato superiores a 80 por grupo de 100 mil hab. A inconstância das taxas anuais em municípios como Confins, Mário Campos, Sarzedo e São José da Lapa demonstra que o homicídio não representa um problema crônico nestes espaços. Ressalta-se que tais municípios possuem população residente relativamente pequena em 2010 e, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011) Confins, por exemplo, possuía uma população de 5.936 habitantes²¹. À guisa de esclarecimento, Confins foi considerado como de Alta integração pela pesquisa do Observatório das Metrôpoles (2004) principalmente por abrigar o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, que conecta a RMBH às demais regiões do Brasil e a outros países. Em

²¹ Como mencionado na introdução, nos parágrafos dedicados à apresentação da metodologia empreendida nesta pesquisa, nos municípios com população pequena, como visto em Confins, Florestal (6.600 hab.), Nova União (5.500 hab.), dentre muitos outros municípios que institucionalmente compõe a RMBH, os homicídios tendem a ser eventos raros e um único caso é capaz de produzir efeitos significativos de inflação sobre o risco de morte por violência expresso através das taxas calculadas por grupo de 100 mil habitantes.

2010, cerca de “6.802.171” passageiros passaram por este aeroporto para a realização de viagens domésticas e “298.078” para destinos internacionais (EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA ANUÁRIO, 2010, p.42). Entretanto, apesar de Confins sediar o aeroporto internacional o município não possui ainda uma interação metropolitana intensa em relação às migrações de data fixa e pendulares, à conurbação e à intensidade dos níveis urbanização (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004).

Em relação a outros municípios considerados como de Alta Integração, Sabará e Esmeraldas são os que apresentaram maior representatividade em relação aos homicídios. Ambos possuem grandes extensões territoriais conurbadas conformadas por periferias urbanas caracterizadas como áreas dormitórias, ou seja, espaços sem vida econômica própria cuja grande maioria da população residente não encontra empregos e serviços próximos ao local de moradia nem mesmo em outras áreas do município de residência (BRITO; SOUZA, 2005). Nesse sentido, são municípios cujas interações e relações sociais cotidianas estariam mais afetadas pelo ‘efeito metrópole’, na perspectiva abordada por Andrade (2008) como já foi mencionado no Capítulo 2 do presente trabalho.

Continuando a análise, através da tabela seguinte, notar-se-á que, de um modo geral, à medida que o grau de integração torna-se menos intenso os homicídios são menos expressivos do ponto de vista da concentração socioespacial. Como já mencionado, o estudo feito pelo Observatório das Metrôpoles (2004) concluiu que os municípios com integração Baixa e Muito Baixa não deveriam ser considerados como metropolitanos, pois, não teriam suas relações socioespaciais suficientemente afetadas pela metropolização. Deste modo, justifica-se uma maior ênfase e grau de aprofundamento nas análises dos homicídios em áreas cuja integração foi classificada como Alta e Muito Alta, bem como o município Pólo. Deste modo, a seguir serão apresentadas em uma única tabela as evoluções das taxas de homicídios dos municípios cuja integração foi classificada pelo Observatório das Metrôpoles (2004) como sendo Média, Baixa e Muito Baixa.

Tabela 11 - Evolução da Taxa de homicídio, bi-anual.
Municípios da RMBH - Integração Média, Baixa e Muito Baixa. 1998/2008

Áreas por Grau de Integração	1998	2000	2002	2004	2006	2008
MÉDIA						
Caeté	14,0	11,0	2,7	21,3	13,0	12,3
Lagoa Santa	9,3	5,3	17,4	11,7	17,2	40,2
Pedro Leopoldo	8,0	13,0	10,6	3,4	22,2	25,6
Capim Branco	0,0	0,0	0,0	11,7	22,1	10,9
Matozinhos	10,7	0,0	6,3	18,3	31,4	23,0
Igarapé	26,6	16,1	22,4	7,0	25,4	24,3
Nova Lima	10,0	1,6	9,0	13,0	12,3	2,6
Raposos	6,7	7,0	0,0	0,0	34,9	25,9
Juatuba	23,1	18,3	16,8	10,4	37,2	24,3
São Joaquim de Bicas	36,2	27,5	30,7	57,7	47,9	63,9
BAIXA						
Brumadinho	11,7	7,5	7,1	20,3	18,7	17,8
Itaguara	0,0	8,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Itatiaiuçu	0,0	0,0	22,8	44,5	21,4	21,5
Rio Acima	0,0	13,1	12,8	12,7	12,4	11,6
Mateus Leme	18,4	16,6	31,3	33,6	27,6	18,8
MUITO BAIXA						
Rio Manso	0,0	0,0	21,3	0,0	0,0	19,2
Florestal	18,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Baldim	0,0	0,0	12,3	0,0	25,0	23,4
Jaboticatubas	24,3	7,4	0,0	0,0	21,2	6,2
Nova União	0,0	18,4	0,0	35,4	34,3	0,0
Taquaraçu de Minas	59,6	0,0	0,0	28,3	28,0	25,6

Fontes: Elaborado pelo autor.

Nota: Censos Demográficos 2000-2010 IBGE (2011). SIM/MS (BRASIL, 2011).

Os municípios com Muito Baixa e Baixa integração apresentaram, em geral, menor intensidade de homicídios notada a princípio pela presença de vários anos com taxas zeradas. Além, disso, o valor elevado da taxa vista em alguns períodos referentes aos municípios de Taquaraçu de Minas, Jaboticatubas, Nova União, Baldim, Brumadinho e Itatiaiuçu deve-se mais ao efeito inflacionário da baixa população sobre a taxa de homicídios e menos pelo risco de morte decorrente de

violência em tais áreas. Para se ter uma ideia, durante todo o período de 1998 até 2008 somam-se 5 homicídios registrados para Taquaraçu de Minas, 7 para Nova União, 7 para Baldim e 14 para Itatiaiuçu. Segundo a bibliografia especializada, como já foi mencionado em seções anteriores, o homicídio não se distribui homogeneamente no espaço havendo, portanto, locais nos quais ele se concentra mais. A concentração, como já apresentada, localiza-se nas áreas mais integradas à metropolização. Ressalta-se que, os dados empreendidos nas análises feitas aqui não permitem a identificação de motivações ou causas específicas relacionadas aos homicídios, e sim uma exploração socioespacial a partir de áreas caracterizadas segundo a intensidade das relações metropolitanas.

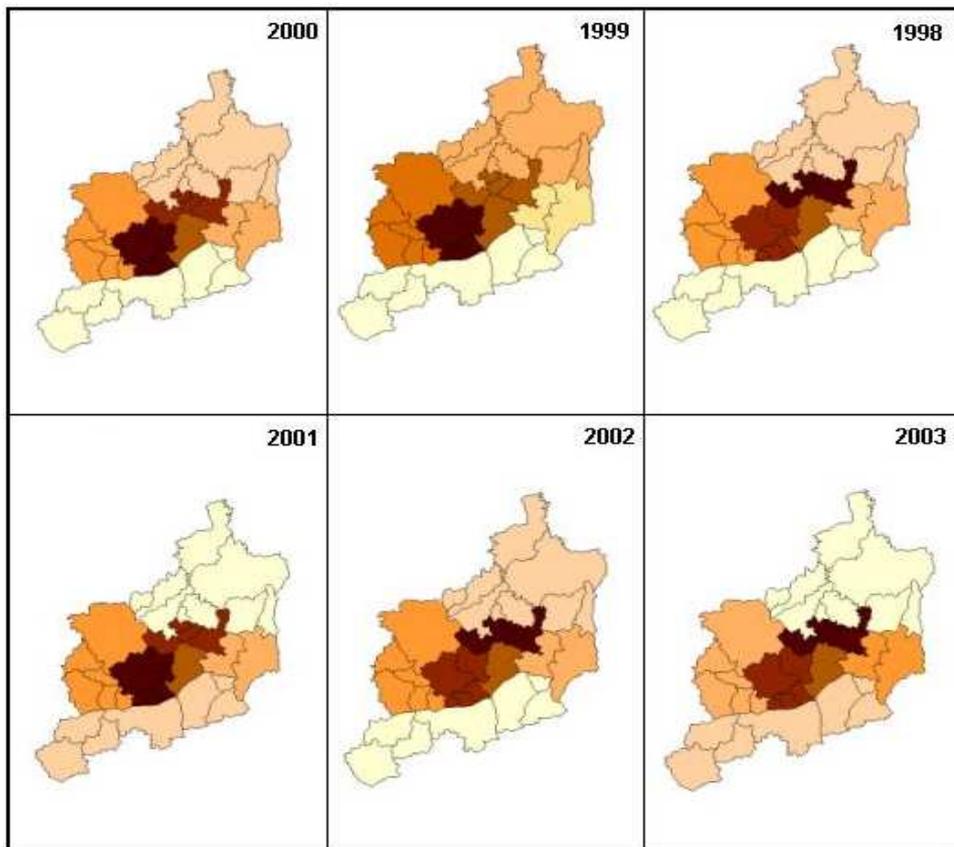
Nos municípios com Média integração o período de anos sem homicídios foi menos significativo do que nas áreas de menor integração, contudo poucos apresentaram incidência significativa deste fenômeno. Dentre os mais violentos, São Joaquim de Bicas e Igarapé que são fronteiros à Betim, e de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo que fazem fronteira à Vespasiano, que estão respectivamente localizados ao oeste e norte, no sentido mais expressivo da expansão metropolitana foram os que tiveram taxas com regularidade e intensidade significativas. Novamente, a localização dos territórios municipais mais violentos demonstrou coerência aos sentidos geográficos pelos quais a metropolização desenvolveu-se com mais intensidade. Desta forma, as análises seguintes serão orientadas a partir da agregação de áreas segundo os sentidos pelos quais ocorreu e ocorre a expansão metropolitana segundo apresentam Brito e Souza (1998) através de sete vetores de expansão.

4.3 Homicídio e 'vetores de expansão metropolitana' na RMBH

A dimensão regional, oferecida pela agregação dos municípios segundo os sete vetores de expansão metropolitana apresentados no Capítulo 2, será também aplicada a análise da espacial dos homicídios na RMBH, a partir do agrupamento de áreas homogêneas segundo os sentidos pelos quais a metropolização ocorreu. Essa análise é complementar à feita anteriormente através do 'grau de integração' e, tem como objetivo identificar se a espacialização dos homicídios na RMBH segue ou não os sentidos que a expansão metropolitana caracterizada por Brito e Souza (1998)

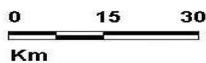
assumiu. A seguir a evolução das taxas de homicídios segundo as áreas agregadas por vetores de expansão, através dos dados do SIM/MS (BRASIL, 2011), para o período de 1998 até 2003.

Mapa 6 - Evolução dos homicídios por vetor de expansão metropolitana RMBH /1998-2003



Legenda . Taxa por vetores de expnção - 1998/2003

2000	1999	1998
37,8 V.2 Oeste	25,5 V.2 Oeste	23,5 V.3 Norte Central
33,6 V.3 Norte Central	22,7 Pólo	23,3 V.2 Oeste
28,2 Pólo	22,7 V.3 Norte Central	22 Pólo
18,3 V.7 Sudoeste	16,2 V.7 Sudoeste	17,5 V.7 Sudoeste
8,6 V.5 Leste	7,8 V.4 Norte	12 V.5 Leste
6,7 V.4 Norte	4,2 V.5 Leste	10 V.4 Norte
4,4 V.6 Sul	3,7 V.6 Sul	7,5 V.6 Sul
2001	2002	2003
40,8 V.2 Oeste	58 V.3 Norte Central	73,2 V.3 Norte Central
37,8 V.3 Norte Central	46,8 V.2 Oeste	61,5 V.2 Oeste
30 Pólo	33,9 Pólo	48 Pólo
20,3 V.7 Sudoeste	32,6 V.7 Sudoeste	33 V.5 Leste
13,5 V.5 Leste	17,1 V.5 Leste	30,2 V.7 Sudoeste
9,3 V.6 Sul	10,4 V.4 Norte	12,5 V.6 Sul
4,7 V.4 Norte	8,4 V.6 Sul	10,8 V.4 Norte



Fontes: Elaborado pelo autor.

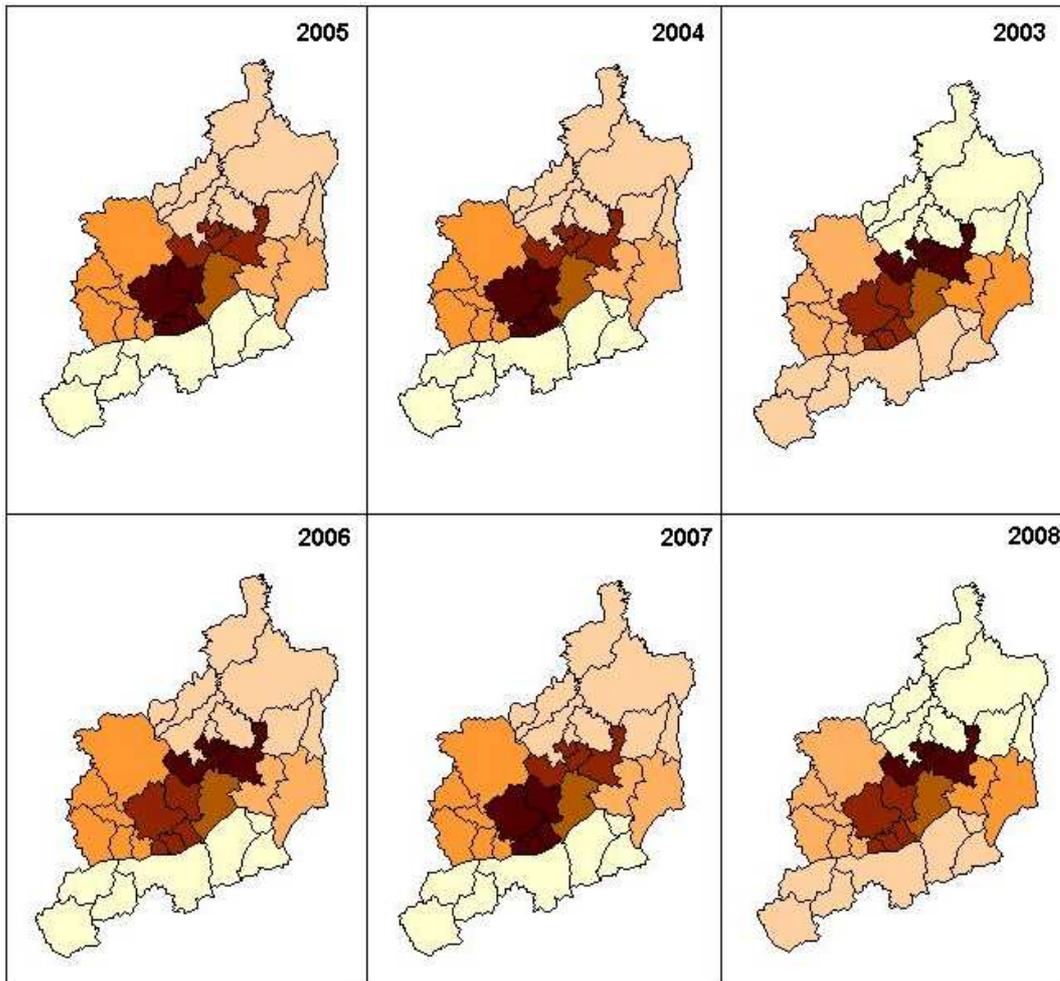
Nota: Censos Demográficos 2000-2010 IBGE (2011). SIM/MS (BRASIL, 2011). Brito; Souza (1998).

Identifica-se que, através do uso da legenda, as cores mais fortes correspondentes às áreas com taxas homicídios mais elevadas concentraram-se principalmente nos vetores Norte Central, Oeste e Pólo. As áreas com maior risco de morte decorrente de violência alternaram-se, em 1999-2000-2001 o vetor Oeste, e 1998-2002-2003 o vetor Norte Central. O município de Belo Horizonte, durante quase todo o período apresentou-se como o 3º espaço de maior risco de morte por homicídio, exceto em 1999. Seguido do Pólo, o vetor Sudeste foi o 4º mais violento. De um modo geral, o vetor menos violento foi o Sul, seguido do Norte e do Leste. Apesar de haver certa regularidade em relação ao ranking das áreas mais e menos violentas, chama a atenção o quanto as taxas cresceram de 1998 até 2003 entre os vetores de expansão.

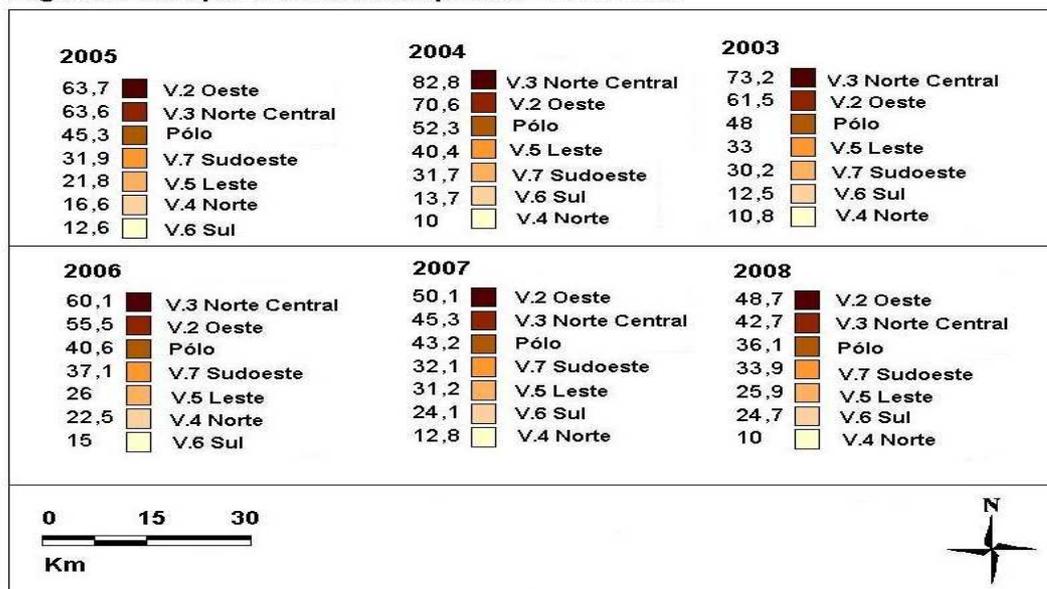
Em 1998, as taxas dos vetores Oeste e Norte Central foram de 23,3 e 23,5 homicídios para grupo de 100 mil habitantes, em 2003 foram de 61,5 e 73,4 respectivamente. Tal aumento representou, em termos percentuais, cerca de 211,5% para o vetor Norte Central e de 163,9% para o Oeste. No Pólo cujas taxas de 22,0 em 1998 e de 48,0 em 2003, cresceu 118,2%. Nos demais vetores, a diferença percentual entre as taxas de 1998 e as de 2003 foram de 175% no vetor Leste, 72,6% no vetor Sudoeste, 66% no vetor Sul e no Norte foi de 8%. Ressalta-se que há, dentre os municípios que compõe os vetores Oeste (Contagem, Betim e Ibirité) e Norte Central (Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano), seis que foram classificados pelo Observatório das Metrôpoles (2004) como territórios de Muito Alta integração.

A seguir evolução dos homicídios por vetores de expansão metropolitana no período de 2003 até 2008, e como será visto a dinâmica da violência letal não é mesma do período anterior, mas algumas tendências mantiveram-se praticamente inalteradas.

Mapa 7 - Evolução dos homicídios por vetor de expansão metropolitana RMBH /2003-2008



Legenda. Taxa por vetores de expansão - 2003/2008



Fontes: Elaborado pelo autor.

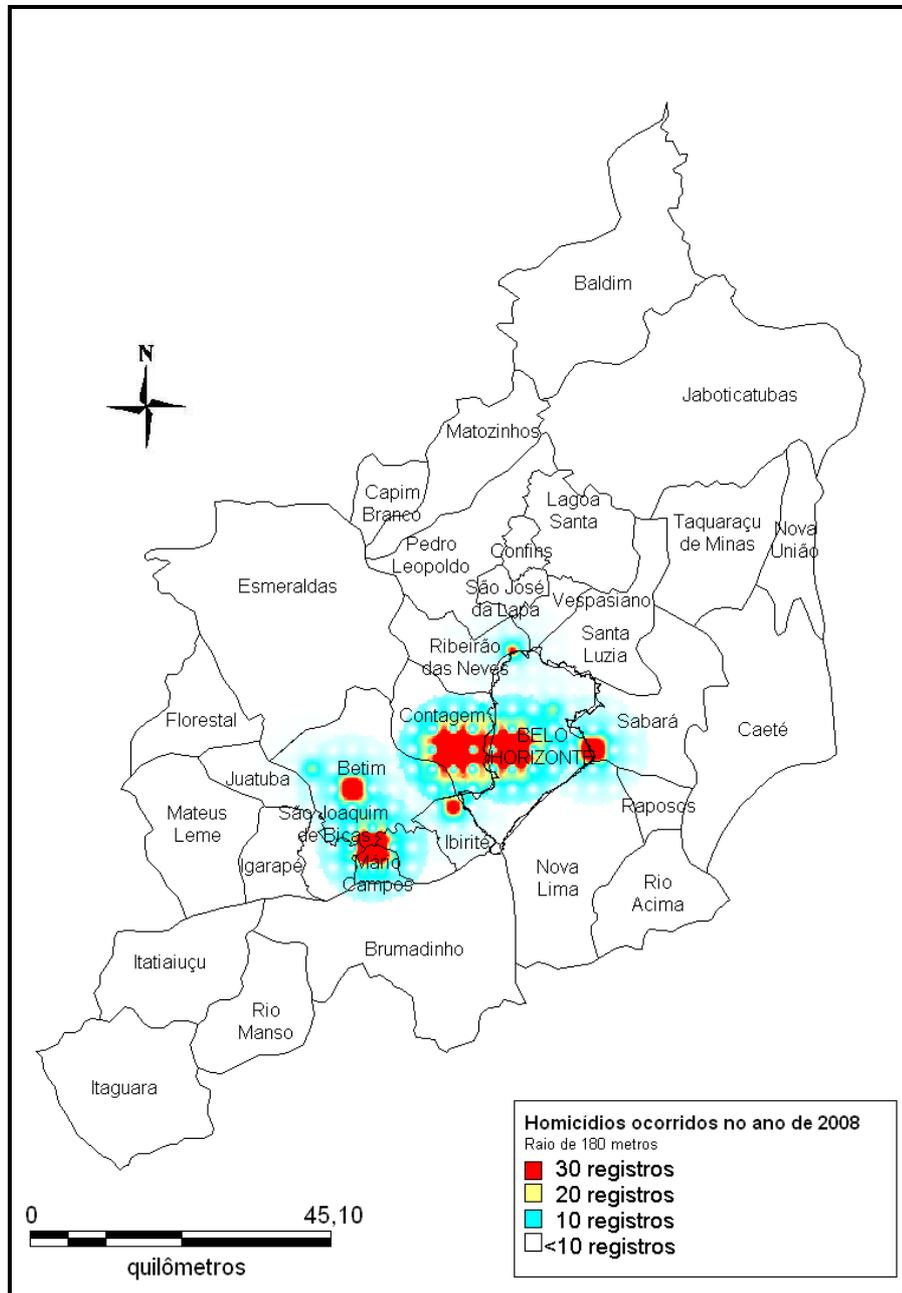
Nota: Censos Demográficos 2000-2010 IBGE (2011). SIM/MS (BRASIL, 2011).

As áreas correspondentes aos vetores Oeste e Norte Central tiveram, no período de tempo considerado, as maiores taxas de homicídios da RMBH, contudo, apresentaram tendência de queda. Assim, comparando a taxa de 2003 com a de 2008, verifica-se variações percentuais negativas de -20,8% na taxa de homicídio do vetor Oeste e de -33,5% para o vetor Norte Central. O município Pólo manteve-se, durante todo o tempo, com a 3ª maior taxa, e a queda observada de 2003 para 2008 foi - 24,8%.e, nos vetores Leste e Sudoeste essa variação foi de -21,5% e de + 12,2% respectivamente. O vetor Norte apresentou pouca variação da taxa de homicídio, cerca de -7,4%, e no vetor Sul a taxa apresentou tendência de elevação com aumento de 97,6%. Apesar do expressivo aumento da taxa do vetor Sul e a queda quase que geral das taxas dos demais vetores de expansão, em 2008 o vetor Sul ocupava a 6ª posição, ou seja, está entre os vetores com menor intensidade de homicídio. Entretanto, mesmo que em patamares menores as taxas de outras áreas como o vetor Sul e o Sudoeste apresentaram dinâmicas particulares em ascensão, diferentemente do que foi observado para os demais.

Os mapas, gráficos e tabelas apresentadas até aqui tiveram como fonte o Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério Saúde. Através do SIM/MS (BRASIL, 2011) foi possível realizar análises sobre o perfil das vítimas, dos homicídios e intra-regionais pela agregação de áreas homogêneas segundo suas relações metropolitanas. Contudo, os dados do SIM/MS (BRASIL, 2007) não oferecem níveis de análise por áreas intra-municipais e, como foi visto através da bibliografia no Capítulo 2, o homicídio constitui-se em tipo de crime que possui um padrão de super-concentração em determinadas áreas, exigindo assim análises em escalas espaciais que ofereçam maior detalhamento na identificação dessas áreas. Partindo dessas considerações, as análises seguintes terão como referência as áreas intra-municipais da RMBH segundo o estimador de intensidade de Kernel. A metodologia de Kernel permite a identificação dos espaços com maiores concentrações de homicídios a partir dos dados policiais organizados pelo sistema REDS, já mencionado no Capítulo 1, para o período tri-anual de 2008/2009/2010.

4.4 Análise do Homicídio por intensidade de Kernel na RMBH

Mapa 8 - Homicídio por intensidade de Kernel RMBH- 2008

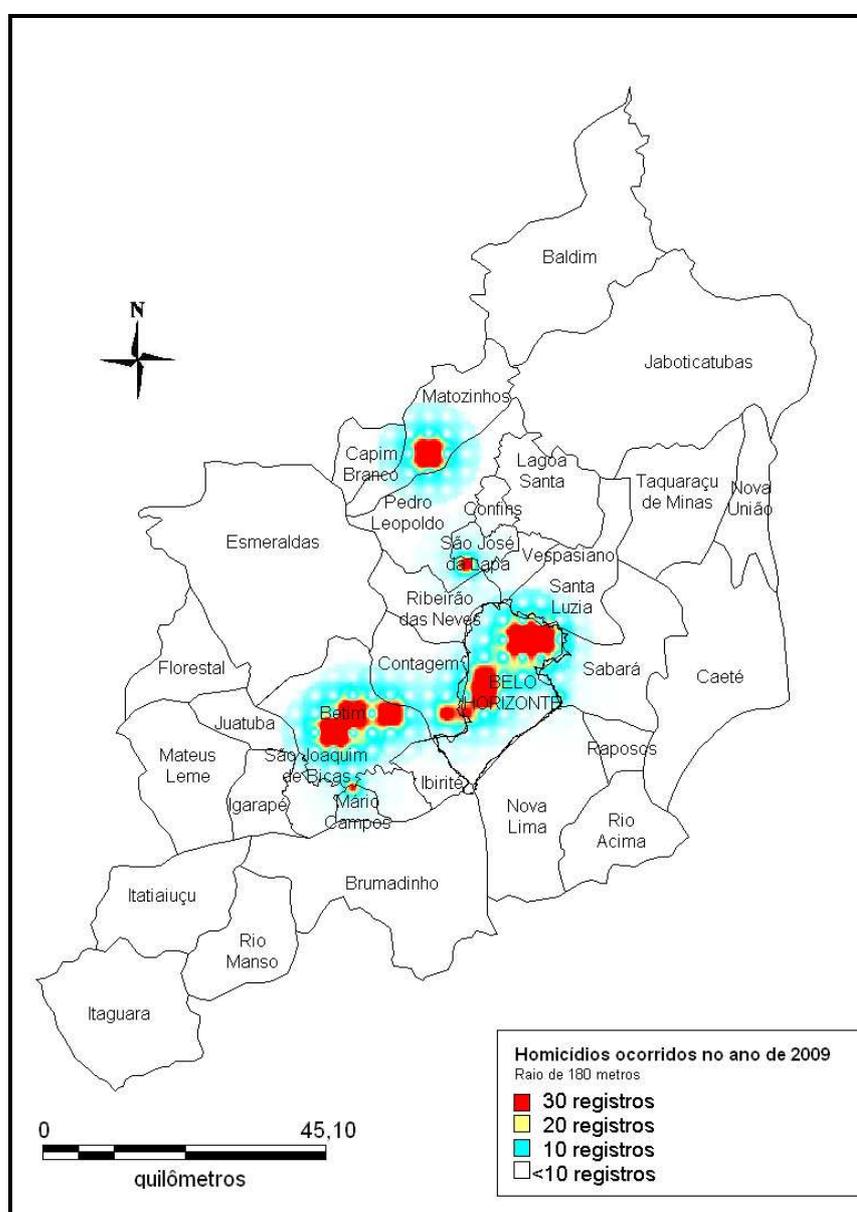


Fontes: SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL (2011). Elaborado pelo autor e Soldado Madeira.

Em 2008, as áreas cujas ocorrências de homicídios concentraram-se a partir de um raio de intensidade de 180 metros, correspondentes às manchas vermelhas, localizaram-se nos sentidos oeste, leste, centro e norte, cobrindo áreas dos municípios Pólo, Contagem, Betim, Sabará, Ribeirão das Neves, Mário Campos e

São Joaquim de Bicas. Um aspecto relevante apresentado pela estimação da intensidade de Kernel é a concentração de ocorrências em áreas de fronteiras entre os municípios como entre o município pólo com Sabará, Ribeirão das Neves, Contagem e de Betim com Ibirité e Mário Campos. Tal tendência expressa uma característica relevante decorrente do processo de metropolização como visto em Caldeira (2000), Brito e Souza (1998; 2005) e em Andrade (2009) que se refletiu num movimento de intensa periferização

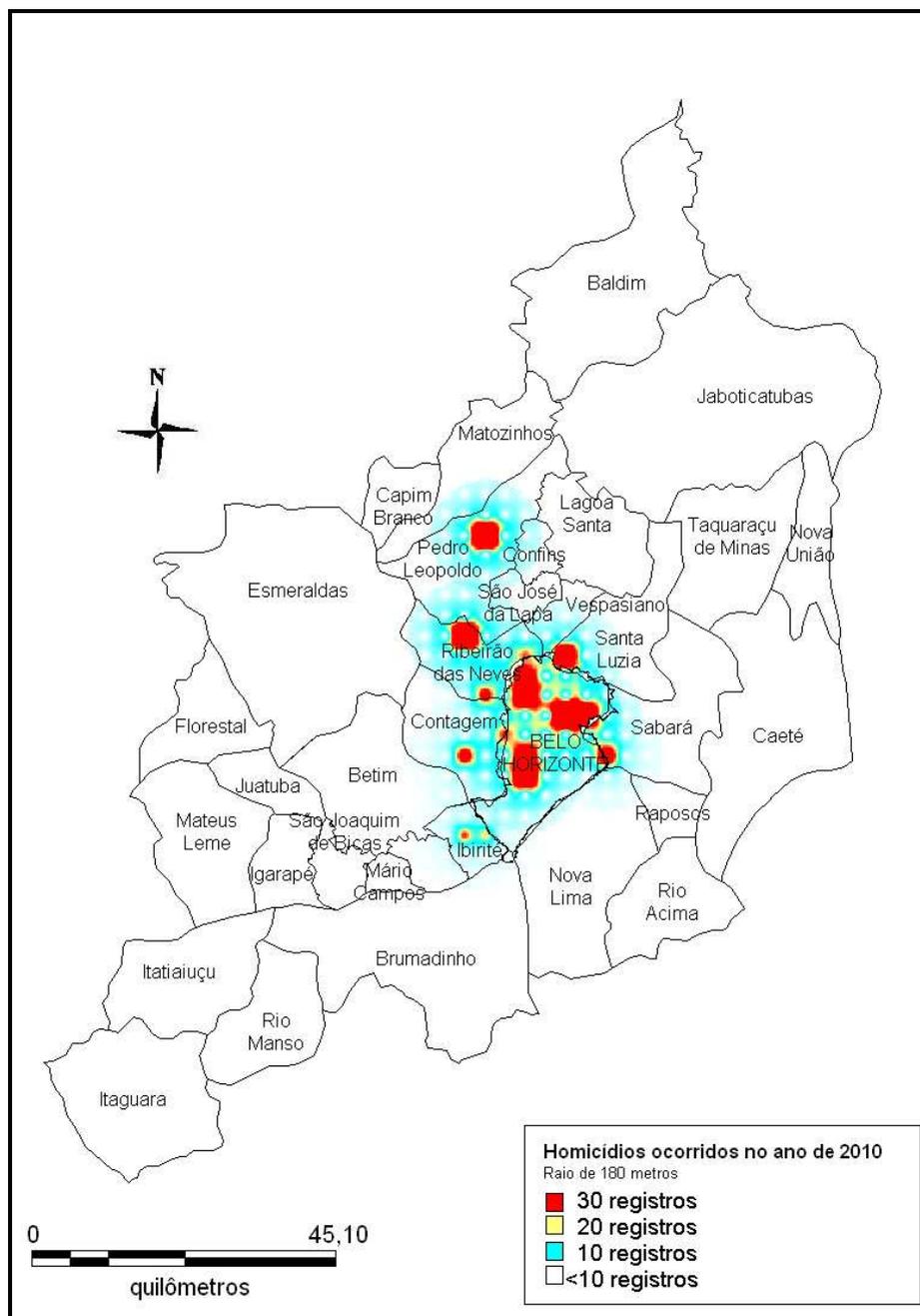
Mapa 9 - Homicídio por intensidade de Kernel RMBH- 2009



Fontes: SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL (2011). Elaborado pelo autor e Soldado Madeira.

Em 2009, os homicídios mantiveram o sentido oeste, norte e central da RMBH. Os municípios de Betim, Contagem, Belo Horizonte, Matozinhos e São José da Lapa concentraram focos com maiores ocorrências de homicídios. Nota-se novamente a intensidade significativa em áreas fronteiriças entre o Pólo e Contagem e Santa Luzia, como entre Betim com Mário Campos e Contagem. Ao sul da RMBH a intensidade de ocorrências manteve-se em níveis de menor intensidade, segundo a legenda do mapa, mantendo a mesma tendência do ano anterior. Contudo, em 2009 a distribuição da intensidade de Kernel mostra uma desconcentração dos registros, como visto pela mancha em Matozinhos. No mapa seguinte, que representa os registros de 2010, duas tendências permaneceram significativas: a desconcentração da violência letal em relação ao município pólo e a significativa localização de áreas violentas em fronteiras municipais metropolitanas.

Mapa 10 - Homicídio por intensidade de Kernel RMBH - 2010



Fontes: SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL (2011). Elaborado pelo autor e Soldado Madeira.

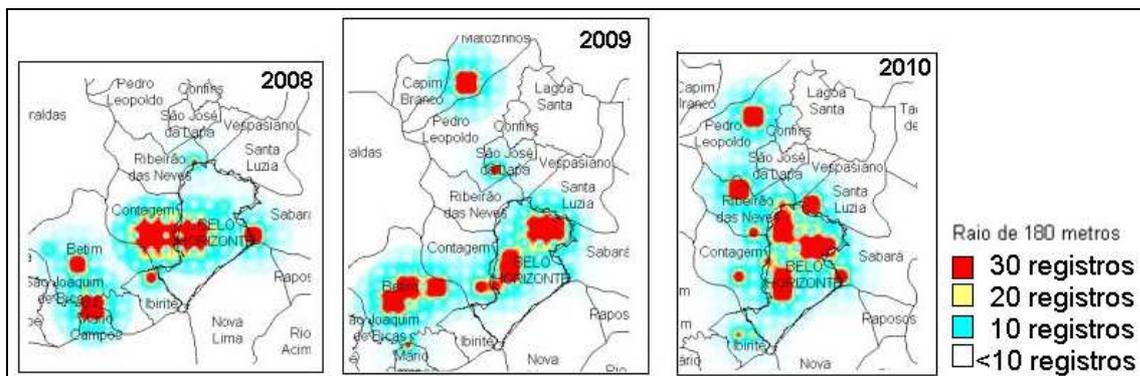
Em 2010, verifica-se um recuo das ocorrências de homicídios do sentido leste para o centro e norte, ou seja, houve redução no município Betim e, por outro lado, intensificação nos municípios localizados no sentido norte da expansão metropolitana. Ressalta-se que a brevidade do período trienal, cujas ocorrências de homicídios são analisadas através da intensidade de Kernel, em parte, pode ser

compensada pela complementaridade temporal oferecida pelos dados da Saúde. Nesse sentido, Betim, que desde 1998 destacou-se por altas taxas de homicídios, apresentou uma queda em 2009 e 2010. Segundo Nascimento (2004), a violência letal apresenta uma dinâmica cíclica, assim, dificilmente uma mesma área permaneceria com taxas elevadas por longo tempo. O arrefecimento dos homicídios em tais áreas teria relação com eventos como a morte e/ou aprisionamento de membros de gangues rivais, e por isso seu caráter cíclico ou provisório (NASCIMENTO, 2004).

Retomando a leitura direta do mapa-2010, vimos que no sentido norte os focos se espriam, perpassando áreas de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Pedro Leopoldo e Vespasiano. Em Belo Horizonte, nota-se também uma desconcentração espacial das ocorrências, comparando-se com os anos anteriores 2008 e 2009. Novamente as áreas de fronteira entre os municípios destacaram-se como as de Belo Horizonte com Contagem, Santa Luzia, Ribeirão das Neves e Sabará, as de Santa Luzia com Vespasiano, as de Ribeirão das Neves com Contagem e Pedro Leopoldo.

A figura seguinte sintetiza a imagem das manchas de homicídios presentes nos três últimos mapas e contribui para as comparações e análises entre eles.

**Mapa 11 - Recorte das áreas com intensidade de homicídio - RMBH
2008/2009/2010**



Fontes: SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL (2011). Elaborado pelo autor e Soldado Madeira.

De um modo geral, apesar da brevidade que o período de trienal -2008, 2009, 2010 - representa, foi possível identificar a concentração local em determinadas

áreas dos municípios e ao mesmo tempo uma dispersão dos focos de maior intensidade nas porções central em sentido oeste e norte principalmente e também ao leste. A distribuição espacial apresentada pelas manchas de maior e de média intensidade, de 30 registros e 20 registros em raio de 180 metros, corrobora com as premissas de Brito e Souza (1998) sobre os sentidos mais significativos da expansão metropolitana e também com a dinâmica de metropolização definida pelo Observatório das Metrôpoles (2004). Tal afirmativa tem sustentação empírica quando se observa a relação das ocorrências de homicídios com as áreas de fronteiras entre os municípios, cuja ocupação caracteriza-se por amplas periferias urbanas, consequência da metropolização.

É relevante destacar outro aspecto marcante sobre a formação das periferias metropolitanas que se refere a combinação dos processos migratórios com as expulsões/ remoção compulsória de moradores mais pobres das áreas centrais, prioritariamente do município pólo, em função de políticas de desfavelamento e/ou de valorização da terra. Tais processos foram responsáveis pela constituição de territórios com fracos sentidos de coesão interna em função das origens diversas de seus moradores e do caráter compulsório da definição do lugar e da forma de moradia. A ocupação das periferias do município de Vespasiano e Santa Luzia, por exemplo, foi significativamente impulsionada pela criação dos conjuntos habitacionais Morro Alto e Palmital respectivamente (NAZÁRIO; ANDRADE, 2010).

Assim, considera-se que a ocupação dos municípios metropolitanos de forma exógena, como apresentado através de Brito e Souza (1998), Andrade (2009), Nazário e Andrade (2010) contribuiu para a criação de espaços periféricos desprovidos de serviços públicos, com infra-estrutura urbana e economia local precária, ou seja, espaços segregados e concentradores de situações e contextos de desvantagens sociais. Tais desvantagens sociais não se resumiriam somente as dimensões econômicas relacionadas ao acesso ao mercado de trabalho e bens de consumo (incluindo saúde, educação privadas, etc.), mas também implicaria em menor capacidade de garantia de segurança e em maior vulnerabilidade ao risco de vitimização por violências e homicídios por parte dos indivíduos residentes em determinados territórios metropolitanos.

5 CONSIDERAÇÕES

O efeito da metropolização sobre os homicídios não é facilmente demonstrável, inclusive pela escala geográfica e o nível elevado de complexidade que as interações sociais metropolitanas envolvem como visto em Andrade (2008). Contudo, a concentração geográfica dos homicídios nas áreas metropolitanas e, como tal concentração relaciona-se tanto com áreas de expansão sugeridas por Brito e Souza (1998) como pela intensidade das interações entre os municípios representadas pelo 'grau de integração' elaborado pelo Observatório das Metrôpoles (2004) representa um relevante indicador dessa hipótese.

Como foi visto em Zaluar (2004), Soares (2005), Misse (2008a, 2008b), Saporì e Medeiros (2010), Saporì et al., (2010), Beato Filho (2001) e Silva (2008) diferentes teses explicam a violência letal em áreas, que integram contextos urbanos metropolitanos, sem com isso abordar diretamente a dimensão metropolitana. De um modo geral a bibliografia indicou que, sem propor determinismo, em algumas poucas áreas empobrecidas concentram-se os problemas relacionados ao homicídio. Pelos últimos mapas de 2008-2009-2010 vimos uma concentração de ocorrências de homicídios em áreas de fronteira metropolitana, geralmente espaços de pobreza, com carência de serviços públicos e privados e diretamente relacionados à expansão metropolitana. Assim, não só na RMBH como no país, a metropolização interferiu/interfere na localização das atividades sociais no espaço, inclusive na dinâmica das atividades criminosas incluindo os locais mais violentos como o homicídio.

Tanto em Saporì e Medeiros (2010) como em Beato Filho (2003), por exemplo, reconhecemos que não é o comércio ilícito de drogas em si que provoca os homicídios. A questão é que no contexto metropolitano o comércio de drogas, por exemplo, encontra um grande mercado consumidor para essas substâncias ilícitas, além de haver acesso facilitado às armas de fogo e outros bens de consumo como equipamentos eletrônicos etc. No caso mesmo da tese apresentada por Saporì *et al* (2010) sobre as relações do *crack* e a intensificação da violência e homicídios, os autores confirmam que o *crack* veio de São Paulo (nossa principal metrópole) e instalou-se na Pedreira Prado Lopes (próxima à área central de Belo Horizonte) e difundiu-se a partir da capital mineira para suas áreas metropolitanas. Como um mercado de drogas, extenso e formado por redes múltiplas e pulverizadas, se

sustentaria com vigor e força, em um ambiente urbano cujas relações não fossem mediadas pelo *tamanho, intensidade e densidade* como as mencionadas por Andrade (2008) ao abordar o efeito metrópole? Fala-se hoje, na bibliografia vista no 2º Capítulo, em interiorização dos crimes letais, mas como apresentado anteriormente muitas dessas áreas são espaços de influência metropolitana direta ou indireta, e as que não são, são cidades que já atingiram um nível de urbanização médio/alto e que desempenham papéis de polarização em suas redes urbanas regionais como Serra/ ES, Marabá/PA, Maceió/AL, Betim/MG, entre outras. Além disso, e apesar do arrefecimento do crescimento dos homicídios em algumas áreas metropolitanas, as suas taxas são muito mais elevadas do que as do interior, o que significa que o risco presente nas áreas metropolitanas permanece alto e superior ao risco que está exposto os moradores das cidades do interior.

Procópio Filho e Costa Vaz (1997) apresentam um estudo sobre o Brasil no contexto do narcotráfico internacional e mostram o país como um imenso território de trânsito, interligando parte produção da produção da América do Sul a mercados internacionais. Além disso, Procópio Filho e Costa Vaz (1997) destacam as grandes cidades sedes de capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Belém, entre outras, como grandes mercados consumidores onde há meios para a estruturação de amplos comércios varejistas de drogas ilícitas como Saporiti et al., (2010) apresentam em Belo Horizonte. Por outro lado, nas metrópoles a capacidade de ação repressiva do Estado é maior, comparada às áreas de distribuição não urbanizadas localizadas ao longo de nossas extensas fronteiras nacionais territoriais e marítimas, e tais forças repressivas atuam de forma enviesada e violenta como Soares (2005) e Misse (2008b) apresentaram. Nesse sentido as metrópoles representariam tanto o espaço de estruturação do mercado interno de consumo de drogas como o espaço no qual o conflito estará concentrado, tanto por disputas entre grupos criminosos rivais como por confrontos com forças policiais. Assim, seriam nas periferias urbanas (favelas, conjunto habitacional de baixa renda, bairros pobres), em algumas delas, que a violência faz mais vítimas letais. Corroborando com Caldeira (2000) e Marques (2010) reconhece-se que as periferias urbanas desprovidas de controle, de difícil acesso e que abriga uma população que não tem muito poder junto as instituições de controle social e, por isso mesmo, sem condições de reagir ao estabelecimento do tráfico e da violência (criminosa e

policial) apresentem-se como espaços mais vulneráveis ao homicídio.

Como visto nos mapas de 2008-2009-2010, a intensificação dos homicídios nas áreas de fronteira evidencia o efeito da metropolização sobre a localização dos espaços mais violentos. Apesar de os dados utilizados não oferecem subsídios que apresentem diretamente as especificidades da realidade social das áreas que concentraram homicídios, corrobora-se com Brito e Souza (1998 e 2005) e Andrade (2009) de que a ocupação de tais espaços expressa a maneira como a metropolização desenvolveu-se. Desta forma, tais áreas constituem-se de periferias que crescem sem observar esses limites de fronteira, e em muitos casos ficam como terra de ninguém pelo poder público oferecendo ambientes propícios para o cometimento de delitos e violências.

As áreas de fronteiras como visto entre Sabará e Belo Horizonte, e entre este último município e Contagem, por exemplo, consistem de bairros cuja relação comercial, de trabalho, estudo etc., se dá com um município, em geral o pólo, mas administrativamente é parte de um município com o qual pouca relação mantém. Como apresentado por Misse (2008b) a ação repressora do Estado, no caso metropolitano brasileiro, pois o estudo realizado pelo autor parte de um contexto metropolitano carioca, é enviesada pela desigualdade social. Nesse sentido, como atestado por Misse (2008b) a construção social feita pelos agentes de polícia do tipo suspeito e incriminável esbarra em questões relacionadas ao local de moradia, cor, idade e gênero. Tal situação aumenta o clima de conflito e interfere negativamente na qualidade da ação repressora estatal em prol do estabelecimento da segurança pública. E, para completar, historicamente as ações repressivas e o uso da violência por parte do estado tem sido mais intenso e significativo em áreas ocupadas por populações em situação de pobreza como as favelas e outras periferias urbanas. Novamente, reitera-se que os conflitos urbanos que geram homicídios, mesmo os relacionados ao comércio ilícito de drogas, sofrem interferências do contexto social mais amplo no qual estão inseridos, que no caso aqui tratado refere-se ao metropolitano.

Uma faceta menos perceptível da dimensão metropolitana estende-se também sobre a própria origem geográfica das matrizes teóricas explicativas da violência, crime e homicídios. Como foi apresentado, no Capítulo 1 do presente trabalho, um extenso conjunto de estudos Zaluar (2004), Soares (2005), Misse (2008a, 2008b), Saporì e Medeiros (2010), Saporì et.al (2010), Beato Filho (2001) e

Machado Silva (2008) entre outros, partem de pesquisas realizadas em espaços que integram áreas metropolitanas. Surpreendentemente, assim, preponderam sobre os estudos mencionados lentes e olhares socialmente produzidas a partir de contextos sociais metropolitanos, destaca-se a produção advinda do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, sem significar com isso ampla produção de abordagens partidas de perspectivas estritamente metropolitanas como pretendeu o presente estudo. Em Belo Horizonte, por exemplo, através de Paixão (1983) reconhece-se um legado rico e produtivo de estudos fundados em teorias sociais sobre o crime cunhadas em contextos de grandes metrópoles americanas como Chicago e Nova York por exemplo. Enfim, desde a produção de matrizes teóricas até a constatação empírica sobre a concentração de homicídios há uma clara presença da dimensão metropolitana seja pelo *efeito metrópole* como Andrade (2008) menciona, ou pelo processo histórico e social pelo qual a metropolização se materializa como Brito e Souza (1998) e o Observatório das Metrôpoles (2004) apresentam para a RMBH.

Reitera-se que os resultados das análises espaciais feitas, dos homicídios nos períodos de 1998 a 2008 com dados do SIM/MS (BRASIL, 2011) e de 2008 a 2010 com dados policiais, a partir das relações metropolitanas estabelecidas pelos vetores de expansão e pelo 'grau de integração' mostram que não há aleatoriedade da distribuição espacial dos homicídios. Ou seja, a concentração dos homicídios na RMBH, em escala municipal, foi coerente à metropolização, ocorreu justamente nas áreas consideradas por Brito e Souza (1998 e 2005) e pelo Observatório das Metrôpoles (2004) como mais atingidas por ela. Reitera-se que não há aqui interesse de objetificação do fenômeno metropolitano, mas de considerá-lo, a partir do modo como ocorreu e ocorre na RMBH, como processo que tanto contribui para reprodução das situações de desigualdade social como para a intensificação dos problemas relacionados à segurança pública em determinados espaços. Essa determinação também não é aleatória como Caldeira (2000) demonstra para São Paulo e Brito e Souza (1998 e 2005) na RMBH, pois recai sobre áreas específicas que se tornam mais sensíveis aos problemas de insegurança pública como as periferias urbanas empobrecidas e áreas faveladas.

A metropolização implica, como foi abordado anteriormente, em uma elevada polarização dos serviços públicos e privados no município Pólo e, conseqüentemente num alto grau de dependência dos demais municípios

metropolitanos em relação a esses serviços. Tal situação agrava-se pela ausência de uma política metropolitana para gestão dos problemas sociais e cooperação entre os municípios da RMBH conforme apresentado por Faria e Machado (2009). Nesse sentido, as variações das taxas de homicídios entre o município Pólo e demais municípios metropolitanos pode ser também considerada a partir desse contexto de polarização e dependência proporcionado pela metropolização. A tendência de queda da taxa de homicídios parece se antecipar no Pólo, e isso não ocorre aleatoriamente. Tanto políticas públicas repressivas como a modernização das policiais e as preventivas como Silveira et al., (2010) mostram, por exemplo, iniciam-se na capital e somente, posteriormente, atingem outros municípios metropolitanos. Logo, se a dinâmica da criminalidade que produz letalidade no interior de uma favela carioca pode estar claramente relacionada a eventos e fenômenos não-locais como a globalização como comentada por Zaluar (1996), qual seria o papel desempenhado pela metrópole nesse contexto? As metrópoles além de se constituírem como nosso principal ponto de contato com a produção material e cultural global, é responsável pela indução de processo de urbanização conturbado e reprodutor de situações de desigualdade social como visto em Andrade (2009) e em Souza e Brito (1998; 2005), além disso, constituem como grandes mercados inclusive para consumo de drogas ilícitas.

Por fim, admitimos que este trabalho apresente limitações tanto no âmbito teórico quanto no empírico. Quanto ao primeiro caso, como mencionamos, devemos assumir que a complexidade dos dois fenômenos abordados torna-os inapreensíveis, no sentido de sermos capazes de cercá-los e dissecá-los como a ciência moderna já pretendeu e às vezes pretende com seus experimentos. Ambos os fenômenos, metropolização e homicídio, assumiram proporções bastante significativas no contexto brasileiro e diversos e múltiplos fatores relacionam-se a isso. As limitações empíricas referem-se aos próprios dados utilizados que tratam somente da informação sobre as vítimas e, assim, pouco informa sobre os autores e as motivações envolvidas. Contudo, percebemos que o homicídio tem apresentado, contemporaneamente, significativa concentração em áreas metropolitanas e que tal fato relaciona-se com o próprio ambiente urbano produzido pelo processo de metropolização. No interior dos territórios metropolitanos alguns espaços concentraram mais homicídios, e geralmente são áreas que também concentram outros problemas e mazelas sociais. A determinação de tais espaços e de seus

contextos sociais teve forte relação com o processo de metropolização como a bibliografia apontou. Nesse sentido, o presente estudo consistiu em um esforço para colocar em pauta essa relevante dimensão que envolve o homicídio atualmente no Brasil: o contexto metropolitano.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. A criminalidade urbana no Brasil: um recorte temático. **BIB Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 24. 1993.

ADORNO, Sérgio. **Crianças e adolescentes e a violência urbana**. Aula – NEVUSP. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/sociologia/docentes/docartigos/Sadorno_crianças.pdf >. Acesso em: 15 set. 2009.

ADORNO, Sérgio. **O adolescente na criminalidade urbana em São Paulo**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estados dos Direitos Humanos. 1999.
ADORNO, Sérgio; BARREIRA, C.. A violência na sociedade brasileira. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. (Org.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Barcarolla, 2010, v. 1, p. 303-374.

ADORNO, Sérgio; LAMIM, Cristiane. Medo, Violência e Insegurança. In: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (Org.). **Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel?**. São Paulo, SP: Contexto, 2006.

ADORNO, Sérgio; PASINATO, Wânia. A justiça no tempo, o tempo da justiça. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, v.19, p.131-155, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n2/a05v19n2.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2011.

AIDAR, Tirza. **A face perversa da cidade**: configuração sócio-espacial das mortes violentas em Campinas nos anos 90. Campinas: UNICAMP/NEPO, 2003.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. (Org.). **Como anda Belo Horizonte**. 2 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2009.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; DINIZ, Alexandre Magno Alves. Metropolização e crimes violentos na RMBH e em seu colar. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Org.). **Metrópole: território, sociedade e política: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2008. (Temas urbanos)

ANDRADE, Luciana Teixeira de. **O efeito metrópole na cultura política**: reflexões a partir de Louis Wirth. 2008. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrololes.ufrj.br/Wirth_revisado.pdf>. Acesso em: 12 maio 2010.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; MARINHO, Marco A. Couto. A metropolizacao da violencia letal na RMBH. In: SEMINÁRIO NACIONAL: GOVERNANÇA URBANA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, 1, 2010, Natal. **Anais...** Natal: Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte 2010.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, Ano 5, 2011. Disponível em: < <http://www2.forumseguranca.org.br/node/26939> >. Acesso em: 15 jan. 2012.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira; CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves; RIBEIRO, Ludmila M. L. **Criminalidade violenta na região metropolitana de Belo Horizonte: questões institucionais e reflexos nas políticas de segurança.** 2005. Disponível em: < www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com...task... >. Acesso em: 10 de jan. 2010.

BEATO FILHO, Claudio Chaves Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v.13, n.37, p. 74-87, 1998.

BEATO FILHO, Claudio Chaves. Conglomerado de homicídio e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas gerais, Brasil, de 1995 a 1999. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.5 , p. 1163-1171, set./out.2001.

BEATO FILHO, Claudio Chaves. O problema dos homicídios em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 42, p. 345-351, 2003.

BEATO FILHO, Claudio Chaves. **Políticas públicas de segurança: equidade, eficiência e accountability.** Disponível em: <www.crisp.ufmg.br/polpub.pdf>. Acesso em: 13 out. 2009.

BEATO FILHO, Claudio Chaves; MARINHO, Frederico Couto. Padrões Regionais do Homicídio no Brasil. In: CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. (Org.). **Homicídios no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves; PEIXOTO, Betânia Totino; ANDRADE, Mônica Viegas. Crime oportunidade e vitimização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 73-89, jun. 2004.

BEATO FILHO, Claudio Chaves; REIS, Ilka Afonso. **Desigualdade, desenvolvimento sócio-econômico e crime.** Disponível em <www.crisp.ufmg.br > Acesso em: 22 set. 2008.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves; REIS; ZILLI, Felipe. **A estruturação das atividades criminosas: um estudo de caso.** Disponível em <www.crisp.ufmg.br > acesso em 20 de Set. 2011.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Regiões metropolitanas no Brasil: um paradoxo de desafios e oportunidades. Washington, EUA: Editora: Fernanda Magalhães, 2010.

BLUMSTEIN, Alfred. Youth violence, guns, and the illicit-drug industry. **The Journal of Criminal Law and Criminology**, New York, v. 86, n. 1, p. 10-36, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal.** 6. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BRASIL. Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária Anuário. Estatístico

Operacional. 2010. Disponível em: <
<http://www.infraero.gov.br/images/stories/Estatistica/anuario/final.pdf> > .Acesso em:
10 de Dez 2011.

BRASIL. INFOSEG. Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização. Destaques. 2010a. Disponível em: <
www.infoseg.gov.br/.../brasil-e-oitavo-do-mundo-em-populacao-de-detentos - .
Acesso em: 14 de Set. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de procedimento do sistema de informações sobre mortalidade**: Brasília: Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde, 2001. Disponível em: <portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sis_mortalidade.pdf >. Acesso em: 12 de jun. 2010.

BRASIL Ministério da Justiça. **Departamento Penitenciário Nacional**. 2010b. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/depen/data/Pages/MJD574E9CEITEMID364AC56A_DE924046B46C6B9CC447B586PTBRIE.htm >. Acesso em: 12 abr. 2010.

BRASIL. Presidência de República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei 3.689/1941 – Atualizada até maio/2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 dez. 1940. Disponível em: www.ite.edu.br/biblio2000/download/Codigo%20Penal%202011.pdf >. Acesso em: 7 jul.2011.

BRASIL. Sistema de Informações sobre Mortalidade. Disponível em:
<<http://portal.saude.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane de. A metropolização da pobreza. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998, Caxambú, MG. Anais... Belo Horizonte, MG: ABEP, 1998. 1 CD-ROM

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane de. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 48-63, out./dez. 2005.

CAETANO, A. J. ; RIGOTTI, J. I. R. Dinâmica e crescimento demográfico da RMBH: 1960 a 2000. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes; FARIA, Carlos Aurelio Pimenta de. **Metrópole**: território, sociedade e política: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2008. (Temas urbanos), v. 1, p. 21-43.

CALDAS, Maria Fernandes; MENDONÇA, Jupira Gomes de; CARMO, Lélío Nogueira do (Coord.). **Estudos urbanos**: Belo Horizonte - 2008: transformações recentes na estrutura urbana. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2008.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

CANO, Ignacio. Análise dos impactos dos ataques do PCC em São Paulo em maio

de 2006. **Conectas**, maio, 2009. Disponível em: <www.conectas.org/arquivos/publicados/crimesdemaio.htm> Acesso em: 16 maio 2012.

CANO, Ignacio; SANTOS, Nilton. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

CANO, Inácio. **Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

CARDIA, Nancy (Org). **Desenvolvimento de metodologia para medição dos custos da violência**: projeto cidadania e direitos humanos - Bra96/013. São Paulo, USP: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Núcleo de Estudos da Violência. 1998.

CARNEIRO, Elisângela Oliveira; SANTOS, Rosângela Leal. Análise espacial aplicada na determinação de áreas de risco para algumas doenças endêmicas (calazar, dengue, diarreia, D.S.T. - doenças sexualmente transmissíveis e tuberculose), no bairro de Campo Limpo - Feira de Santana (BA). **Sitientibus: Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana**, Feira de Santana (BA), n. 28, p. 51-75, jan./jun. 2003.

CARVALHO, D. M. Grandes sistemas nacionais de informação em saúde: revisão e discussão da situação atual. **Informe Epidemiológico do SUS**, ano v, n. 4, p. 7-46, out./dez., 1997.

CASTRO, Mônica Silva Monteiro de; ASSUNÇÃO, Renato M.; DURANTE, Marcelo Ottoni. Comparação de dados sobre homicídios entre dois sistemas de informação, Minas Gerais. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.37, n. 2, p.168-176, abr., 2003.

CASTRO, M; et al. Regionalização como estratégia para a definição de políticas públicas de controle de homicídios. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1269-1280, 2004.

CERQUEIRA, Daniel. **Mortes violentas não esclarecidas e impunidade no Rio de Janeiro**. IPEA, 2010.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **A violência contra povos indígenas no Mato Grosso do Sul** e as resistências do Bem Viver em um Terra sem Males. CIMI, Regional Mato Grosso do Sul, 2010. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/pub/MS/Viol_MS_2003_2010.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2011.

COSTA, Heloísa S.M. Natureza e mercado imobiliário na redistribuição da população metropolitana: notas a partir do Eixo-Sul de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004.

CRIMESTAT. Software - CrimeStat. Disponível em: < <http://www.icpsr.umich.edu/CrimeStat/download.html> >. Acesso em: 14 set. 2011.

CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

DAVIDOVICH, Fany. A volta da metrópole no Brasil: referências para a gestão territorial. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Rio de Janeiro: FASE, 2004. p.197-230.

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo: escavando o futuro de Los Angeles**. São Paulo: Scritta, 1993. 378p.

DIAS JÚNIOR, C. S. O impacto das causas externas e dos homicídios na expectativa de vida: uma análise comparativa entre cinco regiões metropolitanas do Brasil. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE DEMOGRAFIA, FUNDAÇÃO CAOSTE GULBENKIAN, 2, Lisboa. **Anais...**Lisboa: 27 a 29 set. 2004. Disponível em: <www.crisp.ufmg.br/art_impacto_mort_ext.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2009.

DOWDNEY, Luke. **Crianças do tráfico: um estudo de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

DURKHEIM, Emile. Regras relativas à distinção entre normal e patológico. In: DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 6 ed. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Nacional, 1960.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. v.1.

FARIA, Carlos Aurélio P; MACHADO, Gustavo Gomes. A política do espaço e o espaço da política: a expansão negociada da RMBH após a Constituição Estadual de 1989. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 33, 2009, Caxambu. **Anais...** Caxambú: ANPOCS, 2009.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo nas periferias da cidade: repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Cadernos Centro de Recursos Humanos**, Salvador, v. 23, n. 58, jan-abr, p. 59-73, 2010.

FREIRE, Flávio H. M. de A; SILVA, Lariça Emiliano da. Aspectos da criminalidade violenta em duas regiões metropolitanas do Nordeste: Natal e Recife. In: SEMINÁRIO NACIONAL GOVERNANÇA URBANA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, 1, 2010, Natal. **Anais...** Natal: Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte 2010.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. Sistema Integrado De Defesa Social. 2011. Disponível em: <https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=261&Itemid=109>. Acesso em: 04 de jul. 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos em Políticas Públicas, Núcleo de Estudos em Segurança Pública, **Anuário de Informações Criminais de Minas**

Gerais 2010, Belo Horizonte, 2011. Disponível em:
<<http://www.fjp.gov.br/index.php/servicos/82-servicos-cepp/1193-produtos-nesp>>.
Acesso em: 04 de jul. 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos em Políticas Públicas, Núcleo de Estudos em Segurança Pública, **Boletim de Informações Criminais de Minas Gerais de 2009**, Belo Horizonte, 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Pesquisa origem e destino. Belo Horizonte: FJP, 1992.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Pesquisa origem e destino. Belo Horizonte: FJP, 2002.

GALVÃO, Márcio. **O referendo do desarmamento**: um estudo da campanha do desarmamento e de medidas de segurança públicas direcionadas. 2007. 80f. Monografia (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais.

GOERTZEL, Ted; KUHN, T. The Great São Paulo Homicide Drop. In: **HOMICIDE STUDIES. SAGE Publications Reprints and permission**. 2009. Disponível em: <<http://www.sagepub.com/journalsPermissions.nav>.DOI:10.1177/1088767909348711 <http://hs.sagepub.com>. >. Acesso em: 02 ago. 2010.

GOLDSTEIN, P. The drugs/violence nexus: a tripartite conceptual framework. **Journal of drugs**, v.39, p. 143-174, 1985. Disponível em: <<http://www.drugpolicy.org/docUploads/nexus.pdf>>. Acesso em: 10 de Out. 2011.

GUATTARI, Felix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Revista e Debates**, São Paulo, v. 5, n. 16, p. 109-120, 1985.

GUIMARÃES, Berenice Martins; VALLADARES, Licia do Prado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. **Cafuas, barracos e barracões**: Belo Horizonte, cidade planejada. Rio de Janeiro, 1991. 323f Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: **Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000; Base de dados do PIB Municipal; @Cidades**. Disponível em: < www.ibge.gov.br >. Acesso em: 01 out. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Participação político-social (subtema: Justiça e vitimização) Suplemento da PNAD 1988. Amostra: 81.628 domicílios, Belo Horizonte: IBGE, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Regiões de Influências das cidades 2007**: relatório de pesquisa. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 2007. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm> >. Acesso em: 12 set. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília: IPEA, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) Segurança Pública no Brasil**. 30 mar. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/110330_sips_seguranapublica_apresentacao.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2011.

LILLE VAL, FRANCE. Disponível em: <http://www.railway-technology.com/projects/lille_val>. Acesso em: 12 set. 2011.

LIMA, Roberto Kant de; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 50, 2º sem. p.45-123, 2000.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, Renato Sérgio de. A produção da opacidade: estatísticas criminais e segurança pública no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, nº.80, mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002008000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 de jan. 2011.

LOZANO R. **La carga de la enfermedad y las lesiones por violencia contra las mujeres**: el caso de México. México, DF: Fundación Mexicana para la Salud, Centro de economía y salud, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=1300942&pid=S0036-3634200300060000700014&lng=es>. Acesso em: 2 de maio. 2010.

LOUREIRO, Violeta; GUIMARÃES, Ed. Carlos. **Reflexões sobre a pistolagem e a violência na Amazônia**. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/reflexoes_sobre_a_pistolagem_e%20a_violencia_na_amazonia.pdf> Acesso em: 13 dez. 2011.

MARICATO, Ermínia. Metrôpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n.48, p. 151-166, maio./ago. 2003a.

MARICATO, Ermínia. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: CASTRIOLA, L. B. **urbanização brasileira**: redescobertas. São Paulo: C/Arte, p.78-96. 2003b.

MARINHO, Marco Antonio Couto; ANDRADE, Luciana T. O sobe e desce das taxas de homicídios na Região Metropolitana de Belo Horizonte: armas de fogo, drogas e políticas de segurança pública. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Belo Horizonte, v. 4, p. 229-259, 2011.

MARINHO, Marco Antonio Couto. **Programa Vila Viva**: favela, urbanização e segurança pública: estudo a partir do caso do Aglomerado da Serra de Belo Horizonte/MG. 2009. 101f Monografia (Especialização em Segurança Pública e

Criminologia) - Universidade Federal de Minas Gerais

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Helena de Lacerda. **População, espaço e gestão na metrópole**: novas configurações, velhas desigualdades. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2003.

MENDONÇA, Jupira Gomes. Organização Sócio-espacial e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). **Metrópoles**: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. Rio de Janeiro, FASE, 2004. 01 CD-ROM.

METRODATA. Disponível em: < www.metropr.com >. Acesso em: 25, out. 2009.

MISSE, Michel. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica, acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas. **Série Estudos**, Rio de Janeiro, n.91, ago. 1995.

MISSE, Michel. Violência no Rio de Janeiro. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MISSE, Michel. Notas sobre a sujeição criminal de crianças e adolescentes. In: PAIVA, Vanilda; SENTO-SÉ, João Trajano (Orgs.). **Juventude em conflito com a lei**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007.

MISSE, Michel. **Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385. 2008a.

MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil. In: MISSE, Michel. (Org.). **Acusados e acusadores**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan. 2008b.

MISSE, Michel; VARGAS, Joana Domingues. O fluxo do processo de incriminação no Rio de Janeiro na década de 50 e no período 1997-2001: comparação e análise. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13, 2007, Recife. Anais...Recife: UFPE, 29 maio a 01 de jun. 2007. 2007.

MISSE, Michel *et al*, **O inquérito policial no Brasil**: uma pesquisa empírica. Rio de Janeiro: NECVU/IFCS/UFRJ, Booklink, 2010.

MOURA, Rosa; DELGADO, Paulo Roberto; DESCHAMPS, Marley V. Brasil Metropolitano: uma configuração heterogênea. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.105, p.33-56, jul./dez. 2003.

MOURA, Rosa et al. Hierarquização e identificação dos espaços urbanos. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). **Observatório das metrópoles**:.Rio de Janeiro: Letra Capital , 2009.

NASCIMENTO, Luís Felipe Zilli. **Violência e criminalidade em vilas e favelas dos grandes centros urbanos um estudo de caso da Pedreira Prado Lopes**. 2004. 233f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais.

NAZÁRIO, Rejane de Oliveira. Da favela para o conjunto: a periferia no entorno da nova Cidade Administrativa de Minas Gerais. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v.17, n.21, p.55-71, jul. 2010.

NEVES, Nuno et. al. Desenvolvimento e exploração de um modelo de dados espaciais para ordenamento florestal. **Revista Silva Lusitana**, Lisboa, n. esp., p. 1-16, 2008.

NOGUEIRA, Maria José et al. Análise da distribuição espacial da gravidez adolescente no Município de Belo Horizonte-MG. **Revista Brasileira de epidemiologia**, São Paulo, v.12, n.3, set. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-790X2009000300002&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 de set. 2011.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise das regiões metropolitanas do Brasil**: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. 2004. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/produtos/produto_mc_1.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2010.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, P. Sérgio (Org.), **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PAIXÃO, Antônio Luiz; ANDRADE, Luciana Teixeira de. Crime e segurança pública. In: DULCI, Otávio Soares; NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: **Poder, política e movimentos sociais**. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996.

PAIXÃO, Antônio Luiz; BEATO FILHO, Claudio Chaves. Crimes, vítimas e policiais. **Tempo Social**. São Paulo, v.9, n.1, maio 1997. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol09n1/crimes.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2010.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. (Coord.) **Violência por armas de fogo no Brasil**: relatório nacional. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência, 2004.

PHEBO, Luciana. Impacto da arma de fogo na saúde da população no Brasil. In: FERNANDES, Rubens, Cesar. **Brasil: as armas e as vítimas**. Rio de Janeiro, Editora 7 Letras. 2005.

PLANO DE OCUPAÇÃO DO SOLO DO AGLOMERADO METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1976.

PLANO METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE. O Processo de desenvolvimento de Belo Horizonte. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1979.

PLANO METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE. O mercado da Terra na RMBH. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1987. 207p

PROCÓPIO FILHO, Argemiro and Vaz; COSTA, Alcides. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 40, n. 1, jan./jun., p. 75-122, 1997.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. 2009. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 5 de out. 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Metodologia L de Theil: mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo. Para seu cálculo, excluem-se do universo os indivíduos com renda domiciliar per capita nula. 2011. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=98>. Acesso em: 9 maio. de 2011.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria L. de O; OLIVEIRA, Maria Gardênia de. **um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KOSLINSKI, Mariane Campelo. Efeito metrópole e acesso às oportunidades educacionais. **EURE** (Santiago. Impresa), v. xxxv, p. 101-129, 2009. Disponível em: <http://www.eure.cl/media/uploads/pdf/05_Quieroz.pdf>. Acesso em: 12 maio. 2010.

RIBEIRO, Ludmila. A produção decisória do sistema de justiça criminal para o crime de homicídio: análise dos dados do estado de São Paulo entre 1991 e 1998. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, 2010. p. 159-93. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/dados/v53n1/06.pdf>. Acesso em: 04 de fev. 2011.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. Rio de Janeiro, FASE, p.17-40, 2004.

RIVERO, Patrícia. Silveira. Segregação urbana e distribuição da violência: Homicídios georreferenciados no município do Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, São Paulo, v.3. n. 9, jul./ago./set., p. 117-142. 2010.

ROCHA, Geórgia Ribeiro; BARRETO JUNIOR, Jésus Trindade; GONTIJO, Ricard Franco. **Modelo de gestão integrada do sistema de defesa social de Minas Gerais**. Disponível em:<www.consad.org.br/sites/1500/1504/00000808.doc>.

Acesso em: 12 jun. 2010.

SALLA, Fernando; MESQUITA NETO, Paulo de. Uma análise da crise de segurança pública de maio de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, Ano 15, n. 68, set.out. p. 309-351, 2007.

SALLES, João Moreira; LUND, Kátia. **Notícias de uma guerra particular**. DVD: 57 min. cor; Dolby Digital 2.0 (Português). Vídeo Filmes. Brasil. 1999.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo, Nobel, 1987.

SANTOS, José V. Tavares dos. A agonia da vida: mortes violentas entre a juventude do país do futuro. 2008. In: BATITUCCI, Eduardo Cerqueira; CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed: FGV, 2007.

SAPORI, Luis Flávio; MEDEIROS, Regina (Org.). **Crack: um desafio social**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2010.

SAPORI, Luís, Flávio (Coord.). **Os impactos do crack na saúde pública e na segurança pública**. Belo Horizonte: Centro de Pesquisas em Segurança Pública da PUC Minas, 2010.

SAPORI, Luis Flávio; et. al. A relação entre o comércio de crack e a violência urbana na região metropolitana de Belo Horizonte. In: SAPORI, Luis Flávio; MEDEIROS, Regina (Org.). **Crack: um desafio social**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2010.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL DE MINAS GERAIS. Sistema prisional. Disponível em: <http://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=341&Itemid=165>. Acesso em: 18 abr. 2010.

SHAW, Clifford R., MCKAY, Henry D. **Juvenile delinquency and urban areas**. The University of Chicago Press. Chicago and London, 1942. Disponível em: <http://books.google.com.br/books/about/Juvenile_delinquency_and_urban_areas.htm?hl=pt-br&id=vbNIRAAACAAJ&redir_esc=y>. Acesso em: 04 jan. 2010.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da. **Coesão social, desordem percebida e vitimização em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil**. 2004. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.crisp.ufmg.br/dissertacao_braulios.pdf>. Acesso em: 24 maio. 2009.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. (Org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da. (Org.). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008b.

SILVA, Luiz Antonio Machado da.; LEITE, Márcia P. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: SILVA, Luiz Antonio Machado da. (Org.). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

MACHADO da SILVA, Luiz. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Revista Sociologia Política, Curitiba**, v. 13, p. 115-124, nov. 1999.

SILVEIRA, Andréa Maria. **Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte**. 2007. Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

SILVEIRA, Andréa et, al. Impacto do Programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidades de Belo Horizonte. **Revista Saúde Pública**, Belo Horizonte, v. 44, n. 3, p. 496-502, 2010

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**: o fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

SIMÕES, R.F. et. al. Rede urbana metropolitana: uma análise da estrutura terciária de Belo Horizonte. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes; FARIA, Carlos Aurelio Pimenta de. (Org.). **Metrópole**: território, sociedade e política: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2008. (Temas urbanos). p. 143-180.

SOARES, Gláucio Ary. D. **Não matará**s: desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

SOARES, G.A.D; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira; RIBEIRO, L.M.L. As mortes desiguais em Minas Gerais: idade, estado civil e raça nos homicídios registrados pelo Sistema de Informação de Mortalidade. In: BATITUCCI, Eduardo Cerqueira; CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed: FGV, 2007.

SOARES, Luis Eduardo. A violência do Estado e da sociedade no Brasil Contemporâneo. **Nueva sociedad nro.** 208 mar. abr. 2007. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3417_2.pdf >. Acesso em: 22 ago. 2011.

SOARES, Luis Eduardo. **Meu casaco de general**: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

SOARES, Luis Eduardo; GUINDANI, Mirian. A violência do Estado e da sociedade no Brasil contemporâneo. **Nueva Sociedad**, n. 208 mar./abr. 2007. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3417_2.pdf >. Acesso em: 08 de fev. 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. Invisibilidade. In: SOARES, Luiz Eduardo; ATHAYDE,

Celso. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOARES FILHO, A. M et. al. Análise da mortalidade por homicídios no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 16, n. 1, p. 7-18, 2007. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742007000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 nov. 2009.

SOUZA, Joseane de. **A expansão urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte**: o caso específico do município de Ribeirão das Neves. 2008. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.

SOUZA, Edinilsa Ramos. **Homicídios no Brasil**: o grande vilão da saúde pública. Cadernos de Saúde Pública, v.10, n.1, p.45-60, 1994.

TARDIFF ET all. A profile of homicides on the streets and in the homes of New York City. **Public Health Reports**, v. 110, n. 1, Jan.Feb., p.13-17, 1995,

VARGAS, Joana Domingues et al. Uma abordagem empírica do inquérito policial: o caso de Belo Horizonte, 2009. In: MISSE, Michel (Coord.). **O inquérito policial no Brasil**: uma pesquisa empírica. Rio de Janeiro, RJ: Booklink, 2010.

VASCONCELOS, Eduardo de Alcântara, **Transporte urbano nos países em desenvolvimento**: reflexões e propostas. 3.ed. São Paulo: Annablume, 2000.

ZALUAR, Alba. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos. **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV Ed., 1996.

ZALUAR, Alba. Condomínio do diabo. Rio de Janeiro: Revan, UFRJ, c1994.

ZALUAR, Alba. Crime e diabo na terra de deus. In: HORTA, L. P. (Org). **O retorno do demônio**. Rio de Janeiro. Agir, 1994.

ZALUAR, Alba. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, Hermano. **Galeras cariocas**: territórios de conflitos e encontros culturais. (Org.) Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZALUAR, Alba. Oito temas para debate: violência e segurança pública. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 38, p. 19-24, 2002b. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n38/n38a02.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2009.

ZALUAR, Alba. Violência e crime. In: MICELI, Sérgio. **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Ed. Sumaré, 1999. v.1.

ZALUAR, Alba. Violência: questão social ou institucional? In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (org). **Insegurança Pública**: reflexões sobre a criminalidade e a violência

urbana. São Paulo. Nova Alexandria, 2002a.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventude, violência e cidadania**: os jovens de Brasília. São Paulo: Cortez, 1998.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2006**: os jovens do Brasil. Brasília: OEI, 2006.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2008**: municípios brasileiros. Brasília: OEI, 2008.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2010**: anatomia dos homicídios. Brasília: OEI, 2010. Disponível em: < www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia > Acesso em: 02 fev.2010

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência IV**: os jovens do Brasil. Brasília: UNESCO, 2004.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência**: os jovens do Brasil. Brasília: OEI, 2011.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mortes matadas por armas de fogo no Brasil: 1979 - 2003**. Brasília, DF: Unesco/Mec, 2005. (Série Debates (Unesco Brasil)).

ANEXO

Taxa anual de homicídios (por 100 mil hab)
Municípios pertencentes à RMBH– 1998/ 2008

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Baldim	0	0	0	0	12,3	0	0	0	25	25,1	23,4
Belo Horizonte	22	22,7	28,2	30	33,9	48	52,3	45,3	40,6	43,2	36,1
Betim	25,6	28,8	44	31,3	32,5	64,9	75,2	70,5	63,6	54,7	58
Brumadinho	11,7	7,7	7,5	18,2	7,1	34,6	20,3	12,8	18,7	9,1	17,8
Caeté	14	11,1	11	21,8	2,7	10,7	21,3	20,9	13	2,6	12,3
Capim Branco	0	0	0	0	0	23,9	11,7	0	22,1	0	10,9
Confins	0	0	0	0	38,9	19	18,6	53	0	0	0
Contagem	21,3	21,7	36,4	43,6	55	62,6	71,3	60,3	51,2	49,6	46
Esmeraldas	2,8	13,7	19,1	16	48,2	29,6	44,4	39,1	46,9	22,6	41,2
Florestal	18,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ibirité	30,9	35,7	33,1	59,4	51,2	58,7	63,7	66,9	57,6	44	39,9
Igarapé	26,6	20,8	16,1	19,3	22,4	14,5	7	19,7	25,4	33,8	24,3
Itaguara	0	0	8,8	0	0	0	0	42,7	0	25,3	0
Itatiaiuçu	0	0	0	34,7	22,8	0	44,5	0	21,4	10,5	21,5
Jaboticatubas	24,3	24,4	7,4	14,7	0	14,5	0	0	21,2	7	6,2
Juatuba	23,1	22,5	18,3	17,4	16,8	48,6	10,4	43,4	37,2	35,9	24,3
Lagoa Santa	9,3	9,1	5,3	2,5	17,4	4,8	11,7	11,1	17,2	37,7	40,2
Mário Campos	0	23,3	0	0	43	0	39,5	29	27,8	26,7	8,4
Mateus Leme	18,4	4,5	16,6	28,1	31,3	19,1	33,6	24,8	27,6	13,5	18,8
Matozinhos	10,7	7	0	3,2	6,3	9,3	18,3	32,1	31,4	25,2	23
Nova Lima	10	3,3	1,6	4,6	9	7,3	13	11,1	12,3	14,7	2,6
Nova União	0	0	18,4	0	0	17,9	35,4	0	34,3	16,9	0
Pedro Leopoldo	8	7,9	13	7,2	10,6	13,8	3,4	19,4	22,2	24,8	25,6
Raposos	6,7	0	7	7	0	14	0	7	34,9	14	25,9
Ribeirão das Neves	22,1	24,1	36,5	37,4	64,4	74,7	89	70,3	64,7	46	41,5
Rio Acima	0	12,4	13,1	0	12,8	12,8	12,7	0	12,4	0	11,6
Rio Manso	0	0	0	21,5	21,3	0	0	21	0	0	19,2
Sabará	11,4	1,9	7,8	11	21,5	39,8	46,1	22,1	29,8	39,4	30,3
Santa Luzia	23,6	17,6	31,9	36,2	51,3	79,7	77,5	58,3	57,8	43,6	41,3
São Joaquim de Bicas	36,2	35,4	27,5	31,6	30,7	59,5	57,7	36	47,9	84,3	63,9
São José da Lapa	23,3	30,3	6,7	0	0	11,4	38,3	44,8	14,3	18,3	10,6
Sarzedo	0	6,7	28,9	10,9	26,4	30,4	43,8	31,3	25,8	45,6	28,2
Taquaraçu de Minas	59,6	0	0	0	0	0	28,3	0	28	0	25,6
Vespasiano	28,1	29	34	50,1	64,3	65,7	84,1	57,3	59,5	52,7	56,2
RMBH	21,1	21,4	28,5	31	37,6	50,7	56,7	48,8	44,7	42,7	38,4

Fonte: SIM/MS – 2011 / Censos demográficos 2000/2010/ produzido pelo autor.

**Número absoluto de homicídios registrados
Municípios pertencentes à RMBH– 1998/ 2008**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Baldim	0	0	0	0	1	0	0	0	2	2	2
Belo Horizonte	467	485	631	677	775	1106	1218	1076	975	1048	879
Betim	73	87	135	101	109	226	272	276	259	231	249
Brumadinho	3	2	2	5	2	10	6	4	6	3	6
Caeté	5	4	4	8	1	4	8	8	5	1	5
Capim Branco	0	0	0	0	0	2	1	0	2	0	1
Confins	0	0	0	0	2	1	1	3	0	0	0
Contagem	109	113	196	239	306	354	409	358	309	304	284
Esmeraldas	1	5	9	8	25	16	25	24	30	15	24
Florestal	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ibirité	37	45	44	83	74	88	99	112	100	79	62
Igarapé	5	4	4	5	6	4	2	6	8	11	8
Itaguara	0	0	1	0	0	0	0	5	0	3	0
Itatiaiuçu	0	0	0	3	2	0	4	0	2	1	2
Jaboticatubas	3	3	1	2	0	2	0	0	3	1	1
Juatuba	3	3	3	3	3	9	2	9	8	8	5
Lagoa Santa	3	3	2	1	7	2	5	5	8	18	19
Mário Campos	0	2	0	0	5	0	5	4	4	4	1
Mateus Leme	4	1	4	7	8	5	9	7	8	4	5
Matozinhos	3	2	0	1	2	3	6	11	11	9	8
Nova Lima	6	2	1	3	6	5	9	8	9	11	2
Nova União	0	0	1	0	0	1	2	0	2	1	0
Pedro Leopoldo	4	4	7	4	6	8	2	12	14	16	15
Raposos	1	0	1	1	0	2	0	1	5	2	4
Ribeirão das Neves	49	56	90	97	173	208	257	219	209	154	141
Rio Acima	0	1	1	0	1	1	1	0	1	0	1
Rio Manso	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1
Sabará	12	2	9	13	26	49	58	29	40	54	38
Santa Luzia	38	29	59	69	100	159	158	125	127	98	94
São Joaquim de Bicas	5	5	5	6	6	12	12	8	11	20	15
São José da Lapa	3	4	1	0	0	2	7	9	3	4	2
Sarzedo	0	1	5	2	5	6	9	7	6	11	7
Taquaraçu de Minas	2	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1
Vespasiano	18	19	26	40	53	56	74	54	58	53	56
RMBH	855	882	1242	1379	1705	2341	2662	2382	2226	2166	1938

Fonte: SIM/MS – 2011/ Município de residência da vítima. Produzido pelo autor.